Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO **PROGRAMA OPERACIONAL DOS AÇORES 2014-2020**

RELATÓRIO FINAL

Volume 2 - Anexos

Quaternaire Portugal

30 de novembro de 2021

FUNÇÕES A DESEMPENHAR	ELEMENTO DA EQUIPA TÉCNICA
Coordenação do trabalho	António Manuel Figueiredo
Interlocução junto da Autoridade de Gestão para as questões operacionais	Mariana Rodrigues
Responsáveis temáticos	
Investigação científica e tecnológica, políticas de inovação, Sistema Regional de Inovação e Estratégia Regional de Especialização Inteligente	Mário Rui Silva (SIGMA Team Consulting) consultor externo da equipa de avaliação com a colaboração de António Manuel Figueiredo
Competitividade de PME e TIC	António Manuel Figueiredo com a colaboração de Mário Rui Silva
Transição energética, mudanças climáticas, ambiente e utilização eficiente de recursos;	Artur Costa Com a colaboração de Madalena Coutinho
Infraestruturas, redes e transportes sustentáveis	Artur Costa Com a colaboração de João Figueira de Sousa, consultor externo da equipa de avaliação
Políticas de emprego e inclusão social	Lurdes Cunha Leonor Rocha Com a colaboração de Filipa Barreira
Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida	Lurdes Cunha Leonor Rocha Com a colaboração de Mariana Rodrigues
Capacitação institucional	António Manuel Figueiredo
Análise documental e sistema de informação de suporte à avaliação	Mariana Rodrigues Com a colaboração de Filipa Barreira

Siglas e acrónimos

ABT – Avaliação Baseada na Teoria
AC – Ações Coletivas
AG – Autoridade de Gestão
ARENA - Agência Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores
ART – Associação Regional do Turismo – Turismo dos Açores
ATA - Associação do Turismo dos Açores
BD – Base de Dados
CCIA – Câmara de Comércio e Indústria dos Açores
CE – Caderno de Encargos
CEB – Cursos de Ensino Básico
DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DRAIC - Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade
DRPFE – Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais
EC – Estudo de Caso
EBT – Empreendedorismo de Base Tecnológica
EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva
ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores
EP – Eixo Prioritário
EQC – Empreendedorismo Qualificado e Criativo
EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
FEADER – Fundo Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
Frs – Fatores Críticos (resultados)
Frz – Fatores Críticos (realizações)
FSE – Fundo Social Europeu
GEE – Gases do Efeito Estufa
GOE – Grande Objetivo Estratégico
IBT – Infraestrutura de Base Tecnológica
IEJ – Iniciativa Emprego Jovem
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISCED - International Standard Classification of Education
I&D – Investigação e Desenvolvimento
I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores
IT – Indústria Transformadora
MWh - Megawatt-hora
Mrs – Mecanismos (resultados)
Mrz – Mecanismos (realizações)
NEET – *Not in Education, Employment, or Training*
OE – Objetivo Específico

OEFP – Observatório do Emprego e Formação Profissional
OI – Organismo Intermédio
PCT – Parque de Ciência e Tecnologia
PI – Prioridade de Investimento
PO – Programa Operacional
POCI – Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização
POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
POSEUR – Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência de Recursos
PDE – Processos de Descoberta Empreendedora
PROFIJ – Programa de Formação e Inserção de Jovens
QA – Questão de Avaliação
QP – Quaternaire Portugal
RAA – Região Autónoma dos Açores
RE – Relatório de Execução
RI – Relatório Inicial
RIAC - Rede Integrada de Apoio ao Cidadão
RINT – Relatório Intermédio
RIS3 - Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation
RMG – Rendimento Mínimo Garantido
RSI – Rendimento Social de Inserção
RTE-T - Rede Transeuropeia de Transportes
RU - resíduos urbanos
RUP – Regiões Ultra-Periféricas
Rz – Realizações
SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento dos Açores
S3 – Smart Specialisation Strategies
SI – Sistema de informação
SIIFSE - Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores
SRI – Sistema Regional de Inovação
SRIR - Sistema Regional de Informação sobre Resíduos
SRPCBA – Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores
SRRN – Secretaria Regional dos Recursos Naturais
SRS - Serviço Regional de Saúde
SRSS – Secretaria Regional da Solidariedade Social
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
TO – Tipologia de Operação
TdM – Teoria da Mudança
UE – União Europeia
VAB – Valor Acrescentado Bruto
VAE – Valor Acrescentado Europeu

ÍNDICE

ANEXO 1 – Referencial de avaliação de impactos da QA nº 5: Sistemas de incentivos ao investimento privado, ações coletivas e promoção do empreendedorismo 8

ANEXO Nº 2 – Referencial de avaliação de impactos para a QA nº 6: qualificação e do combate ao abandono escolar e ainda no domínio do combate à pobreza e exclusão social 22

ANEXO 3 - ESTUDO DE CASO SOBRE O SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO AÇORES 36

1. O contexto económico 36

2. Visão global e comparada do SRI Açores 41

3. Principais dinâmicas transformativas recentes versus debilidades persistentes do SRI Açores 44

4. O contributo do PO Açores 55

5. Desafios para o próximo período de programação 56

ANEXO 4 – ESTUDO DE CASO SOBRE OS SISTEMAS DE INCENTIVOS 58

1. Introdução 58

2. Coerência 59

3. Relevância 60

4. Eficácia 61

5. Inquérito às empresas 69

ANEXO 5 – INFORMAÇÃO DOCUMENTAL E INDICADORES DE CONTEXTO A UTILIZAR NA RESPOSTA ÀS QA 1 a 3 95

ANEXO 6– ANÁLISE DO INQUÉRITO AOS ADULTOS ABRANGIDOS PELA MEDIDA 10.3 97

ANEXO 7–ANÁLISE DO INQUÉRITO A JOVENS ABRANGIDOS PELA MEDIDA 8.1 104

ANEXO 8–ANÁLISE DO INQUÉRITO A JOVENS QUE PARTICIPARAM EM CURSOS PROFISSIONAIS E PROFIJ 111

ANEXO 9 – ESTUDO DE CASO SOBRE INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR E POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL 117

ANEXO 10 – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS E PAINEIS DE DISCUSSÃO REALIZADOS 132

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - RAA: Evolução do PIB a preços correntes....36
Gráfico 2 - Portugal e RAA: Crescimento real do PIB 36
Gráfico 3 - Portugal e RAA: Evolução do PIB per capita 37
Gráfico 4 - Regiões NUT2: Evolução do PIB per capita face à média da UE 37
Gráfico 5 -RAA: Estrutura Setorial do VAB, 2018 38
Gráfico 6 - RAA: Quocientes de Localização (VAB), 2013 e 2018....39
Gráfico 7 -RAA: Estrutura Económica do Setor Empresarial (VAB), 2018 40
Gráfico 8 - Portugal e RAA: Evolução da Proporção da Despesa em I&D no PIB 42
Gráfico 9 - RAA: Evolução da Despesa em I&D por setor institucional de execução 42
Gráfico 10 - Padrões de I&D: Portugal e Regiões com Sistemas de Inovação mais consolidados 43
Gráfico 11 -Padrões de I&D: Regiões com Sistemas de Inovação menos consolidados....43
Gráfico 12 - RAA: Despesa em I&D, por prioridade temática da ENEI....53
Gráfico 13 - RAA: Despesa em I&D na Economia do Mar, por sub-prioridade temática da ENEI....53
Gráfico 14 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Setores mais representados no investimento total aprovado 67
Gráfico 15 - Razões para a frequência do curso (%)....98
Gráfico 16 - Como avalia a utilidade (%)… 99
Gráfico 17 - Grau de concordância com as seguintes afirmações (%) 99
Gráfico 18 - Avaliação do estágio (%) 110
Gráfico 19 - Avaliação do estágio (%) 110
Gráfico 20 - Razões para a frequência do curso (%)....113
Gráfico 21 - Retenções no percurso escolar anterior à frequência do curso (%) 113
Gráfico 22 - Como avalia a utilidade deste percurso formativo para a obtenção de (%)....114
Gráfico 23 - Em que medida o emprego ou o estágio profissional se adequava a si no que respeita (%)… 115
Gráfico 24 - Grau de concordância com as seguintes afirmações (%) 116
Gráfico 25 - Evolução da % de população em risco de pobreza, por NUT III 122
Gráfico 26- Evolução da taxa de desemprego total, PT e RA 123

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Racional de produção de resultados e impactos Eixo Prioritário 3....9
Quadro 2 – A – DAS ATIVIDADES ÀS REALIZAÇÕES....12
Quadro 3 – B DAS REALIZAÇÕES AOS RESULTADOS DE 1º NÍVEL....15
Quadro 4 – C - DOS RESULTADOS DE 1º NÍVEL AOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS....18
Quadro 5 -Racional de produção de resultados e impactos dos Eixos Prioritários 8,9 e 10....23
Quadro 6 – A - DAS ATIVIDADES ÀS REALIZAÇÕES 26
Quadro 7 – B - DAS REALIZAÇÕES AOS RESULTADOS DE 1º NÍVEL....29
Quadro 8 – C -DOS RESULTADOS DE 1º NÍVEL AOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS....33
Quadro 9 - Posicionamento das Regiões Portuguesas no *Regional Innovation Scoreboard*....44
Quadro 10 - Prioridades Temáticas e Visão da RIS3 Açores....52
Quadro 11 – Relação das Tipologias de Operação com a Tipologia de Intervenção e Prioridades de Investimento 58
Quadro 12 - Sistema de Incentivos - Balanço sobre a operacionalização (31/12/2019)....63
Quadro 13 - Sistema de Incentivos – Operações Aprovadas (31/12/2019)....64

Quadro 14 - Sistema de Incentivos - Peso relativo das operações aprovadas no Sistema de Incentivos e no Eixo Prioritário respetivo 64
Quadro 15 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Operações aprovadas por dimensão do investimento total (milhares de euros) 66
Quadro 16 - Correspondência entre as Secções retidas e as Divisões a 2 dígitos 67
Quadro 17 - Comparação entre os níveis e a ventilação setorial da FBCF do setor empresarial e do investimento aprovado no SI Investimento Empresarial (Açores) 68
Quadro 18 - Sistema de Incentivos – Inquérito às Empresas Beneficiárias (1) 69
Quadro 19 -SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Projeto Individual - Objetivos empresariais que motivaram a candidatura 70
Quadro 20 - SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Projeto Individual – Características do PO Açores que motivaram a candidatura 71
Quadro 21 - SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Projeto Individual – Resultados finais ou expectáveis do projeto face ao previsto na candidatura 72
Quadro 22 - SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Projeto Individual – Resultados finais ou expectáveis do projeto face à situação da empresa no pré-projeto 73
Quadro 23 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Projeto Individual Qualificação e Inovação - Objetivos empresariais que motivaram a candidatura 75
Quadro 24 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Projeto Individual Qualificação e Inovação – Características do PO Açores que motivaram a candidatura 76
Quadro 25 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Projeto Individual Qualificação e Inovação – Resultados finais ou expectáveis do projeto face ao previsto na candidatura 77
Quadro 26 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Projeto Individual Qualificação e Inovação – Resultados finais ou expectáveis do projeto face à situação da empresa no pré-projeto 79
Quadro 27 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Vale Inovação - Objetivos empresariais que motivaram a candidatura 80
Quadro 28 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Vale Inovação – Características do PO Açores que motivaram a candidatura 81
Quadro 29 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Vale Inovação – Resultados finais ou expectáveis do projeto face ao previsto na candidatura 82
Quadro 30 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Vale Inovação – Resultados finais ou expectáveis do projeto face à situação da empresa no pré-projeto 83
Quadro 31 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Objetivos empresariais que motivaram a candidatura 85
Quadro 32 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Características do PO Açores que motivaram a candidatura 86
Quadro 33 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Resultados finais ou expectáveis do projeto face ao previsto na candidatura 87
Quadro 34 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Resultados finais ou expectáveis do projeto face à situação da empresa no pré-projeto 88
Quadro 35 - Sistema de Incentivos – Quadro-síntese das principais conclusões 92
Quadro 36 - Caraterização da amostra 97
Quadro 37 - Participação e razões de não conclusão do curso (%) 98
Quadro 38 - Situação no momento da inscrição no curso, 6 meses após a participação e atualmente (%) 100
Quadro 39 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação 6 meses após a participação face ao momento da inscrição) 100

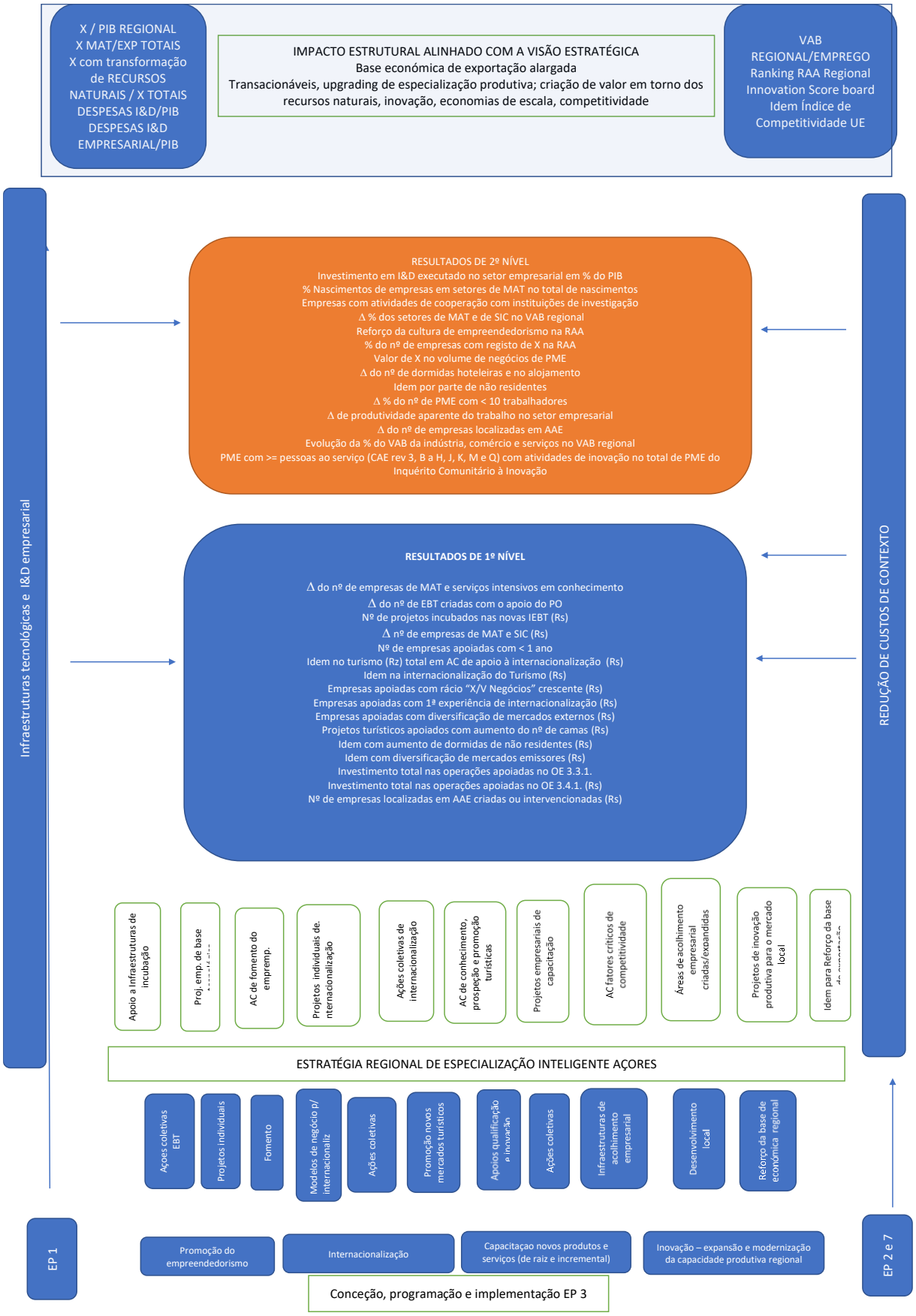
Quadro 40 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação atual face ao momento da inscrição) 101
Quadro 41 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação atual face a 6 meses após a participação) 101
Quadro 42 - Forma de conhecimento da oferta de emprego e relação contratual (%) 102
Quadro 43 - Habilitação escolar no momento da inscrição no curso, e atualmente (%) 102
Quadro 44 - Probabilidade de transição média (%) entre habilitações escolares (situação atual face ao momento da inscrição) 103
Quadro 45 - Caraterização da amostra 104
Quadro 46 - Participação e razões de não conclusão do estágio profissional (%) 105
Quadro 47 - Situação 6 meses, 12 meses após a participação e atualmente (%) 106
Quadro 48 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação 12 meses após a participação face a 6 meses após a participação) 106
Quadro 49 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação atual face a 6 meses após a participação) 107
Quadro 50 - Probabilidade de transição média (%) dos empregados, por variável de caraterização (situação atual face a 6 meses após a participação) 108
Quadro 51 - Situação 6 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional, independentemente de ter concluído ou não (%) 109
Quadro 52 - Transições face ao vínculo contratual no período que decorre 6 meses após a participação até 12 meses após a participação (%) 109
Quadro 53 - Caraterização da amostra 111
Quadro 54 - Participação e razões de não conclusão do curso (%) 112
Quadro 55 - Teria obtido o 9.º ano ou a escolaridade obrigatória (12.º ano) sem ter frequentado este percurso? (%) 113
Quadro 56 - Situação 6 meses após a participação e atualmente (%) 114
Quadro 57 - Situação 6 meses após a participação (%) 115
Quadro 58 – Indicadores de execução física por tipologia de operação Eixo Prioritário 9 (Q1) 121
Quadro 59 - Indicadores de execução física por tipologia de operação Eixo Prioritário 10 (Q1) 121
Quadro 60 - Evolução dos beneficiários de RMG/RSI, em Portugal e RA, entre 2014 e 2019 (%) 123
Quadro 61 - Taxa de atividade + 15 anos (%) Portugal e RAA, 2014-2019 124
Quadro 62 – Indicadores de execução física por tipologia de operação Eixo Prioritário 9 (Q2) 125
Quadro 63 – Indicadores de execução física por tipologia de operação Eixo Prioritário 10 (Q3) 127
Quadro 64 - Evolução da População residente com 15 e mais anos: Sem nível de escolaridade (%) ... 127
Quadro 65 - Evolução da População residente com 15 e mais anos, com o ensino básico (%) 128
Quadro 66 - Evolução da População residente com 15 e mais anos com o ensino secundário (%) 128
Quadro 67 - Evolução de alunos jovens matriculados em cursos profissionalizantes (%) 128
Quadro 68 - Evolução da taxa de retenção e desistência no Ensino Básico, em Portugal e na região dos Açores, entre 2014 e 2019 128
Quadro 69 - Evolução da taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário, em Portugal e na região dos Açores, entre 2014 e 2019 129
Quadro 70 - Evolução da taxa de abandono escolar precoce - 18-24 anos, em Portugal e nos Açores, entre 2014 e 2019 129

ANEXO 1 – Referencial de avaliação de impactos da QA nº 5: Sistemas de incentivos ao investimento privado, ações coletivas e promoção do empreendedorismo

O esquema da página seguinte descreve o aparato de programação do PO onde se inscreve o âmbito da QA em questão. Elaboramos em primeira uma curta descrição desse aparato para depois formular o quadro de transformações que aspiram aos resultados suscetíveis de assegurar um contributo efetivo desta dimensão do PO para os grandes objetivos da estratégia regional. Só depois formularemos o racional esperado das mudanças sucessivas e o modo como a avaliação se organizará para captar evidência pertinente.

Este domínio de produção de impactos corresponde à intervenção central assumida no âmbito do EP 3. O EP 3 está organizado de modo a responder a quatro constrangimentos estruturais da economia açoriana, a saber: (i) a débil cultura de empreendedorismo na RAA; (ii) a baixa representatividade dos bens transacionáveis e das exportações no VAB regional; (iii) as debilidades em matéria de práticas de gestão e de posicionamento para a competitividade das empresas regionais; (iv) a exiguidade dos mercados em que opera a generalidade das micro e pequena empresas da região, enfraquecendo o contributo dos efeitos de escala de produção na produtividade. **O racional implícito é claro**: reduzir a incidência destes constrangimentos estruturais contribuirá para aumentar o contributo esperado para a agenda de inovação e competitividade da economia regional. Como é óbvio, a concretização desse contributo não é automática. A redução de tais constrangimentos estruturais exige a criação de condições para que os próprios instrumentos de política cobertos pelo EP 3 gerem as transformações necessárias. Mas exige algo mais. Requer a criação de condições facilitadoras para além do âmbito deste EP.

Quadro 1 – Racional de produção de resultados e impactos Eixo Prioritário 3



De modo a não tornar o racional de produção de impactos demasiado complexo, consideramos no campo das condições complementares e facilitadoras a ação exercida pelas ações do EP 1 e dos EP 2 e 7. O racional para a procura de sinergias facilitadoras é diverso. No caso do EP 1, o objetivo é que por via do apoio ao desenvolvimento de infraestruturas de base tecnológica e à promoção de I&D empresarial, a economia açoriana consiga uma maior incorporação de conhecimento na produção regional, promovendo a sua maior interação com o potencial de conhecimento existente e suscetível de ser reforçado na RAA. Por essa via, os apoios através do EP 3 podem ser mais robustos. No caso dos EP 2 e 7, as condições complementares e facilitadoras podem ser resumidas na redução de custos de contexto da atividade empresarial. A descontinuidade territorial e a natureza longínqua do arquipélago exercem um efeito penalizador na exiguidade de mercados que a grande maioria das PME regionais enfrentam e geram sobrecustos que tendem a penalizar a sua competitividade. Ora, se as ações dos EP 2 e 7 conseguirem reduzir custos de contexto isso tenderá favorecer respostas empresariais mais robustas aos apoios consagrados através do EP 3.

Para ser consequente, a resposta aos constrangimentos estruturais que o EP 3 visa concretizar exige concentração estratégica de esforços. Para além do seu estatuto de condicionalidade *ex-ante* quer o PO Açores teria de respeitar, a EREI Açores 2014-2020 permite que os apoios proporcionados pela intervenção do EP 3 sejam concretizadas num quadro de prioridades oportunamente definida pela EREI e validada entre *stakeholders* regionais. Designadamente, o contributo facilitador e transformador dos apoios através do EP 1 está diretamente vinculado às prioridades da EREI Açores e o seu pleno enquadramento nessas prioridades é condição de admissibilidade aos referidos apoios.

A resposta do EP 3 aos constrangimentos estruturais atrás identificados conduz a quatro frentes de intervenção bem definidas: (i) a promoção de uma cultura regional de empreendedorismo mais robusta; (ii) a promoção de melhores condições de internacionalização das empresas regionais e da atividade turística regional, com ênfase na formação de novos modelos de negócio concebidos em função dessa prioridade; (iii) a capacitação das empresas da RAA para a competitividade e inovação e (iv) a capacitação organizacional e de gestão para o crescimento de PME em mercados regionais, nacionais e internacionais mais amplos.

É também relevante registar, veremos que releva já do domínio operacional das atividades, o modo como as quatro frentes são operacionalizadas em termos de instrumentos, desenhados para influenciar o comportamento de beneficiários (PME, empresários, associações e outras entidades). Para além da elencagem no PO e nos avisos de abertura dos concursos das tipologias de operações apoiadas, que enquadra a reação desejada dos beneficiários, é possível encontrar algumas regularidades. Assim, para as 4 frentes de apoio, encontramos sempre apoios a projetos individuais, a ações coletivas e a projetos simplificados de investimento. Quer isto significar que, do ponto de vista dos mecanismos desejados para a produção de resultados, se opta por três tipos de influência sobre os beneficiários potenciais: (i) estímulo da procura individual das empresas, no pressuposto de que o incentivo é por si só estimulante e compensador; (ii) utilização de modelos de estratégias de eficiência coletiva (ações coletivas)

para envolver, estimular e disseminar conhecimento num conjunto alargado de beneficiários potenciais, gerando efeitos de demonstração e imitação entre empresas e até efeitos-rede; (iii) admissão de projetos simplificados de investimento de modo a reduzir para determinados beneficiários os custos de transação de elaboração de candidaturas e promovendo a aprendizagem inicial de contacto com a mecânica dos sistemas de incentivos; (iv) apoio a entidades de intermediação que no âmbito das suas funções dinamizam a resposta de empresas individuais.

A modalidade de concursos-convite preenche esta última modalidade. Por exemplo, no apoio ao empreendedorismo de base tecnológica, através de um concurso-convite, opta-se por convidar uma infraestrutura de base tecnológica existente (NONAGON em S. Miguel, por exemplo) para "Dinamização de uma rede de suporte às empresas e empreendedores: workshops, seminários e ações de sensibilização para os fatores críticos da competitividade (inovação, eficiência energética, TIC, etc.) e para o fomento do espírito empresarial". É o caso também do convite à ATA (Turismo dos Açores) no âmbito do objetivo 3.2 e ao Centro Regional de Apoio ao Artesanato no âmbito do objetivo 3.3. Um outro exemplo é o do apoio à criação de Incubadoras de Base Tecnológica no âmbito do mapeamento validado pela Comissão Europeia, caso do PCT-TER atividades ligadas à economia verde, às indústrias criativas e à biotecnologia e AZ-MAR-TEC (atividades ligadas à Economia do Mar).

Noutro caso ainda, objetivo 3.4, respeitante a projetos de capacitação para crescimento de PME em mercados regionais, nacionais e internacionais, a componente de subvenção não reembolsável é passível da utilização de instrumentos financeiros.

A tabela da página seguinte descreve a interpretação que a equipa de avaliação realiza da cadeia de impactos inerente aos instrumentos dos sistemas de incentivos, ações coletivas e apoio ao empreendedorismo.

Justifica-se uma particular referência à sequência de transformação de resultados de 1º nível em resultados de 2º nível /impactos, que interpretamos como sendo um processo de alargamento de resultados do âmbito de intervenção do PO Açores (ou seja com a amplitude da massa de empresas apoiadas) à sua incidência na economia regional. Quer isto significar que, no âmbito desta última transformação, estarão em causa não apenas a importância relativa do número de empresas e outras entidades apoiadas e do investimento total associado na economia regional (quanto maior esse peso maior a probabilidade de ocorrência de impactos), mas também outros efeitos dinâmicos de interação, demonstração e imitação pela força da concorrência gerados pela intervenção do PO na economia regional. Isto significa que é nesta última sequência de transformações que a ação do PO carece de conjunções complementares para que a sua ação se repercuta na economia regional e na sua agenda estratégica para a competitividade. Do mesmo modo, é também nesta fase da cadeia de impactos que o contributo dos EP 1 e EP 2 e 7 é mais relevante, não ignorando a influência do PO na criação de recursos humanos mais qualificados.

Quadro 2 – A – DAS ATIVIDADES ÀS REALIZAÇÕES

ATIVIDADES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	REALIZAÇÕES
A1. Seleção dos instrumentos de política considerados pertinentes para mitigar os constrangimentos estruturais objeto de mitigação por parte do EP 3	Mz1. As empresas individuais alvo dos apoios do EP 3 reagem positivamente às tipologias de instrumentos de política propostas no seu contexto de funcionamento à data do lançamento dos avisos Mz2. As entidades de intermediação selecionadas para concursos-convite conseguem envolver e dinamizar a participação de um número satisfatório de empresas, no quadro da sua representatividade Mz3. As ações coletivas apoiadas são organizadas e configuram ações suficientemente estimulantes para dinamizar a participação de empresas e criar entre elas efeitos de demonstração e rede Mz4. O mercado regional de serviços de consultoria às empresas interpreta o quadro de apoios do EP 3 como uma oportunidade de negócio assumindo-se como fator de intermediação junto do tecido empresarial da região	FCz1. Erros de diagnóstico das necessidades de investimento do tecido empresarial da RAA e na estratificação das empresas-alvo FCz2. Debilidade do mercado regional de consultoria às empresas FCz3. Fraca representatividade associativa das entidades de intermediação selecionadas FCz4. Desarticulação entre ações coletivas de promoção da internacionalização turística e estratégias dos principais *players* FCz5. Dificuldades de resposta da RAA às prioridades temáticas da EREI, dificultando o apoio ao EP 3 das ações do EP1 FCz6. As simplificações administrativas ensaiadas em alguns avisos e modalidades de apoios não são percebidas como tal pelas empresas sem experiência de acesso ao sistema de incentivos FCz7. Custos de contexto não suficientemente impactados pelos apoios dos EP 2 e 7 FCz8. Fraca capacidade de impacto das ações de sensibilização/comunicação	As realizações inerentes à transformação esperada envolvem essencialmente o comportamento da procura face aos apoios propostos (ver indicadores de realização): • Empreendedores individuais, especialmente de base tecnológica • Participações em ações coletivas de capacitação para o empreendedorismo • Empresas com projetos de internacionalização e operadores turísticos • Empresas com projetos de capacitação para o desenvolvimento de novos produtos e serviços • Empresas com investimento de dinamização do mercado interno (local e regional) • Empresas com investimento de reforço da base económica de exportação/inovação • Empresas com reação positiva aos apoios para projetos simplificados de investimento • Empresas que surgem associadas às externalidades positivas das
A2. Tipificação e estratificação do tecido empresarial beneficiário de modo a formatar apoios em função dessas características			
A3. Mobilização do exercício de mapeamento realizado pela Comissão Europeia na vertente respeitante às ações do EP3			
A4. Identificação de entidades regionais de intermediação passíveis de assumir o estatuto de beneficiárias em concursos-convite			
A5. Idem de entidades regionais a envolver seja por convite, seja por concurso aberto em ações coletivas para os objetivos 3.1, 3.2, 3.3. e 3.4	Mz5. As prioridades temáticas de investimento propostas pela EREI Açores são internalizadas pelas empresas da RAA permitindo focar os apoios do EP3 Mz6. Os apoios dos EP 2 e 7 criam junto das empresas da Região a perceção de que serão observadas melhorias em termos de custos de contexto		
A6. Identificação de complementaridades esperadas com os apoios a concretizar no âmbito do EP1 e dos EP 2 e 7			

ATIVIDADES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	REALIZAÇÕES
A7. Definição e lançamento das tipologias de avisos necessários	Mz7. Os apoios destinados à capacitação empresarial para o crescimento em mercado regional e local acolhem um número suficientemente elevado de PME regionais Mz8. As ações coletivas focadas na promoção da atração turística da RAA para não residentes nacionais correspondem e potenciam coerentemente ações de promoção realizadas pelos principais operadores turísticos da RAA Mz9. O grau de simplificação administrativa dos apoios a projetos simplificados de investimento reduz substancialmente os custos de acesso aos apoios dos sistemas de incentivos Mz10. As ações de comunicação do PO são suficientemente apelativas e diretas para suscitar um incremento significativo da informação empresarial	FCz9. Alterações de contexto de mercado dificultando a execução de projetos FCz10. Dificuldades de adaptação das empresas à modalidade de subvenções reembolsáveis com intervenção de instrumentos financeiros	várias tipologias de ações coletivas apoiadas
A8. Operacionalização de concursos para projetos simplificados de investimento			
A9. Conceção de grelhas de análise de mérito de projetos em função da procura desejada e da qualidade de projetos a atingir			
A10. Conceção e implementação de ações de sensibilização da procura em função do caráter inovador das matérias em aviso de concurso			
A11. Criação de mecanismos expeditos de monitorização da procura aos diferentes instrumentos suscetível de gerar avisos complementares			

PRINCIPAIS INDICADORES A MOBILIZAR
IRz1 – Nº de empresas e investimento total em operações apoiadas no OE 3.1.1. IRz2- Nº de projetos e investimento total de ações de capacitação para o empreendedorismo IRz3 - Nº de empresas e investimento total no OE 3.2.1. no turismo e nos restantes setores IRz4 - Nº de empresas e investimento total em operações apoiadas no OE 3.3.1. IRz5 – Investimento apoiado de inovação produtiva direcionada para o mercado local IRz6 – Nº de empresas apoiadas na modalidade de projetos simplificados de investimento IRz7 – Nº de entidades selecionadas para concursos por convite IRz8 – Nº de avisos lançados com correções induzidas pela monitorização da procura

ATIVIDADES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	REALIZAÇÕES
IRz9 – Nº de operações não aprovadas por objetivo do EP 3 (3.1, 3.2, 3.3 e 3.4) IRz10 – Nº de ações de sensibilização/comunicação realizadas no âmbito do EP 3 (desejavelmente com registo de presenças) IRz11. Nº e % de empresas inquiridas que registam a não adequação dos instrumentos de apoio e respetivas condições de acesso às suas necessidades de investimento			
ABORDAGEM METODOLÓGICA			
Para a fundamentação desta transformação de atividades em realizações concorre a mobilização de evidências a partir dos seguintes elementos de recolha e tratamento de informação: • A análise documental coadjuvada com as entrevistas à AG e às entidades do Governo Regional que assumem estatuto de organismo intermédio na implementação do EP 3 permitirão mobilizar evidências sobre as condições de operacionalização de todo o universo de tipologias de instrumentos de política, de tipologias de operações e de ações de sensibilização de procura; • A recolha (e construção) e tratamento de indicadores de realização conforme listagem acima apresentada permitirá enquadrar quantitativamente o êxito ou insucesso desta sequência de operações; • O Estudo de Caso sobre a evolução do Sistema Regional de Inovação da RAA permitirá avaliar de que modo as realizações induzidas pelo apoio proporcionado pelo EP 1 criaram ou condições facilitadoras da reatividade das empresas regionais aos instrumentos de apoio do EP 3; • As entrevistas às entidades do Governo Regional responsáveis pela condução das ações apoiadas permitirão avaliar se é legítimo considerar que tais ações tiveram influência na redução dos custos de contexto em que a atividade empresarial na RAA se inscreve; • Finalmente, o processo de inquirição permitirá (i) sistematizar o testemunho (que se espera representativo) das empresas apoiadas quanto ao grau de adequação dos instrumentos e apoios propostos face às suas necessidades e (ii) avaliar de que modo os projetos simplificados de investimento foram percebidos.			

Quadro 3 – B DAS REALIZAÇÕES AOS RESULTADOS DE 1º NÍVEL

REALIZAÇÕES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 1º NÍVEL
As realizações inerentes à transformação esperada envolvem essencialmente o comportamento da procura face aos apoios propostos (ver indicadores de realização): • Empreendedores individuais, especialmente de base tecnológica • Participações em ações coletivas • Empresas com projetos de internacionalização e operadores turísticos • Empresas com projetos de capacitação para o desenvolvimento de novos produtos e serviço • Empresas com investimento de dinamização do mercado interno (local e regional)	Ms1. As infraestruturas de base tecnológicas apoiadas pelo PO e envolvidas em processos de promoção de empreendedorismo de base tecnológica mobilizam na RAA os recursos de conhecimento adequados para suscitar um bom acolhimento de *start-up's* tecnológicos Ms2. As Ações Coletivas apoiadas de promoção do empreendedorismo focam-se nas dimensões de maior fragilidade das ideias de projeto apresentadas Ms3. As empresas apoiadas à luz do OE 3.2.1. desenvolvem modelos de negócios orientados para o aumento do rácio "Exportações/Volume de Negócios" e para o aumento do nº de camas hoteleiras e dormidas de não residentes Ms4. As Ações Coletivas de promoção do acesso a novos mercados geram o envolvimento de empresas sem experiência de internacionalização Ms5. As ações de demonstração apoiadas nas Ações Coletivas OE 3.3.1 induzem comportamentos de inovação produtiva nas empresas participantes Ms6. O apoio à criação e intervenção em AAE permite acolher as condições de envolvência de empresas aí localizadas	FCs1. Ausência de massa crítica de projetos de base tecnológica por debilidade do Sistema Regional de Inovação da RAA e baixa intensidade de práticas colaborativas entre investigação e tecido empresarial FCs2. Incipiente oferta de "venture capital" FCs3. Reduzida maturidade das infraestruturas de base tecnológica existentes FCs4. Baixo grau de participação e dinamização das Ações Coletivas apoiadas FCs5. Fraca disseminação da cultura de inovação entre o tecido empresarial e deficientes condições de visibilidade e demonstração FCs6. Perceção agravada por parte das empresas das barreiras à internacionalização em condições de descontinuidade territorial e de ultraperiferia FCs7. Inércia de estratégias empresariais em contexto de mercado interno geradoras de fraca intensidade de inovação FCs8. Dificuldades de acesso a instrumentos financeiros	Rs1. As Incubadoras de Base Tecnológica apoiadas pelo PO conseguem gerar por via da capacitação realizada projetos de empreendedorismo de base tecnológica e incubar projetos com incorporação de conhecimento existente na RAA Rs2. As ações de capacitação para o empreendedorismo apoiadas geram procura adicional aos apoios do PO Rs3. Os apoios individuais ao empreendedorismo e às Incubadoras de Base Tecnológica traduzem-se no aumento do nº de novas empresas de MAT e de SIC apoiadas Rs4. Aumenta na RAA o número de empresas apoiadas com projetos de internacionalização e reformulação consequente dos seus modelos de negócio e competências de gestão Rs5. Aumenta na RAA o nº de empresas apoiadas do setor turístico com aumento de dormidas de não residentes Rs6. Aumenta na RAA o nº de empresas apoiadas com atividades de inovação

REALIZAÇÕES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 1º NÍVEL
• Empresas com investimento de reforço da base económica de exportação/inovação • Empresas com reação positiva aos apoios para projetos simplificados de investimento	Ms7. O apoio à expansão da capacidade produtiva regional concretiza-se com predomínio de atividades de inovação, incorporação de novo conhecimento e melhoria de práticas de gestão Ms8. O estabelecimento de perdões de reembolsos em função de resultados alcançados induz uma maior intensidade de processos de inovação produtiva		Rs7. Aumenta o nº de empresas da RAA com projetos de inovação/qualificação apoiados pela primeira vez Rs8. Aumenta o nº de empresas apoiadas em ações coletivas focados em fatores críticos da competitividade que apresentaram ao PO projetos de capacitação para novos produtos e serviços Rs9. As AAE apoiadas registam aumento do nº de empresas aí localizadas Rs10. As empresas apoiadas com projetos de crescimento em mercado regional/local com investimento de inovação produtiva predominam entre o total de operações aprovadas à luz do objetivo 3.4.1. Rs11. As empresas com projetos de crescimento para reforço da base económica de exportação com investimento de inovação produtiva predominam entre o total de operações aprovadas à luz do objetivo 3.4.1.
• Empresas que surgem associadas às externalidades positivas das várias tipologias de ações coletivas apoiadas			

REALIZAÇÕES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 1º NÍVEL
PRINCIPAIS INDICADORES A MOBILIZAR			
IRs1. Variação do nº de empresas de MAT e de SIC com o apoio do PO IRs2. Variação do nº de EBT criadas com apoio do PO IRs3. IRs4. Nº de empresas apoiadas em que o rácio "Exportações/Volume de Negócios" aumenta após a conclusão dos projetos apoiados IRs5. Nº empresas turísticas apoiadas que aumentaram o nº de camas após a conclusão do projeto IRs6. Nº de empresas apoiadas do setor turístico com aumento de dormidas de não residentes após a conclusão dos projetos apoiados IRs7. Nº de PME com >10 trabalhadores apoiadas com atividades de inovação IRs8. N de empresas e investimento total apoiados com a 1ª experiência de internacionalização IRs9. Nº de empresas apoiadas que aumentaram a diversificação de mercados externos Irs10. Nº de empresas localizadas em AAE criadas ou intervencionadas Irs11. Investimento total apoiado nas operações apoiadas no OE 3.4.1.(capacitação para o crescimento em mercados regionais, nacionais e externos) Irs12. Nº de empresas com atividade de inovação em operações apoiadas no OE 3.4.1. Irs13. Investimento total apoiado de inovação produtiva direcionado para o mercado regional/local Irs14. As empresas apoiadas à luz do objetivo 3.4.1. aumentam o seu contributo para o VAB regional			
ABORDAGEM METODOLÓGICA			
• Análise documental de implementação do PO e a análise da implementação dos projetos apoiados permitirão recolher evidências de comparação entre níveis de realização alcançados por objetivo estratégico do EP3 e resultados esperados • Análises por amostragem a memórias descritivas de projetos apoiados permitirão recolher evidência sobre o potencial de transformação dos projetos apoiados em resultados • As entrevistas às 3 infraestruturas de base tecnológica apoiadas permitirão recolher evidências acerca dos resultados alcançados em matéria de disseminação de cultura de empreendedorismo de base tecnológica • A análise sistemática dos indicadores a mobilizar (ver secção anterior) permitirão elaborar sínteses quantitativas de alcance de resultados de 1º nível			

Quadro 4 – C - DOS RESULTADOS DE 1º NÍVEL AOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS

RESULTADOS DE 1º NÍVEL	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS
Rs1. As Incubadoras de Base Tecnológica apoiadas pelo PO conseguem gerar por via da capacitação realizada projetos de empreendedorismo de base tecnológica e incubar projetos com incorporação de conhecimento existente na RAA Rs2. As ações de capacitação para o empreendedorismo apoiadas geram procura adicional aos apoios do PO Rs3. Os apoios individuais ao empreendedorismo e às Incubadoras de Base Tecnológica traduzem-se no aumento do nº de novas empresas de MAT e de SIC apoiadas Rs4. Aumenta na RAA o número de empresas apoiadas com projetos de internacionalização e reformulação consequente dos seus modelos de negócio e competências de gestão Rs5. Aumenta na RAA o nº de empresas apoiadas do setor turístico com aumento de dormidas de não residentes	Mi1. Os projetos de empreendedorismo tecnológico apoiados tiram partido do conhecimento desenvolvido pela investigação regional e representam uma massa crítica de investimento face ao nível corrente de *start-up's* na RAA Mi2. Os apoios ao empreendedorismo tecnológico beneficiam dos apoios desenvolvidos pelo EP1 à I&D empresarial e à intensificação de práticas colaborativas Mi3. Através de mecanismos de interação entre empresas apoiadas e empresas não apoiadas dissemina-se o impulso para a introdução de práticas de gestão focadas na inovação Mi4. As ações de promoção de novos mercados turísticos apoiadas pelo PO geram externalidades positivas para um número significativo de empresas e atividades turísticas na RAA Mi5. O número de empresas apoiadas pelo PO que aumentaram a produtividade aparente do trabalho após a conclusão dos seus projetos é	FCi1. Massa crítica de projetos de start-up's tecnológico reduzida FCi2. Limiar crítico de maturidade do Sistema Regional de Inovação da RAA não atingido em termos de I&D empresarial e de práticas colaborativas entre investigação e empresas FCi3. A ultraperifericidade e os apoios à sua mitigação inibem uma cultura de empreendedorismo na RAA FCi4. A baixa intensidade das relações interindustriais (setoriais) na RAA reduz a intensidade dos efeitos de *spillover* entre empresas apoiadas e não apoiadas FCi5. A exiguidade do mercado interno regional e a baixa gama de oportunidades de aumento de escala de produção inibem investimentos de inovação produtiva FCi6. O baixo grau de integração dos principais *players* turísticos e hoteleiros da RAA com a economia regional dificulta a disseminação de *spillovers* em matéria de práticas de gestão e de inovação para a economia regional	Ri1. Aumenta o peso das empresas de MAT e de SIC na economia regional Ri2. Aumenta a despesa em I&D empresarial concretizada na economia regional Ri3. Aumenta o rácio "Investimento em empreendedorismo qualificado (de base tecnológica) /investimento de empreendedorismo de necessidade (criação do próprio emprego) Ri4. Aumenta o peso das exportações no PIB regional) Ri5. Melhora a posição da RAA nos rankings do desempenho empreendedor Ri6. Melhora a posição absoluta da RAA nas variáveis mais ligadas à inovação produtiva no índice do *European Regional Innovation Board* Ri7. Aumenta a produtividade aparente do trabalho na economia regional, não só nos setores mais diretamente ligados ao mercado

RESULTADOS DE 1º NÍVEL	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS
Rs6. Aumenta na RAA o nº de empresas apoiadas com atividades de inovação Rs7. Aumenta o nº de empresas da RAA com projetos de inovação/qualificação apoiados pela primeira vez Rs8. Aumenta o nº de empresas apoiadas em ações coletivas focados em fatores críticos da competitividade que apresentaram ao PO projetos de capacitação para novos produtos e serviços Rs9. As AAE apoiadas registam aumento do nº de empresas aí localizadas Rs10. As empresas apoiadas com projetos de crescimento em mercado regional/local com investimento de inovação produtiva predominam entre o total de operações aprovadas à luz do objetivo 3.4.1. Rs11. As empresas com projetos de crescimento para reforço da base económica de exportação com investimento de inovação produtiva predominam entre o total de operações aprovadas à luz do objetivo 3.4.1.	representativo na economia regional e gera *spillovers* de produtividade extensivos outras empresas Mi6. As empresas apoiadas com projetos geradores do aumento do rácio "Exportações/Volume de Negócios") geram efeitos de demonstração no tecido empresarial que reduzem a perceção das barreiras de entrada nos mercados externos determinadas pela natureza de arquipélago longínquo Mi7. A notoriedade de localização alcançada pelas empresas localizadas em AAE criadas ou intervencionadas estimula a emergência de estratégias de relocalização Mi8. As incubadoras de base tecnológica com intermediação nos processos de empreendedorismo tecnológico atraem à RAA investidores de capital de risco suscetíveis de apoiar a maturação dos projetos	FCi7. A redução dos custos de contexto da ultraperifericidade não é substancial, não permitindo alterar a perceção empresarial quanto às barreiras à internacionalização FCi8. A RAA não consegue fixar uma massa crítica de recursos humanos avançados FCi9. Dificuldades de rejuvenescimento da capacidade empresarial regional inibem a disseminação de estratégias de internacionalização e inovação FCi10. A debilidade do associativismo empresarial dificulta a disseminação de melhores práticas de gestão	regional, mas também nas atividades mais exportadoras Ri8. Aumenta o nº de dormidas de não residentes na atividade hoteleira e turística Ri9. Aumenta a diversidade dos mercados emissores de turistas para a RAA Ri10. Aumenta o número de empresas localizadas em AAE com boas condições de ordenamento Ri11. Aumenta o VAB gerado nos setores industrial, comércio e serviços

RESULTADOS DE 1º NÍVEL	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS
INDICADORES A MOBILIZAR			
• IRi1. Investimento em I&D executado no setor empresarial em % do PIB • IRi2. % Nascimentos de empresas em setores de MAT no total de nascimentos • IRi3. Empresas com atividades de cooperação com instituições de investigação • IRi4. Aumento % dos setores de MAT e de SIC no VAB regional • IRi5. Reforço da cultura de empreendedorismo na RAA • IRi6. % do nº de empresas com registo de X na RAA • IRi7. Valor de X no volume de negócios de PME		• IRi8. Aumento do nº de dormidas hoteleiras e no alojamento • IRi9. Idem por parte de não residentes • IRi10. Aumento % do nº de PME com < 10 trabalhadores • IRi11. Aumento do nível de produtividade aparente do trabalho no setor empresarial • IRi12. Aumento do nº de empresas localizadas em AAE • IRi13. Evolução da % do VAB da indústria, comércio e serviços no VAB regional • IRi14. PME com >= pessoas ao serviço (CAE rev 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação	
+ Indicadores de âmbito mais sintético e global • IRi15. X/PIB regional • IRi16. X de MAT/X totais • IRi17. X com transformação de recursos naturais/ X totais • IRi18. Despesas de I&D total/PIB		• IRi19. Despesas de I&D empresarial/PIB • IRi20. VAB regional /Emprego • IRi21. Evolução do ranking da RAA no *Regional Innovation Scoreboard* • IRi22. Idem no Índice Regional de Competitividade da Comissão Europeia	

RESULTADOS DE 1º NÍVEL	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS
ABORDAGEM METODOLÓGICA			
A dimensão fundamental da abordagem metodológica a esta última fase da sequência de geração de impactos será concretizada essencialmente em torno da construção e mobilização dos indicadores acima referidos. O racional desta sequência é o confronto entre a produção de resultados no âmbito de intervenção do PO Açores (já alcançados e esperados em função dos níveis de compromisso já atingidos) e os seus reflexos nos indicadores da economia regional que medem os constrangimentos estruturais aos quais o EP 3 pretende dar resposta. A abordagem metodológica global do trabalho de avaliação não integra a inquirição de empresas não apoiadas no âmbito do PO. Por isso, a integração na análise da evolução da economia regional será assegurada através da mobilização de indicadores respeitantes ao universo da economia regional cuja publicação esteja em linha com o período de implementação dos projetos apoiados e da mobilização complementar dos resultados de entrevistas com entidades regionais capazes de ler o que se passa no âmbito do aprovado no PO e no âmbito da evolução da economia regional. Como foi oportunamente assinalado, o confronto entre as duas dinâmicas (a das aprovações do PO e a da economia regional) não depende apenas do peso que tais apoios representam em termos do nº de empresas e do investimento apoiado face à Formação Bruta de Capital Fixo para os setores apoiados. A abordagem metodológica proposta pela equipa de avaliação considera ainda a importância de efeitos dinâmicos (demonstração, imitação, *spillovers*, efeitos das estratégias de eficiência coletiva, rotação de trabalhadores qualificados, entre outros) para justificar que os efeitos gerados pelos apoios do PO possam ser mais latos do que os inerentes ao peso das empresas e do investimento total apoiado. Finalmente, o Estudo de Caso sobre a maturação do Sistema Regional de Inovação constituirá a fonte primacial de evidências para avaliar de que modo a intervenção do EP 1 e da EREI Açores 2014-2020 tendeu ou não a completar o contributo dos apoios do EP 3 para as mudanças estruturais pretendidas para a economia regional e para os seus padrões de inovação, competitividade e internacionalização.			

ANEXO Nº 2 – Referencial de avaliação de impactos para a QA nº 6: qualificação e do combate ao abandono escolar e ainda no domínio do combate à pobreza e exclusão social

O diagrama da página seguinte formaliza o quadro de mudanças que está implícito na geração esperada de impactos tal como decorre do enunciado da questão nº 6. Esta questão de avaliação pelo seu enunciado e pelo conjunto de EP que envolve assume ela própria uma vastidão de instrumentos, tipologias de operações e incidências: integração no mercado de trabalho, melhoria das qualificações, combate ao abandono e insucesso escolar e combate à exclusão social. Para cada um destes domínios de intervenção estabelecem-se racionais e cadeias próprias de produção de impactos, sem prejuízo de existir uma forte interdependência entre eles.

O racional estratégico que estrutura a abordagem acolhida nos Eixos 8,9 e 10 dirige a sua resposta a um conjunto de domínios-problema com relevante expressão na RAA e cuja definição apresenta características estruturais: i) o elevado desemprego, nele se incluindo o relacionado com a desqualificação dos recursos humanos que atinge sobretudo os mais velhos e o que se gera a partir de bloqueios na transição para o mercado de trabalho por parte dos jovens; ii) a produção de formas de exclusão social muito associadas à marginalização do mercado de trabalho, à limitação no acesso a serviços sociais básicos, nomeadamente de saúde e apoio social, e à fragilização das dinâmicas de cidadania e participação social; iii) a persistência de trajetos de abandono e insucesso escolar que fragilizam as expetativas de inserção profissional dos jovens e limitam o potencial de robustecimento da competitividade económica regional. Como com facilidade se reconhece, implícita a este enunciado está uma elevada interdependência entre os domínios-problema identificados e, consequentemente, entre as estratégias de ação delineadas.

Os instrumentos dirigidos a promover a inserção no mercado de trabalho submetem a sua ação dentro de um referencial que combina incentivos dirigidos a financiar custos de contratação, financiar a iniciativa empresarial e promover experiências de trabalho que ajudem a remover barreiras à contratação. Dito de outro modo, esperam-se ganhos em matéria de emprego suportados em instrumentos que reduzem o risco do lado da oferta e apoiam qualificação da procura.

No plano do combate à exclusão social, a estratégia de ação procura evitar a limitação no acesso a condições básicas de integração: i) o exercício de atividades socialmente úteis que impeçam uma acrescida marginalização dos mecanismos básicos de socialização e promovam o desenvolvimento de competências essenciais para a empregabilidade; ii) o reforço da capacidade de cobertura, em capacidade de oferta e qualidade de serviços, por parte da rede de serviços básicos de saúde e apoio social. A intervenção neste eixo trata de procurar remover os mecanismos que agravam severamente os contextos de desfavorecimento social e as consequentes dinâmicas de exclusão.

O racional estratégico subjacente ao Eixo 10 de intervenção investe no apoio à diversificação e flexibilização das estratégias de oferta de formação dirigidas a jovens e adultos como recurso para dissipar os baixos níveis de participação e sucesso em educação e formação que o contexto de partida sinaliza. Neste caso, a prioridade atribuída ao objetivo estratégico da qualificação é suportada pela colocação de incentivos à qualificação da oferta (sobretudo por via da sua diversificação mas também no plano infraestrutural) na rede de operadores de educação e formação constituída.

Quadro 5 -Racional de produção de resultados e impactos dos Eixos Prioritários 8,9 e 10

GOE 3 Sociedade inclusiva e equilibrada, melhoria de qualificações e combate a todas as formas de exclusão

Resultados 2º nível

- Promoção do emprego (sustentável e de qualidade) e da igualdade de género e do combate ao desemprego, nomeadamente o desemprego jovem

- Aumento dos níveis de ativação e integração de grupos sociais desfavorecidos e vulneráveis
- Reforço das respostas sociais e do acesso a serviços de apoio à inclusão

- Evolução dos níveis de qualificação escolar e profissional dos jovens e dos adultos
- Evolução da empregabilidade e contribuição para a melhoria da competitividade das organizações regionais

Resultados 1º nível

- Melhoria das condições de empregabilidade e do apoio à integração sustentada de desempregados/as e de jovens à procura do primeiro emprego de diferentes qualificações
- Estímulo à criação do próprio emprego e ao empreendedorismo por parte dos desempregados

- Melhoria das condições de empregabilidade dos grupos vulneráveis
- Aumento das qualificações e das competências dos colaboradores da economia social
- Fomento das condições de acesso aos serviços e equipamentos sociais e de saúde

- Redução do insucesso e abandono escolar e do número de jovens NEET:
- Melhoria das condições de empregabilidade dos diplomados;
- Formação avançada em áreas relevantes para o desenvolvimento da economia regional e com empregabilidade;
- Aumento da qualificação escolar e profissional dos adultos e mobilização para a ALV
- Criação de condições favoráveis ao ensino e aprendizagem na RAA

Realizações

- Jovens (qualificações de nível secundário e superior) frequentam até ao final estágios profissionais
- Ex-estagiários e desempregados são contratados ao abrigo dos apoios à contratação
- Desempregados desenvolvem iniciativas de criação do próprio emprego
- Mulheres desempregadas frequentam até ao final experiências de trabalho/ substituição de licenças de maternidade
- Ativos desempregados e empregados frequentam até ao final ações de qualificação

- Pessoas em contexto de pobreza e exclusão frequentam até ao final experiência de trabalho/ serviço à comunidade
- Colaboradores da economia social frequentam ações de capacitação orientadas para a qualidade do serviço
- Apoio à rede regional de cuidados continuados
- Construção, ampliação e qualificação de equipamentos sociais e de saúde

- Mobilização de jovens em risco de abandono escolar precoce para ações de dupla certificação de nível 1, 2 e 4
- Mobilização de jovens para percursos de qualificação (escolar e/ou profissional) de qualidade e orientadas para o mercado de trabalho
- Apoio a doutoramentos e pós doutoramentos em áreas relevantes e com empregabilidade
- Mobilização de adultos para percursos de qualificação escolar e profissional
- Construção, ampliação e qualificação de equipamentos escolares

Atividades: *Conceção, montagem e operacionalização ... Quadro institucional e estrutura de gestão;* Instrumentos de gestão dos apoios (regulamentos, avisos, formulários, mecanismos de apoio, grelhas de análise); *Ações de comunicação e de dinamização da procura; Concursos e publicitação de resultados;* Ações de acompanhamento e monitorização dos apoios; Sistema de informação do PO; Gestão financeira e de pagamentos;

EP 8 **Emprego e Mobilidade Laboral**
Apoios à contratação, Estágios , Apoio CPE, Maternidade/ empregabilidade feminina, Formação modular

EP 9 **Inclusão social e combate à pobreza**
Programas ocupacionais, Apoio rede regional de cuidados continuados, Capacitação colaboradores da economia social , Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde

EP 10 **Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida**
PROFIJ, Formação avançada, Formação modular, RVCC, Competências básicas, Cursos Profissionais, CET, Infraestruturas e equipamentos rede escolar

O quadro de ação proposto para os Eixos 8, 9 e 10 privilegia, como atrás se identificou, a resposta às problemáticas da inserção no mercado de trabalho, de redução das desigualdades no acesso a recursos básicos de inserção social e à promoção da aprendizagem ao longo da vida. A contiguidade e relação entre estes domínios de intervenção é óbvia, entreajudando-se mutuamente a partir de pontos de atuação complementares. O reconhecimento da existência de uma leitura integrada do problema é atestado pela relação de complementaridade existente entre os diferentes domínios de ação e as várias tipologias de operação.

A prioridade atribuída às questões da promoção da qualificação da população residente na região e do combate à pobreza e exclusão social encontra percetível fundamento nos indicadores de partida relacionados com o desempenho do mercado de trabalho, o nível de qualificação da população e os níveis de pobreza e desigualdade. A sua natureza estrutural não afastou o reflexo dessa pertinência quando convocamos os mesmos dados à data de hoje.

Com efeito, alguns dados estatísticos ilustram o percurso feito, sublinhando uma melhoria significativa em indicadores fundamentais de caracterização da situação socioeconómica, mas que não parece afastar ao dia de hoje a pertinência das prioridades assumidas. Um dos principais progressos registados situa-se ao nível do mercado de trabalho, em particular ao nível do desemprego. Ainda assim, tendo caído para cerca de metade entre 2014 e 2018 a taxa de desemprego (de 16,3% para 8,6%) não deixou de ser um problema, com perfil agravado face ao verificado no Continente. Este progresso é bastante mais atenuado quando o foco se coloca na população jovem, prevalecendo taxas de desemprego mais elevadas e uma muito expressiva taxa de jovens NEET (24,1% nos Açores em 2018 quando no Continente se fica nos 11,7%). Estas dinâmicas situam um espaço importante de interpelação à programação do PO Açores e aos ganhos que tem permitido obter. À relevância da prioridade parece ser possível atribuir já significativa validação, sendo no plano da relevância da estratégia e da eficácia da ação que releva concentrar o olhar.

Esta mesma perceção é compaginável com a leitura preliminar de alguns indicadores em matéria de educação e formação. Com efeito, o progresso registado, por exemplo, ao nível da taxa de abandono escolar precoce retrata a persistência de um problema complexo que a programação elege como prioritário no seu Eixo 10. A taxa de abandono escolar precoce recuou de 32,8% em 2014 para 28,3% em 2018 pelo que discutir a prioridade de política pública não é confinável à validação do problema antes exigindo discutir o conteúdo da resposta.

Como é evidente, neste breve enunciado ensaia-se a interação entre estas duas vertentes do problema e entre os dois domínios de atuação que lhe são dirigidos. Os ganhos que não se alcançam do lado da escolarização e qualificação são traduzidos em acrescida dificuldade na gestão da dinâmica do mercado de trabalho e na expressão do desemprego jovem. Dito de outro modo, a eficácia das intervenções no domínio da inserção para o mercado de trabalho (Eixo 8) têm significativa interdependência com os resultados propiciados pela estratégia de aposta na qualificação (Eixo 10), acontecendo isto tanto ao nível da população jovem como da população adulta.

Do mesmo modo, a exposição ao risco de exclusão - que afeta, segundo o INE, 36,4% da população residente nos Açores – não é variável independente de tudo o resto. Não foi possível apurar o progresso feito neste âmbito, mas a expressão do valor não convoca hesitação quanto à atribuição de prioridade à problemática. Mitigar o risco é um imperativo servido por políticas públicas que

assegurem condições de maior igualdade no acesso a recursos básicos como sejam a prestação de cuidados de saúde, o apoio social ou a rendimentos básicos (o Eixo 9 acolhe relevantes contributos neste domínio). Prevenir o risco supõe contexto de desenvolvimento social e progresso económico que requerem a ação de políticas públicas setoriais combinadas que exigem, num primeiro plano, um olhar integrado para o conjunto de tipologias de operação dos três eixos a que se refere esta questão de avaliação.

Serve esta breve síntese para situar os termos de partida do percurso avaliativo a fazer no âmbito da QA6. Dele se destaca o desafio de interpelar as prioridades, mas, talvez sobretudo e exigindo maior acuidade analítica, de discutir e analisar a estratégia sabendo que ela é uma combinação de opções e não um somatório de respostas.

Quadro 6 – A - DAS ATIVIDADES ÀS REALIZAÇÕES

ATIVIDADES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	REALIZAÇÕES
EP8. Emprego e Mobilidade Laboral **EP 9 Inclusão social e combate à pobreza** **EP 10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida** Conceção, montagem e operacionalização do quadro institucional e estrutura de gestão Conceção e montagem dos instrumentos de gestão dos apoios (regulamentos, avisos, formulários, mecanismos de apoio, grelhas de análise ...); Ações de comunicação e de dinamização da procura Lançamento de concursos, análise das candidaturas e publicitação de resultados Operacionalização do Sistema de Informação Gestão administrativa e financeira dos apoios Ações de acompanhamento e monitorização dos apoios	Mz1. A oportunidade de financiamento dinamiza a oferta de estágios e oportunidades de emprego por parte dos empregadores. Mz2. A legibilidade e eficácia da configuração e implementação das medidas facilita a procura por parte dos promotores. Mz3. Os sistemas de orientação escolar e profissional e de sinalização de jovens em risco organizam a constituição de procura. Mz4. A rede de oferta de formação adequa o perfil de oferta ao perfil dos potenciais formandos e à dinâmica da procura por parte dos empregadores. Mz5. As estratégias pedagógicas e de acompanhamento das medidas de emprego e de formação reforçam o compromisso dos destinatários. Mz6. O apoio técnico aos projetos de autoemprego	FCz1. Adequação dos instrumentos dirigidos aos beneficiários (legibilidade, estímulo à procura ...) FCz2. Adequação dos processos de gestão dos apoios (grelhas de análise, critérios de admissibilidade e seleção, resposta administrativa, prazos processuais de lançamento e decisão dos concursos) FCz3. Dotação ajustada aos resultados esperados FCz4. Procura/ promotores e destinatários finais responde às antecipações realizadas (programação física e financeira) FCz5. Qualidade das candidaturas conforme os critérios definidos e resultados esperados FCz6. Sistema de monitorização a avaliação do PO acompanha e execução e os resultados dos projetos FCz7. Execução física e financeira e qualidade dos projetos compatível com os resultados esperados (divulgação, estruturação da oferta, formadores, capacitação, viabilidade dos projetos de CPE) FCz8. Sistemas de monitorização e avaliação dos projetos acompanham a execução e os resultados	**EP8. Emprego e Mobilidade Laboral** Rs1. Jovens, com diferentes qualificações (secundário, lic, mestrado) frequentam até ao final experiências de trabalho no quadro de estágios profissionais Rs2. Ex-estagiários e desempregados são contratados ao abrigo dos apoios à contratação/ criação de novos postos de trabalho Rs3. Desempregados desenvolvem iniciativas de criação do próprio emprego Rs4. Mulheres desempregadas frequentam até ao final experiências de trabalho em substituição de licenças de maternidade Rs5. Ativos desempregados e empregados frequentam até ao final ações de qualificação **EP 9 Inclusão social e combate à pobreza** Rs6. Pessoas em contexto de pobreza e exclusão frequentam até ao final da experiência de trabalho/ serviço à comunidade Rs7. Apoio à rede regional de cuidados continuados Rs8. Colaboradores da economia social frequentam ações de capacitação orientadas para a qualidade do serviço Rs9. Construção, ampliação e qualificação de equipamentos sociais e de saúde **EP 10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida** Rs10. Mobilização de jovens em risco de abandono escolar precoce para percursos de dupla certificação de nível 1, 2 e 4

ATIVIDADES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	REALIZAÇÕES
	assegura condições adequadas à sua viabilização. Mz7. Os critérios de seleção adequam a escolha dos projetos apoiados aos objetivos estratégicos visados. Mz8. As estratégias de sensibilização e comunicação mobilizam a procura potencial.		Rs11. Apoio a doutoramentos e pós doutoramentos em áreas relevantes para o desenvolvimento da economia regional e com empregabilidade Rs12. Mobilização de adultos para percursos de qualificação (formal e não formal) escolar e profissional Rs13. Mobilização de jovens para percursos de qualificação (escolar e/ou profissional) de qualidade e orientadas para o mercado de trabalho Rs14. Construção, ampliação e qualificação da rede escolar e de ensino profissional na RAA

PRINCIPAIS INDICADORES A MOBILIZAR

Volume de recursos financeiros por EP, considerando a sua repartição medida, Metas e indicadores de realização física e financeira programada e executada;
Taxas de compromisso, execução e realização; % de candidaturas apresentadas face às aprovadas; % de projetos aprovados;
Custos unitários dos projetos realizados por tipo de medida e de público-alvo; Custos padrão definidos e realizados;
Indicadores de cumprimento de prazos estabelecidos para lançamento de Avisos e apreciação e decisão de candidaturas.
Participantes desempregados que beneficiam dos apoios à contratação
Participantes jovens que beneficiam dos estágios profissionais
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego
Mulheres participantes em apoios à proteção à maternidade
Participantes empregados/ desempregados em unidades de formação de curta duração
Participantes em programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade
Instituições da rede regional de cuidados continuados apoiados
Participações em ações de capacitação das organizações da economia social
Equipamentos sociais e de saúde apoiados
População abrangida pelos serviços de saúde melhorados
Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2 e ISCED 3
Bolseiros de doutoramento apoiados
Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional
Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3

ATIVIDADES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	REALIZAÇÕES
Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET) Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas Taxas de conclusão Caraterísticas da formação: horas, duração, volume, áreas Apreciação dos fatores internos e externos que afetam os resultados			
ABORDAGEM METODOLÓGICA			
Análise de informação do SI do PO: execução física e financeira, incluindo dados da programação, aprovação e execução - dados globais e desagregados; execução física dos projetos; outros atributos da execução: dados territorializados, tipologia de promotores, tipologia de beneficiários ... grau de cumprimento dos indicadores/ metas; Análise documental: documentos associados à programação e implementação do PO Açores, incluindo regulamentos, avisos, critérios de seleção, elementos de comunicação; eventuais exercícios de avaliação promovidos pelo PO; relatórios e estudos relativos ao mercado de trabalho, à situação social e aos sistemas de educação e formação que permita situar a dinâmica regional e dimensões relevantes para apoiar a interpretação das realizações; Entrevistas com AG e entidades responsáveis pelos EP: clarificação das condições de operacionalização, recursos mobilizados, sistema de informação, dispositivos de gestão e acompanhamento, dinâmicas de aprovação e execução, acompanhamento dos projetos; contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores explicativos, nomeadamente os que estão associados à pertinência, adequação e condições de operacionalização; identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão; Análise dos resultados do processo de inquirição a ex-formandos dos EP 10 e EP 8/ se o SI não fornecer a informação necessária: informação adicional de suporte à identificação das realizações; contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores explicativos a partir da visão dos beneficiários: níveis de satisfação, condicionantes das realizações e dos resultados, identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão; *Focus group* com entidades com projetos apoiados/ FMC TI 8.5., com entidades formadoras das TI 10.1 e 10.4, com representantes da comunidade educativa e com entidades responsáveis pela gestão dos equipamentos intervencionados: adequação dos EP/ TI e das suas condições de operacionalização; avaliação qualitativa da relevância face ao contexto em que se inscrevem as políticas apoiadas, a identificação de condições de eficácia das intervenções e a leitura prospetiva sobre as linhas de ajustamento e inovação; Mobilização do estudo de caso para aprofundamento da análise e leitura integrada das dinâmicas observadas com incidência nos EP 9 e 10 – inclusão social e ALV: informação adicional de suporte à identificação das realizações e resultados e sua relação com os contextos: contributos para a interpretação detalhada dos resultados alcançados e dos fatores explicativos: motivações, apreciação dos aspetos organizativos e processos de candidatura, fatores não antecipados, apreciação dos benefícios; identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão.			

Quadro 7 – B - DAS REALIZAÇÕES AOS RESULTADOS DE 1º NÍVEL

REALIZAÇÕES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 1º NÍVEL
EP8. Emprego e Mobilidade Laboral Rs1. Jovens, com diferentes qualificações (secundário, lic, mestrado) frequentam até ao final experiências de trabalho no quadro de estágios profissionais Rs2. Ex-estagiários e desempregados são contratados ao abrigo dos apoios à contratação/ criação de novos postos de trabalho Rs3. Desempregados desenvolvem iniciativas de criação do próprio emprego Rs4. Mulheres desempregadas frequentam até ao final experiências de trabalho em substituição de licenças de maternidade Rs5. Ativos desempregados e empregados frequentam até ao final ações de qualificação **EP 9 Inclusão social e combate à pobreza** Rs6. Pessoas em contexto de pobreza e exclusão frequentam até ao final a experiência de trabalho/ serviço à comunidade Rs7. Apoio à rede regional de cuidados continuados	Ms1. Os estágios apoiados promovem a aquisição de competências fortemente relacionadas com as condições de empregabilidade dos jovens. Ms2. A configuração dos estágios potencia o efeito de identificação mútuo e de demonstração de capacidade profissional que reforçam as dinâmicas de contratação. Ms3. O nível dos apoios à contratação é um incentivo suficientemente forte para criar novas ofertas de emprego. Ms4. A estratégia de operacionalização dos apoios à contratação limita os riscos do efeito de substituição na criação de emprego. Ms5. Os processos de formação contínua de ativos preenchem lacunas de competências identificas pelos empregadores. Ms6. As atividades ocupacionais promovidas configuram oportunidades efetivas de aquisição de competências relevantes para a empregabilidade.	**EP8. Emprego e Mobilidade Laboral** FCs1. Qualificações e competências dos beneficiários são procuradas/ valorizadas pelos empregadores FCs2. Adequação do ajustamento entre o perfil de oferta e procura FCs3. Estratégia de colocação FCs4. Enquadramento e estruturação da experiência de trabalho FCs5. Rapidez na colocação FCs6. Dinâmica do mercado de trabalho **EP 9 Inclusão social e combate à pobreza** FCs7. Motivação dos beneficiários para os programas ocupacionais? FCs8. Dimensão qualificante dos POC e estratégias de ativação durante os programas FCs9. Motivação dos colaboradores da economia social para a formação FCs10. Incidência das intervenções nas infraestruturas e equipamentos responde às necessidades diagnosticadas **EP 10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida**	**EP8. Emprego e Mobilidade Laboral** Rs1. Melhoria das condições de empregabilidade e do apoio à integração sustentada de desempregados/ as e de jovens à procura do primeiro emprego de diferentes qualificações Rs2. Estímulo à criação do próprio emprego e ao empreendedorismo por parte dos desempregados **EP 9 Inclusão social e combate à pobreza** Rs3. Melhoria das condições de empregabilidade dos grupos vulneráveis Rs4. Aumento da capacidade de acolhimento e tratamento especializado na rede regional de cuidados continuados Rs5. Aumento das qualificações e das competências dos colaboradores da economia social Rs6. Melhoria das condições de acesso aos serviços e equipamentos sociais e de saúde **EP 10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida**

REALIZAÇÕES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 1º NÍVEL
Rs8. Colaboradores da economia social frequentam ações de capacitação orientadas para a qualidade do serviço Rs9. Construção, ampliação e qualificação de equipamentos sociais e de saúde	Ms7. O nível dos apoios sociais articulados com os programas ocupacionais são suficientes para reduzir o risco de pobreza. Ms8. A estratégia de dinamização de oferta responde a uma procura potencial de ações de capacitação por parte dos atores da economia social. Ms9. As ações de capacitação de atores da economia social centram a sua ação nas áreas críticas para a qualificação das respostas sociais. Ms10. O reforço da cobertura da rede de cuidados continuados reforça a acessibilidade aos serviços prestados e promove condições de reforço da sua qualidade. Ms11. A diversificação da oferta de formação e das estratégias pedagógicas reforça o quadro de adequação entre oferta e procura. Ms12. A maior adequação da oferta ao perfil da procura promove o sucesso escolar e desincentiva o abandono precoce. Ms13. A valorização das estratégias informais de qualificação impulsiona a procura potencial por aprendizagem ao longo da vida. Ms14. A melhoria das condições físicas da rede escolar e de ensino profissional qualifica a oferta e	FCs11. Mecanismos de identificação e seleção dos jovens e implicação da comunidade educativa/ famílias FCs12. Motivação dos jovens FCs13. Motivação e qualidade da abordagem pedagógica das equipas de gestão e formação FCs14. Valorização das ofertas de formação inicial de dupla certificação FCs15. Articulação do SI com a economia regional FCs16. Envolvimento dos empregadores no desenvolvimento dos programas de formação avançada FCs17. Configuração das intervenções nas infraestruturas e equipamentos alinhadas com as valências de serviços que se pretende desenvolver FCs18. Gestão dos planos de obra e dos orçamentos	Rs7. Redução do insucesso e abandono escolar e do número de jovens NEET Rs8. Formação avançada em áreas relevantes para o desenvolvimento da economia regional e com empregabilidade Rs8. Aumento da qualificação escolar e profissional dos adultos e mobilização para a ALV Rs10. Melhoria das condições de empregabilidade dos diplomados/ dupla certificação Rs11. Criação de condições favoráveis ao ensino e aprendizagem e ao prolongamento da escolaridade e fomento do ensino profissional na RAA
EP 10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida Rs10. Mobilização de jovens em risco de abandono escolar precoce para percursos de dupla certificação de nível 1, 2 e 4 Rs11. Apoio a doutoramentos e pós-doutoramentos em áreas relevantes para o desenvolvimento da economia regional e com empregabilidade Rs12. Mobilização de adultos para percursos de qualificação (formal e não formal) escolar e profissional Rs13. Mobilização de jovens para percursos de qualificação (escolar e/ou profissional) de qualidade e orientadas para o mercado de trabalho Rs14. Construção, ampliação e qualificação da rede escolar e de ensino profissional na RAA			

REALIZAÇÕES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 1º NÍVEL
	contribui para a mobilização e sucesso dos formandos.		

PRINCIPAIS INDICADORES A MOBILIZAR
EP8 IRi1.Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação Participantes jovens empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio Mulheres empregadas 6 meses após o termo do período de apoio Participantes empregados/ desempregados integrados no mercado de trabalho, 6 meses após a conclusão da formação Apreciação dos fatores internos e externos que afetam os resultados EP 9 Participantes em programas ocupacionais, empregados 6 meses após a conclusão da participação Instituições que aumentaram a capacidade de acolher mais pessoas e de proporcionar tratamento especializado Taxa de conclusão/ das ações de capacitação Participantes que concluem ações de capacitação das organizações da economia social com certificação População beneficiada pelas intervenções em infraestruturas de saúde /sociais no total da população da RAA

REALIZAÇÕES	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 1º NÍVEL
EP10 Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2 e ISCED 3 Doutoramentos concluídos Adultos certificados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET) Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% alunos)			
ABORDAGEM METODOLÓGICA			
Análise de informação do SI do PO: indicadores de resultados por TI e segundo características específicas; indicadores relativos aos promotores e aos destinatários abrangidos por TI e segundo caraterísticas específicas; grau de cumprimento dos indicadores/ metas; Análise documental: análise de eventuais exercícios de avaliação promovidos pelo PO; relatórios e estudos relativos ao mercado de trabalho, à situação social e aos sistemas de educação e formação que permita situar a dinâmica regional e dimensões relevantes para apoiar a interpretação das realizações; Entrevistas com AG e entidades responsáveis pelos EP para recolha de informação adicional de âmbito qualitativo relativa aos resultados alcançados; recolha de contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores explicativos; recenseamento de expetativas de evolução dos resultados no curto e médio prazo; Análise dos resultados da inquirição a ex-formandos: identificação de resultados associados à empregabilidade e aos percursos de inserção; contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores explicativos a partir da visão dos beneficiários: condicionantes dos resultados alcançados; *Focus group* com entidades com projetos apoiados/ FMC TI 8.5., com entidades formadoras das TI 10.1 e 10.4, com representantes da comunidade educativa e com entidades responsáveis pela gestão dos equipamentos intervencionados: avaliação qualitativa dos resultados alcançados, identificação de condições de eficácia das intervenções; contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores explicativos; Aprofundamento da análise e leitura integrada das dinâmicas observadas a partir dos estudos de caso com incidência nos EP 9 e 10 – inclusão social e ALV: informação adicional de suporte à identificação resultados de 1º nível e sua relação com os contextos: contributos para a interpretação detalhada dos resultados alcançados e dos fatores explicativos, incluindo fatores não antecipados.			

Quadro 8 – C -DOS RESULTADOS DE 1º NÍVEL AOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS

RESULTADOS DE 1º NÍVEL	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS
EP8. Emprego e Mobilidade Laboral Rs1. Melhoria das condições de empregabilidade e do apoio à integração sustentada de desempregados/ as e de jovens à procura do primeiro emprego de diferentes qualificações Rs2. Estímulo à criação do próprio emprego e ao empreendedorismo por parte dos desempregados	Mi1. As experiências profissionais e as competências para a empregabilidade adquiridas por via da proximidade ao mundo laboral reforçam a adequação entre oferta e procura e contribuem para a sustentabilidade do emprego. Mi2. Os processos de transição para o mercado de trabalho enquadrados por estratégias de capacitação e acompanhamento após a conclusão de percursos escolares reforçam a eficácia dos percursos de inserção no mercado de trabalho. Mi3. A disponibilidade de incentivos financeiros e de apoio técnico à iniciativa empreendedora contribui para dissipar barreiras à iniciativa empresarial. Mi4. A vinculação a oportunidades de prestação de trabalho e de aprendizagem potencia a ativação de grupos sociais desfavorecidos. Mi5.A articulação entre a oferta de formação e o perfil de especialização produtiva da região fortalece a eficácia e sustentabilidade das dinâmicas de ajustamento entre oferta e procura no mercado de trabalho.	**EP 8.** FCi1. Acompanhamento dos percursos de inserção dos benificiários e apoio à resolução de situações-problemas Qualificações e competências dos beneficiários são procuradas/ valorizadas pelos empregadores Dinâmica do mercado de trabalho **EP 9.** FCi2. Motivação dos beneficiários dos programas ocupacionais para o mercado de trabalho FCi3. Qualidade dos programas de formação e adequação das condições de frequência FCi4. Qualificações e competências dos beneficiários são procuradas/ valorizadas pelos empregadores FCi5. Articulação da melhoria das infraestruturas e equipamentos com intervenções complementares necessárias para o acesso aos serviços **EP 10** FCi6. Acompanhamento dos percursos dos jovens e abordagem multidimensional aos fatores de exclusão	**EP 8. Emprego e Mobilidade Laboral** Rs1. Promoção do emprego (sustentável e de qualidade) e da igualdade de género e do combate ao desemprego, nomeadamente o desemprego jovem **EP 9 Inclusão social e combate à pobreza** Rs2. Aumento dos níveis de ativação e integração de grupos sociais desfavorecidos e vulneráveis Rs3. Reforço e diversificação das respostas sociais e do acesso a serviços de apoio à inclusão **EP 10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida** Rs4. Evolução dos níveis de qualificação escolar e profissional dos jovens Rs5. Evolução da empregabilidade dos doutorados e contribuição para a melhoria da competitividade das organizações regionais Rs6. Reforço da participação em estratégias de aprendizagem ao longo da vida e promoção da empregabilidade dos adultos Rs7. Evolução da empregabilidade dos diplomados e contribuição para a melhoria da competitividade das organizações regionais
EP 9 Inclusão social e combate à pobreza Rs2. Melhoria das condições de empregabilidade dos grupos vulneráveis Rs2. Aumento da capacidade de acolhimento e tratamento especializado na rede regional de cuidados continuados Rs2. Aumento das qualificações e das competências dos colaboradores da economia social Rs2. Melhoria das condições de acesso aos serviços e equipamentos sociais e de saúde			
EP 10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida Rs2. Redução do insucesso e abandono escolar e do número de jovens NEET Rs2. Formação avançada em áreas relevantes para o desenvolvimento da economia regional e com empregabilidade			

RESULTADOS DE 1º NÍVEL	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS
Rs2. Aumento da qualificação escolar e profissional dos adultos e mobilização para a ALV Rs2. Melhoria das condições de empregabilidade dos diplomados/ dupla certificação Rs2. Criação de condições favoráveis ao ensino e aprendizagem e ao prolongamento da escolaridade e fomento do ensino profissional na RAA		FCi7. Qualidade da abordagem pedagógica FCi8. Motivação dos jovens e das equipas de formação Implicação da comunidade educativa/ famílias FCi9. Valorização das ofertas de formação inicial/ dupla certificação Adequação das aprendizagens adquiridas FCi10. Estratégias de intermediação SPE e apoio na procura de emprego FCi11. Qualificações e competências procuradas/ valorizadas pelos empregadores FCi12. Reconhecimento e valorização dos doutoramentos FCi13. Dinâmica do mercado de trabalho	

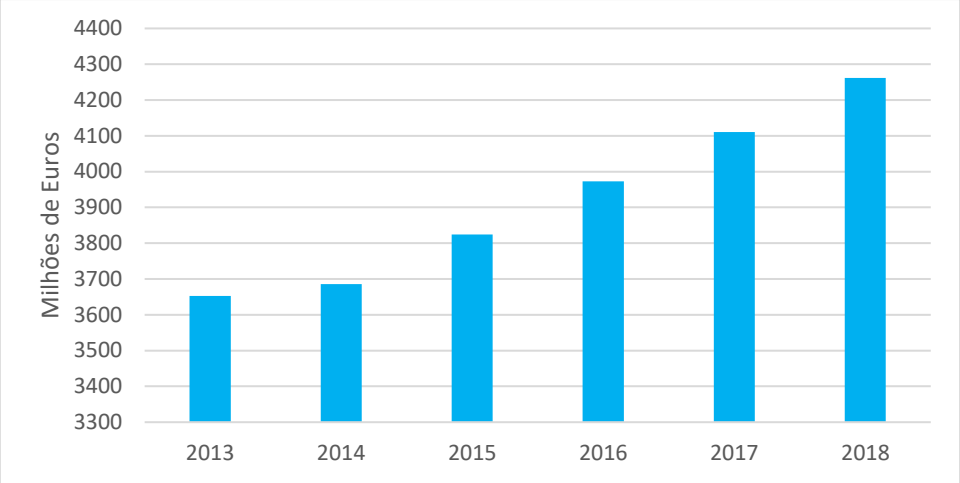
RESULTADOS DE 1º NÍVEL	MECANISMOS	FATORES CRÍTICOS	RESULTADOS DE 2º NÍVEL /IMPACTOS
INDICADORES A MOBILIZAR			
Evolução dos percursos de inserção dos participantes apoiados nas diversas medidas/ percursos 12 / 18 meses (exploração das bases de dados da Segurança Social) Sustentabilidade dos apoios à criação do próprio emprego/ pessoas apoiadas que permanecem 18/ 24 meses após o fim do apoio Evolução dos indicadores sociais: beneficiários RSI, população em risco de pobreza, beneficiários das prestações de desemprego: Diplomados e adultos certificados/ empregados ou em percursos de educação/ formação 6 e 12 meses após o final da formação Evolução dos níveis de qualificação da população jovem e adulta; Evolução dos indicadores do emprego/ desemprego; Evolução dos indicadores sociais;			
ABORDAGEM METODOLÓGICA			
A análise dos indicadores acima referenciados constitui dimensão central da abordagem metodológica que está na base do exercício de identificação dos contributos das intervenções para as mudanças concretizadas ou perspetivadas: promoção do emprego e da igualdade de género e do combate ao desemprego, combate à pobreza e à exclusão social, combate ao abandono escolar, promoção do sucesso educativo e melhoria das qualificações da população. Adicionalmente, pretende-se analisar o impacto das intervenções na situação dos beneficiários a partir das bases de dados da Segurança Social, de forma a estabelecer o seu percurso de inserção social e de empregabilidade. Do ponto de vista formal esta estratégia afigura-se adequada para aferir os impactos, admitindo-se que esta informação estará disponível para utilização sem necessitar de um investimento incompatível com o quadro da avaliação intercalar. Caso tal não se verifique, será reforçada a perspetiva qualitativa através da integração de uma questão específica no inquérito aos ex-formandos relativa à auto perceção dos impactos atuais ou perspetivados. Entrevistas com AG e entidades responsáveis pelos EP para recolha de informação adicional de âmbito qualitativo relativa aos impactos do PO (concretizados ou projetados); contributos para a interpretação dos resultados alcançados e fatores explicativos; Focus group com entidades com projetos apoiados: recolha de informação de âmbito qualitativo relativa aos impactos do PO (concretizados ou projetados); contributos para a interpretação dos resultados alcançados e fatores explicativos; Aprofundamento da análise e leitura integrada das dinâmicas observadas a partir dos estudos de caso com incidência nos EP 9 e 10 – inclusão social e ALV: informação adicional de suporte à identificação/ prospetiva de resultados de 2º nível e sua relação com os contextos; contributos para a interpretação detalhada dos impactos alcançados/ perspetivados e dos fatores explicativos, incluindo fatores não antecipados.			

ANEXO 3 - ESTUDO DE CASO SOBRE O SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO AÇORES

1. O contexto económico

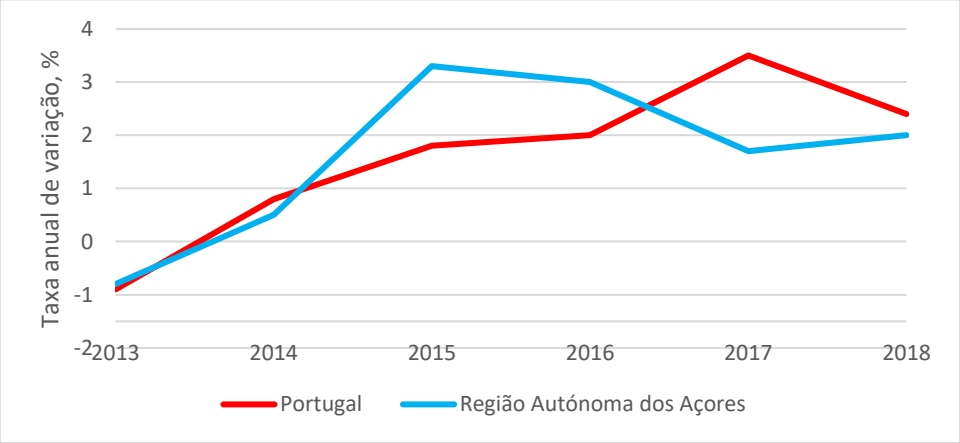
Tomando como referência temporal o período que vai de 2013 (último ano do período de programação QREN) até ao último ano com informação disponível, verifica-se um crescimento sustentado do PIB da Região Autónoma dos Açores, a partir de 2014, sensivelmente em linha com o verificado para o conjunto do país, ainda que com flutuações não sincronizadas (em 2015 e 2016 os Açores crescem a ritmos superiores aos do país, verificando-se o inverso em 2017 e 2018).

Gráfico 1 - RAA: Evolução do PIB a preços correntes



Fonte: INE, Contas económicas regionais

Gráfico 2 - Portugal e RAA: Crescimento real do PIB

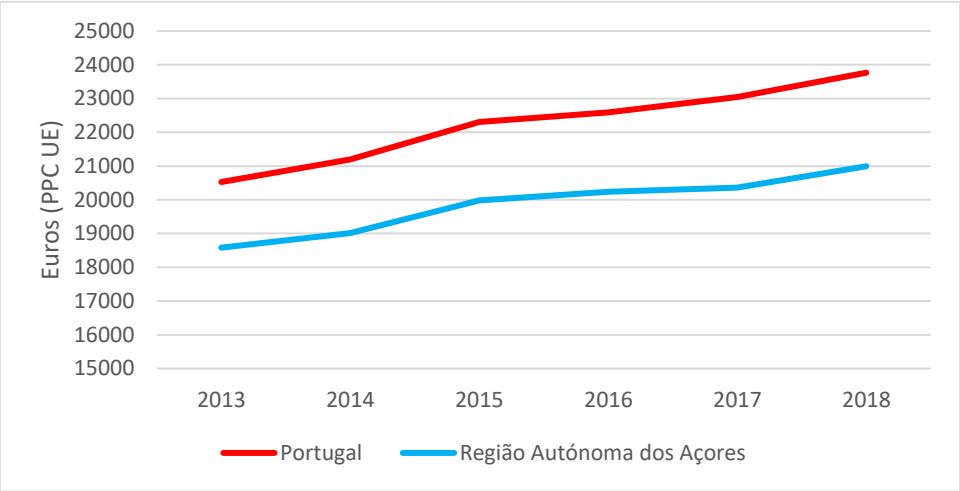


Fonte: INE, Contas económicas regionais

O PIB per capita em PPC (UE) da RAA atingiu os 20.992 €, em 2018, o que compara com os 23.765 € para o verificado em Portugal, verificando-se uma muito ligeira divergência da região face a Portugal no período 2013-2018.

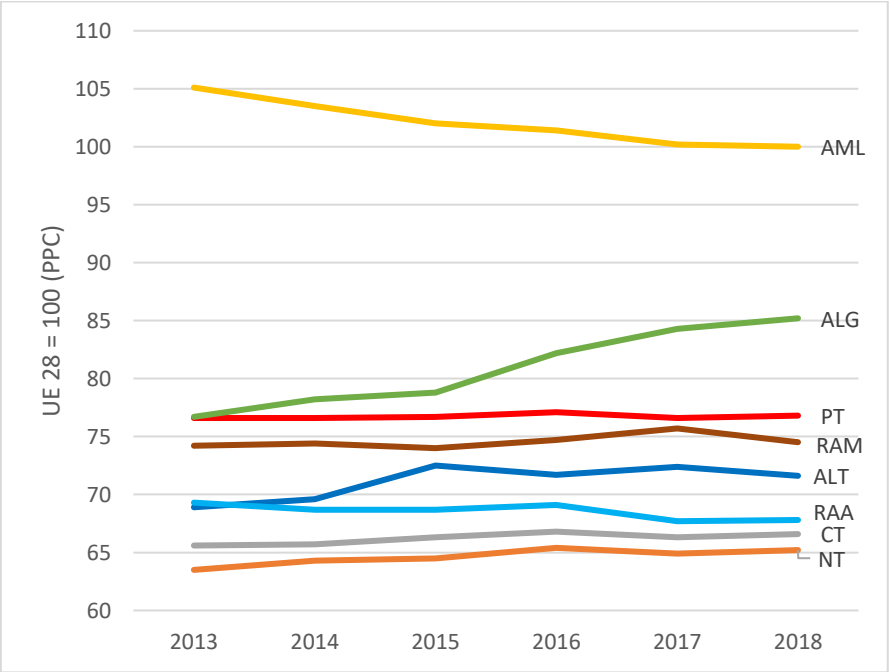
No conjunto das regiões portuguesas, a RAA apresenta um PIB per capita próximo do das regiões Centro e Norte, permanecendo – juntamente com estas e com o Alentejo – no grupo das regiões de convergência (isto é, com um PIB per capita inferior a 75% da média da UE), verificando no período 2013 – 2018 uma ligeira divergência (passando o índice em causa de 69,3, em 2013, para 67,8, em 2018).

Gráfico 3 - Portugal e RAA: Evolução do PIB per capita



Fonte: INE, Contas económicas regionais

Gráfico 4 - Regiões NUT2: Evolução do PIB per capita face à média da UE

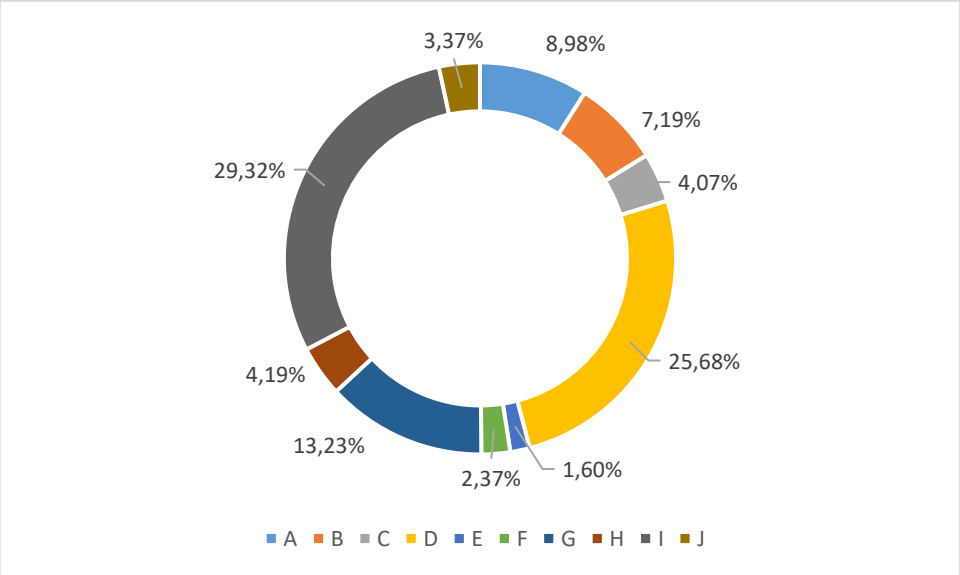


Fonte: INE, Contas económicas regionais; Eurostat

Atentando ao VAB por ramo de atividade, ainda com base nas Contas Económicas Regionais, destaca-se o facto de a "agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" representarem 9% do VAB da Região em 2018, um resultado claramente superior à expressão registada no país e nas restantes regiões portuguesas.Como outros setores com peso relevante na economia açoriana destacam-se o "comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração", as "atividades imobiliárias" e a "administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde humana e acção social".

Entre 2013 e 2018, a estrutura da atividade económica na RAA não sofreu alterações significativas. Tendo como referência a comparação com a estrutura económica do país como um todo, considerando-se os quocientes de localização relativos ao VAB[1], a economia açoriana apresenta-se claramente especializada na "agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca". Apresentava-se, ainda, especializada na "administração pública e defesa, segurança social obrigatória, educação; saúde humana e ação social", e marginalmente especializada nas "atividades artísticas e de espetáculos, reparação de bens de uso doméstico e outros serviços", nas "atividades imobiliárias" e no "comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração".

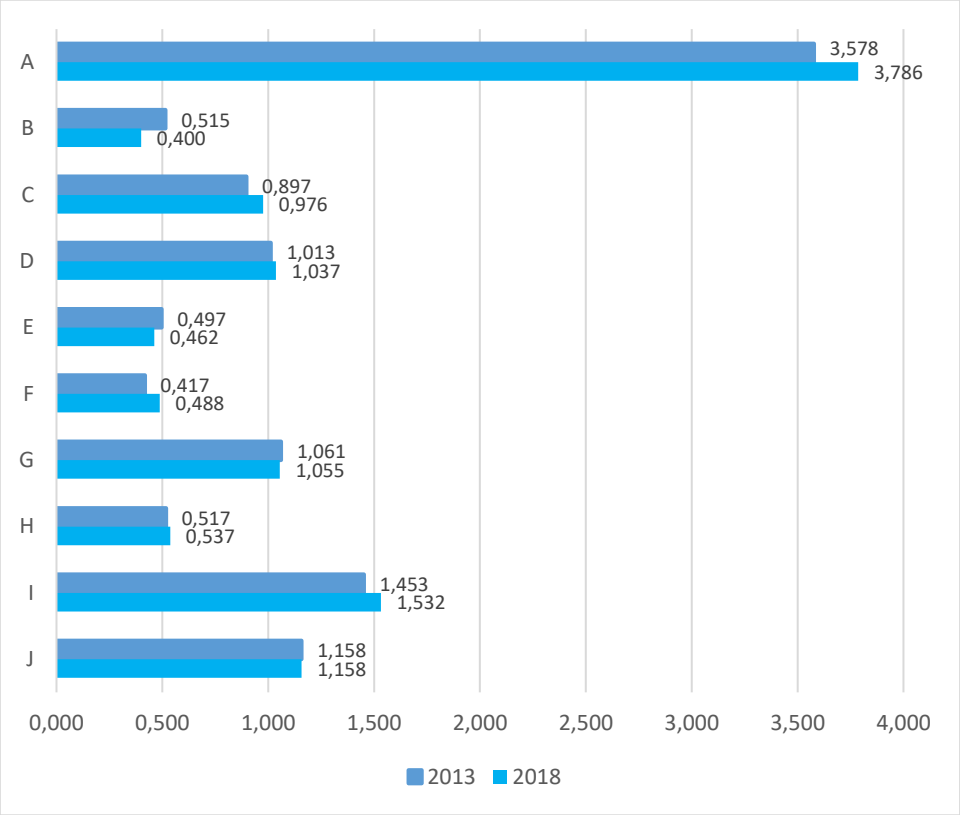
Gráfico 5 -RAA: Estrutura Setorial do VAB, 2018



Fonte: INE, Contas económicas regionais

[1] (VAB setor, região / VAB região) / (VAB setor, país / VAB país)

Gráfico 6 - RAA: Quocientes de Localização (VAB), 2013 e 2018



Fonte: INE, Contas económicas regionais

A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
B - Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição

C - Construção
D - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; Atividades de alojamento e restauração

E - Atividades de informação e de comunicação

F - Atividades financeiras e de seguros

G - Atividades imobiliárias

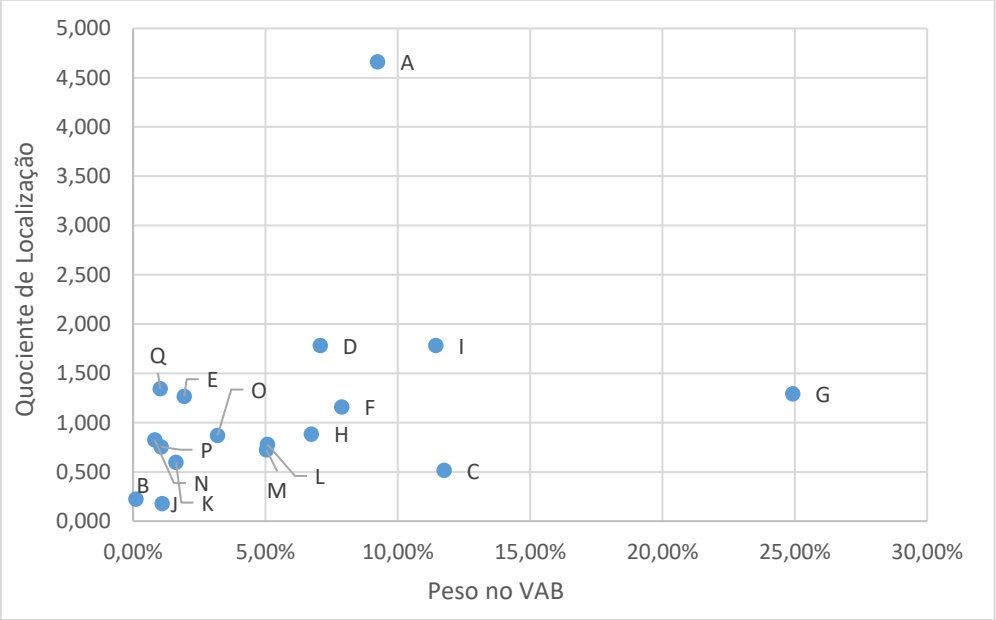
H - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; Atividades administrativas e dos serviços de apoio

I - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde humana e ação social

J - Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços

Considerando agora os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas, que apenas incide sobre o setor empresarial, podemos obter uma imagem setorialmente mais fina sobre a estrutura económica. Considerando o VAB e cruzando os indicadores relativos à estrutura do VAB e aos quocientes de localização (neste último caso, tomando como referência a estrutura observada para Portugal), temos como setores mais relevantes e, simultaneamente, de especialização os seguintes: “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, “Alojamento, restauração e similares”, “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” e “Construção”.

Gráfico 7 -RAA: Estrutura Económica do Setor Empresarial (VAB), 2018



Fonte: INE, SCIE

A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

B - Indústrias extrativas

C - Indústrias transformadoras

D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição

F - Construção

G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

H - Transportes e armazenagem

I - Alojamento, restauração e similares

J - Atividades de informação e de comunicação

K - Atividades imobiliárias

L - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

M - Atividades administrativas e dos serviços de apoio

N - Educação

O - Atividades de saúde humana e apoio social

P - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

Q - Outras atividades de serviços

Esta análise é compatível com a identificação de uma base, relativamente estreita, da economia açoriana de bens transacionáveis: A agricultura e a produção animal bem como as pescas (em ambos os casos integram nas respetivas fileiras as atividades de transformação) bem como, com um peso crescente, o turismo (alojamento e restauração e outros serviços associados). Voltaremos a este tema no ponto relativo ao cruzamento do SRI com a RIS3 Açores.

À pequena dimensão da economia de bens transacionáveis acrescem, de acordo com os elementos de informação recolhidos através de entrevistas[2], um conjunto de custos de contexto para as atividades económicas, dos quais salientamos:

- A dificuldade em atrair e fixar recursos humanos recursos humanos qualificados;
- Lacunas relevantes no sistema de formação, nomeadamente em termos de formação avançada e, com particular relevância, decorrente da inexistência de formação em Engenharia na Universidade dos Açores (UAc);
- Custos elevados ao nível da energia e dos transportes.

Como resultado, atente-se no nível muito reduzido da capacidade exportadora da economia açoriana. De acordo com os dados do INE[3], em 2018, a intensidade exportadora nos Açores (Exportação de Bens / PIB) situava-se nuns escassos 2,13%, o que compara com 28,37% para a economia portuguesa como um todo. Em 2019, as exportações de bens da economia açoriana ascenderam a apenas 116,3 milhões de euros, dos quais 73,6% relativos a "produtos alimentares e bebidas" (produtos primários e transformados)[4]. Destacam-se as exportações de "Peixes, Crustáceos e Moluscos", "Leite, Laticínios, Ovos de Aves, etc." e "Preparação de Carnes, Peixes, Crustáceos e Moluscos"[5].

Claro que a internacionalização da economia açoriana passará também pela exportação de serviços, já com expressão no Turismo mas com potencial para crescer noutras áreas.

A dimensão internacionalização é crucial para o Sistema Regional de Inovação, sendo que há muita literatura que estabelece um *nexus* relevante entre exportações e I&D+I, seja porque o objetivo de exportar incentiva inovações visando a diferenciação do produto e/ou a redução de custos seja porque uma presença direta nos mercados internacionais se traduz numa maior pressão concorrencial e em acesso mais rápido e mais alargado a informação relevante sobre produtos, tecnologias e modelos empresariais e de gestão.

2. Visão global e comparada do SRI Açores

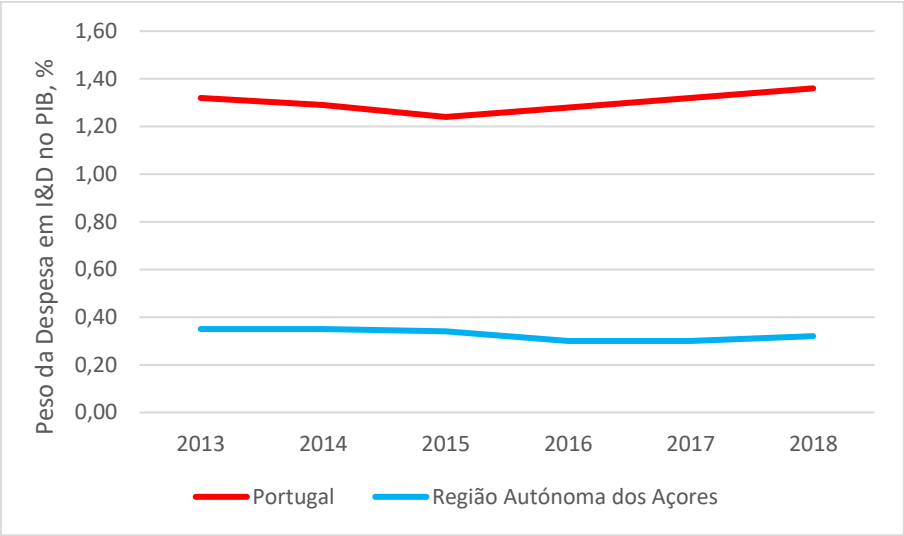
Tomando como indicador habitual do esforço tecnológico próprio o peso da despesa total em I&D no PIB, a Região Autónoma dos Açores verifica um valor ainda muito baixo (0,32% em 2018), não se verificando uma evolução consistentemente positiva nos anos recentes. Em 2018, o valor do referido indicador é o mais baixo no conjunto das 7 regiões portuguesas, estando próximo do verificado no Algarve (0,34%) e na RAM (0,39%) mas muito abaixo do verificado para Portugal (1,36%) ou para as regiões com sistemas de inovação mais consolidados (Norte: 1,53%; Centro: 1,31%; AML: 1,63%).

Em termos de setor de execução, a RAA observa uma grande concentração das atividades de I&D no setor Ensino Superior (76,9%, em 2018). De 2013 para 2018, verificou-se um aumento da importância relativa da despesa de I&D do ensino superior, principalmente à custa do

[2] Nomeadamente, entrevistas com Bruno Pacheco, à época Diretor Regional da Ciência e Tecnologia, e com o Professor Doutor Mário Fortuna, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.
[3] INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens e Contas Económicas Regionais.
[4] INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.
[5] SREA.

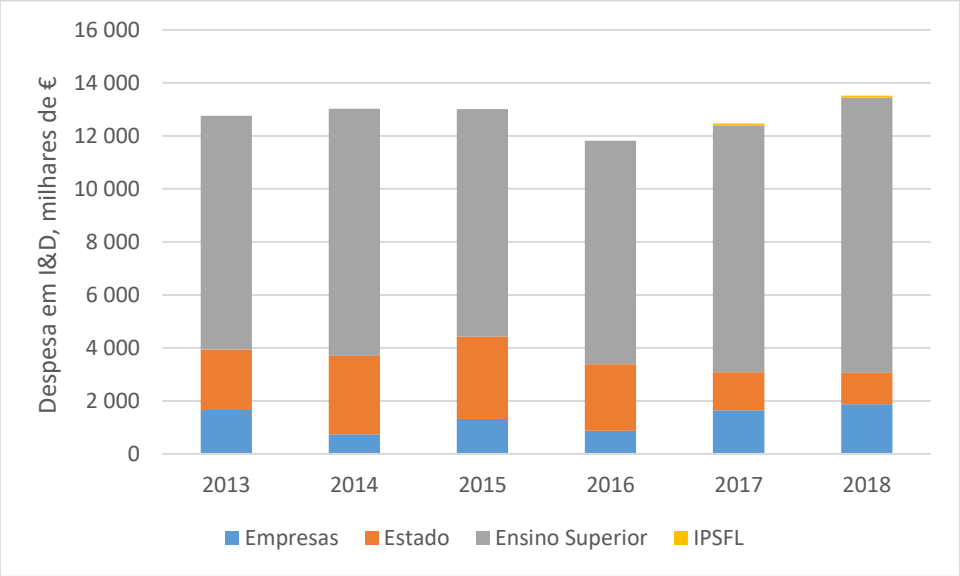
decréscimo relativo da despesa de I&D do setor Estado. A I&D executada no setor empresarial permanece muito baixa, ainda que com uma ligeira tendência de aumento em 2017 e 2018.

Gráfico 8 - Portugal e RAA: Evolução da Proporção da Despesa em I&D no PIB



Fonte: INE e DGEEC.

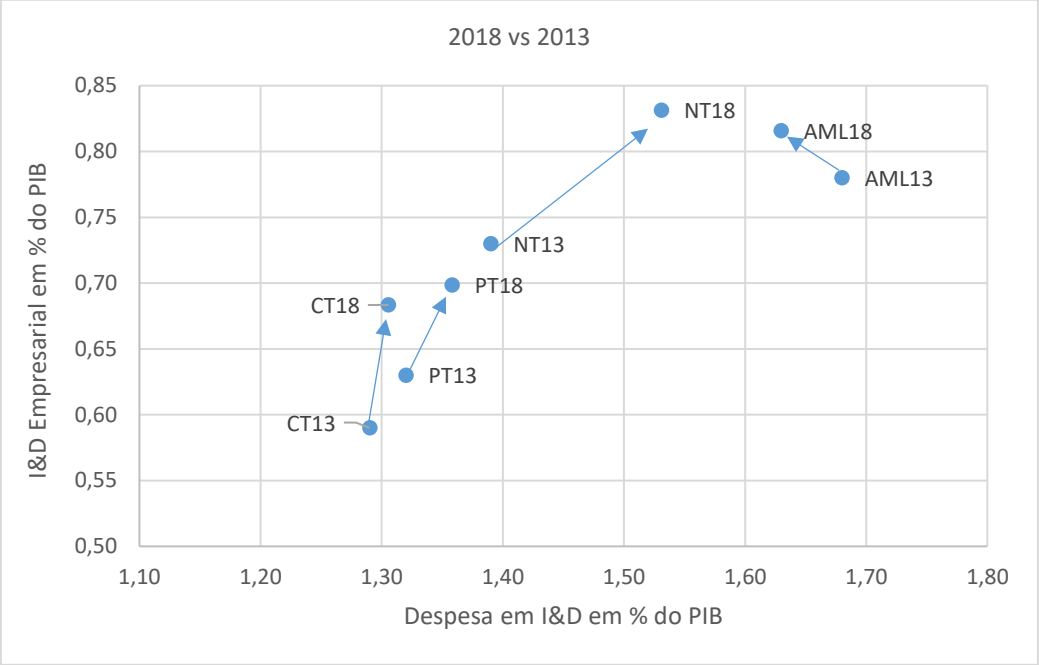
Gráfico 9 - RAA: Evolução da Despesa em I&D por setor institucional de execução



Fonte: DGEEC

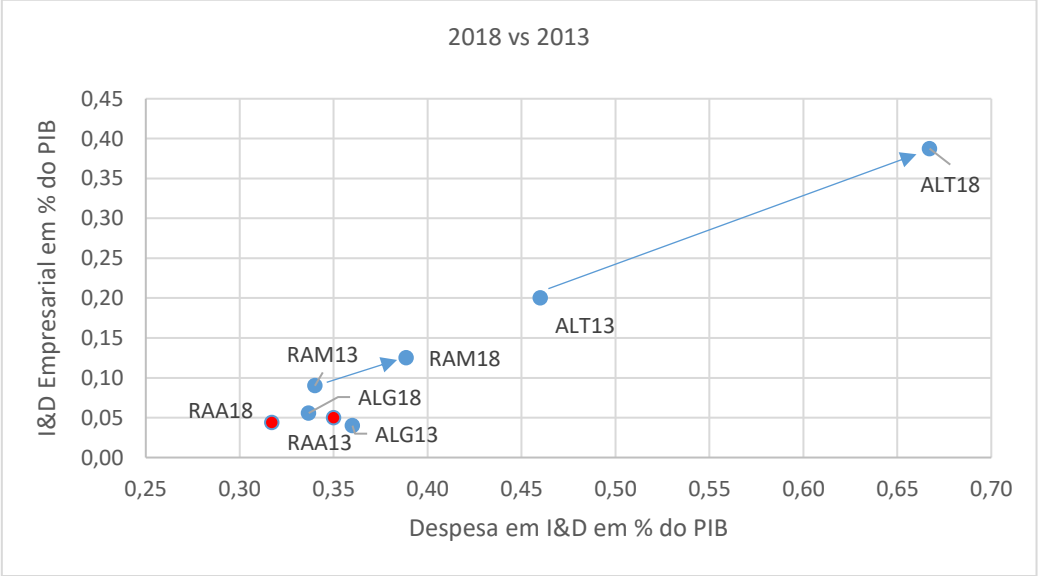
Cruzando o esforço total em I&D com a I&D executada no setor empresarial obtemos uma imagem sintética dos padrões de I&D num conjunto de países ou regiões. No quadro das regiões portuguesas, para o período 2013-2018, verificamos padrões e evoluções muito distintas.

Gráfico 10 - Padrões de I&D: Portugal e Regiões com Sistemas de Inovação mais consolidados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados DGEEC

Gráfico 11 -Padrões de I&D: Regiões com Sistemas de Inovação menos consolidados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados DGEEC

Tendo em conta o nível mais consolidado dos seus SRI bem como a sua maior dimensão quer demográfica quer económica, não admira que as regiões AML, Norte e Centro concentrem as atividades de I&D do país. Nestas 3 regiões, destaca-se a evolução na Região Norte e, também, na Região Centro, ambas com aumento da despesa em I&D e em convergência face à AML, dinâmica essa "puxada" pelo crescimento da I&D executada no setor empresarial.

O Alentejo, com um nível intermédio de estruturação do seu sistema de inovação, apresenta igualmente uma dinâmica muito positiva, com um forte crescimento da despesa em I&D quase totalmente explicado pela I&D executada no setor empresarial.

Nas 3 regiões com sistemas de inovação mais frágeis, destaca-se a dinâmica positiva observada na RAM por oposição a uma relativa estagnação dos perfis de I&D no Algarve e na RAA.

Esta análise comparativa é convergente com a que resulta dos dados do *Regional Innovation Scoreboard*. Na sua edição de 2019, a RAA é classificada como "inovadora moderada", situando-se na 167ª posição do ranking das regiões europeias. A sua performance inovadora melhorou 3,4 p.p. entre 2011 e 2019.

As regiões AML, Norte e Centro aparecem classificadas como "inovadoras fortes". Em termos dinâmicos, a performance entre 2011 e 2019 melhorou em todas as 7 regiões, com destaque para a Região Autónoma da Madeira (RAM) e o Norte.

Quadro 9 - Posicionamento das Regiões Portuguesas no *Regional Innovation Scoreboard*

Região	Regional Innovation Index (1)	Rank (2))	Grupo (3)	Evolução (4)
Norte	92,7	100	Strong -	13,8
Centro	91,6	105	Strong -	8,9
AML	94,6	94	Strong -	5,7
Alentejo	70,6	152	Moderate	5,1
Algarve	74,1	148	Moderate	2,7
RAA	63,5	167	Moderate	3,4
RAM	70,4	154	Moderate	16,3

(1) Performance em 2019 relativamente a EU em 2019.
(2) Rank performance em 2019 no total de regiões europeias
(3) Considerando as seguintes tipologias: "Innovation Leaders" (inclui 38 regiões com performance acima de 20% da média); "Strong Innovators" (inclui 73 regiões com performance entre 90% e 120% da média); "Moderate Innovators" (inclui 97 regiões com performance entre 50% e 90% da média); "Modest Innovators" (inclui 30 regiões com performance abaixo de 50% da média).
(4) Evolução da performance calculada como a diferença entre o RII2019 e o RII2011 relativamente ao RII2011 da UE.

Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2019.

3. Principais dinâmicas transformativas recentes versus debilidades persistentes do SRI Açores

Face ao estádio de estruturação do SRI Açores, caracterizado nos pontos anteriores, importa identificar as principais dinâmicas transformativas observadas nos anos recentes (e, ainda, sem tradução alargada em resultados e nos indicadores) e, em paralelo, identificar as debilidades mais persistentes que importa debelar[6].

[6] Análise com base na informação recolhida num conjunto alargado de entrevistas com dirigentes da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, da Fundação Gaspar Frutuoso, da Ilhas de Valor, SA, do IMAR, do INOVA, do NONAGON, do Observatório do Turismo dos Açores, do TERINOV, da Universidade dos Açores, e, com particular relevo, com o Dr. Bruno Pacheco, à época Diretor Regional da Ciência e Tecnologia e quadros da DRCT, para além da

A construção e progressiva consolidação de uma rede de infraestruturas tecnológicas

Em termos de dinâmicas transformativas o aspeto mais saliente prende-se com a criação e expansão de uma rede de infraestruturas que atuam na área do empreendedorismo tecnológico, da transferência de tecnologia e do apoio à inovação e que, progressivamente, pretendem evoluir para um modelo de parque de ciência e tecnologia. Esta rede iniciou-se com o NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, com atividade operacional desde 2015, vocacionado para a área das TICs e, em particular, para a aplicação destas no setor do Turismo. Prosseguiu com a criação do TERINOV - Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, com atividade operacional desde julho de 2019, vocacionado para o agroalimentar mas atualmente com um *focus* relevante nas indústrias culturais e criativas. Está ainda planeada, já para o próximo período de programação, a instalação de uma infraestrutura, com características análogas às das duas já referidas, na ilha do Faial, cidade da Horta, vocacionada para o domínio do Mar, estabelecendo sinergias com o Departamento de Oceanografia e Pescas da UA.

Ainda nesta linha de promoção do empreendedorismo tecnológico e da transferência de tecnologia e apoio à inovação estão em curso ou planeados mais alguns projetos, ainda que de menor dimensão.

Identificamos o projeto promovido pela ILHAS DE VALOR SA[7], visando a reabilitação de instalações para a incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial na ilha de Santa Maria (projeto já quase executado), com um foco temático algo mais difuso, repartindo-se por atividades com um cariz mais artesanal (olaria, barro de Santa Maria, doçaria tradicional, produtos frescos hortícolas, compotas e outros produtos endógenos) e pelo setor espacial (geofísica e comunicações), neste último caso destacando-se um protocolo com o ESA BIC sediado no Instituto Pedro Nunes. Estão presentemente a iniciar o acolhimento de empresas e a planear os primeiros programas de incubação e aceleração. Por sua vez, o TERINOV tem planeada a extensão da sua atividade através de um polo na ilha do Pico.

Estas infraestruturas funcionam como centros de promoção do empreendedorismo tecnológico (nomeadamente através de programas de incubação e aceleração) e de acolhimento de empresas (com apoios vários aos seus processos de inovação). Para além disso, estimam a instalação no seu seio de um conjunto de unidades de investigação e de valorização do conhecimento, nomeadamente com origem na UAc, favorecendo assim as interações entre as empresas e os seus esforços tecnológicos, por um lado, e a investigação de matriz académica, por outro.

Autoridade de Gestão do PO Açores e quadros da DRPFE e da DRAIC. Integra ainda elementos das entrevistas com a SDEA.

[7] Empresa de capitais maioritariamente públicos, sedeada em Vila do Porto, ilha de Santa Maria, criada em 2006.

NONAGON, Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel

O NONAGON iniciou a sua atividade em setembro de 2015 e é promovido por uma associação privada de capitais públicos (Governo Regional, 70%; CM Lagoa 30%), estando no horizonte a entrada de novos associados, nomeadamente a Universidade dos Açores.

Desde a sua criação, o NONAGON tem funcionado essencialmente como um centro de acolhimento de empresas de base tecnológica, assegurando igualmente ações de apoio à incubação e aceleração. Tem um BIC certificado pela rede europeia (EBN – European Business & Innovation Centre Network) e tem funções de coordenação de todos os BICs existentes nos Açores.

Atualmente estão instaladas no NONAGON 26 empresas, sobretudo na área das TIC, sendo 2 empresas de origem norte americana e 1 do Canadá, verificando-se uma ocupação a 100% do espaço disponível. No conjunto das atividades, estão concentrados no NONAGON cerca de 200 postos de trabalho, correspondendo a qualificações maioritariamente de nível 4 e 5 e nas áreas da informática, redes e multimedia.

Como projetos particularmente relevantes em implementação ou em fase avançada de preparação salientamos a criação de um Digital Innovation Hub, que fará parte da rede europeia de DIH, o qual privilegiará a dimensão digital associada ao Turismo.

Do ponto de vista do investimento infraestrutural, está prevista uma expansão, com novos espaços para empresas e novas valências (Fab Lab, Centros de Investigação). O projeto, na casa dos 9 M€, deverá ser apoiado pelo PO Açores 2020, tendo como beneficiário a Secretaria Regional de Ciência e Tecnologia.

Para a prossecução das suas atividades, o NONAGON tem vindo a consolidar uma rede de parcerias com outras entidades congéneres (desde logo participando no IASP e no EBN), bem como com a Universidde dos Açores, a COTEC e a Altice Lab. No âmbito do DIH estão ainda a ser preparadas parcerias, para além da rede europeia respetiva, com entidades como o INESC TEC, o Colab DTx, a CN Ciber Segurança e outras.

Face à sua dinâmica desde a sua criação e aos dois projetos estruturantes acabados de referir, o NONAGON afirmar-se-á como um elemento central do SRI Açores, nomeadamente para a área digital e na articulação das competências e tecnologias digitais com as atividades económicas (com relevo para o setor do turismo). De assinalar que a Universidade dos Açores tem licenciatura em Informática, Redes e Multimedia, estando prevista a criação de um mestrado na mesma área.

Tendo iniciado a sua atividade com centro empresarial e de inovação, é previsível que o NONAGON evolua agora para um modelo de PCT, já que a expansão da infraestrutura envolve a instalação no NONAGON de centros de investigação da UAc.

Os Digital Innovation Hubs

O Digital Innovation Hub (DIH) a instalar no NONAGON terá como principal setor de aplicação o do Turismo, sendo que um DIH deve-se reportar a uma área da RIS3.

A constituição de uma rede europeia de DIHs é um dos mais importantes pilares do Digitise European Industry. Os DIHs são *one-stop-shops* que apoiam as firmas a tornarem-se mais competitivas através da utilização das tecnologias digitais nos seus modelos de negócios, processos, produtos ou serviços. O apoio aos clientes envolve monitorizar, testar e experimentar inovações digitais.

A Comisssão Europeia alocou 500M€, para os próximos 5 anos, para apoiar o desenvolvimento dos DIH, através do orçamento do Horizonte 2020 ou do programa congénere que se seguirá.

TERINOV, Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira

O TERINOV, de criação recente e promovido pelo Governo Regional em associação com a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, segue um modelo análogo ao do NONAGON.

Trata-se de uma infraestrutura direcionada para a promoção do empreendedorismo tecnológico bem como para o fomento das interações entre as empresas e as unidades de I&D existentes na ilha Terceira, no contexto da Universidade dos Açores (ciências agrárias, agropecuária e agroindústrias, mas também incluirá áreas complementares como a biotecnologia, as energias renováveis, as tecnologias de informação e as indústrias criativas), criando as condições para atrair empresas já instaladas na Região e facilitando a atração e instalação de novas empresas.

A sua atividade operacional iniciou-se em julho de 2019, através de programas de pré-incubação e de incubação, de desenvolvimento empresarial e acolhimento de empresas, havendo ainda valências de incubação virtual e de acolhimento em espaços de co-work. A infraestrutura física, para além dos espaços de acolhimento e de funções auxiliares, inclui um laboratório de video e imagem e um Fab Lab, com impressão 3 D, nomeadamente para o packaging para o agroalimentar.

Em julho de 2020, o espaço disponível já apresentava uma ocupação próxima dos 100%., com 37 projetos instalados e um total de 118 postos de trabalho qualificados. Os projetos empresariais ascendem a 33: 11 projetos em pré-incubação (4) e co-work (7), 15 projetos em incubação e 7 projetos em desenvolvimento empresarial. As empresas incubadas ou em desenvolvimento empresarial operam maioritariamente na área das indústrias culturais e criativas (videojogos, serviços online, agenciamento de artista e de eventos, plataformas, agroturismo). Verifica-se um menor número de empresas na agroindústria, que deveria ser a vocação principal da infraestrutura.

Estão ainda instaladas 4 entidades de cariz científico: o CBA – Centro de biotecnologia dos Açores (UAc); o ITITAA - Instituto de investigação e tecnologias agrárias e do ambiente da Uac; o Air Centre - Atlantic International Research Centre, rede colaborativa internacional direcionada para os desafios globais e prioridades locais no Oceano Atlântico; a ACDA - Associação para a Ciência e Desenvolvimento dos Açores. Está ainda em fase de preparação a instalação no TERINOV de um centro nacional associado ao SST - Space Surveillance and Tracking (programa europeu que visa garantir capacidade própria de monitorização, caracterização e seguimento de objetos deslocando-se em órbitras próximas à Terra).

O TERINOV trabalha em rede com entidades como SDEA, FLAD, AICEP e IAPMEI (startup visa), sendo ainda Ignition

Face às dinâmicas recentes observadas desde a sua criação, a rede de PCTs dos Açores afirma-se como um elemento central na expansão e melhor estruturação do SRI Açores, contribuindo decisivamente para o renovar da base empresarial, através do empreendedorismo tecnológico, sendo expectável impactos positivos na qualidade do emprego, na I&D empresarial e na internacionalização. Para além disso, e não menos relevante, esta rede de PCTs, na medida em que se confirme e consolide a instalação de unidades de investigação e de valorização do conhecimento, virá a dar um forte contributo para as interações no interior do SRI e, em particular, entre a UA e o setor empresarial.

Outro aspeto muito relevante associado à implementação da rede de PCTs dos Açores é a capacidade que estas iniciativas têm demonstrado para promover parcerias exteriores à Região, contribuindo assim para a obtenção de massas críticas e para a conexão do SRI Açores às redes nacionais e internacionais de conhecimento e de tecnologia. No caso do NONAGON assinalam-se parcerias com outras entidades congéneres (desde logo participando no IASP e no EBN), bem como com a UAc, mas também com a COTEC e a Altice Lab. No âmbito do Digital Innovation Hub a instalar na infraestrutura, estão ainda a ser preparadas parcerias, para além das decorrentes

da rede europeia de DIH, com entidades como o INESC TEC, o Colab DTx, a CN Ciber Segurança e outras. No caso do TERINOV foram referidas parcerias com as entidades científicas a instalar na infraestrutura (ver Caixa de Texto) e, ainda, FLAD, AICEP e IAPMEI (startup visa), sendo ainda o TERINOV Ignition Partner da Portugal Ventures.

Outra infraestrutura tecnológica relevante é o Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores – INOVA, que ocupa uma posição singular no SRI Açores, quer pelo facto da sua criação remontar já a 1988 quer por ser praticamente a única entidade que tem como vocação a prestação de serviços tecnológicos às empresas, com uma configuração análoga às dos Centros Tecnológicos existentes no Continente.

O INOVA assegura um conjunto alargado de serviços tecnológicos às empresas tais como informação sobre tecnologias disponíveis, apoio ao desenvolvimento do produto, testes e ensaios laboratoriais (fisicoquímicos e microbiológicos), metrologia, rotulagem, etc. Direcionado principalmente para as empresas da cadeia alimentar (laticínios, carnes e pescado), a atividade do INOVA tem um particular relevo no domínio dos sistemas de qualidade e de segurança alimentar. De destacar ainda a intervenção do INOVA no domínio da formação, através da Escola de Novas Tecnologias dos Açores – ENTA.

Com uma boa dotação em instalações e equipamentos bem como em recursos humanos (ver Caixa de Texto), o INOVA tem um papel muito relevante junto das PMEs em termos de inovação incremental e qualidade, contribuindo para que as referidas PMEs consigam explicitar as suas necessidades tecnológicas.

Não obstante, o INOVA situa-se num limiar de atividade ainda relativamente limitado, com um orçamento anual, decorrente da prestação de serviços e de projetos cofinanciados, na casa de 1,5M€. Numa perspetiva de evitar fragmentação de esforços e de consolidar as organizações existentes, entende-se que o nível de atividade e o espectro de subsetores abrangidos pelo INOVA têm potencial para crescer (ver, na Caixa de Texto, projetos recentes noutros domínios).

Note-se que os PCTs nos Açores surgiram sem ter na sua génese a Universidade dos Açores. O impulso público surgiu do Governo Regional, pretendendo-se agora complementar as atividades de empreendedorismo e de apoio à inovação com a instalação de unidades de investigação.

Este aspeto é ilustrativo de um modelo de governação do SRI (mais propriamente, da sua construção) observável em regiões periféricas e de pequena dimensão, em que um impulso público inicial, planeado e executado através de projetos estruturantes é um requisito prévio à expansão da I&D empresarial e das interações entre os atores do sistema[8].

[8] No mesmo sentido, ver as dinâmicas observadas na Região Autónoma da Madeira, igualmente com uma intervenção pública planeada na criação de projetos estruturantes, verificando-se neste caso uma ainda maior participação do setor Estado no esforço de I&D.

INOVA, Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores

O Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores – INOVA é uma associação privada de utilidade pública, fundada em 1988, tendo atualmente como associados o Governo Regional, através da Vice-Presidência e da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, a Universidade dos Açores, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, o IAPMEI e empresas tais como a Electricidade dos Açores, a Fábrica de Tabaco Micaelense, a Fábrica de Tabaco Estrela, a Cimentaçor - Cimentos dos Açores, a Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, a Finançor Agro-Alimentar e, ainda, a Associação dos Jovens Empresários dos Açores.

Trata-se de uma infraestrutura tecnológica com um cariz análogo ao dos Centros Tecnológicos, vocaionada para a prestação de serviços às empresas (informação sobre tecnologia, desenvolvimento do produto, consultoria em sisemas de gestão, essencialmente no domínio da qualidade e da segurança alimentar, análises físico-químicas e microbiológicas, metrologia, rotulagem).

O INOVA intervém igualmente no domínio da Formação, enquanto associado maioritário da Escola de Novas Tecnologias dos Açores – ENTA, cuja missão é a de promover o reforço e a adequação das qualificações e competências dos recursos humanos da Região face às necessidades do tecido empresarial.

Os serviços prestados pelo INOVA direcionam-se para a cadeia alimentar, concretamente para os subsetores dos laticínios, das carnes e do pescado. Progressivamente, a atividade do INOVA vem-se alargando a outros domínios setoriais, com projetos recentes de caracterização e possibilidades de aproveitamento dos recursos hidrominerais existentes em São Miguel e na Terceira (projeto I-Termal), de utilização de produtos naturais na dermocosmética (lamas termais, águas termais, casca de ananás, pedra pomes) e estudo dos solos (plantações de ananás).

Com mais de 30 anos de atividade, o INOVA tem um quadro de 24 trabalhadores, dos quais 20 afetos a funções técnicas (13 Técnicos Superiores, com formação em áreas como a Bioquímica, Biologia, Ciências do Meio Aquático, Biologia/Geologia, Geologia, Matemáticas Aplicadas e Organização e Gestão de Empresas; restantes técnicos com ensino secundário ou cursos de especialização tecnológica).

Para além do espaço afeto a funções administrativas, o INOVA dispõe das seguintes facilidades:

- A IPI - Instalação Piloto Industrial do INOVA, uma infra-estrutura especialmente vocacionada para acções de demonstração tecnológica e transferência de tecnologia nas áreas dos lacticínios, carnes e pescado;
- O Laboratório de Análises, com uma área global de 700 m2, corresponde ao primeiro edifício do "campus" do INOVA e alberga as suas instalações laboratoriais e serviços de apoio, designadamente armazém de produtos e serviços de recepção de amostras.
- O Laboratório de Metrologia, que funciona em edifício especificamente construído para o efeito, com uma área de 850 m2 e dotado de instalações adequadas ao controle metrológico.
- O edifício onde funciona a ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores, com uma área global de cerca de 2000 m2, que inclui salas de aula, laboratórios e demais instalações que asseguram a formação ministrada.
- O Campo Experimental da Ribeira Grande, localizado no Parque Industrial daquela cidade da ilha de S. Miguel, com uma área de cerca de 4500 m2 e que inclui um complexo de estufas dotadas de sistema de aquecimento por efluente geotérmico e sistemas hidropónicos e de rega gota-a-gota instalados. Este "campus" está

Boas práticas no modelo de governação do SRI Açores

A exemplo da situação nas diferentes regiões Portuguesas, a governação do SRI Açores envolve diferentes atores, sendo de destacar os organismos governamentais com competências na área da Ciência e Tecnologia e na área do Investimento e da Competitividade.

Relativamente à Ciência e Tecnologia refira-se o papel que tem vindo a ser desempenhado pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia (entretanto redenominada Direção Regional da Ciência e Transição Digital). Para além do seu papel na construção planeada de uma rede de infraestruturas de C&T, identificamos como boas práticas o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia e a iniciativa Roteiro "Ciência Açores".

O Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia (FRCT) é um organismo com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo competências de coordenação de ações e gestão de recursos financeiros no âmbito do financiamento de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Das áreas de ação do FRCT, enquadradas na estratégia do Governo Regional dos Açores com vista à implementação de um eixo de desenvolvimento económico baseado em I&D, destacam-se as seguintes:

- Apoio à formação avançada, através da atribuição de bolsas de investigação de diferentes tipologias;
- Financiamento e/ou participação em organizações de eventos internacionais de relevância para a comunidade científica;
- Participação em projetos regionais, nacionais e internacionais, como coordenador ou parceiro, assegurando noeadamente a contrapartida regional em projetos financiados por fundos europeus (PO Açores mas também programas enquadrados no INTERREG como o Espaço Atlântico, o MAC ou outros).
- Apoio à participação de outras entidades regionais, nomeadamente do Sistema Científico e Tecnológico, em programas de financiamento externos à RAA, de entre os quais se destaca o Horizonte 2020.

O Roteiro "Ciência Açores" é uma iniciativa da DRCT que tem como principal objetivo promover um debate alargado em torno dos fatores críticos do sistema científico açoriano e estabelecer uma plataforma de discussão sobre a agenda científica para a década 20-30. Esta iniciativa tem promovido encontros com investigadores coordenadores de projetos de investigação e com responsáveis de centros de investigação dos Açores e de outras entidades que integram o sistema científico e tecnológico regional, nomeadamente a Universidade dos Açores e outros organismos/unidades de investigação científica, os Parques de Ciência e Tecnologia, outras entidades de interface entre o sistema de I&D e o tecido empresarial e outras unidades públicas ou privadas de acolhimento e valorização de atividades de C&T. Neste âmbito ter-se-ão realizado 26 encontros, estando previsto um documento final de síntese com conclusões e formulação de linhas orientadoras para o futuro.

A fragilidade persistente do subsistema de C&T de matriz académica

Apesar do elevado peso relativo que o setor Ensino Superior apresenta na despesa em I&D regional, convém relembrar que tal proporção decorre de um nível muito baixo da despesa em I&D global. Assim, as atividades de I&D de matriz académica, concentradas na UAc, deparam-se com um problema de massas críticas em diferentes domínios do conhecimento.

Em 2018, o pessoal ao serviço em atividades de I&D no Ensino Superior ascendia, na RAA, a apenas 263,4 ETI, apenas superior ao verificado na RAM e que compara, por exemplo, com os 13.254,4 e 10.186,0 ETI observados no setor do Ensino Superior da Área Metropolitana de Lisboa ou da Região Norte, respetivamente. Para além disso, a evolução entre 2013 e 2018 é das menos positivas no contexto nacional: Para uma base 100 em 2013, a evolução na RAA atinge um índice de 104,9 em 2018, enquanto que para Portugal como um todo o índice ascende de 100 a 113,3 no mesmo período de tempo.

De acordo com as entrevistas realizadas, esta situação, para além de decorrer dos limites que a UAc enfrenta face à sua localização numa região geograficamente periférica e de pequena dimensão demográfica, ter-se-á agravado por dificuldades financeiras da instituição de ensino superior e consequente dificuldade em assegurar os 15% de contrapartida nacional / regional mesmo quando os projetos são financiados pelos FEEI. Assinala-se que a DRCT tem assegurado à UAc o financiamento dos 15% regionais, quer nos projetos do PO Açores quer de outros programas, designadamente no MAC – Interreg.

Paralelamente, fica a ideia de uma certa ausência de projetos de C&T estruturantes, de maior dimensão, nomeadamente nas áreas científicas relacionadas com as prioridades da RIS3 Açores. Foram-nos ainda referidas como dificuldades a quase ausência de oportunidades para financiar a manutenção e aquisição de equipamentos para os Centros de Investigação, decorrente de restrições na elegibilidade de despesas, bem como dificuldades em atrair e recrutar investigadores. Outro problema sensível, com reflexos ao nível da valorização económica do conhecimento, decorrerá do facto da UAc não ter oferta formativa na área da Engenharia.

A I&D Empresarial: No limiar de um take off?

Como já salientado, a I&D executada no setor Empresas representa apenas 13,8% da Despesa em I&D na Região (2018), equivalendo, em valor absoluto e para o mesmo ano, a apenas 1.869 milhares de euros.

A dificuldade das PMEs dos setores de especialização da economia açoriana (nomeadamente no agroalimentar e pescas) em formularem e gerirem projetos de I&D bem como a ausência de grandes empresas e de *players* internacionais (com exceção do setor dos laticínios) explicarão esta situação.

Por outro lado, como se detalhará no ponto seguinte, verifica-se um défice na utilização de instrumentos que enquadrem projetos de I&D em colaboração entre diferentes organizações e setores institucionais, do tipo projetos individuais em copromoção, programas mobilizadores ou CoLabs.

Consideramos previsível que a criação das infraestruturas de base tecnológica tais como o TERINOVA, o NONAGON e o futuro PCT a instalar na cidade da Horta potenciará, através das empresas aí instaladas, um incremento significativo das atividades de I&D empresarial, nomeadamente nas áreas das tecnologias digitais, do mar e do agroalimentar.

O papel orientador da RIS3 Açores

A RIS3 Açores, formulada para o período 2014-2020, definiu como domínios prioritários (i) a Agricultura, Pecuária e Agroindústria, (ii) as Pescas e Mar e (iii) o Turismo[9], estando neste momento em curso o trabalho de reformulação para o próximo período de programação.

Quadro 10 - Prioridades Temáticas e Visão da RIS3 Açores

Agricultura, Pecuária e Agroindústria	Em 2020, a Região Autónoma dos Açores terá um cluster competitivo na área da Agricultura, Pecuária e Agroindústria, capaz de produzir, transformar e comercializar produtos diversificados, que deem uma resposta abrangente às necessidades do mercado regional e tenham um posicionamento diferenciado a nível internacional, garantindo a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental de excelência.
Pescas e Mar	Em 2020, a Região Autónoma dos Açores verá reforçado o seu posicionamento como como plataforma intercontinental na área do conhecimento sobre os oceanos, contribuindo ativamente para o desenvolvimento económico da Região através do reforço dos setores mais tradicionais (nomeadamente a pesca) e da emergência de atividades inovadoras.
Turismo	Em 2020, a Região Autónoma dos Açores será reconhecida como um destino de excelência para segmentos de mercado específicos, em que os atores regionais, atuando de uma forma coordenada e recorrendo a ferramentas inovadoras, são capazes de estruturar uma oferta qualificada, que promove, de forma sustentável, o aproveitamento dos elementos diferenciadores da Região.

Fonte: RIS3 Açores, 2014

Considerando a informação disponibilizada pela DGEEC, temos uma imagem da ventilação da despesa total em I&D executada na RAA pelas prioridades temáticas da ENEI, uma vez que não dispomos de informação análoga ventilada pelas prioridades temáticas da RIS3 Açores.

Em termos acumulados (2014-2018), as quotas na despesa em I&D das prioridades ENEI que mais se aproximam das prioridades RIS3 Açores são de 27,2% para a "Economia do Mar", de 10,8% para o "Agroalimentar" e de 3,1% para o Turismo. Poderíamos ainda acrescentar os 7,5% relativos às "Tecnologias de informação e comunicações", dado o seu cariz transversal e com relevo na aplicação aos domínios prioritários da RIS3 Açores.

Considerando que, como já vimos, grande parte da I&D é executada no setor Ensino Superior, sendo que a UAc tem naturalmente um espectro de domínios científicos mais alargado, os dados acima referidos refletem um nível razoável de focagem das atividades de I&D nos domínios prioritários da RIS3 Açores, com destaque para a área do Mar.

Aliás, entendemos que, para um estádio de desenvolvimento do sistema de I&D+I como o dos Açores, é necessário conciliar um apoio de banda larga às diferentes áreas do conhecimento científico, para não secar futuras oportunidades, com uma focagem mais seletiva.

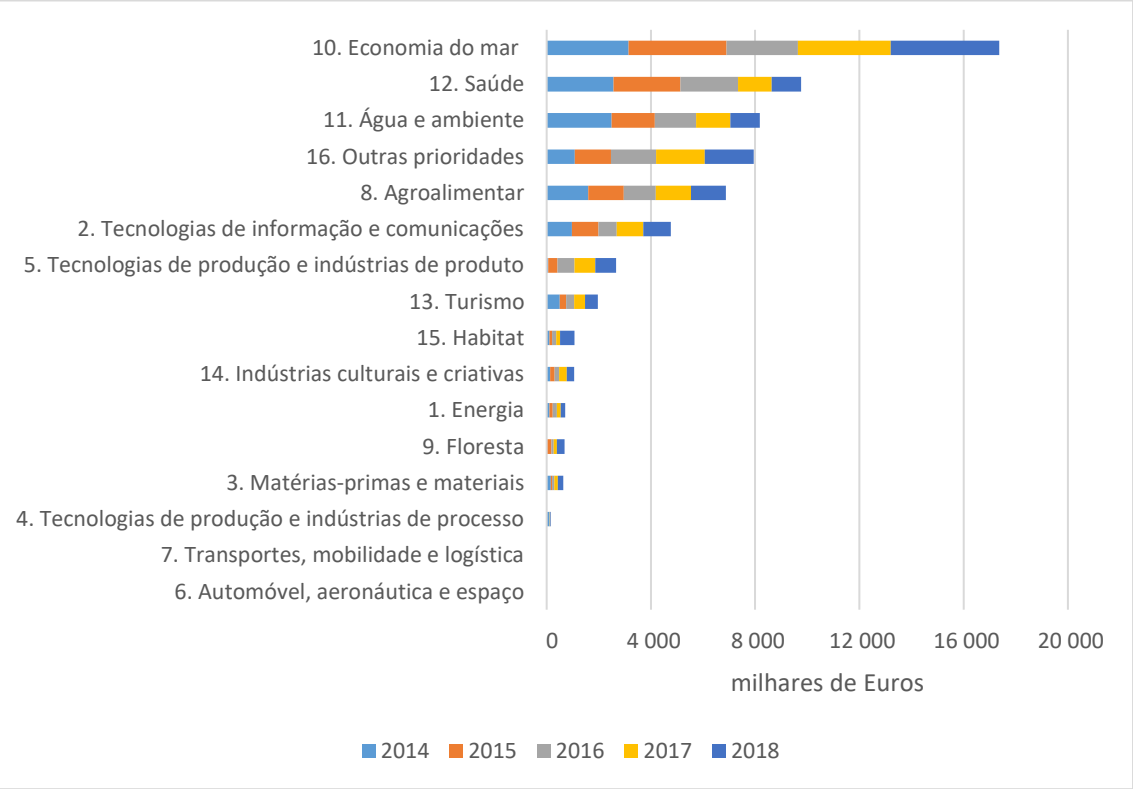
Entende-se que uma maior focagem nas "Pescas e Mar" e na "Agricultura, Pecuária e Agroindústria" deverá advir de investimentos estruturantes seja ao nível a investigação

[9] *Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores – RIS3 AÇORES*, Governo Regional, Região Autónoma dos Açores, julho 2014.

científica seja ao nível das infraestruturas tecnológicas e, ainda, pelo take off da I&D empresarial.

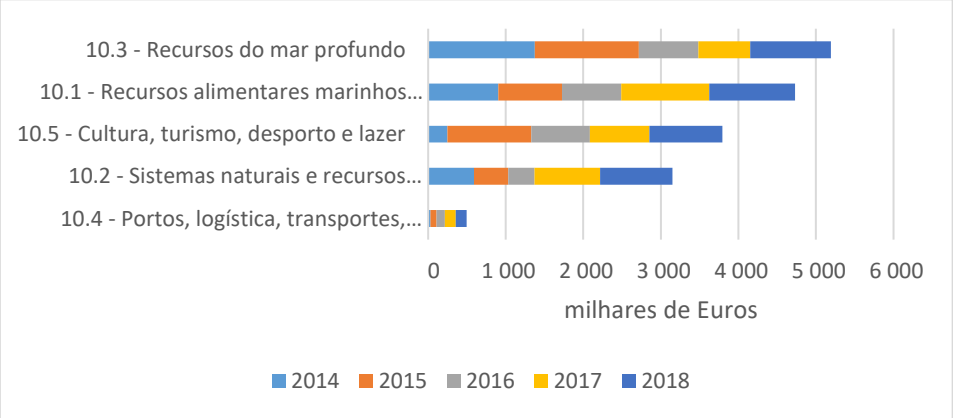
Quanto ao Turismo, que globalmente é uma atividade geradora de menor procura por inputs tecnológicos, as oportunidades de incorporação de conhecimento na atividade turística da RAA estarão em grande parte associadas à articulação das competências e tecnologias digitais com a atividade turística, o que está na génese da conceção do Azores Digital Innovation Hub a sedear no NONAGON.

Gráfico 12 - RAA: Despesa em I&D, por prioridade temática da ENEI



Fonte: DGEEC

Gráfico 13 - RAA: Despesa em I&D na Economia do Mar, por sub-prioridade temática da ENEI



Fonte: DGEEC

Não cabendo aqui pronunciarmo-nos sobre a revisão da RIS3 Açores, a informação quer sobre a execução da I&D quer sobre diferentes projetos em curso sugere ponderar um possível alargamento das prioridades da RIS3 Açores a domínios tais como o Espaço, a Economia Digital, o Ambiente ou a Economia Circular.

Na dimensão económica, foi sem dúvida o Turismo a prioridade da RIS3 Açores que observou uma maior dinâmica nos anos recentes, ainda que temporariamente interrompida pelo eclodir da pandemia de COVID – 19 no início do ano de 2020.

Entre 2013 e 2019, o total de estabelecimentos de alojamento turístico passou de 154 para 404 e o total de estabelecimentos hoteleiros passou de 64 para 100. Por sua vez, a capacidade de alojamento passou de 9.579 camas para 15.791 camas, com destaque para os estabelecimentos hoteleiros (10.742 camas), mas também no Alojamento Local (3.210 camas) e no Turismo em Espaço Rural e Turismo de Habitação (1.264 camas). Comparativamente a todas as NUTS II de Portugal, a RAA foi a que verificou as maiores taxas de variação média anual, entre 2013 e 2019, no que diz respeito ao total de Estabelecimentos Hoteleiros e Capacidade de Alojamento (7,7% e 8,7%, respetivamente).

A evolução da procura por alojamento turístico na NUTS II Região Autónoma dos Açores é expressiva. Entre 2013 e 2019, o número de dormidas passou de 1.103.526 para 2.277.804 noites, correspondente a uma taxa de variação média anual de 12,8%, acima da que se verificava em Portugal (8,3%) e na maioria das restantes NUTS II, à exceção da região do Alentejo (12,9%).

Como é sabido, a RAA é dotada de um conjunto de ativos naturais e culturais de elevado interesse, potenciando segmentos associados ao turismo de natureza, *touring* cultural e paisagístico, turismo náutico, geoturismo, saúde e bem-estar, golfe, gastronomia e vinhos e turismo no espaço rural.

Como já referido, a atividade turística gera oportunidades tecnológicas ao nível das tecnologias digitais, mas também se articulará com domínios como os das ciências do ambiente e biodiversidade ou a oceanografia, associando o turismo nos Açores às novas tecnologias e à sustentabilidade.

No que respeita ao agroalimentar, os laticínios constituem uma pedra basilar da economia dos Açores, estando presentes em todas as ilhas, à exceção da ilha de Santa Maria. Em virtude das condições edafoclimáticas, este sector goza, nos Açores, de vantagens competitivas fortes. A forma como o gado é criado, ao ar livre e em comunidade, alimentando-se de erva fresca, confere ao leite e seus derivados um elevado valor biológico e uma qualidade nutricional excecional. A produção de laticínios nos Açores, em 2018, representou, no cômputo da produção total portuguesa, cerca de 51% do queijo, 34% do leite de vaca, 64% do leite em pó e 39% da manteiga.

A produção de carne de bovino é outro subsetor de grande relevância. A carne açoriana possui certificação IGP e os animais são alimentados quase exclusivamente no pasto, assegurando a elevada qualidade da carne. A área geográfica de produção IGP abrange todas as ilhas dos Açores.

O potencial agroalimentar dos Açores estende-se ainda ao mel, frutas (Ananás dos Açores, Maracujá de São Miguel e a Meloa de Santa Maria), ao chá (na ilha de São Miguel operam as duas únicas unidades de produção agroindustrial de chá da Europa, em Porto Formoso e Gorreana), ao tabaco e à vitivinicultura.

A fileira agroalimentar nos Açores, por via das condições edafoclimáticas, tem condições para assegurar uma oferta de produtos bem diferenciados, o que está patente na atribuição das insígnias DOP (Denominação de Origem Protegida) e IGP (Identificação Geográfica Protegida) ou, mais genericamente, da marca "Açores".

No que respeita à prioridade Pescas e Mar, a atividade económica concentra-se nas pescas. A quantidade descarregada esteve a diminuir de 2013 a 2017, passando de 13.961 toneladas para 6.351 toneladas, subindo em 2018 para 11.802 toneladas. Neste último ano, as espécies mais descarregadas foram o atum e similares (7.302 toneladas), o chicharro (831 toneladas), a lula (547 toneladas), o goraz (254 toneladas) e a cavala (200 toneladas).

Quer a fileira agroalimentar quer as pescas e o mar são prioridades fortemente geradoras de oportunidades tecnológicas, cuja exploração deverá cruzar a produção de conhecimento científico com a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental (nomeadamente em contexto empresarial).

Na agroindústria, identificamos áreas científicas e tecnológicas tais como as ciências agrárias em geral (agronomia, ciência do solo, filotecnia, zootecnia), as ciências biológicas (biodiversidade, biologia aplicada, botânica, zoologia), a química (bioquímica, química aplicada), as engenharias agrícola e de biomateriais, a tecnologia alimentar e a biotecnologia e, ainda, a medicina veterinária.

Nas pescas e mar, identificamos áreas científicas e tecnológicas tais como as ciências marinhas em geral, as engenharia e tecnologia marítima, a tecnologia submarina e, tal como para a agroindústria, a biotecnologia e a tecnologia alimentar.

De forma mais transversal e/ou explorando novas apostas que nos foram referidas, refira-se novamente as tecnologias digitais, a engenharia e tecnologia de telecomunicações, a tecnologia espacial de observação terrestre e as ciências do ambiente (clima, água, geofísica).

Tendo em conta este largo espectro de áreas científicas e tecnológicas, e face aos recursos necessariamente limitados que a RAA tem para afetar à Ciência e à Tecnologia, consideramos desejável e expectável que a iniciativa Roteiro Ciência Açores venha a gerar orientações para uma focagem mais específica das agendas, para além do imprescindível papel de "guidance" com origem nos esforços tecnológicos das empresas.

4. O contributo do PO Açores

O PO Açores é a principal fonte de financiamento dos projetos que estruturam o Sistema Regional de Inovação, mobilizando instrumentos que cobrem todo o ciclo de atividades

orientadas para a inovação, desde a I&D de matriz académica até ao investimento inovador das empresas. Destacamos como principais aspetos:

- Na PI 1.1., o apoio a projetos de investigação académica. Estes permanecem muito fragmentados e de pequena dimensão, com ausência de projetos estruturantes e de reforço de áreas com maior potencial de translação de conhecimento para o tecido empresarial. Observa-se uma percentagem elevada de projetos na área do Mar, mas os outputs científicos não têm tido uma transferência imediata ou um impacto no arrastamento para a economia, refletindo bem a necessidade de infraestruturas de base tecnológica nessa área, estimulando a translação de conhecimento e atividades de *brokerage*.
- Na PI 1.2. (I&DT empresarial) a avaliação identificou a aprovação de poucos projetos, com a interrogação complementar de saber se os projetos de Start-up's (empreendedorismo de base tecnológica) aprovados irão ou não constituir futuramente uma nova base empresarial para os projetos de I&D, suscitando ainda a forte necessidade de atração de players externos para reforço significativo da capacidade regional de absorção de conhecimento-inovação.
- Ainda na PI 1.2., tem-se verificado uma ausência de utilização de instrumentos que promovam a I&D colaborativa, do tipo projetos de I&D em copromoção e programas mobilizadores. Os mesmos teriam enquadramento regulamentar e, no caso dos projetos de I&D em copromoção, esta subtipologia está referida nos Avisos. Faltará pois uma maior proatividade na geração da procura. Será importante, no futuro, a articulação de esforços entre vários atores (DRCT, UAc, empresas) visando a formatação de um número restrito e seletivo de projetos do tipo Programas Mobilizadores, considerando os domínios de especialização da EREI. Seria igualmente importante estudar a viabilidade de lançamento de iniciativas do tipo CoLabs, negociando a integração de entidades regionais nos CoLabs do Continente, assumindo modelos idênticos de cooperação com entidades de interface do Continente como o projeto do *Azores Digital Innovation Hub* promoveu.
- Assinala-se com particular destaque a relevância dos apoios à rede de infraestruturas tecnológicas existentes. A sua consolidação afigura-se crucial.
- O apoio a bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento, realizado através do EP 10, tem tido uma elevada procura, estando em mais de 2/3 alinhadas com as prioridades temáticas da EREI Açores. No entanto, nenhuma das bolsas aprovadas (FSE) foi em contexto empresarial. Refira-se que, fora do quadro do PO, a DRCT/FRCT financia a inserção de bolseiros em contexto empresarial, tendo aprovado, em 2019, 6 bolsas pós-doutoramento no referido contexto.

5. Desafios para o próximo período de programação

Elencamos as seguintes prioridades de intervenção, a considerar seja em sede do novo PO Regional seja na definição das prioridades temáticas da nova EREI:

- O contexto económico regional não favorece uma maior estruturação do Sistema Regional de Inovação, dada a reduzida dimensão da base económica de transacionáveis,

o que continua a exigir um forte investimento público na formação de inputs tecnológicos e na promoção de trajetórias sustentadas de transferência de conhecimento e absorção do mesmo pelo setor empresas.

- O Subsistema de C&T público ainda precisa de ser consolidado (public push). A I&D de matriz académica precisa de ser reforçada, sobretudo através de projetos estruturantes que viabilizem o reequipamento consistente de laboratórios e que combatam a fragmentação, formando massas críticas e promovendo a interação do Subsistema de C&T da RAA em redes nacionais e internacionais.
- É notória a dificuldade em atrair e fixar recursos humanos qualificados para atividades de I&D, com as áreas do Mar e da Biodiversidade a apresentarem a melhor situação em termos de recursos humanos qualificados. A RAA necessita de criar condições para a formação superior na área das engenharias.
- No aumento do esforço tecnológico, a componente de crescimento da I&D realizada no setor Empresas é central, condição sine qua non para uma maior capacidade de transformar conhecimento em inovações (incluindo os resultados económicos destas) mas também pelo papel que as necessidades tecnológicas das empresas, quando explicitadas, têm enquanto elemento orientador das prioridades de I&D dos restantes setores institucionais.
- O aumento da I&D empresarial e as dinâmicas de transferência de tecnologia e de valorização económica do conhecimento poderão, nos próximos anos, beneficiar dos impactos gerados a partir de organizações de interface com intervenção na promoção do empreendedorismo tecnológico e de processos colaborativos de I&D.
- A este nível, é de sublinhar uma transformação sistémica positiva, com a expansão e consolidação de uma rede coerente de Infraestruturas Tecnológicas / PCTs, cujas vocações setoriais estão alinhadas com a RIS3. A renovação da base empresarial pode tirar partido da consolidação do papel do TERINONV, do NONAGON e da nova infraestrutura para o Mar. A relevância do DIGITAL INNOVATION HUB é de salientar bem como a articulação do NONAGON com o Turismo.
- A I&D empresarial e colaborativa requer uma maior utilização de instrumentos específicos de apoio como os projetos de I&D em copromoção, os programas mobilizadores e o estímulo à colaboração com os CoLabs do Continente.
- A área dos serviços tecnológicos também tem que ser reforçada, evitando-se a atomização de projetos, com reforço do papel e da capacidade de intervenção do INOVA e da criação de outros Centros Tecnológicos, valorizando a sua proximidade face ao tecido de pequenas empresas.
- Do ponto de vista institucional, caberá à DRCT aprofundar o seu papel impulsionador, promovendo a diversificação das fontes de financiamento e a indução de projetos de referência, de maior dimensão e mais estruturantes, ao nível da I&D de matriz académica, da promoção da I&D colaborativa e da rede de organizações de interface.
- A RIS3 Açores necessita de reforçar o seu papel orientador, ponderando o alargamento do leque de prioridades, considerando novas apostas nos domínios de especialização (Espaço) e domínios transversais (Digital, Economia Circular, Ambiente).

ANEXO 4 – ESTUDO DE CASO SOBRE OS SISTEMAS DE INCENTIVOS

1. Introdução

O PO Açores 2020 inclui nas suas tipologias de operações os seguintes sistemas de incentivos:

- SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico;
- SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo - Empreendedorismo qualificado e criativo;
- SI Qualificação e Internacionalização das PME
- SI Investimento Empresarial (Açores).

O quadro seguinte sintetiza a relação destas tipologias (e subtipologias) com o tipo de intervenção e as prioridades de investimento em que são utilizadas.

Quadro 11 – Relação das Tipologias de Operação com a Tipologia de Intervenção e Prioridades de Investimento

Tipologia Operação	Subtipologia Operação	Tipologia de Intervenção	Prioridade de Investimento em que é utilizado
SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	Projetos de I&DT Empresas	Atividades de I&D empresarial	1.2.
	Núcleos de I&DT		
SI Inovação empresarial e empreendedorismo - Empreeendedorismo qualificado e criativo	Projeto Individual	Empreendedorismo qualificado e criativo	3.1.
SI Qualificação e Internacionalização das PME	Projeto individual	Internacionalização das PME	3.2.
		Qualificação e inovação das PME	3.3.
	Vale Inovação		
SI Investimento Empresarial (Açores)		Investimento empresarial (Açores)	3.4. 3.1., 3.2., 3.3. e 3.4. (a)

(a) Operações aprovadas à IFD para financiamento de instrumentos financeiros (Dívida / Garantia e Capital / Quase Capital).

No PO Açores, a utilização dos sistemas de incentivos não está enquadrada por um regulamento específico. A Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2015 de 26 de fevereiro de 2015 define o regulamento de acesso comum para as prioridades de Investimento do PO AÇORES 2020 financiadas pelo FEDER, que define as condições gerais de acesso e de atribuição de financiamento a candidaturas aos eixos e PI que são financiadas por este fundo estrutural. Assim sendo, no caso dos sistemas de incentivos, as eventuais sub-tipologias são referidas no texto do Programa, muitas vezes a título de exemplo, remetendo-se para os Avisos a sua especificação. Com base nas fontes atrás referidas, resumimos o âmbito de cada tipologia de sistemas de incentivos.

O SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico abrange sub-tipologias de Projetos de I&DT empresariais e de Núcleos de I&DT, mas, para além de projetos individuais, não exclui projetos a serem promovidos por entidades do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, de cariz infraestrutural ou de ações de interação entre estas entidades e as empresas (investigação,

transferência de conhecimento, valorização económica do conhecimento, projetos piloto e demonstradores, etc.).

O SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo - Empreendedorismo qualificado e criativo abrange, no essencial, o apoio a investimentos para a criação de empresas com especial enfoque para a média e alta tecnologia, criativas ou de conhecimento intensivo, havendo ainda uma referência a projetos simplificados de empreendedorismo.

O SI Qualificação e Internacionalização das PME agrega duas tipologias de intervenção: Internacionalização das PME e Qualificação e Inovação das PME. Na vertente Internacionalização, o sistema de incentivos prevê o apoio a projetos individuais promovidos por empresas em ações que visem o conhecimento e a preparação para acesso a novos mercados, incluindo a participação em feiras internacionais, o desenvolvimento de planos de negócio orientados para os mercados internacionais e o projeto simplificado de internacionalização.

Na vertente Qualificação e Inovação das PME, o SI Qualificação e Internacionalização das PME prevê o apoio a projetos individuais promovidos por empresas em domínios tais como a capacitação empresarial das empresas regionais para a competitividade e alargamento das capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, o registo de marcas, bem como a certificação de produtos, e a criação e/ou adequação dos serviços ou sistemas de gestão relevantes para a competitividade e inovação da empresa, a certificação no âmbito do Sistema Português da Qualidade e, ainda, estudos sobre novos produtos, tecnologias e oportunidades de inovação dirigidas às necessidades específicas das empresas. Para além do projeto individual, está previsto um projeto simplificado inovação (vale inovação).

O SI Investimento Empresarial (Açores) apoia projetos individuais promovidos por empresas, considerando duas tipologias de intervenção: Projetos de investimento com a CAE relacionada com atividades de transformação industrial, construção, comércio, transportes e turismo e serviços diversos, no âmbito de apoio às empresas, que serão submetidos a linhas específicas do sistema de incentivos ao investimento empresarial da Região; Projetos individuais de investimento produtivo de natureza inovadora por parte de PME (nomeadamente (i) produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção atual, através da transferência e aplicação do conhecimento, (ii) adoção de novos, ou significativamente melhorados processos ou métodos de fabrico, de logística e de distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing, (iii) introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações.

2. Coerência

Globalmente, os SI acima sucintamente descritos abrangem todas as dimensões da competitividade empresarial, desde a investigação e o desenvolvimento tecnológico, passando pelas dimensões mais imateriais da internacionalização e da qualificação, até ao apoio ao investimento produtivo direcionado para a inovação de produto e de processo. Revelam-se assim totalmente pertinentes face aos desafios da economia açoriana que são apontados na

Visão Estratégica do PO Açores 2014-2020[10], que apontam para a construção de uma base económica de exportação dinâmica e alargada, assente na afirmação de um perfil de especialização regional ancorado no potencial de criação de riqueza, através da exploração de oportunidades ligadas à dinamização e ao reforço das atividades associadas à valorização económica dos recursos endógenos.

Do ponto de vista da coerência interna aos SI, referimos dois aspetos que nos parecem mais sensíveis:

- O facto das sub-tipologias não estarem tipificadas de forma mais rigorosa, poderá conduzir a que, na prática, se verifiquem lacunas no espectro de instrumentos, como de facto aconteceu no SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, em que instrumentos mais impulsionadores de interações e de esforços colaborativos (I&D em copromoção empresas / entidades do SCT Regional, projetos mobilizadores com cariz estruturante) poderão não ter tido concretização.
- Aparentemente, os projetos de inovação produtiva, focados na inovação produto e/ou processo, e exigindo investimento em equipamentos, não terão enquadramento na tipologia Qualificação e Inovação das PME mas sim na tipologia SI Investimento Empresarial (Açores), sendo que esta última aparenta ter uma abrangência híbrida (estímulo ao investimento num largo espectro de atividades, mas não necessariamente associado à exportação ou à inovação e, por outro lado, investimento produtivo de natureza inovadora por parte de PME). Esta arquitetura poderá eventualmente conduzir a um esbatimento do *focus* em projetos com maior intensidade inovadora.

Do ponto de vista da coerência dos SI com outros instrumentos enquadrados no PO Açores, a avaliação é claramente positiva tendo em conta as seguintes complementaridades:

- No EP 1, entre o SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e o Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica.
- No EP 3, entre o SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo - Empreendedorismo qualificado e criativo e o Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Promoção do espírito empresarial.
- No EP 3, entre o SI Qualificação e Internacionalização das PME - Internacionalização das PME e o Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Internacionalização.
- No EP 3, entre o SI Qualificação e Internacionalização das PME – Qualificação e Inovação das PME e o Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Qualificação.

Em termos de um conjunto coerente de instrumentos, de referir ainda que o PO Açores tem potencial para impulsionar a oferta de Instrumentos Financeiros, financiando a montante a IFD (agora, Banco Nacional de Fomento), a qual por sua vez enquadra o financiamento das sociedades veículo que disponibilizam às empresas este tipo de instrumentos de financiamento.

3. Relevância

O SI concentra instrumentos da maior relevância para a prossecução do primeiro dos objetivos estratégicos que constam da visão plasmada no texto do PO Açores: “Uma Região aberta e

[10] Ver PO Açores 2014-2020, versão Reprogramação de 5 de dezembro 2018, pp. 29 e 30.

inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior no contexto regional europeu, em que a economia assente numa base económica de exportação, dinâmica, integrada e diversificada, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno". Em termos potenciais, os instrumentos aqui em causa podem conduzir à intensificação tecnológica das empresas e à inovação empresarial, bem como a uma maior internacionalização (aumento da base exportadora), tudo isto complementado pelo potencial de indução de investimento produtivo.

Em particular, na sua dimensão de apoio à I&D empresarial e ao investimento produtivo inovador, o Sistema de Incentivos tem um elevado potencial para impulsionar as prioridades temáticas da EREI (RIS 3) da Região Autónoma dos Açores.

A relevância do SI cruza-se ainda com a dotação financeira elevada afeta ao EP3 (278M€ FEDER, correspondente a 24% do total dos fundos estruturais alocados ao programa), embora a mesma incida igualmente sobre outros instrumentos complementares (SIAC).

4. Eficácia

No quadro do EP1 e até 31/12/2020 foram publicados os seguintes Avisos que incidem sobre incentivos financeiros às empresas:

- SI I&DT - Projetos de I&DT Empresas: 2 Avisos de Concurso;
- SI I&DT - Núcleos de I&DT: 1 Aviso de Convite e 1 Aviso de Concurso;
- SI I&DT – Internacionalização de I&D: 1 Aviso de Concurso.

No quadro do EP3 e até 31/12/2020 foram publicados os seguintes Avisos que incidem sobre incentivos financeiros às empresas:

- SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo – Empreendedorismo Qualificado e Criativo – Projeto Individual: 3 Avisos de Convite e 2 Avisos de Concurso;
- SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo – Vale Empreendedorismo: 1 Aviso de Concurso;
- SI Qualificação e Internacionalização das PME – Projeto Individual (Internacionalização): 1 Aviso de Concurso;
- SI Qualificação e Internacionalização das PME – Vale Internacionalização: 1 Aviso de Concurso;
- SI Qualificação e Internacionalização das PME – Projeto Individual (Qualificação e Inovação): 2 Avisos de Concurso;
- SI Qualificação e Internacionalização das PME – Vale Inovação: 1 Aviso de Concurso;
- SI Investimento Empresarial (Açores): 2 Avisos de Convite e 2 Avisos de Concurso.

Como resultado das atividades acima referidas, temos um balanço sobre a operacionalização em que se destaca:

- Um número total de 1745 candidaturas, das quais resultaram 1395 admitidas e 1084 aprovadas, sendo de relevar uma taxa de aprovação de 78% em termos de operações e de 62% em termos de custo total, o que reflete uma boa seletividade;

- A elevada procura suscitada pela tipologia SI Investimento Empresarial (Açores), com uma taxa de admissibilidade de 78% e uma taxa de aprovação de 86% (seletividade baixa face à procura);
- A elevada procura na sub-tipologia SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo – Empreendedorismo Qualificado e Criativo – Projeto Individual, com uma taxa de admissibilidade de 87% e uma taxa de aprovação de 64% (seletividade elevada face à procura);
- Uma procura razoável no SI QIPME – Vale Inovação, acompanhada de uma seletividade elevada.
- Uma procura reduzida ao nível do SI IDT – Projetos de I&DT Empresas, com 33 candidaturas e apenas 10 candidaturas admitidas, as quais foram aprovadas na totalidade;
- Uma procura muito reduzida no SI QIPME – Projeto Individual (Internacionalização), traduzindo-se em apenas 10 operações aprovadas.
- Igualmente, procuras baixas ou mesmo inexpressivas em sub-tipologias como o SI IDT Internacionalização I&D, o Vale Empreendedorismo, o SI QIPME – Projeto Individual (Qualificação e Inovação)
- O caso particular do SI IDT – Núcleos de I&DT, com apenas 1 operação aprovada mas de grande volume de investimento, tratando-se na realidade de um projeto estruturante (Terinov) e não tanto de criação de núcleos de I&D em PME.

Quadro 12 - Sistema de Incentivos - Balanço sobre a operacionalização (31/12/2019)

OT/PI/OE	Tipologia da Operação	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
01/02/1.2.1	SI IDT – Projetos de I&DT Empresas	22	10	45%	10	100%	2 203 714,21 €	2 212 432,95 €	98%
	SI IDT – Núcleos de I&DT	2	1	50%	1	100%	9 999 856,13 €	9 999 857,09 €	100%
	SI IDT – Internacionalização I&D	0	0	-	0	-	0,00 €	0,00 €	-
	Total SI IDT	**24**	**11**	**46%**	**11**	**100%**	**12 203 570,34 €**	**12 212 290,04 €**	**100%**
03/01/3.1.1	SI Inovação – Emp. Qualificado e Criativo – Projeto Individual	524	456	87%	291	64%	96 630 873,22 €	62 473 374,72 €	65%
	SI Inovação Empresarial e empreendedorismo - Vale Empreendedorismo	4	3	75%	0	0%	29 550,00 €	0,00 €	0%
	Total SI Inovação Empresarial e empreendedorismo	**528**	**459**	**87%**	**291**	**63%**	**96 660 423,22 €**	**62 473 374,72 €**	**65%**
03/02/3.2.1	SI QIPME – Projeto Individual (Internacionalização)	15	11	73%	10	91%	2 208 080,50 €	1 783 355,09 €	81%
	Total SI QIPME – Projeto Individual (Internacionalização)	**15**	**11**	**73%**	**10**	**91%**	**2 208 080,50 €**	**1 783 355,09 €**	**81%**
03/03/3.3.1	SI QIPME – Projeto Individual (Qualificação e Inovação)	32	30	94%	24	80%	7 877 055,59 €	6 738 621,77 €	86%
	SI QIPME – Vale Inovação	100	69	69%	51	74%	641 640,94 €	460 001,75 €	72%
	Total SI QIPME (Qualificação e Inovação)	**132**	**99**	**75%**	**75**	**76%**	**8 518 696,53 €**	**7 198 623,52**	**85%**
03/04/3.4.1	SI Investimento Empresarial (Açores)	1046	815	78%	697	86%	458 860 856,44 €	406 261 008,53 €	89%
	SI Investimento Empresarial (Açores)	**1046**	**815**	**78%**	**697**	**86%**	**458 860 856,44 €**	**406 261 008,53 €**	**89%**
Total Sistemas de Incentivos		**1745**	**1395**	**80%**	**1084**	**78%**	**578 451 627,03 €**	**489 928 651,90 €**	**62%**

(1) Candidaturas totais; (2) Candidaturas admitidas; (3) Taxa de admissão (2/1); (4) Candidaturas aprovadas; (5) Taxa de aprovação (4/2); (6) CT candidaturas admitidas; (7) CT candidaturas aprovadas; (8) CT candidaturas aprovadas / CT candidaturas admitidas

Focando a nossa atenção nas operações aprovadas, e tendo como corte temporal 31/12/2019, o SI evidencia uma elevada operacionalização, com um total de 1.084 operações aprovadas, correspondendo a um investimento aprovado de 486,2 M€, a um custo elegível aprovado de 446,5 M€ e a um apoio total aprovado de 253,0 M€.

Considerando o Quadro Financeiro da reprogramação de 2018, o fundo comprometido com os SI à data acima referida representa uma taxa de compromisso de 28,65% do FEDER alocado ao EP1 e de 87,43% do FEDER alocado ao EP3.

Quadro 13 - Sistema de Incentivos – Operações Aprovadas (31/12/2019)

Tipologia da Operação	OT/PI/OE	Operações Aprovadas (1)	Investimento Total Aprovado (2)	Investimento Médio (2)/(1)	Custo Elegível Aprovado (3)	Apoio Total Aprovado (4)	Taxa Média de Apoio (4)/(3)
SI IDT – Projetos de I&DT Empresas	01/02/1.2.1	10	2.209.271,99	220.927,20	2.209.271,99	1.734.520,22	79%
SI IDT – Núcleos de I&DT	01/02/1.2.1	1	9.999.857,09	9.999.857,09	9.504.149,47	8.078.527,05	85%
Total SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico		11	12.209.129,08	1.109.920,83	11.713.421,46	9.813.047,27	84%
SI Inovação – Emp. Qualificado e Criativo – Projeto Individual	03/01/3.1.1	291	62.511.510,58	214.816,19	58.375.591,29	37.198.844,05	64%
Total SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo		291	62.511.510,58	214.816,19	58.375.591,29	37.198.844,05	64%
SI QIPME – Projeto Individual	03/02/3.2.1	10	1.783.355,09	178.335,51	1.301.543,79	694.629,14	53%
	03/03/3.3.1	24	6.738.621,77	280.775,91	5.374.045,04	2.981.591,04	55%
SI QIPME – Vale Inovação	03/03/3.3.1	51	460.001,75	9.019,64	405.721,05	405.721,05	100%
Total SI Qualificação e Internacionalização das PME		85	8.981.978,61	105.670,34	7.081.309,88	4.081.941,23	58%
SI Investimento Empresarial (Açores)	03/01/3.1.1	1	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	100%
	03/02/3.2.1	2	3.000.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	100%
	03/03/3.3.1	2	6.000.000,00	3.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	100%
	03/04/3.4.1	692	390.533.134,95	564.354,24	357.374.484,08	189.943.213,58	53%
Total SI Investimento Empresarial (Açores)		697	402.533.134,95	577.522,43	369.374.484,08	201.943.213,58	55%
Total Sistema de Incentivos		1.084	486.235.753,22	448.556,97	446.544.806,71	253.037.046,13	57%

(1) Estados Operação Aprovada, Aceite pelas Entidades / Contratada, Em Execução, Encerrada / Concluída
Fonte: Sistema de Informação do PO Açores 2020.

Quadro 14 - Sistema de Incentivos - Peso relativo das operações aprovadas no Sistema de Incentivos e no Eixo Prioritário respetivo

	Investimento Total Aprovado		Custo Elegível Aprovado		Apoio Total Aprovado	
	Em % dos SI	Em % do EP	Em % dos SI	Em % do EP	Em % dos SI	Em % do EP
SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	2,51	62,40 (EP1)	2,62	62,10 (EP1)	3,88	61,76 (EP1)
SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo	12,86	10,96 (EP3)	13,07	11,03 (EP3)	14,70	11,50 (EP3)
SI Qualificação e Internacionalização das PME	1,85	1,57 (EP3)	1,59	1,34 (EP3)	1,61	1,26 (EP3)
SI Investimento Empresarial (Açores) (a)	78,67	67,04 (EP3)	78,24	66,02 (EP3)	71,90	56,25 (EP3)
SI Investimento Empresarial (Açores) (b)	4,11	3,50 (EP3)	4,48	3,78 (EP3)	7,90	6,18 (EP3)
Total Sistema de Incentivos	100,00	82,39 (EP1+EP3	100,00	81,48 (EP1+EP3)	100,00	74,57 (EP1+EEP3)

(a) Sem operações financiadas à IFD
(b) 7 operações financiadas à IFD
Fonte: Sistema de Informação do PO Açores 2020.

O SI IDT revela um pequeno número de projetos de I&D empresarial, reduzindo-se a 10 projetos de pequena dimensão, promovidos por sociedades comerciais ou cooperativas. O projeto da sub-tipologia "Núcleos de I&D" é, na realidade, um projeto de natureza infraestrutural, promovido pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tenologia, correspondendo ao investimento no Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira (TERINOV).

Constata-se a ausência de projetos de I&D empresarial que promovam interações estruturantes entre empresas e entidades do SCT regional bem como não foram operacionalizados projetos do tipo mobilizadores associados às prioridades da EREI.

O SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo traduziu-se na aprovação de 291 projetos individuais de empreendedorismo qualificado e criativo, um número expressivo de projetos de investimento de pequena dimensão (investimento médio de 214.816,19 €). Como aspeto menos positivo, assinala-se o facto de estes projetos de investimento apenas marginalmente estarem associados a uma dimensão de empreendedorismo tecnológico. No futuro, dever-se-á estimular uma procura mais qualificada, nomeadamente de empresas sediadas nas organizações de interface que estão a ser objeto de expansão e de consolidação (nomeadamente, NONAGON e TERINOV).

O SI Qualificação e Internacionalização das PME apresenta 85 operações aprovadas, das quais 10 são projetos individuais de Internacionalização, 24 são operações de projetos individuais de Qualificação e 51 são Vales Inovação. Globalmente, o SI Qualificação e Internacionalização das PME apresenta uma operacionalização bastante limitada, representando apenas 1,85% e 1,57% do investimento total aprovado, respetivamente no conjunto dos Sistemas de Incentivos e no EP3.

Como factos mais salientes, destacamos:

- O muito reduzido número de projetos individuais de Internacionalização das PME, indicador preocupante associado à estreita base exportadora da Região e à reduzida presença das empresas nos mercados externos.
- Os 24 projetos de Qualificação e Inovação das PME incidem sobre um conjunto de dimensões imateriais da inovação, com maior frequência em projetos de utilização das tecnologias digitais, de certificação, da gestão da qualidade e segurança e do marketing e comércio eletrónico.
- Os 51 projetos de Vale Inovação correspondem ao apoio à contratação de serviços no domínio das tecnologias digitais prestados por empresas que façam parte da Listagem das Empresas Prestadoras de Serviços no Domínio das Tecnologias Digitais.

O SI Investimento Empresarial (Açores) é de longe a tipologia com mais projetos aprovados: 697 operações, das quais 7 são operações aprovadas à IFD, a fim desta última disponibilizar Instrumentos Financeiros com vista ao reforço dos capitais permanentes das PME. As restantes 690 operações correspondem a projetos de investimento privados num largo espectro de setores. As 7 operações aprovadas à IFD representam 4,11% e 3,50% do investimento total

aprovado, respetivamente nos Sistemas de Incentivos e no EP 3, enquanto que para as restantes 690 operações estes valores ascendem a 78,67% e 67,04%.

Dada a relevância financeira do SI Investimento Empresarial (Açores), importa avaliar o perfil das operações aprovadas no que respeita aos projetos empresariais.

As candidaturas aprovadas até 31/12/2029 foram enquadradas por dois avisos: O ACORES-54-2015-03, Concurso para apresentação de candidaturas ao SI para o Desenvolvimento Regional dos Açores – Apoios ao Desenvolvimento Local, ao Desenvolvimento do Turismo e ao Desenvolvimento Estratégico; O ACORES-54-2015-06, Concurso para apresentação de candidaturas ao SI para a Competitividade Empresarial – Desenvolvimento Local e Fomento da Base Económica de Exportação nos Açores.

Da análise efetuada às 690 operações em causa resulta a ideia que a tipologia SI Investimento Empresarial (Açores) cobriu um largo espectro de projetos empresariais quer em termos de dimensão do investimento – desde projetos de muito pequena dimensão até projetos com investimento superior a 10 milhões de euros – quer em termos setoriais. Neste último critério, os projetos apoiados repartem-se por 38 setores (CAE a 2 dígitos). No entanto, os setores mais diretamente associados ao turismo (Alojamento e Restauração e Similares) respondem por mais de 50% do investimento aprovado, havendo ainda alguma relevância da fileira agroalimentar (Indústrias Alimentares e Indústria das Bebidas).

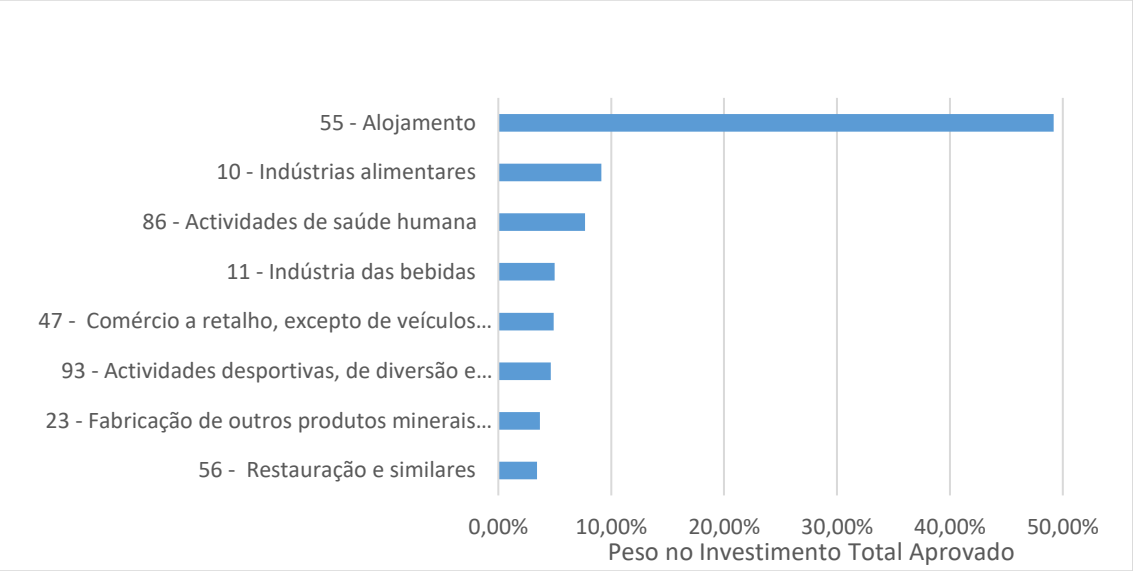
Refira-se ainda que das 690 operações em análise, 306 foram consideradas como tendo enquadramento nas prioridades da EREI (44,35% das operações representando 63,02% do investimento), sendo as restantes 384 operações sido consideradas como não enquadradas na EREI. Conjugando esta informação com a acima referida repartição setorial, é dedutível que as prioridades Turismo, sobretudo, e Agricultura, Pecuária e Agroindústria terão beneficiado da tipologia em análise.

Quadro 15 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Operações aprovadas por dimensão do investimento total (milhares de euros)

	< 50K	≥ 50K e <200K	≥ 200K e < 1.000K	≥ 1.000K e < 5.000K	≥ 5.000K	Total
Nº de Operações (%)	28,55%	33,62%	28,99%	6,52%	2,32%	100%
Investimento (%)	0,85%	7,69%	21,57%	25,58%	44,31%	100%
Investimento Médio	16,5K	126,8K	412,5K	2.174,5K	10.594,1K	554,4K

Fonte: Sistema de Informação do PO Açores 2020.

Gráfico 14 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Setores mais representados no investimento total aprovado



Fonte: Sistema de Informação do PO Açores 2020.

Ainda que com limitações ao nível da desagregação setorial, efetuamos uma comparação entre o nível e a ventilação setorial do investimento aprovado pelo SI Investimento Empresarial Açores e o nível e a ventilação setorial da FBCF do setor empresarial açoriano (INE, Sistema de contas integradas das empresas).

Face à disponibilidade dos dados relativos à FBCF, a comparação é feita ao nível das Secções da CAE Rev3. Não consideramos a Secção A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, a Secção D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, a Secção E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, a Secção K - Actividades financeiras e de seguros e a Secção O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, por não serem elegíveis nos Sistemas de Incentivos e/ou por terem enquadramento noutras tipologias ou programas. A correspondência entre as Secções e as CAE a dois dígitos dos projetos aprovados consta da tabela seguinte.

Quadro 16 - Correspondência entre as Secções retidas e as Divisões a 2 dígitos

Secção	Divisão	Secção	Divisão	Secção	Divisão	Secção	Divisão
B	05 a 09	H	49 a 53	M	69 a 75	R	90 a 93
C	10 a 33	I	55 a 56	N	77 a 82	S	94 a 96
F	41 a 43	J	58 a 63	P	85		
G	45 a 47	L	68	Q	86 a 88		

Quadro 17 - Comparação entre os níveis e a ventilação setorial da FBCF do setor empresarial e do investimento aprovado no SI Investimento Empresarial (Açores)

Secção	FBCF 2019		Investimento Aprovado		Rácios	
	€ (1)	% (2)	€ (3)	% (4)	3/1	4/2
B - Indústrias extrativas	157 895	0,06%	199 780	0,05%	1,27	0,85
C - Indústrias transformadoras	34 353 302	13,34%	82 172 008	21,48%	2,39	1,61
F - Construção	11 680 368	4,53%	178 567	0,05%	0,02	0,01
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	46 280 076	17,97%	29 942 878	7,83%	0,65	0,44
H - Transportes e armazenagem	44 739 590	17,37%	13 083 259	3,42%	0,29	0,20
I - Alojamento, restauração e similares	64 669 158	25,10%	201 250 323	52,61%	3,11	2,10
J - Atividades de informação e de comunicação	8 330 013	3,23%	3 236 668	0,85%	0,39	0,26
L - Atividades imobiliárias	8 170 213	3,17%	0	0,00%	0,00	0,00
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7 674 901	2,98%	1 487 243	0,39%	0,19	0,13
N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	11 998 355	4,66%	3 421 382	0,89%	0,29	0,19
P - Educação	579 316	0,22%	0	0,00%	0,00	0,00
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	13 977 496	5,43%	29 400 353	7,69%	2,10	1,42
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3 753 070	1,46%	17 804 466	4,65%	4,74	3,19
S - Outras atividades de serviços	1 247 563	0,48%	356 207	0,09%	0,29	0,19
TOTAL ATIVIDADES RETIDAS	257 611 316	100,00%	382 533 135	100,00%	1,48	1,00

Fonte: INE, SCIE e Sistema de Informação do PO Açores 2020.

Ainda que considerando que o investimento aprovado será executado em regra num período de dois anos, ressalta a relevância global dos valores quando comparados com o nível anual da FBCF (tomando como referência 2019). Essa relevância assume uma maior expressão, por ordem decrescente, nas Secções "Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas", "Alojamento, restauração e similares", "Indústrias transformadoras", "Atividades de saúde humana e apoio social" e "Indústrias extrativas". Com exceção das "Indústrias extrativas", estas são igualmente as atividades em que o peso percentual na distribuição do investimento aprovado excede o peso percentual na distribuição setorial da FBCF em 2019.

Globalmente, resulta um imagem de forte concentração do investimento aprovado no SI Inovação Empresarial (Açores) em setore de bens transacionáveis e associados à especialização da economia (Turismo, com as CAE 55 e 56 a concentrarem 52,61% do investimento aprovado; Indústrias Transformadoras e, em particular a Agroindústria, com as CAE 10 e 11 a representarem 14,11% do investimento aprovado). Mas a utilização do instrumento também teve expressão em atividades tendencialmente de bens não transacionáveis tais como as Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e as Atividades de saúde humana e apoio social.

5. Inquérito às empresas

No quadro da avaliação do SI foi efetuado um inquérito às empresas beneficiárias com operações aprovadas até 31/12/2019. Após uma primeira inquirição, que decorreu de 07/10/2020 a 29/11/2020, cujos resultados foram apresentados no Relatório Intermédio, e tendo em conta taxas de resposta muito baixas, procedeu-se a um segundo envio do questionário para os não respondentes, tendo este reforço da inquirição decorrido de 15/03/2021 a 20/04/2021. Mesmo assim, como se pode ver no quadro infra, as taxas de resposta são globalmente baixas, pelo que os resultados obtidos devem ser avaliados com precaução.

Consideraremos aqui as respostas obtidas respeitantes ao SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, ao SI Qualificação e Internacionalização (projetos individuais qualificação e inovação e Vale Inovação) e ao SI Investimento Empresarial (Açores), uma vez que para as outras tipologias não houve respondentes.

Quadro 18 - Sistema de Incentivos – Inquérito às Empresas Beneficiárias (1)

PI / Tipologia / Subtipologia	Operações Aprovadas	Respostas Obtidas	Taxa de Resposta	Margem de Erro (2)
01.02 / SI Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - Projetos de I&DT Empresas	10	0	0,0%	na
03.01 / SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo – Empreendedorismo Qualificado e Criativo – Projeto Individual	291	25	8,6%	19%
03.02 / SI Qualificação e Internacionalização das PME – Projetos Individuais (Internacionalização)	10	0	0,0%	na
03.03 / SI Qualificação e Internacionalização das PME – Projetos Individuais (Qualificação e Inovação)	24	11	45,8%	22%
03.03 / SI Qualificação e Internacionalização das PME – Vale Inovação	51	13	25,5%	24%
03.04 / SI Investimento Empresarial (Açores)	690	185	26,8%	6%
TOTAL	1.076	234	21,7%	na

(1) Considerando o universo de operações aprovadas até 31/12/2019, Estados Operação Aprovada, Aceite pelas Entidades / Contratada, Em Execução, Encerrada / Concluída. Excluiu-se do universo a inquirir as 7 operações aprovadas à IFD e a operação aprovada à Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (projeto Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira).
(2) Para um nível de confiança de 95%.

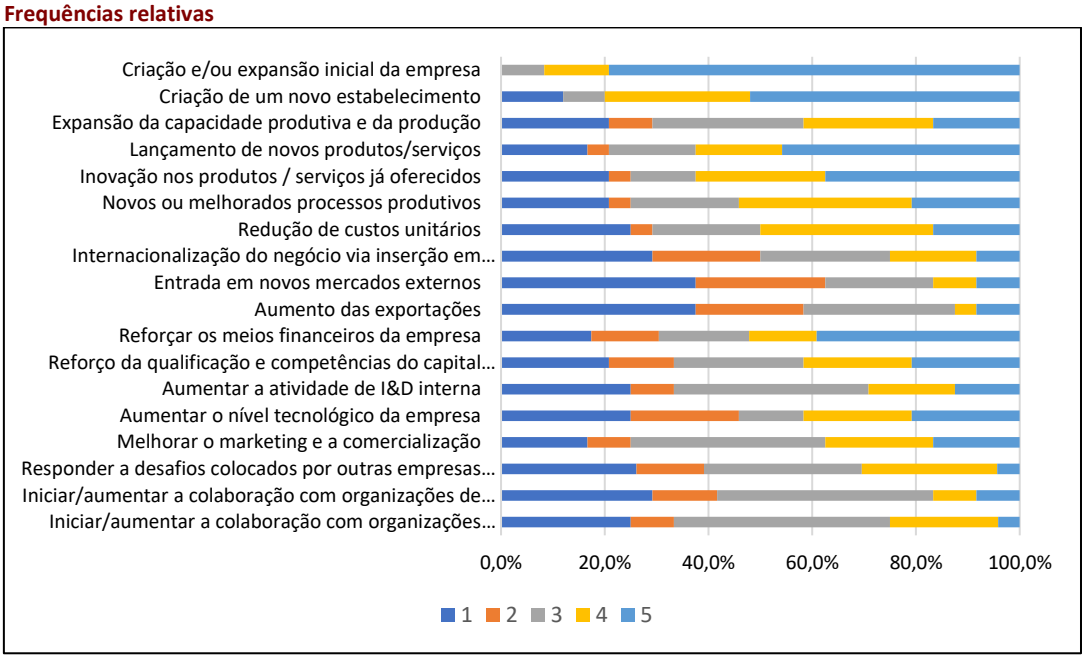
No que respeita ao SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo – Empreendedorismo Qualificado e Criativo – Projeto Individual, os resultados do inquérito às empresas evidenciam os seguintes aspetos:

- Quanto aos objetivos empresariais que motivaram a candidatura, predominam largamente - pontuação média superior a 3 (Importante) e respostas mais frequentes (moda) nas categorias 4 (Muito importante) ou 5 (O mais importante) – a criação e/ou expansão inicial da empresa, a criação de um novo estabelecimento, o lançamento de novos produtos ou serviços, a inovação nos produtos ou serviços já oferecidos, a inovação nos processos produtivos, a redução nos custos unitários e o reforço dos meios financeiros da empresa.
- Nesta questão, as empresas respondentes desvalorizam claramente tudo o que tem a ver com a dimensão internacionalização bem como o esforço tecnológico próprio ou colaborativo.

Quadro 19 -SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Projeto Individual - Objetivos empresariais que motivaram a candidatura

Objetivo	Respostas Obtidas	Pontuação	
		Média	Moda
Criação e/ou expansão inicial da empresa	24	4,7	5
Criação de um novo estabelecimento	25	4,1	5
Expansão da capacidade produtiva e da produção	24	3,1	3
Lançamento de novos produtos/serviços	24	3,7	5
Inovação nos produtos / serviços já oferecidos	24	3,5	5
Novos ou melhorados processos produtivos	24	3,3	4
Redução de custos unitários	24	3,1	4
Internacionalização do negócio via inserção em cadeias de valor globais	24	2,5	1
Entrada em novos mercados externos	24	2,3	1
Aumento das exportações	24	2,3	1
Reforçar os meios financeiros da empresa	23	3,4	5
Reforço da qualificação e competências do capital humano	24	3,1	3
Aumentar a atividade de I&D interna	24	2,8	3
Aumentar o nível tecnológico da empresa	24	2,9	1
Melhorar o marketing e a comercialização	24	3,1	3
Responder a desafios colocados por outras empresas (p. ex., grande cliente)	23	2,7	3
Iniciar/aumentar a colaboração com organizações de ciência e tecnologia	24	2,5	3
Iniciar/aumentar a colaboração com organizações que promovem ações de eficiência empresarial coletiva	24	2,7	3

Frequências relativas



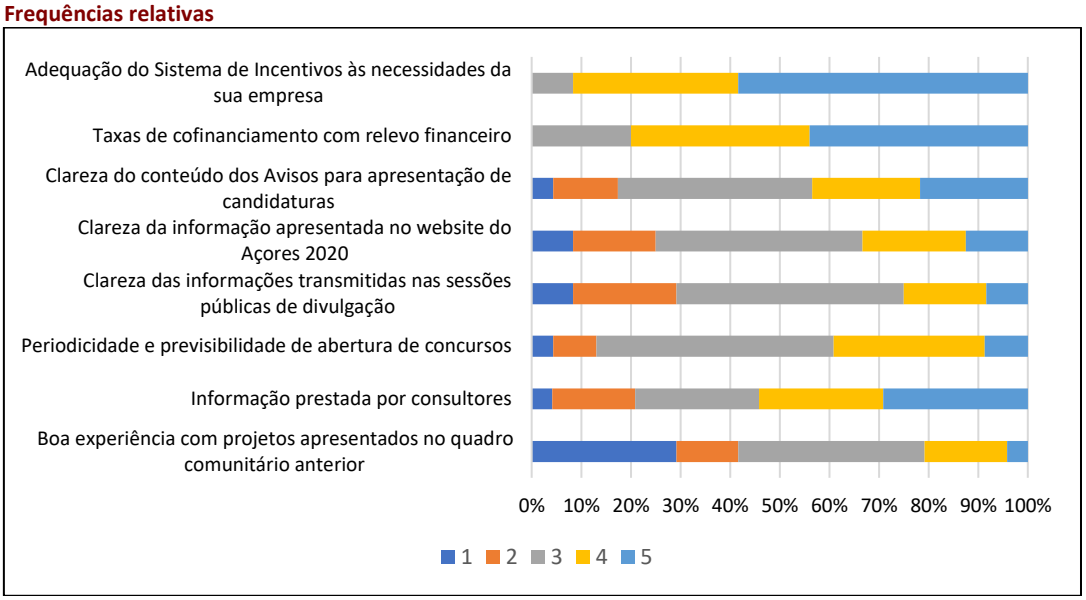
Escala: 1 – Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Muito Importante; 5 – O Mais Importante.
Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

- Quanto às características do PO Açores que motivaram a candidatura, as empresas respondentes fazem uma avaliação positiva sobre as características do incentivo e o modo como o mesmo é disponibilizado, com destaque para a adequação do Sistema de Incentivos às necessidades da empresa e ao relevo da taxa de cofinanciamento.

Quadro 20 - SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Projeto Individual – Características do PO Açores que motivaram a candidatura

Característica	Respostas Obtidas (1)	Pontuação	
		Média	Moda
Adequação do Sistema de Incentivos às necessidades da sua empresa	24	4,5	5
Taxas de cofinanciamento com relevo financeiro	25	4,2	5
Clareza do conteúdo dos Avisos para apresentação de candidaturas	23	3,4	3
Clareza da informação apresentada no website do Açores 2020	24	3,1	3
Clareza das informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação	24	3,0	3
Periodicidade e previsibilidade de abertura de concursos	23	3,3	3
Informação prestada por consultores	24	3,6	5
Boa experiência com projetos apresentados no quadro comunitário anterior	24	2,5	3

Frequências relativas



Escala: 1 – Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Muito Importante; 5 – O Mais Importante.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

- Interrogadas sobre se teriam concretizado o projeto de investimento apoiado, mesmo no caso de não ter tido o apoio do Açores 2020, as 24 respostas obtidas distribuem-se da seguinte forma pelas respostas sugeridas: 41,7% não teriam realizado o projeto; 41,7% teriam realizado o projeto mas com uma menor dimensão; 4,2% teriam realizado o projeto mas com prazo mais alargado para a execução; 4,2% teriam realizado o projeto mas com maior nível de apoio de outras fontes de financiamento; finalmente, apenas 8,3% teriam realizado o projeto sem alterações, recorrendo a financiamento próprio. Conclui-se inequivocamente que o incentivo tem um efeito de adicionalidade sobre o investimento realizado.

- Quanto aos resultados ao nível do projeto, face ao previsto na candidatura, a resposta mais frequente (moda) é sempre "Em linha com o previsto". Em termos de pontuação média, verifica-se um melhor desempenho da execução do projeto no lançamento de novos produtos ou serviços ou de produtos e serviços mais diferenciados, no aumento

da despesa em I&D e do nível do tecnológico da empresa, mas com valores apenas ligeiramente acima do previsto.

- Nesta questão, verifica-se um menos bom desempenho no que respeita ao volume de negócios, à expansão da capacidade, às exportações, bem como à colaboração com organizações de C&T e com organizações que promovem ações de eficiência empresarial coletiva.

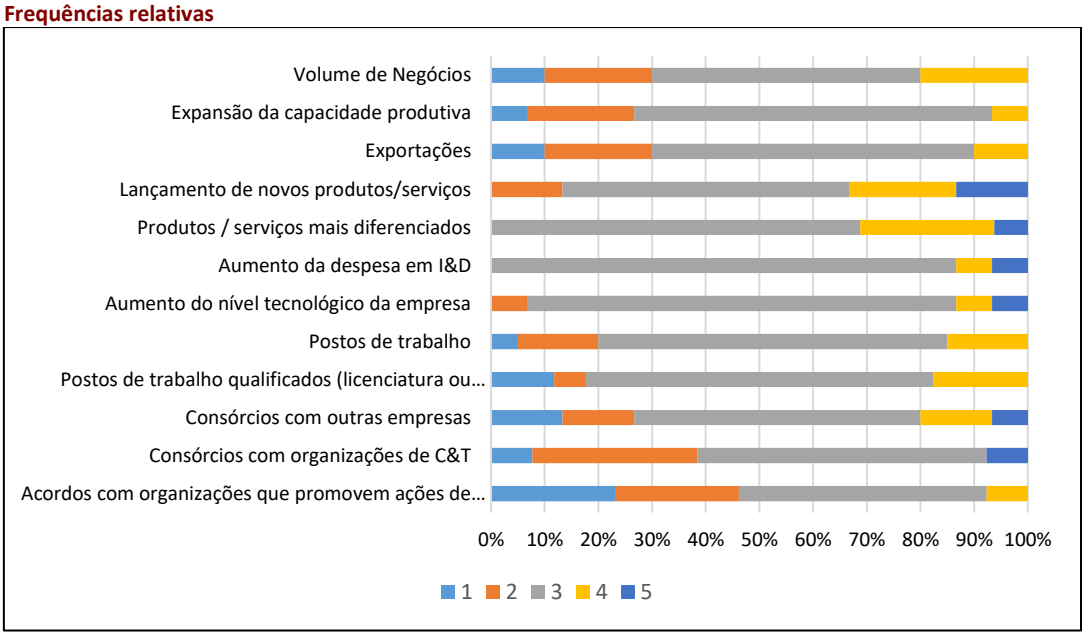
- Quanto aos resultados ao nível do projeto, face à situação da empresa no pré-projeto, as respostas mais frequentes (moda), apontam para uma situação de "não alteração" em todos os critérios. No entanto, uma análise mais detalhada revela que, em termos médios, verifica-se sempre um impacto positivo (média superior a 2) em todos os critérios, com destaque para o impacto positivo no volume de negócios (47,8% das respostas), no lançamento de novos produtos ou serviços (50,0% das respostas), na oferta de produtos ou serviços mais diferenciados (43,5% das respostas) e no aumento do nível tecnológico da empresa (39,1% das respostas). Mais uma vez, os critérios que revelam um pior desempenho em termos de resultados são as exportações (aumento em apenas 21,7% das respostas), os consórcios com organizações de C&T (aumento em apenas 26,1% das respostas e os acordos com organizações que promovem ações de eficiência empresarial coletiva (aumento em apenas 26,1% das respostas). Também a despesa em I&D (aumento em apenas 30,4% das respostas) e a criação de postos de trabalho qualificados (aumento em apenas 30,4% das respostas) revelam resultados abaixo do que seria expectável em projetos de empreendedorismo qualificado e criativo.

- Estes resultados convergem com a ideia já atrás formulada que os projetos individuais de empreendedorismo qualificado e criativo apresentam, na dimensão tecnológica, uma qualificação moderada, não sendo – na maioria dos casos – projetos de empreendedorismo tecnológico. Não obstante, podem incorporar uma dimensão de inovação incremental.

Quadro 21 - SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Projeto Individual – Resultados finais ou expectáveis do projeto face ao previsto na candidatura

Dimensão	Respostas Obtidas (1)	Pontuação	
		Média	Moda
Volume de Negócios	20	2,8	3
Expansão da capacidade produtiva	15	2,7	3
Exportações	10	2,7	3
Lançamento de novos produtos/serviços	15	3,3	3
Produtos / serviços mais diferenciados	16	3,4	3
Aumento da despesa em I&D	15	3,2	3
Aumento do nível tecnológico da empresa	15	3,1	3
Postos de trabalho	20	2,9	3
Postos de trabalho qualificados (licenciatura ou superior)	17	2,9	3
Consórcios com outras empresas	15	2,9	3
Consórcios com organizações de C&T	13	2,7	3
Acordos com organizações que promovem ações de eficiência empresarial coletiva	13	2,4	3

Frequências relativas



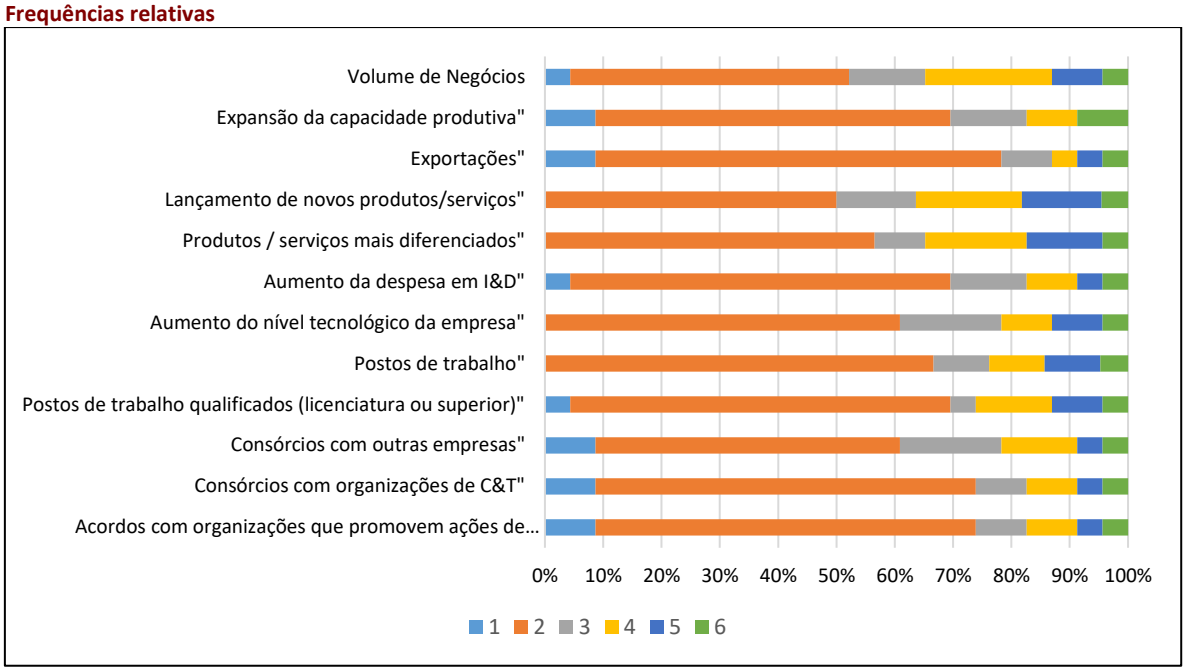
Escala: 1 – Menos de 50%; 2 – Abaixo do Previsto; 3 – Em Linha com o Previsto (100%); 4 – Acima do Previsto; 5 – Mais de 150%.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

Quadro 22 - SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Projeto Individual – Resultados finais ou expectáveis do projeto face à situação da empresa no pré-projeto

Dimensão	Respostas Obtidas (1)	Pontuação		Distribuição		
		Média	Moda	Redução	Sem Alteração	Aumento
Volume de Negócios	23	3,0	2	4,3%	47,8%	47,8%
Expansão da capacidade produtiva	23	2,6	2	8,7%	60,9%	30,4%
Exportações	23	2,4	2	8,7%	69,6%	21,7%
Lançamento de novos produtos/serviços	22	3,1	2	0,0%	50,0%	50,0%
Produtos / serviços mais diferenciados	23	3,0	2	0,0%	56,5%	43,5%
Aumento da despesa em I&D	23	2,6	2	4,3%	65,2%	30,4%
Aumento do nível tecnológico da empresa	23	2,8	2	0,0%	60,9%	39,1%
Postos de trabalho	21	2,8	2	0,0%	66,7%	33,3%
Postos de trabalho qualificados (licenciatura ou superior)	23	2,7	2	4,3%	65,2%	30,4%
Consórcios com outras empresas	23	2,7	2	8,7%	52,2%	39,1%
Consórcios com organizações de C&T	23	2,5	2	8,7%	65,2%	26,1%
Acordos com organizações que promovem ações de eficiência empresarial coletiva	23	2,5	2	8,7%	65,2%	26,1%

Frequências relativas



Escala: 1 – Redução; 2 – Sem Alteração; 3 – Aumento até 19%; 4 – Aumento de 20% a 49%; 5 – Aumento de 50% a 99%; 6 – Aumento de 100% ou superior.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

No que respeita ao SI Qualificação e Internacionalização das PME – Projetos Individuais (Qualificação e Inovação), os resultados do inquérito às empresas evidenciam os seguintes aspetos:

- Quanto aos objetivos empresariais que motivaram a candidatura, o perfil das respostas aponta para objetivos associados à inovação produto, inovação processo e inovação comercial e organizacional, destacando-se – com uma pontuação média superior a 4 (Muito importante) e respostas mais frequentes (moda) nas categorias 4 (Muito importante) ou 5 (O mais importante) – a inovação nos produtos / serviços já oferecidos, os novos ou melhorados processos produtivos, o aumento do nível tecnológico da empresa e a melhoria do marketing e a comercialização.

- Nesta questão, verifica-se que os objetivos associados à internacionalização e à exportação apresentam valorações médias próximas de 3 (Importante) mas distribuições bi-modais (Nada importante para uma parte relevante das respostas e Muito importante ou O mais importante para outra parte relevante das respostas).

- Nesta questão, as empresas respondentes desvalorizam a colaboração com organizações de ciência e tecnologia e com com organizações que promovem ações de eficiência empresarial coletiva.

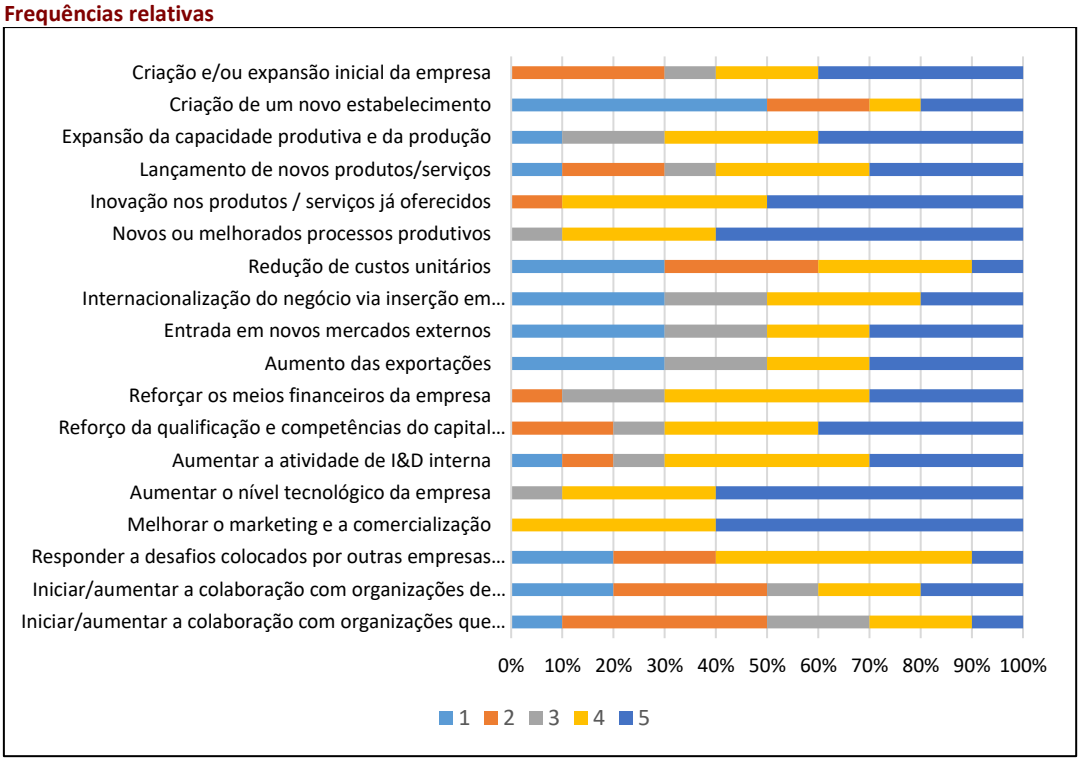
- Quanto às características do PO Açores que motivaram a candidatura, as empresas respondentes fazem uma avaliação em regra muito positiva, com destaque para a adequação do Sistema de Incentivos às necessidades da empresa e ao relevo da taxa de cofinanciamento.

- Interrogadas sobre se teriam concretizado o projeto de investimento apoiado, mesmo no caso de não ter tido o apoio do Açores 2020, as 10 respostas obtidas distribuem-se da seguinte forma pelas hipóteses sugeridas: 20,0% não teriam realizado o projeto; 40,0% teriam realizado o projeto mas com uma menor dimensão; 10,0% teriam realizado o projeto mas com prazo mais alargado para a execução; 10,0% teriam realizado o projeto mas com maior nível de apoio de outras fontes de financiamento; apenas 10,0% teriam realizado o projeto sem alterações, recorrendo a financiamento próprio. Conclui-se que o incentivo tem um efeito de adicionalidade sobre o investimento realizado.

Quadro 23 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Projeto Individual Qualificação e Inovação - Objetivos empresariais que motivaram a candidatura

Objetivo	Respostas Obtidas	Pontuação	
		Média	Moda
Criação e/ou expansão inicial da empresa	10	3,7	5
Criação de um novo estabelecimento	10	2,3	1
Expansão da capacidade produtiva e da produção	10	3,9	5
Lançamento de novos produtos/serviços	10	3,5	4 e 5
Inovação nos produtos / serviços já oferecidos	10	4,3	5
Novos ou melhorados processos produtivos	10	4,5	5
Redução de custos unitários	10	2,6	1,2 e 4
Internacionalização do negócio via inserção em cadeias de valor globais	10	3,1	1 e 4
Entrada em novos mercados externos	10	3,2	1 e 5
Aumento das exportações	10	3,2	1 e 5
Reforçar os meios financeiros da empresa	10	3,9	4
Reforço da qualificação e competências do capital humano	10	3,9	5
Aumentar a atividade de I&D interna	10	3,7	4
Aumentar o nível tecnológico da empresa	10	4,5	5
Melhorar o marketing e a comercialização	10	4,6	5
Responder a desafios colocados por outras empresas (p. ex., grande cliente)	10	3,1	4
Iniciar/aumentar a colaboração com organizações de ciência e tecnologia	10	2,9	2
Iniciar/aumentar a colaboração com organizações que promovem ações de eficiência empresarial coletiva	10	2,8	2

Frequências relativas

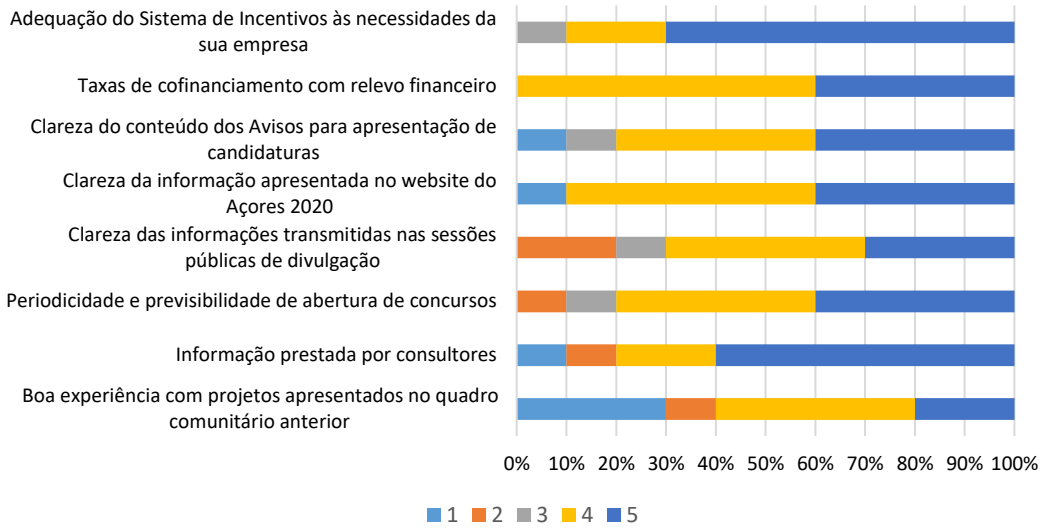


Escala: 1 – Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Muito Importante; 5 – O Mais Importante.
Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

Quadro 24 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Projeto Individual Qualificação e Inovação – Características do PO Açores que motivaram a candidatura

Característica	Respostas Obtidas (1)	Pontuação	
		Média	Moda
Adequação do Sistema de Incentivos às necessidades da sua empresa	10	4,6	5
Taxas de cofinanciamento com relevo financeiro	10	4,4	4
Clareza do conteúdo dos Avisos para apresentação de candidaturas	10	4,0	4 e 5
Clareza da informação apresentada no website do Açores 2020	10	4,1	4
Clareza das informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação	10	3,8	4
Periodicidade e previsibilidade de abertura de concursos	10	4,1	4 e 5
Informação prestada por consultores	10	4,1	5
Boa experiência com projetos apresentados no quadro comunitário anterior	10	3,1	4

Frequências relativas



Escala: 1 – Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Muito Importante; 5 – O Mais Importante.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

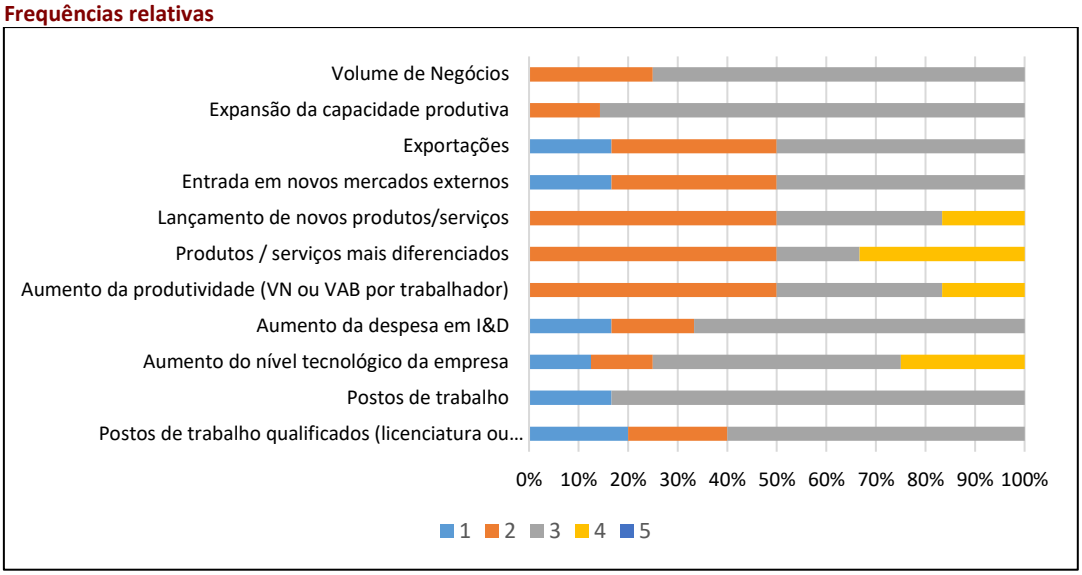
- Quanto aos resultados ao nível do projeto, face ao previsto na candidatura, a resposta mais frequente (moda) é, em 8 dimensões, "Em linha com o previsto" e, em 3 dimensões, "Abaixo do previsto". Em termos de pontuação média, verifica-se um melhor desempenho da execução do projeto no volume de negócios, na expansão da capacidade produtiva, nos produtos / serviços mais diferenciados e no aumento do nível do tecnológico da empresa, mas com valores ligeiramente abaixo do previsto.

- Nesta questão, verifica-se um menos bom desempenho no que respeita às exportações e à entrada em novos mercados externos, bem como no que respeita a postos de trabalho qualificados.

Quadro 25 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Projeto Individual Qualificação e Inovação – Resultados finais ou expectáveis do projeto face ao previsto na candidatura

Dimensão	Respostas Obtidas (1)	Pontuação	
		Média	Moda
Volume de Negócios	8	2,8	3
Expansão da capacidade produtiva	7	2,9	3
Exportações	6	2,3	3
Entrada em novos mercados externos	6	2,3	3
Lançamento de novos produtos/serviços	6	2,7	2
Produtos / serviços mais diferenciados	6	2,8	2
Aumento da produtividade (VN ou VAB por trabalhador)	6	2,7	2
Aumento da despesa em I&D	6	2,5	3
Aumento do nível tecnológico da empresa	8	2,9	3
Postos de trabalho	6	2,7	3
Postos de trabalho qualificados (licenciatura ou superior)	5	2,4	3

Frequências relativas



Escala: 1 – Menos de 50%; 2 – Abaixo do Previsto; 3 – Em Linha com o Previsto (100%); 4 – Acima do Previsto; 5 – Mais de 150%.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

- Quanto aos resultados ao nível do projeto, face à situação da empresa no pré-projeto, as respostas mais frequentes (moda), apontam para uma situação de "não alteração" em todos os critérios (sendo que o critério volume de negócios tem uma distribuição bi-modal). No entanto, uma análise mais detalhada revela que, em termos médios, verifica-se sempre um impacto positivo (média superior a 2) em todos os critérios, com destaque para o impacto positivo no volume de negócios (55,6% das respostas), na expansão da capacidade produtiva (44,4% das respostas), no aumento da despesa em I&D (55,6% das respostas) e no aumento do nível tecnológico da empresa (44,4% das respostas).

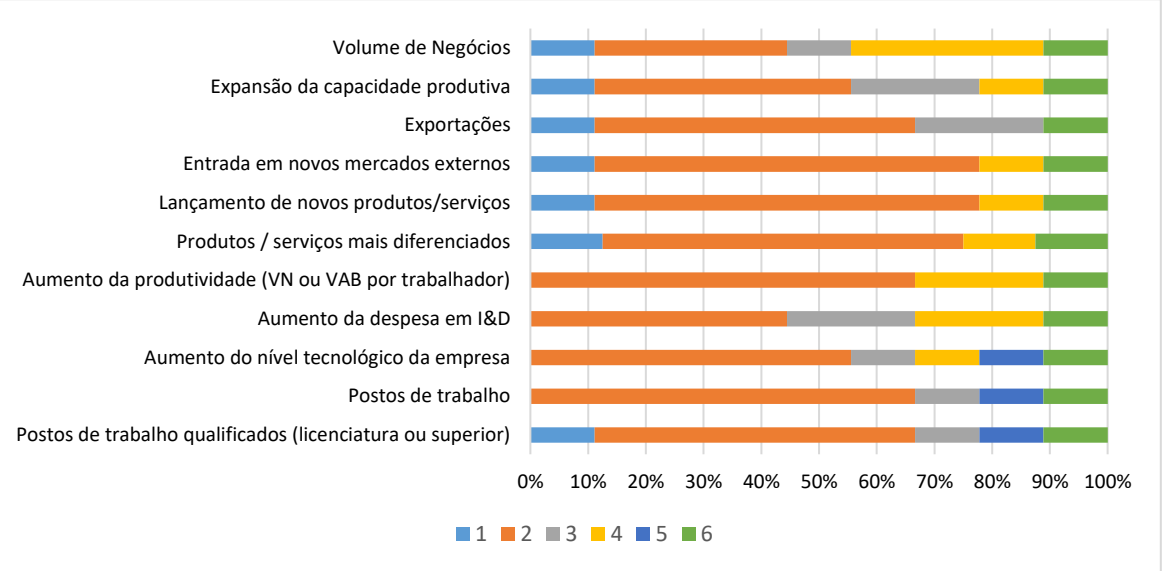
- Os critérios que revelam um pior desempenho em termos de resultados são as exportações, a entrada em novos mercados externos, o lançamento de novos produtos/serviços e os produtos / serviços mais diferenciados.

- Estes resultados sugerem que os projetos individuais de qualificação e inovação geraram impactos positivos no desempenho das empresas beneficiárias, ao nível da sua capacidade inovadora, em particular em dimensões associadas ao processo, à organização e ao marketing. Não obstante, é de relembrar a expressão muito limitada da utilização deste instrumento, apenas com 24 operações aprovadas e um investimento médio na casa dos 280,8 milhares de euros.

Quadro 26 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Projeto Individual Qualificação e Inovação – Resultados finais ou expectáveis do projeto face à situação da empresa no pré-projeto

Dimensão	Respostas Obtidas (1)	Pontuação		Distribuição		
		Média	Moda	Redução	Sem Alteração	Aumento
Volume de Negócios	9	3,1	2 e 4	11,1%	33,3%	55,6%
Expansão da capacidade produtiva	9	2,8	2	11,1%	44,4%	44,4%
Exportações	9	2,6	2	11,1%	55,6%	33,3%
Entrada em novos mercados externos	9	2,6	2	11,1%	66,7%	22,2%
Lançamento de novos produtos/serviços	9	2,6	2	11,1%	66,7%	22,2%
Produtos / serviços mais diferenciados	9	2,6	2	12,5%	62,5%	25,0%
Aumento da produtividade (VN ou VAB por trabalhador)	9	2,9	2	0,0%	66,7%	33,3%
Aumento da despesa em I&D	9	3,1	2	0,0%	44,4%	55,6%
Aumento do nível tecnológico da empresa	9	3,1	2	0,0%	55,6%	44,4%
Postos de trabalho	9	2,9	2	0,0%	66,7%	33,3%
Postos de trabalho qualificados (licenciatura ou superior)	9	2,8	2	11,1%	55,6%	33,3%

Frequências relativas



Escala: 1 – Redução; 2 – Sem Alteração; 3 – Aumento até 19%; 4 – Aumento de 20% a 49%; 5 – Aumento de 50% a 99%; 6 – Aumento de 100% ou superior.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

Quanto ao Vale Inovação (SI Qualificação e Internacionalização das PME) os resultados do inquérito às empresas evidenciam os seguintes aspetos:

- Quanto aos objetivos empresariais que motivaram a candidatura, predominam, com uma pontuação média mais elevada e respostas mais frequentes (moda) nas categorias 4 (Muito importante) ou 5 (O mais importante) – a expansão da capacidade produtiva e da produção, o lançamento de novos produtos ou serviços, a inovação nos produtos ou serviços já oferecidos e a melhoria do marketing e da comercialização, padrão que indicia as dimensões inovação produto e inovação comercial como principais focos da aquisição das tecnologias digitais financiada pelo vale inovação.
- Nesta questão, as empresas respondentes desvalorizam claramente os objetivos associados à internacionalização e às exportações.

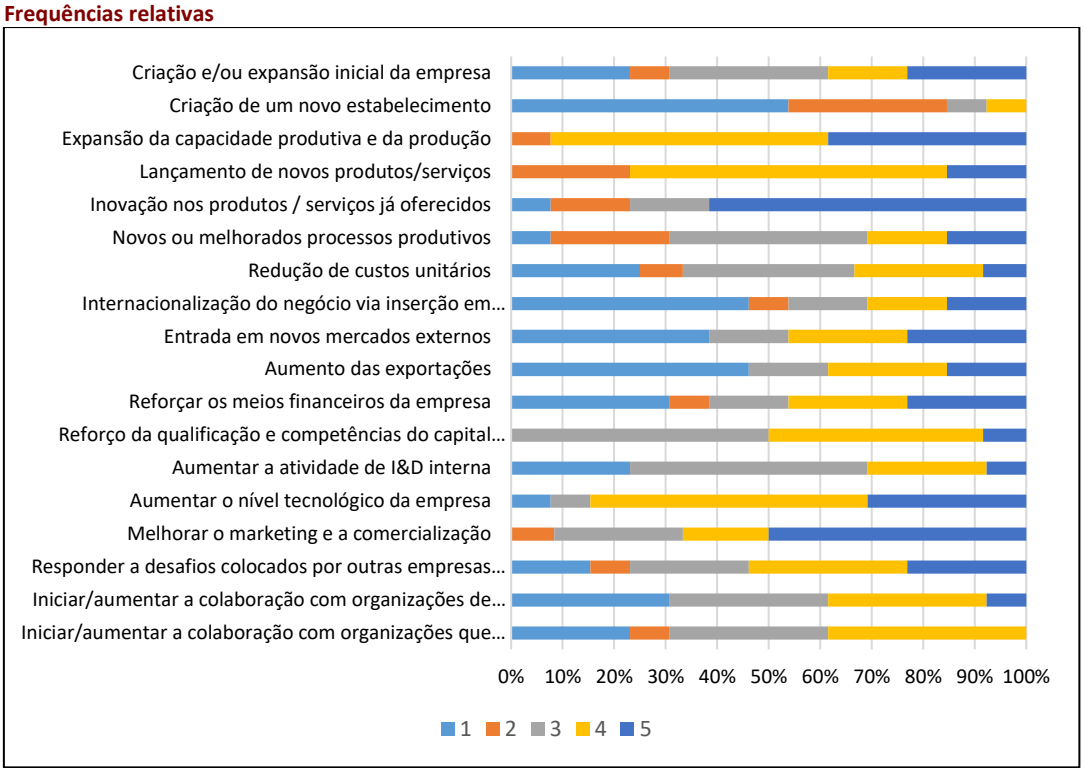
- Quanto às características do PO Açores que motivaram a candidatura, e em linha com o já observado para os outros instrumentos, as empresas respondentes fazem, em regra, uma avaliação positiva sobre as características do incentivo e o modo como o mesmo é disponibilizado, com destaque para a adequação do Sistema de Incentivos às necessidades da empresa e ao relevo da taxa de cofinanciamento e, ainda, para a clareza da informação apresentada no website do Açores 2020.

- Interrogadas sobre se teriam concretizado o projeto de investimento apoiado, mesmo no caso de não ter tido o apoio do Açores 2020, as 13 respostas obtidas distribuem-se da seguinte forma pelas respostas sugeridas: 53,8% não teriam realizado o projeto; 30,8% teriam realizado o projeto mas com uma menor dimensão; 15,4% teriam realizado o projeto mas com prazo mais alargado para a execução. Conclui-se inequivocamente que o incentivo tem um efeito de adicionalidade sobre o investimento realizado, sendo que nenhuma empresa declara que realizaria o projeto mesmo sem apoio.

Quadro 27 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Vale Inovação - Objetivos empresariais que motivaram a candidatura

Objetivo	Respostas Obtidas	Pontuação	
		Média	Moda
Criação e/ou expansão inicial da empresa	13	3,1	3
Criação de um novo estabelecimento	13	1,7	1
Expansão da capacidade produtiva e da produção	13	4,2	4
Lançamento de novos produtos/serviços	13	3,7	4
Inovação nos produtos / serviços já oferecidos	13	3,9	5
Novos ou melhorados processos produtivos	13	3,1	3
Redução de custos unitários	12	2,8	3
Internacionalização do negócio via inserção em cadeias de valor globais	13	2,5	1
Entrada em novos mercados externos	13	2,9	1
Aumento das exportações	13	2,6	1
Reforçar os meios financeiros da empresa	13	3,0	1
Reforço da qualificação e competências do capital humano	12	3,6	3
Aumentar a atividade de I&D interna	13	2,9	3
Aumentar o nível tecnológico da empresa	13	4,0	4
Melhorar o marketing e a comercialização	12	4,1	5
Responder a desafios colocados por outras empresas (p. ex., grande cliente)	13	3,4	4
Iniciar/aumentar a colaboração com organizações de ciência e tecnologia	13	2,8	1,3 e 4
Iniciar/aumentar a colaboração com organizações que promovem ações de eficiência empresarial coletiva	13	2,8	4

Frequências relativas

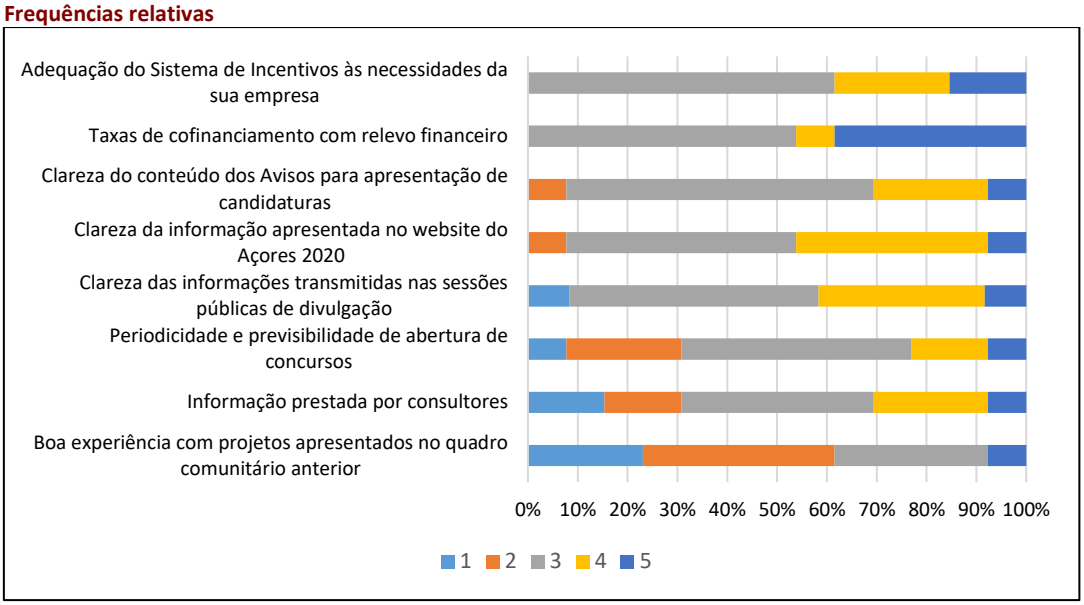


Escala: 1 – Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Muito Importante; 5 – O Mais Importante.
Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

Quadro 28 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Vale Inovação – Características do PO Açores que motivaram a candidatura

Característica	Respostas Obtidas (1)	Pontuação	
		Média	Moda
Adequação do Sistema de Incentivos às necessidades da sua empresa	13	3,5	3
Taxas de cofinanciamento com relevo financeiro	13	3,8	3
Clareza do conteúdo dos Avisos para apresentação de candidaturas	13	3,3	3
Clareza da informação apresentada no website do Açores 2020	13	3,5	3
Clareza das informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação	12	3,3	3
Periodicidade e previsibilidade de abertura de concursos	13	2,9	3
Informação prestada por consultores	13	2,9	3
Boa experiência com projetos apresentados no quadro comunitário anterior	13	2,3	2

Frequências relativas



Escala: 1 – Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Muito Importante; 5 – O Mais Importante.
(1) sem NR/NA

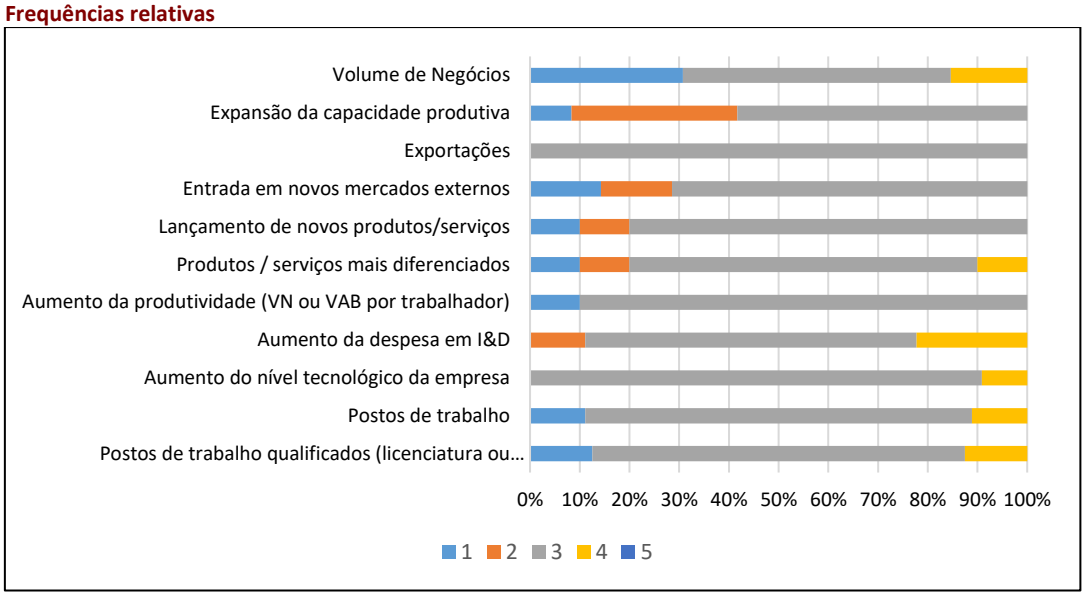
Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

- Quanto aos resultados ao nível do projeto, face ao previsto na candidatura, a resposta mais frequente (moda) é sempre "Em linha com o previsto" e as pontuações médias estão compreendidas no intervalo 2,5-3,1, isto é, os resultados finais ou expectáveis estão próximos do previsto na candidatura.

Quadro 29 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Vale Inovação – Resultados finais ou expectáveis do projeto face ao previsto na candidatura

Dimensão	Respostas Obtidas (1)	Pontuação	
		Média	Moda
Volume de Negócios	13	2,5	3
Expansão da capacidade produtiva	12	2,5	3
Exportações	6	3,0	3
Entrada em novos mercados externos	7	2,6	3
Lançamento de novos produtos/serviços	10	2,7	3
Produtos / serviços mais diferenciados	10	2,8	3
Aumento da produtividade (VN ou VAB por trabalhador)	10	2,8	3
Aumento da despesa em I&D	9	3,1	3
Aumento do nível tecnológico da empresa	11	3,1	3
Postos de trabalho	9	2,9	3
Postos de trabalho qualificados (licenciatura ou superior)	8	2,9	3

Frequências relativas



Escala: 1 – Menos de 50%; 2 – Abaixo do Previsto; 3 – Em Linha com o Previsto (100%); 4 – Acima do Previsto; 5 – Mais de 150%.
(1) sem NR/NA

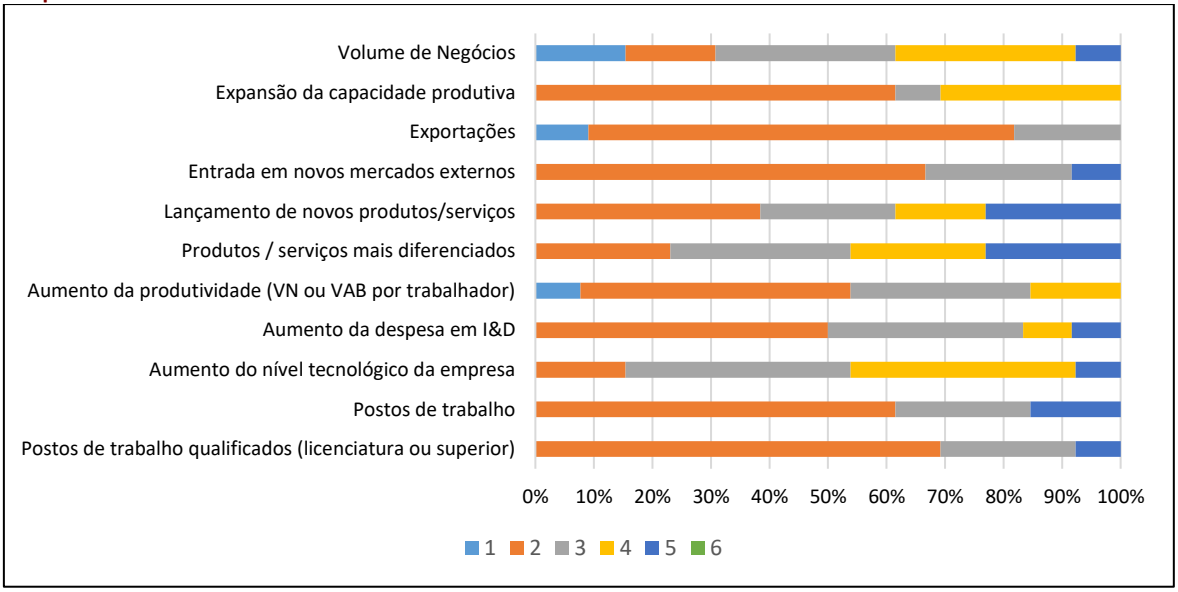
Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

- Quanto aos resultados ao nível do projeto, face à situação da empresa no pré-projeto, as respostas mais frequentes (moda), apontam para uma situação de "não alteração" numa maioria de critérios.
- Pela positiva, destacam-se os impactos positivos no volume de negócios (69,2% das respostas), no lançamento de novos produtos ou serviços (61,5% das respostas), na oferta de produtos ou serviços mais diferenciados (76,9% das respostas) e no aumento do nível tecnológico da empresa (84,6% das respostas), padrão que está em linha com o dos objetivos que presidiram à candidatura e ao projeto.
- Nos critérios associados à exportação e à criação de emprego, os impactos do projeto na empresa são, em média, moderados, predominando sempre a situação de "Sem alteração".

Quadro 30 - SI Qualificação e Internacionalização das PME, Vale Inovação – Resultados finais ou expectáveis do projeto face à situação da empresa no pré-projeto

Dimensão	Respostas Obtidas (1)	Pontuação		Distribuição		
		Média	Moda	Redução	Sem Alteração	Aumento
Volume de Negócios	13	3,0	3 e 4	15,4%	15,4%	69,2%
Expansão da capacidade produtiva	13	2,7	2	0,0%	61,5%	38,5%
Exportações	11	2,1	2	9,1%	72,7%	18,2%
Entrada em novos mercados externos	12	2,5	2	0,0%	66,7%	33,3%
Lançamento de novos produtos/serviços	13	3,2	2	0,0%	38,5%	61,5%
Produtos / serviços mais diferenciados	13	3,5	3	0,0%	23,1%	76,9%
Aumento da produtividade (VN ou VAB por trabalhador)	13	2,5	2	7,7%	46,2%	46,2%
Aumento da despesa em I&D	12	2,8	2	0,0%	50,0%	50,0%
Aumento do nível tecnológico da empresa	13	3,4	3 e 4	0,0%	15,4%	84,6%
Postos de trabalho	13	2,7	2	0,0%	61,5%	38,5%
Postos de trabalho qualificados (licenciatura ou superior)	13	2,5	2	0,0%	69,2%	30,8%

Frequências relativas



Escala: 1 – Redução; 2 – Sem Alteração; 3 – Aumento até 19%; 4 – Aumento de 20% a 49%; 5 – Aumento de 50% a 99%; 6 – Aumento de 100% ou superior.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

Os resultados da inquirição às empresas beneficiárias do SI Investimento Empresarial (Açores) assumem particular relevância, seja pela importância relativa dos recursos financeiros afetos e este instrumento (56% do apoio aprovado no EP3, a 30/12/2019, considerando apenas as 690 operações aprovadas a empresas), seja pela representatividade da amostra conseguida (185 respostas e uma margem de erro estimada em 6%).

Assim, no que respeita ao SI Investimento Empresarial (Açores), os resultados do inquérito às empresas evidenciam os seguintes aspetos:

- Quanto aos objetivos empresariais que motivaram a candidatura, predominam os investimentos de criação ou de expansão da empresa, acompanhados de inovação incremental ao nível do produto, do processo e do marketing. As empresas respondentes desvalorizam claramente a dimensão internacionalização bem como objetivos de colaboração com outras organizações.

- Quanto às características do PO Açores que motivaram a candidatura, as empresas respondentes fazem uma avaliação muito positiva sobre as características do incentivo e o modo como o mesmo é disponibilizado, mais uma vez destacando-se a adequação do Sistema de Incentivos às necessidades da empresa e a taxa de cofinanciamento com relevo financeiro.

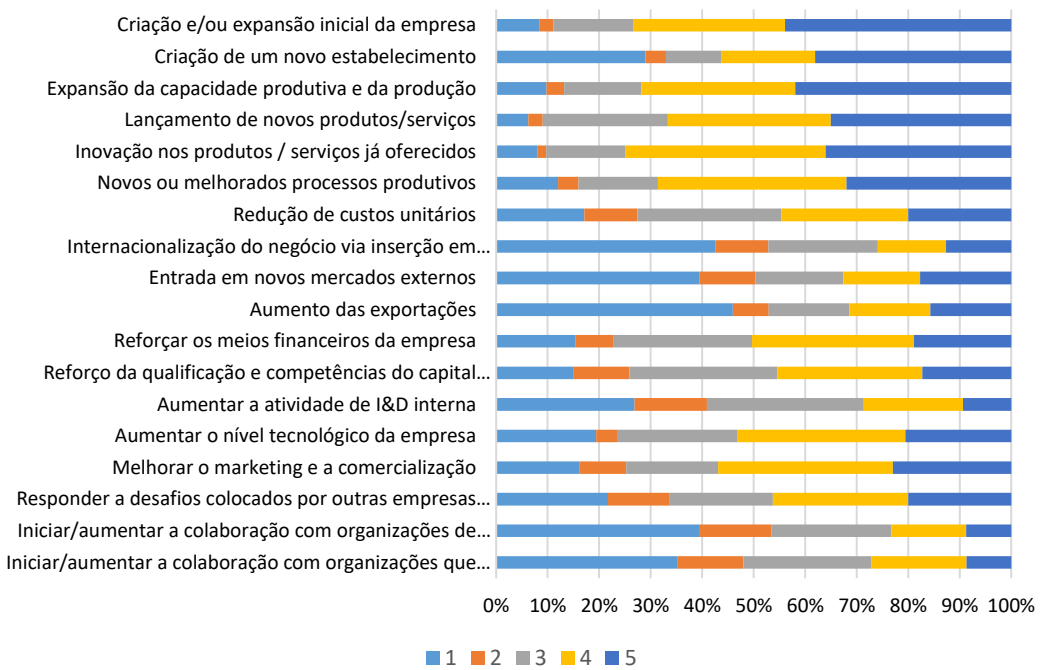
- Interrogadas sobre se teriam concretizado o projeto de investimento apoiado, mesmo no caso de não ter tido o apoio do Açores 2020, as 177 respostas obtidas distribuem-se da seguinte forma pelas respostas sugeridas: 45,2% não teriam realizado o projeto; 20,9% teriam realizado o projeto mas com uma menor dimensão; 10,7% teriam realizado o projeto mas com prazo mais alargado para a execução; 10,2% teriam realizado o projeto mas com maior nível de apoio de outras fontes de financiamento;

finalmente, apenas 12,4% teriam realizado o projeto sem alterações. Conclui-se inequivocamente que o incentivo tem um efeito de adicionalidade sobre o investimento realizado.

Quadro 31 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Objetivos empresariais que motivaram a candidatura

Objetivo	Respostas Obtidas (1)	Pontuação	
		Média	Moda
Criação e/ou expansão inicial da empresa	180	4,0	5
Criação de um novo estabelecimento	176	3,3	5
Expansão da capacidade produtiva e da produção	174	3,9	5
Lançamento de novos produtos/serviços	177	3,9	5
Inovação nos produtos / serviços já oferecidos	175	3,9	4
Novos ou melhorados processos produtivos	175	3,7	4
Redução de custos unitários	175	3,2	3
Internacionalização do negócio via inserção em cadeias de valor globais	174	2,4	1
Entrada em novos mercados externos	175	2,6	1
Aumento das exportações	172	2,5	1
Reforçar os meios financeiros da empresa	175	3,3	4
Reforço da qualificação e competências do capital humano	174	3,2	3
Aumentar a atividade de I&D interna	171	2,7	3
Aumentar o nível tecnológico da empresa	175	3,3	4
Melhorar o marketing e a comercialização	174	3,4	4
Responder a desafios colocados por outras empresas (p. ex., grande cliente)	175	3,1	4
Iniciar/aumentar a colaboração com organizações de ciência e tecnologia	172	2,4	1
Iniciar/aumentar a colaboração com organizações que promovem ações de eficiência empresarial coletiva	173	2,5	1

Frequências relativas



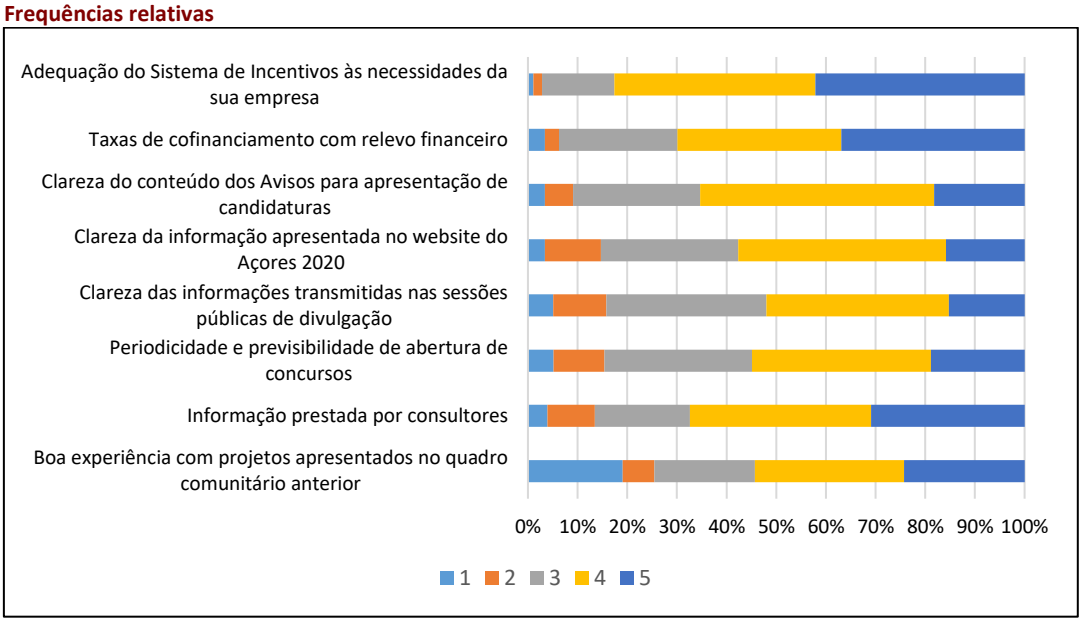
Escala: 1 – Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Muito Importante; 5 – O Mais Importante.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

Quadro 32 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Características do PO Açores que motivaram a candidatura

Característica	Respostas Obtidas (1)	Pontuação	
		Média	Moda
Adequação do Sistema de Incentivos às necessidades da sua empresa	178	4,2	5
Taxas de cofinanciamento com relevo financeiro	176	4,0	5
Clareza do conteúdo dos Avisos para apresentação de candidaturas	176	3,7	4
Clareza da informação apresentada no website do Açores 2020	177	3,6	4
Clareza das informações transmitidas nas sessões públicas de divulgação	177	3,5	4
Periodicidade e previsibilidade de abertura de concursos	175	3,5	4
Informação prestada por consultores	178	3,8	4
Boa experiência com projetos apresentados no quadro comunitário anterior	173	3,3	4

Frequências relativas



Escala: 1 – Nada Importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Muito Importante; 5 – O Mais Importante.
(1) sem NR/NA

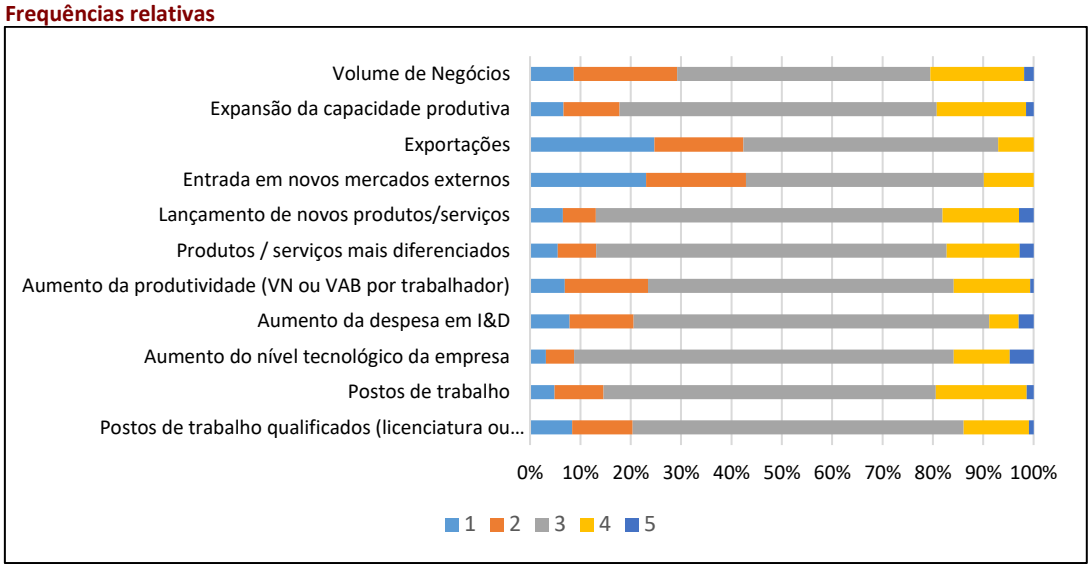
Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

- Quanto aos resultados ao nível do projeto, face ao previsto na candidatura, a resposta mais frequente (moda) é sempre "Em linha com o previsto". Em termos de pontuação média, verifica-se um melhor desempenho da execução do projeto no aumento do nível tecnológico da empresa, na expansão da capacidade produtiva, no lançamento de novos produtos ou serviços ou de produtos e serviços mais diferenciados.
- Face ao previsto em sede de candidatura, verifica-se um menos bom desempenho no que respeita a exportações e à entrada em novos mercados externos, sendo de assinalar que, respetivamente, 50,0% e 46,2% dos respondentes consideram que estes critérios não se aplicam ao projeto.

Quadro 33 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Resultados finais ou expectáveis do projeto face ao previsto na candidatura

Dimensão	Respostas Obtidas (1)	Pontuação	
		Média	Moda
Volume de Negócios	161	2,8	3
Expansão da capacidade produtiva	135	3,0	3
Exportações	85	2,4	3
Entrada em novos mercados externos	91	2,4	3
Lançamento de novos produtos/serviços	138	3,0	3
Produtos / serviços mais diferenciados	145	3,0	3
Aumento da produtividade (VN ou VAB por trabalhador)	145	2,9	3
Aumento da despesa em I&D	102	2,8	3
Aumento do nível tecnológico da empresa	126	3,1	3
Postos de trabalho	144	3,0	3
Postos de trabalho qualificados (licenciatura ou superior)	108	2,9	3

Frequências relativas



Escala: 1 – Menos de 50%; 2 – Abaixo do Previsto; 3 – Em Linha com o Previsto (100%); 4 – Acima do Previsto; 5 – Mais de 150%.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

- Quanto aos resultados ao nível do projeto, face à situação da empresa no pré-projeto, as respostas mais frequentes (moda), apontam para uma situação de "não alteração", com exceção do critério "volume de negócios", em que a resposta mais frequente aponta para um impacto positivo mas moderado no volume de negócios.

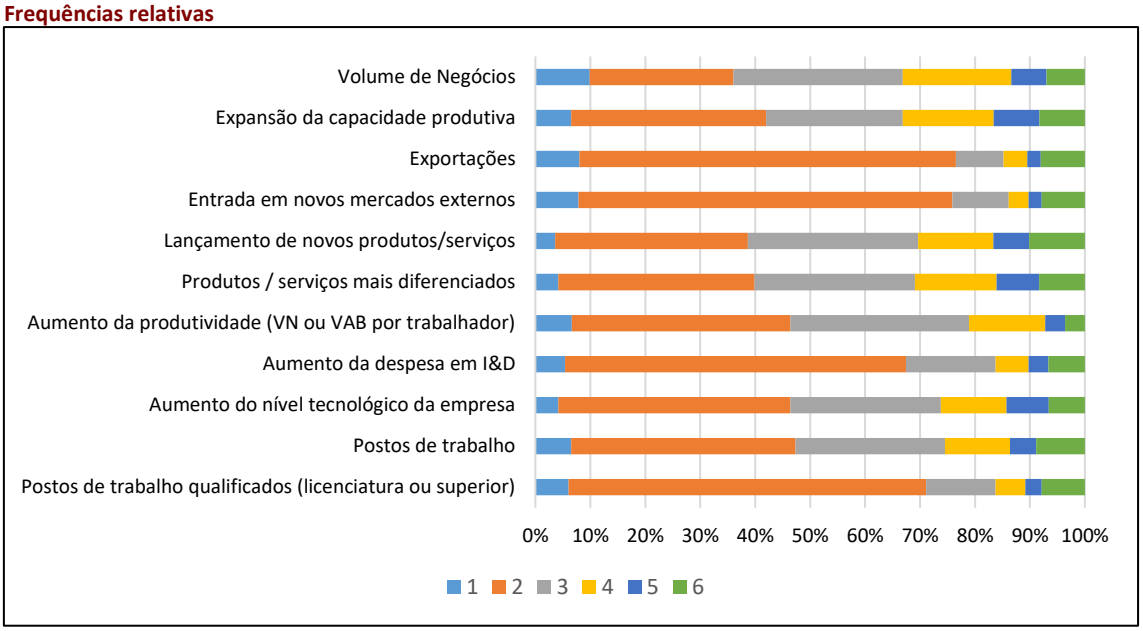
- Uma análise mais detalhada revela que, em termos médios, verifica-se sempre um impacto positivo (média superior a 2) em todos os critérios, com destaque para o impacto positivo no volume de negócios (64,0% das respostas), na expansão da capacidade produtiva (58,0% das respostas), no lançamento de novos produtos ou serviços (61,3% das respostas), na oferta de produtos ou serviços mais diferenciados (60,1% das respostas), no aumento da produtividade (53,6% das respostas), no aumento do nível tecnológico da empresa (53,6% das respostas) e na criação de postos de trabalho (52,7% das respostas). Mais uma vez, os critérios que revelam um pior desempenho em termos de resultados são as exportações (aumento em apenas 23,5%

das respostas), a entrada em novos mercados externos (aumento em apenas 24,1% das respostas), a despesa em I&D (aumento em apenas 32,5% das respostas) e criação de postos de trabalho qualificados (aumento em apenas 28,9% dos casos).

Quadro 34 - SI Investimento Empresarial (Açores) – Resultados finais ou expectáveis do projeto face à situação da empresa no pré-projeto

Dimensão	Respostas Obtidas (1)	Pontuação		Distribuição		
		Média	Moda	Redução	Sem Alteração	Aumento
Volume de Negócios	172	3,1	3	9,9%	26,2%	64,0%
Expansão da capacidade produtiva	169	3,1	2	6,5%	35,5%	58,0%
Exportações	162	2,5	2	8,0%	68,5%	23,5%
Entrada em novos mercados externos	166	2,5	2	7,8%	68,1%	24,1%
Lançamento de novos produtos/serviços	168	3,1	2	3,6%	35,1%	61,3%
Produtos / serviços mais diferenciados	168	3,1	2	4,2%	35,7%	60,1%
Aumento da produtividade (VN ou VAB por trabalhador)	166	2,8	2	6,6%	39,8%	53,6%
Aumento da despesa em I&D	166	2,6	2	5,4%	62,0%	32,5%
Aumento do nível tecnológico da empresa	168	3,0	2	4,2%	42,3%	53,6%
Postos de trabalho	169	2,9	2	6,5%	40,8%	52,7%
Postos de trabalho qualificados (licenciatura ou superior)	166	2,6	2	6,0%	65,1%	28,9%

Frequências relativas



Escala: 1 – Redução; 2 – Sem Alteração; 3 – Aumento até 19%; 4 – Aumento de 20% a 49%; 5 – Aumento de 50% a 99%; 6 – Aumento de 100% ou superior.
(1) sem NR/NA

Fonte: Inquérito às Empresas Beneficiárias

- Estes resultados confirmam um cariz algo híbrido da operacionalização do SI Investimento Empresarial (Açores) o qual, indiscutivelmente, contribui para a animação do setor produtivo regional, num largo espectro de setores, com investimentos de expansão e que podem incorporar algum grau de inovação incremental ao nível do produto / serviço e ao nível do processo. Já quanto ao seu impacto em termos de criar as bases de uma transformação tecnológica duradoura (por via de atividades de I&D e

de criação de emprego qualificado) ou em termos de internacionalização (capacidade exportadora) os dados apontam para um resultado muito moderado.

Em conclusão, da análise aprofundada que fizemos sobre a arquitetura do Sistemas de Incentivos do PO Açores e da sua operacionalização até 31/12/2019, resultam como principais avaliações:

- É indiscutível que o Sistema de Incentivos tem tido um impacto de dinamização do setor empresarial açoriano, apresentando o efeito do incentivo uma adicionalidade clara e conduzindo a investimentos com algum grau de inovação ao nível do produto / serviço e do processo.
- Como aspetos menos positivos, e a ter em conta no que resta da execução do PO Açores e, sobretudo, para o próximo período de programação, destacamos um impacto moderado ou reduzido ao nível de uma intensificação tecnológica clara das empresas (em termos de recursos internos de I&D e de trabalhadores qualificados) bem como ao nível da internacionalização.
- A necessidade de se dinamizar a procura é particularmente relevante para o SI IDT bem como para o SI Qualificação e Internacionalização das PME – Projetos Individuais (Internacionalização). No primeiro caso, acresce a necessidade de proativamente se estimular uma procura por sub-tipologias que incentivem a I&D colaborativa (projetos em co-promoção e mobilizadores).
- No que respeita à dimensão tecnológica e de inovação, consideramos relevante especificar melhor o cariz da tipologia Empreendedorismo Qualificado e Criativo, aumentando a seletividade mas, ao mesmo tempo, dinamizando uma procura mais qualificada em coordenação com as organizações de interface vocacionadas para promover o empreendedorismo tecnológico.
- Ainda na dimensão inovação, os resultados apontam para uma procura razoável no SI Qualificação e Internacionalização das PME – Projetos Individuais (Qualificação e Inovação) e Vale Inovação, com impactos positivos na promoção dos chamados fatores imateriais da competitividade e, em particular, na adoção de tecnologias digitais.
- O incentivo com maior operacionalização foi o SI Investimento Empresarial (Açores), com impactos positivos na dinamização da economia açoriana e no investimento empresarial. A análise do perfil dos investimentos cofinanciados e dos resultados do processo de inquirição sugerem haver margem para reforçar a seletividade (86% das candidaturas admitidas foram aprovadas), reforçando o seu cariz indutor da inovação e, sobretudo, da exportação (assinala-se que apenas 23,5% e 24,1% das empresas respondentes ao inquérito assinalam impactos positivos ao nível das exportações e da emtrada em novos mercados externos, respetivamente. Esta reorientação deverá ser operacionalizada através da reformulação dos critérios de avaliação do mérito.

Um último aspeto relevante prende-se com a oferta e utilização de Instrumentos Financeiros. No quadro dos Sistemas de Incentivos, o PO Açores financiou, a montante, a oferta de

Instrumentos Financeiros, através das operações aprovadas à IFD[11]. Retemos as seguintes conclusões:

- A utilização dos instrumentos financeiros na RAA apresenta um panorama muito distinto quanto aos instrumentos de capitalização e aos instrumentos de dívida.
- Quanto aos instrumentos de capitalização, com apoio público dos fundos europeus, a sua operacionalização foi algo deficiente e a sua utilização é praticamente nula ou muito incipiente, até ao momento presente, destacando-se, no entanto, como minimamente positivo, a operacionalização do *Azores Ventures*.
- Os concursos (a cargo do IFD) direcionados para a escolha de entidades ligadas ao capital de risco – *Business Angels* e Sociedades de Capital de Risco – abriram numa fase já muito avançada do período de programação, o que terá criado óbvios constrangimentos na operacionalização das operações financiadas, em particular num território em que, por um lado, há um universo restrito de empresas para quem seja relevante a utilização deste tipo de operação e, por outro lado, estão disponíveis apoios do tipo subvenções a fundo perdido, com taxas elevadas de apoio, o que retira atratividade aos instrumentos de capitalização com a natureza do capital de risco.
- Uma parte do atraso na instrução dos concursos por parte da IFD foi gerado pelo lançamento tardio dos convites à IFD, por parte do PO, que determinou a afetação destes fundos a gerir pela IFD.
- Adicionalmente, foi referido que a falta de proximidade ao contexto regional das entidades envolvidas, desde a própria IFD, mas sobretudo das sociedades de capital de risco e business angels, afeta a compreensão da realidade empresarial açoriana, o que coloca constrangimentos na avaliação do interesse em investir na região.
- Esta situação é particularmente gravosa, no caso dos Business Angels, com exceção da *Best Horizon*, relativamente à qual foi salientado o contributo dado para o sucesso de uma operação em associação com a Portugal Ventures. Simultaneamente, também constatamos, que é a única que já apresenta uma operação financiada, decorrente do apoio alcançado no concurso IFD-FC&QC-BA-03/19.
- Esta dificuldade trazida pela falta de proximidade, também se estende às sociedades de capital de risco. A Portugal Ventures é a única sociedade de capital de risco que é reconhecida como tendo alguma intervenção e interesse na Região, até por via do Fundo Azores Ventures. O Azores Ventures, foi preparado em parceria com a Portugal Ventures e o Governo Regional e tinha o propósito de apoiar pequenos investimentos, com um limite de 200.000€. Acabou por ser o que obteve alguns resultados, mas abrangeu um leque ainda muito restrito de start-ups.
- Já o recurso aos instrumentos de dívida tem-se processado com normalidade. As linhas de crédito têm sido amplamente utilizadas e têm sido fundamentais na concretização

[11] A análise sobre a oferta e utilização de instrumentos financeiros está suportada por análise documental exterior ao PO (nomeadamente informação obtida junto da IFD, atual Banco Português de Fomento, e de entrevistas com responsáveis da SDEA, do NONAGON e do TERINOVA, no quadro do estudo "Consultoria para elaboração de plano de ação regional de suporte às estratégias de especialização inteligente no contexto das regiões ultraperiféricas", abril de 2021, promovido pela ANI e realizado pela Sigma Team Consulting SA.

dos projetos empresariais, nos quais se incluem os projetos financiados pelos sistemas de incentivos, sendo aliás os instrumentos de dívida com garantia mútua um complemento frequente do financiamento, assegurando uma parte das necessidades não cobertas pelos incentivos aprovados. Estas linhas de crédito são muito bem acolhidas, por terem a reconhecida vantagem da garantia pública, que liberta os empresários de terem de prestar garantias próprias, mas também por terem condições favoráveis em termos de juros, tornando-as muito interessantes para as empresas da região.

- Quanto aos Instrumentos Financeiros, as nossas recomendações prendem-se essencialmente com os instrumentos de capitalização.
- Apesar da escassa operacionalização de uma oferta e da utilização de instrumentos de capitalização no período 2014-2020, importa manter e aprofundar esta aposta para o novo período de programação. Os instrumentos de capitalização são uma componente adequada para o financiamento de empresas com elevado potencial de crescimento e de inovação, sendo que a RAA está a fazer uma forte aposta na promoção do empreendedorismo tecnológico e qualificado, nomeadamente através dos PCTs Nonangon e Terinov.

- Nesta perspetiva, o segmento de empresas em *early-stages* e em atividades emergentes e de elevada intensidade tecnológica devem constituir um universo particularmente relevante para a operacionalização dos instrumentos de capitalização. Identificamos, na RAA e na ótica da EREI, subsetores como os das tecnologias digitais, da biotecnologia e da agroindústria, nos quais é expectável uma maior intensidade de criação de empresas tecnológicas.

- O incremento da utilização dos instrumentos de capitalização tem, ainda, um elevado potencial para o segmento de empresas consolidadas. Este "*growth capital*" é relevante, nomeadamente, em processos de internacionalização (nos quais a elegibilidade do financiamento com base em incentivos financeiros é bastante limitada) bem como em processos de "*buy out*" (aquisição de posições de controle acionista).

- A atração para a região de mais *Business Angels* e de mais sociedades veículo de VC (incluindo internacionais), bem como a mobilização de BA e VC de origem regional passará por uma melhor articulação entre a gestão centralizada da IFD (agora Banco Português de Fomento) e as entidades regionais promotoras do empreendedorismo e do investimento empresarial em geral.

- Quanto aos instrumentos de dívida, o panorama atual parece-nos adequado, mantendo-se relevante a existência de uma entidade regional que intervenha na gestão dos instrumentos de garantia e no estabelecimento de protocolos com a banca comercial[12].

[12] Tendo em conta o recente contexto de reformulação do Sector Público Empresarial Regional e a extinção da SDEA.

Quadro 35 - Sistema de Incentivos – Quadro-síntese das principais conclusões

	SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Empreeendedorismo qualificado e criativo	SI Qualificação e Internacionalização das PME (Internacionalização)	SI Qualificação e Internacionalização das PME (Qualificação e Inovação)	SI Investimento Empresarial (Açores)
Coerência dos instrumentos definidos	Componente do Sistema de Incentivos, o qual cobre toda a cadeia de valor das empresas. Complementaridade com o SAICT.	Componente do Sistema de Incentivos, o qual cobre toda a cadeia de valor das empresas. Complementaridade com o SIAC – Promoção do Espírito Empresarial e com Instrumentos Financeiros.	Componente do Sistema de Incentivos, o qual cobre toda a cadeia de valor das empresas. Complementaridade com o SIAC – Internacionalização.	Componente do Sistema de Incentivos, o qual cobre toda a cadeia de valor das empresas. Complementaridade com o SIAC – Qualificação.	Componente do Sistema de Incentivos, o qual cobre toda a cadeia de valor das empresas. Complementaridade com Instrumentos Financeiros. Cariz algo difuso do instrumento em termos da dimensão inovação.
Relevância dos instrumentos definidos face aos objetivos estratégicos	Potencia a componente empresarial do Sistema Regional de Inovação. Potencia as prioridades temáticas da EREI.	Renovação e alargamento da base empresarial. Empreendedorismo tecnológico.	Promoção da internacionalização, com aumento da base exportadora e entrada em novos mercados.	Qualificação das empresas ao nível dos chamados fatores imateriais da competitividade.	Dinamização do setor empresarial. Investimentos de expansão / modernização, com inovação de produto e processo.
Operacionalização	Concursos abertos poderiam ser mais regulares.	Concursos abertos poderiam ser mais regulares.	Concursos abertos poderiam ser mais regulares.	Concursos abertos poderiam ser mais regulares.	Concursos abertos poderiam ser mais regulares.
Procura observada	Procura baixa. Seria necessária mais proatividade, envolvendo as organizações de interface. Necessidade de promover a utilização de sub-tipologias que incentivem a I&D colaborativa.	Procura elevada. Seria necessária mais proatividade, envolvendo as organizações de interface, a fim de gerar uma procura mais qualificada.	Procura muito baixa. Seriam necessárias ações coletivas para induzir uma maior procura.	Procura baixa e muito centrada no Vale Inovação. Seriam necessárias ações coletivas para induzir uma maior procura.	Procura muito elevada.

	SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Empreeendedorismo qualificado e criativo	SI Qualificação e Internacionalização das PME (Internacionalização)	SI Qualificação e Internacionalização das PME (Qualificação e Inovação)	SI Investimento Empresarial (Açores)
Seletividade observada	Seletividade baixa, decorrendo da escassa procura.	Seletividade elevada.	Seletividade baixa, decorrendo da escassa procura.	Seletividade baixa nos projetos individuais e moderada no Vale Inovação.	Seletividade baixa. Seria pertinente densificar critérios quanto à dimensão inovadora dos projetos.
Realizações (projeto)	Número muito reduzido de operações aprovadas.	Número elevado de operações aprovadas. Inquérito mostra forte adicionalidade (efeito de incentivo). Os projetos apresentam, na dimensão tecnológica, uma qualificação moderada, não sendo – na maioria dos casos – projetos de empreendedorismo tecnológico Escasso ou nulo recurso a Instrumentos Financeiros.	Número muito reduzido de operações aprovadas.	Número reduzido de operações aprovadas (projetos individuais). Inquérito mostra forte adicionalidade (efeito de incentivo). Vales Inovação focados na utilização de tecnologias digitais.	Inquérito mostra forte adicionalidade (efeito de incentivo). Projetos de expansão e de modernização, com algum grau de inovação incremental ao nível do produto / serviço e ao nível do processo. Mas prevalece um perfil de escassa transformação tecnológica duradoura e de escassa internacionalização. Escasso ou nulo recurso a Instrumentos Financeiros.
Realizações (PO)	Indicadores do PO revelam um bom desempenho quanto a empresas apoiadas e ao aumento do emprego, mas face a metas muito pouco ambiciosas. Revelam um fraco desempenho quanto ao investimento e quanto à	Indicadores do PO revelam taxas de cumprimento elevadas em termos de empresas apoiadas e de criação de emprego.	Indicadores do PO revelam taxas de cumprimento baixas em termos de empresas apoiadas.	Indicadores do PO revelam taxas de cumprimento elevadas em termos de empresas apoiadas e de criação de emprego, mas baixa realização em termos de inovação produto.	Indicadores do PO revelam taxas de cumprimento elevadas em termos de empresas apoiadas, de criação de emprego e de investimento.

	SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	SI Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Empreeendedorismo qualificado e criativo	SI Qualificação e Internacionalização das PME (Internacionalização)	SI Qualificação e Internacionalização das PME (Qualificação e Inovação)	SI Investimento Empresarial (Açores)
	cooperação com instituições de investigação.				
Resultados (projeto)	nd	Inquérito: Impacto positivo no volume de negócios, no lançamento de novos produtos ou serviços, na oferta de produtos ou serviços mais diferenciados e no aumento do nível tecnológico da empresa.	nd	Inquérito: Impacto positivo no volume de negócios, na expansão da capacidade produtiva, na inovação produto e processo, organizacional e de marketing. Impacto reduzido na dimensão internacionalização.	Inquérito: Impacto positivo no volume de negócios, na expansão da capacidade produtiva, no lançamento de novos produtos ou serviços, na oferta de produtos ou serviços mais diferenciados, no aumento do nível tecnológico da empresa e na criação de postos de trabalho. Impacto reduzido na dimensão internacionalização.
Resultados (PO)	Indicadores do PO revelam um resultado fraco quanto ao às despesas das empresas em I&D no VAB.	Indicadores do PO revelam bons resultados nos nascimentos de empresas em setores de alta e média alta tecnologia, face à meta fixada.	Indicadores do PO revelam um mau resultado no valor de exportações no volume de negócios das PME e um muito bom resultado nas dormidas de estrangeiros na hotelaria regional.	Indicadores do PO revelam um bom resultado relativo a empresas com atividades de inovação, face à meta fixada.	Indicadores do PO revelam um bom resultado na participação do setor industrial, comércio e serviços na formação do valor acrescentado bruto regional

ANEXO 5 – INFORMAÇÃO DOCUMENTAL E INDICADORES DE CONTEXTO A UTILIZAR NA RESPOSTA ÀS QA 1 a 3

Estes EP concentram cerca de 1/3 do montante de FEDER alocado ao Programa, mas não são objeto de aprofundamento em questões de avaliação específica. Por esse motivo, as referências à informação documental e estatística, a mobilizar no âmbito das QA sobre a relevância, a eficácia, a eficiência e o valor acrescentado europeu, não são aprofundadas no corpo deste relatório.

Este anexo pretende dar conta dessas fontes de informação e indicadores, sobretudo para apoio à análise da relevância, da eficácia e do valor acrescentado europeu.

Referenciais de política

- Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores
- Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030)
- Plano Regional para a Eficiência Energética (PRAEE)
- Programa Integrado de Eficiência Energética para as IPSS – PIEE-IPSS
- Programa de Eficiência Energética nas IPSS – Açores
- Programa Freguesias + Eficientes
- Planos de Mobilidade Urbana Sustentável
- Estratégia para Mobilidade Elétrica nos Açores
- Estratégia Regional para as Alterações Climáticas
- Programa Regional para as Alterações Climáticas
- Planos Especiais de Emergência Municipais
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021
- Plano de Gestão de Riscos de Inundações da RAA
- Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas de Lagoas
- Avaliação do Estado das Ribeiras dos Açores (anual)
- Planos de Ordenamento da Orla costeira
- Estratégia Europeia de Mobilidade Hipocarbónica
- Estratégia a longo prazo da UE para uma economia próspera, moderna, competitiva e com impacto neutro no clima
- 2030 framework for climate and energy policies
- *Roadmap for moving to a low-carbon economy in* 2050
- Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores
- Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores
- Diretiva Quadro da Água
- Plano Regional da Água
- Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores (PRESAA – 2011/2024)
- Plano de Ordenamento Turístico da RAA
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA
- Planos de Gestão das Áreas Terrestres dos Parques Naturais das Ilhas de São Miguel
- Planos de Gestão das Áreas Terrestres dos Parques Naturais das Ilhas do Pico
- Planos de Gestão das Áreas Terrestres dos Parques Naturais das Ilhas do Faial
- Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da cultura da vinha da ilha do Pico
- Planos de Ilha

- Planos de Gestão das Reservas da Biosfera (4 em fase de discussão pública - Corvo, Flores Graciosa e Fajãs de São Jorge
- Plano de desenvolvimento sustentável das Fajãs de São Jorge
- Plano de Situação do Espaço Marítimo (em curso)
- Estratégia Regional para o Mar (em curso)
- Estratégia para o Atlântico e plano de ação
- Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores

Indicadores de contexto

- Passageiros e mercadorias transportados de e para a região (via aérea e marítima)
- Serviços e/ou capacidade no transporte inter-ilhas
- Movimento portuário na região (embarcações, passageiros e mercadorias)
- Índice de segurança nas operações portuárias
- Taxa de intensidade carbónica nas deslocações internas
- Taxa de sinistralidade rodoviária
- Postos de carregamento para veículos elétricos instalados e em funcionamento
- Número e extensão de ciclovias
- Acessibilidade aos entrepostos logísticos
- Extensão de rodovias intervencionadas
- Instrumentos de planeamento e estudos desenvolvidos relacionados com a identificação de vulnerabilidades, prevenção de riscos e adaptação aos impactos das alterações climáticas
- Território regional com instrumentos de identificação de vulnerabilidades e riscos
- Concelhos abrangidos por recolha seletiva de resíduos urbanos
- Valorização dos resíduos urbanos
- População adicional servida pelas melhorias do sistema de abastecimento de água
- Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação
- Qualidade da água distribuída para consumo humano
- Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats (% de espécies e habitats com estado de conservação conhecido - valor de referência com base nos relatórios das Diretivas Aves e Habitats)

ANEXO 6– ANÁLISE DO INQUÉRITO AOS ADULTOS ABRANGIDOS PELA MEDIDA 10.3

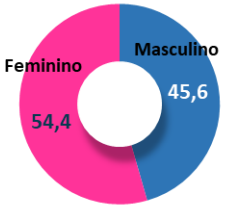
Foram enviados 814 questionários para adultos que beneficiaram da medida 10.3, dos quais 165 foram devolvidos, e obtiveram-se 90 respostas válidas[13], 60 de participantes no Programa Reativar e 30 de participantes em cursos ABC.

Dos adultos participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional que responderam ao inquérito 45,6% são do sexo masculino e 54,4% do sexo feminino. A grande maioria dos respondentes tem menos de 35 anos (61,1%). Cerca de 63% reside na Ilha de São Miguel, 13,3% na Ilha da Graciosa e 12,2% na Ilha de São Jorge.

No que se refere às qualificações académicas, no momento atual, 36,7% refere que tem o 3.º CEB, 43,3% possui o ensino secundário e 10% o ensino pós-secundário. Cerca de 44% está atualmente desempregado e 41,1% está a trabalhar por conta de outrem.

Quadro 36 - Caraterização da amostra

Género



	N	%
<30 anos	25	27,8
30-35 anos	30	33,3
36-40 anos	17	18,9
41 ou mais anos	18	20,0
Total	90	100

	N	%
Ilha de São Miguel	57	63,3
Ilha Graciosa	13	13,3
Ilha de São Jorge	11	12,2
Ilha do Pico	2	2,2
Ilha do Faial	8	8,9
Total	90	100

	N	%
1.º CEB (4.º ano)	1	1,1
2.º CEB (6.º ano)	8	8,9
3.º CEB (9.º ano)	33	36,7
Ensino Secundário	39	43,3
Ensino Pós-Secundário	9	10,0
Total	90	100

	N	%
Trabalha por contra própria	8	8,9
Trabalha por contra de outrem	37	41,1
Estudante	1	1,1
Desempregado	40	44,4
Outro.	4	4,4
Total	84	100

	N	%
Cursos ABC	30	33,3
Reativar	60	66,7
Total	84	100

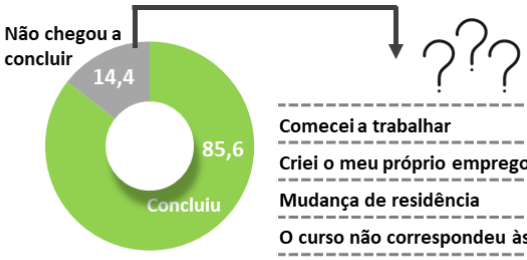
Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional

Base: Total de respondentes, n=90

Cerca de 86% dos adultos inquiridos referem que concluíram o curso. Entre aqueles que não chegaram a concluir o curso (14,4%), a principal razão alegada é o facto de terem conseguido encontrar um emprego (30,8%).

[13] Tendo em conta o número de inquéritos enviados que não foram devolvidos, estamos perante uma taxa de resposta de 12.9%. Para um universo de 8.467 adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional até final de 2019, o número de respostas obtidas corresponde a uma margem de erro de 10,28% para um intervalo de confiança se 95%.

Quadro 37 - Participação e razões de não conclusão do curso (%)



	%
Comecei a trabalhar	30,8
Criei o meu próprio emprego/negócio	15,4
Mudança de residência	15,4
O curso não correspondeu às expetativas iniciais	15,4
Surgimento de problemas pessoais de saúde	7,7
Outra razão	15,4

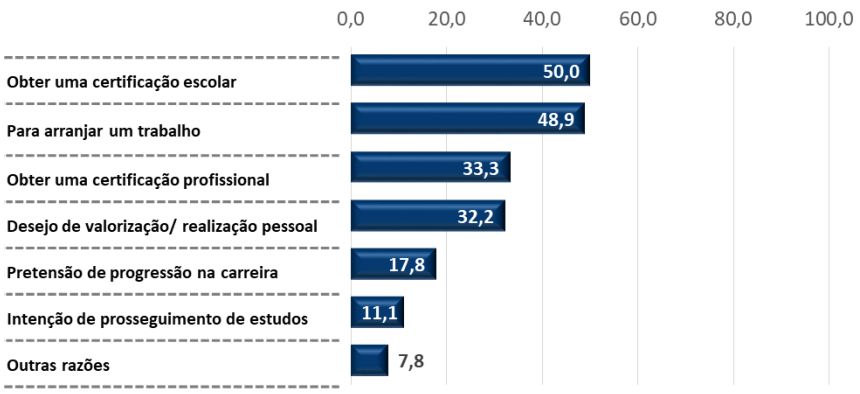
Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional
Base: Total de respondentes, n=84. Quem não chegou a concluir, n=13

Apesar dos progressos alcançados, nos últimos anos, a Região Autónoma dos Açores ainda se debate com um défice ao nível das qualificações da população, nomeadamente a população adulta, com repercussões várias e diversificadas, nomeadamente ao nível da produtividade, ao nível do emprego/ desemprego, do rendimento das famílias, do exercício da cidadania e da exclusão social. Em 2019 cerca de 63% da população residente na RAA com 15 anos ou mais tinha no máximo o ensino básico (em 2014 essa proporção era de 66,1%), valor que fica acima da média nacional (51,4%). Acresce aos baixos níveis de qualificação da população a fraca apetência para ações de aprendizagem ao longo da vida, sendo que em 2016, apenas 37,6% de indivíduos com idade entre 18 e os 64 anos participaram em atividades de aprendizagem ao longo da vida (50,2% em Portugal).

É neste contexto que é delineado o objetivo específico 10.3.2: "melhorar o acesso à aprendizagem ao longo da vida, através da promoção e da qualidade do sistema de formação, do reconhecimento das competências adquiridas e/ou frequência de formação que possibilite aumentar e melhoraras condições de empregabilidade, bem como entregar no tecido empresarial recursos humanos qualificados".

A frequência de uma formação que permita a obtenção de uma certificação escolar é, aliás, a principal motivação manifestada pelos adultos inquiridos para a participação no Programa Reativar ou num curso ABC (50%) a par com a possibilidade de (re)inserção no mercado de trabalho (48,9%). O desejo de valorização/ realização profissional (32,2%) e a obtenção de uma certificação profissional (33,3%) são outros dos motivos que levaram os adultos respondentes a participar no curso.

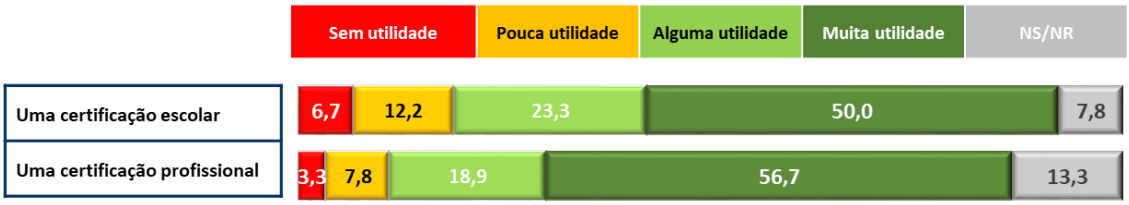
Gráfico 15 - Razões para a frequência do curso (%)



Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional
Base: Total de respondentes, n=90

De facto, para a maioria dos adultos que responderam ao inquérito o curso foi útil para a obtenção quer de uma certificação escolar, quer de uma certificação profissional. Como é possível observar no gráfico seguinte, 56,7% atribui uma grande utilidade ao curso para a obtenção de uma certificação profissional, e 50% refere que foi muito útil para obtenção de uma certificação escolar (23,3% refere alguma utilidade).

Gráfico 16 - Como avalia a utilidade (%)...

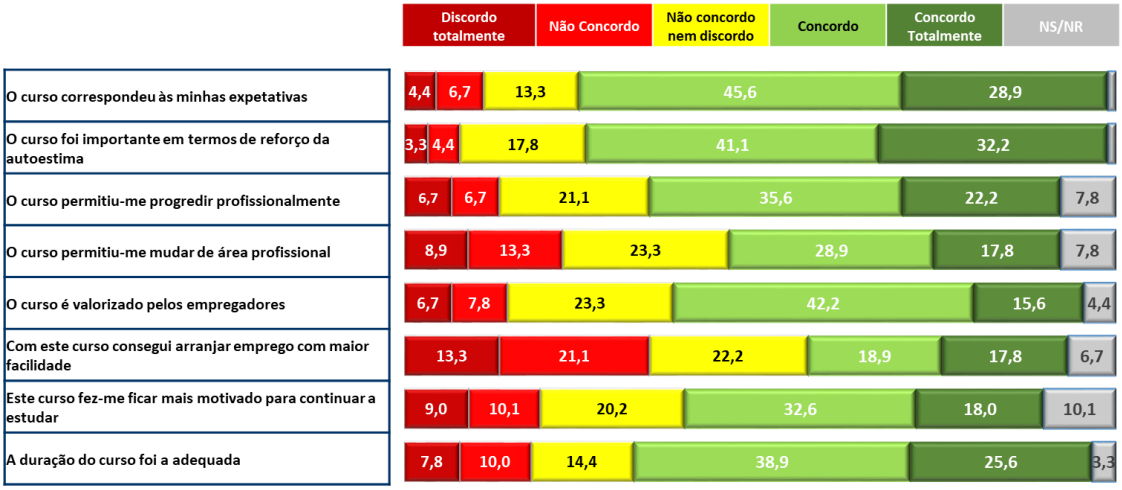


Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional

Base: Total de respondentes, n=84

A importância destes percursos formativos para o reforço da autoestima dos adultos é reconhecida pela grande maioria dos inquiridos respondentes (73,3% concorda ou concorda totalmente). Igualmente importante para a maioria dos adultos respondentes foi o contributo para a progressão profissional (57,8% concorda ou concorda totalmente). É de salientar, contudo, que cerca de 1/3 dos inquiridos discorda ou discorda totalmente com o facto de o curso ter facilitado a (re)inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 17 - Grau de concordância com as seguintes afirmações (%)



Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional

Base: Total de respondentes, n=84

Ainda assim, a análise da situação dos adultos respondentes 6 meses após terem terminado a sua participação no curso, independentemente de terem concluído ou não, indica uma empregabilidade razoável, sendo que 45,6% estava a trabalhar e 34,4% estava desempregado. Se analisarmos a situação face ao mercado de trabalho no momento anterior à frequência do curso, 6 meses após a participação e atualmente, verificamos que no momento da inscrição no curso a grande maioria dos adultos inquiridos (85,6%) estava desempregado, 6 meses após a participação esse valor decresce para os 34,4% e atualmente aumenta para os 44,4%. Isto significa que desde o momento da inscrição no curso até ao momento do preenchimento do inquérito a proporção de adultos em situação de desemprego decresceu 41,1 pontos percentuais.

Quadro 38 - Situação no momento da inscrição no curso, 6 meses após a participação e atualmente (%)

	Trabalhar	Estudar	Desempregado	Inativo	Outro
Situação no momento da inscrição no curso	8,9	-	85,6	5,6	-
6 meses após ter terminado a sua participação no curso, independentemente de ter concluído ou não, qual era a sua situação	45,6	7,8	34,4	1,1	11,1
Situação atual	50,0	1,1	44,4	2,2	2,2

Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional

Base: Total de respondentes, n=90

Uma análise mais detalhada demonstra que, dos adultos que se encontravam desempregados no momento da inscrição no curso, 36,4% permaneceram desempregados 6 meses após a participação e 42,9% conseguiram (re)inserir-se no mercado de trabalho

Quadro 39 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação 6 meses após a participação face ao momento da inscrição)

Situação no momento da inscrição no curso	Transições de para	6 meses após ter terminado a sua participação no curso				
		Trabalhar	Estudar	Desempregado	Inativo	Outro
	Trabalhar	87,5	-	12,5	-	-
	Estudar	-	-	-	-	-
	Desempregado	42,9	7,8	36,4	-	13,0
	Inativo	20,0	20,0	40,0	20,0	-
	Outro	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional

Base: Total de respondentes, n=90

Este efeito positivo que estes percursos formativos parecem evidenciar em termos de (re)inserção profissional dos adultos é, ainda mais evidente, quando se analisa a transição da situação face ao emprego no momento da inscrição no curso para a situação atual: cerca de 48% dos inquiridos passou da situação de desempregado para a situação de empregado.

Quadro 40 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação atual face ao momento da inscrição)

Situação no momento da inscrição no curso — Transições de para	Situação atual: Trabalhar	Estudar	Desempregado	Inativo	Outro
Trabalhar	87,5	-	12,5	-	-
Estudar	-	-	-	-	-
Desempregado	48,1	1,3	46,8	1,3	2,6
Inativo	20,0	-	60,0	20,0	-
Outro	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional

Base: Total de respondentes, n=90

A capacidade de (re)inserção profissional dos adultos respondentes que participaram no programa Reativar ou num Curso ABC parece ser mais evidente no curto prazo, uma vez que se analisarmos a transição de estados face ao emprego 6 meses após a participação no curso para a situação atual, a proporção daqueles que passaram da situação de empregados para a situação de desempregados é um pouco maior (24,4%). Esta situação também poderá indicar que a re(inserção) no mercado de trabalho nos 6 meses seguintes à participação do curso é feita em condições de alguma precariedade (contratos a prazo, programas de apoio à contratação, programas de inserção socioprofissional...)

Quadro 41 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação atual face a 6 meses após a participação)

6 meses após ter terminado a sua participação no curso — Transições de para	Situação atual: Trabalhar	Estudar	Desempregado	Inativo	Outro
Trabalhar	73,2	-	24,4	-	2,4
Estudar	28,6	14,3	57,1	-	-
Desempregado	19,4	-	74,2	3,2	3,2
Inativo	-	-	-	100	-
Outro	70,0	-	30,0	-	-

Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional

Base: Total de respondentes, n=90

Dos cerca de 41% que estavam a trabalhar por conta de outrem 6 meses após a participação no curso, 51,3% tinham um contrato de trabalho com termo e 38,5% um contrato de trabalho sem termo. A forma de conhecimento da oferta de emprego mais referida pelos adultos respondentes foi o Centro de Emprego (33,3%) seguida da indicação por uma pessoa conhecida (23,1%).

Quadro 42 - Forma de conhecimento da oferta de emprego e relação contratual (%)

Como teve conhecimento da oferta de emprego?	%
Através do Centro de Emprego	33,3
Foi indicada por uma pessoa conhecida	23,1
Contacto/ convite direto do empregador	15,4
Através de anúncio	12,8
Através de candidatura espontânea	10,3
Continuei a trabalhar no mesmo local que estava quando iniciei o curso	2,6
Outra forma	2,6

Tipo de relação contratual proposta	%
Contrato de trabalho sem termo (efetivo)	38,5
Contrato de trabalho com termo (a prazo)	51,3
Outro tipo.	10,3

Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional

Base: Quem estava a trabalhar 6 meses após a participação, n=39

Se, por outro lado, analisarmos o contributo destes cursos de certificação escolar e/ou profissional para o aumento das qualificações dos adultos, verificamos que no caso desta amostra de inquiridos respondentes muitos dos participantes têm no momento atual uma qualificação escolar mais elevada do que aquela que tinham no momento da inscrição no curso. No momento da inscrição a proporção de adultos respondentes com uma qualificação escolar inferior ao ensino secundário era de 70%, no momento atual 53,3% referem ter o ensino secundário ou pós-secundário.

Quadro 43 - Habilitação escolar no momento da inscrição no curso, e atualmente (%)

	1.º CEB (4.º ano)	2.º CEB (6.º ano)	3.º CEB (9.º ano)	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Outro
Situação no momento da inscrição no curso	4,4	26,7	38,9	28,9	-	1,1
Situação atual	1,1	8,9	36,7	43,3	10,0	-

Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional

Base: Total de respondentes, n=90

Uma análise da transição entre diferentes momentos demonstra, efetivamente, que a maioria dos participantes respondentes que, no momento da inscrição, tinham habilitações inferiores ao ensino secundário aumentaram as suas qualificações escolares após a participação no curso. Entre os que tinham o 1.º CEB no momento da inscrição, 50% têm no momento atual o 2.º CEB. Cerca de 75% daqueles que possuíam o 2.º CEB, atualmente têm o 3.º CEB e dos que tinham o 3.º CEB, que eram a maioria, 51,4% têm atualmente o ensino secundário.

Quadro 44 - Probabilidade de transição média (%) entre habilitações escolares (situação atual face ao momento da inscrição)

Habilitação escolar no momento da inscrição no curso	Transições de para	Habilitação escolar no momento atual				
		1.º CEB (4.º ano)	2.º CEB (6.º ano)	3.º CEB (9.º ano)	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário
	1.º CEB (4.º ano)	25,0	50,0	25,0	-	-
	2.º CEB (6.º ano)	-	25,0	75,0	-	-
	3.º CEB (9.º ano)	-	-	40,0	51,4	8,6
	Ensino Secundário	-	-	-	80,8	19,2
	Outro	-	-	-	-	100

Fonte: Inquérito a participantes em cursos de certificação escolar e/ou profissional
Base: Total de respondentes, n=90

Não obstante a baixa taxa de resposta aos inquéritos, estes resultados indicam que estes cursos de certificação escolar e/ou profissional parecem ter um efeito positivo na (re)inserção dos adultos no mercado de trabalho, nomeadamente a curto prazo. Indicam também, de uma forma geral, que os adultos inquiridos encontram-se satisfeitos com a sua participação no curso e reconhecem a sua mais-valia para aquisição de uma certificação, sobretudo, escolar, para o reforço da autoestima e para a valorização profissional.

ANEXO 7–ANÁLISE DO INQUÉRITO A JOVENS ABRANGIDOS PELA MEDIDA 8.1

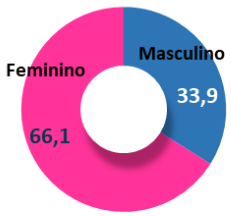
Foram enviados 5.716 questionários para jovens que beneficiaram da medida 8.1, dos quais 57 foram devolvidos e obtiveram-se 1.088 respostas válidas[14].

Dos participantes em estágios profissionais que responderam ao inquérito 33,9% são do sexo masculino e 66,1% do sexo feminino. A grande maioria dos respondentes tem idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos (77,7%). Cerca de 43% reside na Ilha de São Miguel, 16,4% na Ilha do Faial e 12,5% na Ilha do Pico.

No que se refere às qualificações académicas, no momento atual, 45,5% tem uma licenciatura, 22,5% possui o ensino secundário e 29% tem um mestrado. A grande maioria (73,3%) está atualmente a trabalhar e apenas 16,2% está desempregado.

Quadro 45 - Caraterização da amostra

Género



	N	%
18-20 anos	61	5,6
21-24 anos	256	23,5
25-27 anos	308	28,3
28-30 anos	281	25,8
30 ou mais anos	177	16,3
NS/NR	5	0,5
Total	1.088	100

	N	%
Ilha de Santa Maria	22	2,0
Ilha de São Miguel	470	43,2
Ilha Terceira	46	4,2
Ilha Graciosa	23	2,1
Ilha de São Jorge	125	11,5
Ilha do Pico	136	12,5
Ilha do Faial	178	16,4
Ilha das Flores	88	8,1
Total	1.088	100

	N	%
Ensino Secundário	245	22,5
Ensino Pós-Secundário	29	2,7
Licenciatura	495	45,5
Mestrado	316	29,0
Doutoramento	3	0,3
Total	1.088	100

	N	%
Trabalha por contra própria	68	6,3
Trabalha por contra de outrem	729	67,0
Estudante	57	5,2
Desempregado	176	16,2
Outro. Qual	52	4,8
NS/NR	6	0,6
Total	1.088	100

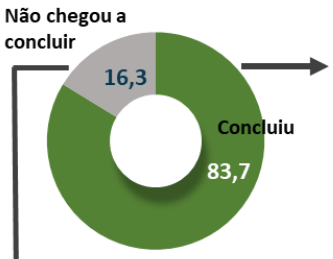
Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais
Base: Total de respondentes, n=1.088

Cerca de 84% dos jovens inquiridos referem que concluíram o estágio profissional, dos quais 75,7% há mais de 12 meses, sendo que apenas 5,4% terminaram há menos de 6 meses. Entre aqueles que não chegaram a concluir o estágio profissional (16,3%), a principal razão alegada é o facto de terem

[14] Para um universo de 4,9 mil participantes em estágios profissionais até final de 2019, o número de respostas obtidas corresponde a uma margem de erro de 2,62% para um intervalo de confiança de 95%. De referir que para considerar o máximo de respostas possível a amostra total conseguida (1088), subdivide-se em 3 amostras: os respondentes que participaram há menos de 6 meses (42) os respondentes que participaram há mais de 6 meses, mas há menos de 12 meses (124) e os respondentes que participaram há mais de 12 meses (721).

conseguido encontrar um emprego (57,1%). No entanto, importa referir que cerca de 20% dos respondentes não terminaram o estágio profissional porque este não correspondeu às expetativas. Entre aqueles que referem que o estágio profissional não correspondeu às expetativas iniciais destacam-se os jovens com o ensino secundário (22,2%).

Quadro 46 - Participação e razões de não conclusão do estágio profissional (%)



	N	%
Menos 6 meses	42	4,6
Menos 12 meses	124	13,6
Mais de 12 meses	721	79,1
NS/NR	24	2,6
Total	911	100

	%
Comecei a trabalhar	57,1
Criei o meu próprio emprego/negócio	1,1
Mudança de residência	3,4
O estágio profissional não correspondeu às expetativas iniciais	19,8
Para poder retomar/ prosseguir estudos	7,9
Surgimento de problemas pessoais de saúde	5,1
NS/NR	5,1

Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais
Base: Total de respondentes, n=1.088, Quem concluiu, n=911, Quem não concluiu, n=177

Na Região Autónoma dos Açores a taxa de desemprego total, em 2014, ascendia aos 16,3% e a taxa de desemprego jovem (<25 anos) atingiu os 41,5%. Como estratégia de intervenção a Região delineou para o período 2014-2020 um conjunto de medidas que promovessem a inserção de desempregados e jovens no mercado de trabalho. Especificamente para a população jovem foram criados programas de estágios e apoios à contratação.

A utilidade do estágio profissional para a inserção no mercado de trabalho é, de facto, um aspeto com o qual a maioria dos jovens inquiridos (71,5%) concorda[15]. Também a análise da situação dos jovens respondentes 6 meses após terem terminado a sua participação no estágio profissional, independentemente de terem concluído ou não, indica uma empregabilidade elevada, sendo que 61,4% estava a trabalhar e apenas 17,8% estava desempregado. 12 meses após a participação no estágio a proporção de jovens respondentes que se encontrava a trabalhar sobe para os 68,7% e a proporção de desempregados decresce para os 15,2%. Tomando como referência o momento atual verifica-se que a grande maioria dos jovens respondentes se encontra a trabalhar (73,3%).

[15] 33,1% concorda e 38,4% concorda totalmente com a afirmação: "Este estágio profissional foi ou será útil para encontrar um emprego".

Quadro 47 - Situação 6 meses, 12 meses após a participação e atualmente (%)

	Estudar	Trabalhar	Estágio	Desempregado	Outro	NS/NR	n
6 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional, independentemente de ter concluído ou não	9,1	61,4	9,6	17,8	2,0	0,1	1.043
12 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional, independentemente de ter concluído ou não	7,5	68,7	4,4	15,2	2,6	1,5	914
Situação Atual	5,3	73,3	3,4	16,2	1,2	0,6	1.088

Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais
Base: Total de respondentes, n=1.088, Quem participou há mais de 6 meses, n=1.043, Quem participou há mais de 12 meses, n=914

Uma análise mais detalhada demonstra que, dos jovens que se encontravam a trabalhar 6 meses após a participação do estágio profissional 91% continuaram a trabalhar 12 meses após a participação. Já entre os que estavam desempregados 6 meses após a participação no estágio, 54% permaneceram desempregados e 32,7% conseguiram inserir-se no mercado de trabalho.

Quadro 48 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação 12 meses após a participação face a 6 meses após a participação)

6 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional — Transições ↓ de para →	12 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional					
	Estudar	Trabalhar	Estágio	Desempregado	Outro	NS/NR
Estudar	67,9	16,0	-	8,6	3,7	3,7
Trabalhar	1,4	91,0	0,2	6,0	0,5	0,9
Estágio	-	37,3	40,0	14,7	4,0	4,0
Desempregado	4,0	32,7	4,7	54,0	4,0	0,7
Outro	-	29,4	-	17,6	47,1	5,9

Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais
Base: Quem participou há mais de 12 meses, n=914

Este efeito positivo que o programa de estágios profissionais parece evidenciar em termos de inserção profissional dos jovens é, ainda mais evidente, quando se analisa a transição da situação face ao emprego 6 meses após a conclusão para a situação atual: cerca de 49% dos inquiridos respondentes passou da situação de desempregado para a situação de empregado. Pelo contrário, apenas 8,1% dos inquiridos que 6 meses após a conclusão estavam a trabalhar estão a enfrentar uma situação de desemprego atualmente.

Quadro 49 - Probabilidade de transição média (%) entre estados face ao mercado de trabalho (situação atual face a 6 meses após a participação)

6 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional: Transições (de ↓ para →)	Situação atual: Estudar	Trabalhar	Estágio	Desempregado	Outro	NS/NR
Estudar	30,5	50,5	2,1	13,7	2,1	1,1
Trabalhar	1,9	88,1	0,3	8,1	0,9	0,6
Estágio	2,0	62,0	26,0	8,0	2,0	-
Desempregado	4,3	48,9	2,2	43,5	0,5	0,5
Outro	-	61,9	9,5	19,0	9,5	-

Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais
Base: Quem participou há mais de 6 meses, n=1043

Uma leitura cruzada com algumas variáveis de caraterização permite perceber que entre aqueles que evidenciam maiores dificuldades de manutenção da condição de trabalhador atualmente, ou seja, entre os inquiridos respondentes que participaram no estágio profissional há mais de 12 meses e que ao fim de 6 meses estavam a trabalhar e que atualmente estão desempregados, encontram-se os inquiridos do sexo masculino, os mais jovens, os que concluíram o estágio profissional e os residentes na Ilha do Pico.

Quadro 50 - Probabilidade de transição média (%) dos empregados, por variável de caraterização (situação atual face a 6 meses após a participação)

6 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional

Transições ↓ de para →	Situação atual					
	Estudar	Trabalhar	Estágio	Desempregado	Outro	NS/NR
A trabalhar	**1,8**	**87,6**	**0,2**	**8,7**	**1,1**	**0,7**
Masculino	1,1	86,2	0,6	9,2	1,1	1,7
Feminino	2,0	88,3	-	8,4	1,0	0,3
Ensino Secundário	-	77,4	-	19,4	1,6	-
Ensino Pós-Secundário	-	62,5	12,5	25,0	-	-
Licenciatura	0,6	91,6	-	6,5	1,0	0,6
Mestrado	4,3	85,6	-	8,0	1,1	4,3
Doutoramento	-	100,0	-	-	-	-
18-20 anos	-	66,7	-	33,3	-	-
21-24 anos	-	87,9	1,5	10,6	-	-
25-27 anos	1,6	88,4	-	8,5	0,5	1,6
28-30 anos	3,3	86,9	-	7,7	1,1	3,3
30 ou mais anos	0,9	89,4	-	7,1	2,7	0,9
Concluiu	1,6	86,5	0,2	9,9	1,3	1,6
Não chegou a concluir	2,5	91,7	-	4,1	-	2,5
Ilha de Santa Maria	8,3	75,0	-	8,3	8,3	8,3
Ilha de São Miguel	1,7	88,3	-	8,3	1,3	1,7
Ilha Terceira	-	92,3	-	7,7	-	-
Ilha Graciosa	-	100,0	-	-	-	-
Ilha de São Jorge	1,5	87,7	1,5	9,2	-	1,5
Ilha do Pico	4,8	81,0	-	14,3	-	4,8
Ilha do Faial	1,0	86,7	-	8,2	2,0	1,0
Ilha das Flores	-	92,2	-	5,9	-	-

Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais

Base: Quem participou há mais de 12 meses e estava a trabalhar 6 meses após a participação, n=566

Estes resultados demonstram que de uma forma geral, o programa de estágios profissionais parece ter um efeito positivo na empregabilidade dos jovens. No entanto, há que ter em conta também o contributo dos apoios à contratação, uma vez que muitos dos jovens que terminam o estágio profissional continuaram na mesma entidade empregadora, dado que estas entidades através do Programa de incentivo à inserção do Estagiar L e T (PIIE) procederam à contratação dos estagiários. Como é possível verificar pelos resultados do inquérito, cerca de 35% dos jovens que terminaram a sua participação num estágio há mais de 6 meses referem que ficaram a trabalhar no mesmo local onde realizaram o estágio.

Quadro 51 - Situação 6 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional, independentemente de ter concluído ou não (%)

	%
Continuei a estudar / voltei a estudar	9,1
Estava a trabalhar	24,9
Continuei a trabalhar no mesmo local onde realizei o estágio	35,1
Criei o meu próprio negócio	1,3
Estava num estágio profissional	9,6
Estava desempregado	17,8
Outra situação	2,0
NS/NR	0,1

Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais
Base: Quem participou há mais de 6 meses, n=1043

Os efeitos positivos do programa de estágios profissionais parecem também fazerem sentir-se ao nível da natureza do vínculo contratual dos jovens. No quadro seguinte é possível constatar que cerca de 20% dos jovens que 6 meses após a participação tinham um contrato de trabalho com termo passaram para uma situação de contrato de trabalho sem termo 12 meses após a participação num estágio profissional.

Quadro 52 - Transições face ao vínculo contratual no período que decorre 6 meses após a participação até 12 meses após a participação (%)

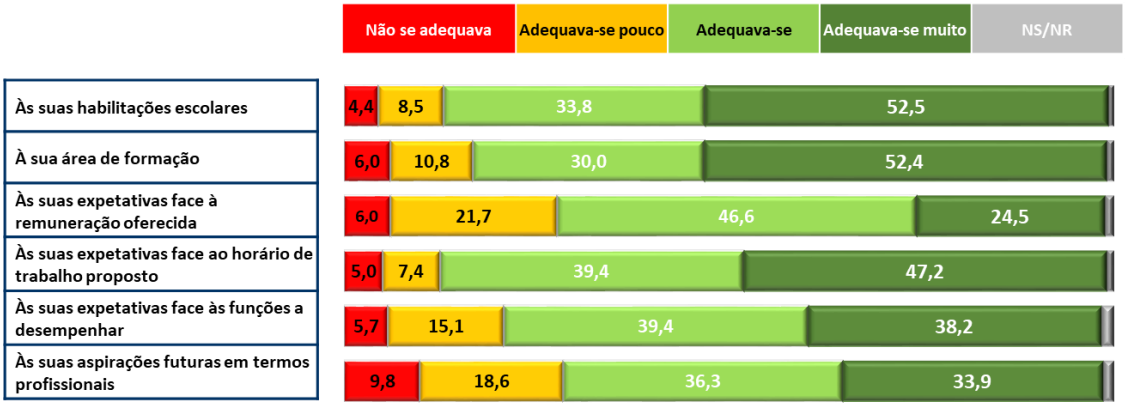
6 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional	12 meses após ter terminado a sua participação no estágio profissional					
Transições ↓ de para →	Contrato de trabalho sem termo (efetivo)	Contrato de trabalho com termo (a prazo)	Prestação de serviços	Trabalho sem contrato escrito	Outro tipo.	NS/NR
Contrato de trabalho sem termo (efetivo)	98,4	0,8	-	-	-	0,8
Contrato de trabalho com termo (a prazo)	19,7	75,3	3,1	0,3	1,0	0,7
Prestação de serviços	17,2	20,7	62,1	-	-	-
Trabalho sem contrato escrito	-	25,0	-	62,5	12,5	-
Outro tipo	14,3	28,6	14,3	-	42,9	-
NS/NR	-	25,0	-	-	-	75,0

Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais
Base: Quem participou há mais de 12 meses, n=914

No que se refere à avaliação do estágio profissional, a maioria dos jovens inquiridos que responderam ao inquérito refere que este se adequava muito às suas habilitações escolares e à sua área de formação. O aspeto menos positivo, ou seja, aquele com maior proporção de inquiridos a referirem que se adequava pouco ou não se adequava é a remuneração oferecida (27,7%), sobretudo entre os jovens que não chegaram a concluir o estágio profissional (36,7%), os mais velhos (38,4%) e aqueles com mais qualificações.

A adequação do estágio às expetativas face ao horário de trabalho proposto, face às funções a desemprenhar e face às expetativas futuras em termos profissionais dos jovens é igualmente bem avaliada pelos inquiridos.

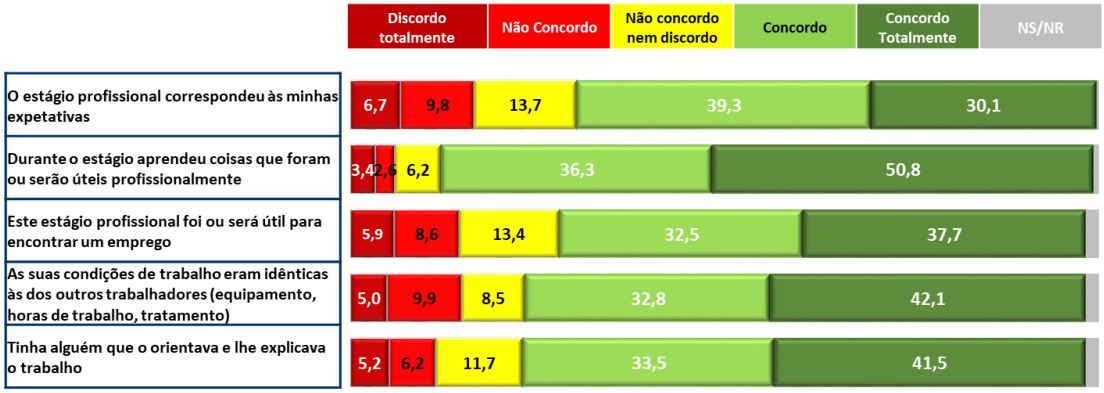
Gráfico 18 - Avaliação do estágio (%)



Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais
Base: Total de respondentes, n=1.088

Como é possível observar no gráfio seguinte cerca de 51% dos jovens respondentes concordam totalmente com o facto de o estágio lhes ter proporcionado a aquisição de conhecimentos e competências que serão úteis para os seus percursos profissionais. A superação de expetativas foi o item menos bem avaliado pelos inquiridos que responderam, sendo que 16,5% discorda com a afirmação "o estágio profissional correspondeu às minhas expetativas".

Gráfico 19 - Avaliação do estágio (%)



Fonte: Inquérito a participantes em estágios profissionais, Base: Total de respondentes, n=1.088

De uma forma geral, os jovens inquiridos encontram-se satisfeitos com a sua participação num programa de estágios profissionais e reconhecem a sua mais-valia para aquisição de competências e experiência profissional e para a facilitação da inserção no mercado de trabalho.

ANEXO 8–ANÁLISE DO INQUÉRITO A JOVENS QUE PARTICIPARAM EM CURSOS PROFISSIONAIS E PROFIJ

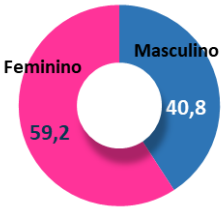
Foram enviados 2.646 questionários para jovens que beneficiaram da medida 10.1 e 10.4, dos quais 296 foram devolvidos e obtiveram-se 306 respostas válidas, 287 jovens que participaram em cursos profissionais[16] e 19 que participaram num PROFIJ.

Dos participantes em cursos profissionais ou PROFIJ que responderam ao inquérito 41% são do sexo masculino e 59% do sexo feminino. A maioria dos respondentes tem mais de 21 anos (51%). Cerca de 47% reside na Ilha de São Miguel, 12,7% na Ilha das Flores e 11,1% na Ilha do Faial.

No que se refere às qualificações académicas, no momento atual, 76,1% possui o ensino secundário, 16,3% tem o 3.º CEB e 2,6% uma licenciatura. A maioria (53%) está atualmente a trabalhar, 18,3% está desempregado e 18% está a estudar.

Quadro 53 - Caraterização da amostra

Género



	N	%
16-19 anos	81	26,5
20-21 anos	69	22,5
22-24 anos	84	27,5
25 ou mais anos	72	23,5
Total	306	100

	N	%
Ilha de São Miguel	144	47,1
Ilha Terceira	24	7,8
Ilha Graciosa	6	2,0
Ilha de São Jorge	30	9,8
Ilha do Pico	28	9,2
Ilha do Faial	34	11,1
Ilha das Flores	39	12,7
Ilha do Corvo	1	0,3
Total	306	100

	N	%
3.º CEB (9.º ano)	50	16,3
Ensino Secundário	233	76,1
Ensino Pós-Secundário	15	4,9
Licenciatura	8	2,6
Total	306	100

	N	%
Trabalha por contra própria	10	3,3
Trabalha por contra de outrem	152	49,7
Estudante	55	18,0
Desempregado	56	18,3
Outro.	33	10,8
Total	306	100

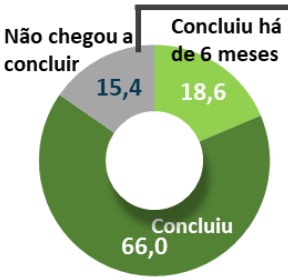
	N	%
PROFIJ	19	6,2
Curso Profissional	287	93,8
Total	306	100

Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ
Base: Total de respondentes, n=306

[16] Para um universo de 6,1 mil participantes em cursos profissionais até final de 2019, o número de respostas obtidas corresponde a uma margem de erro de 5,46% para um intervalo de confiança de 95%.

Cerca de 85% dos jovens inquiridos referem que concluíram o curso, dos quais 66% há mais de 6 meses. Entre aqueles que não chegaram a concluir o curso (15,4%), a principal razão alegada é o facto de o curso não ter correspondido às expetativas iniciais (25,5%). A segunda razão mais referida é o surgimento de problemas pessoais de saúde (19,1%) e a terceira o ingresso no mercado de trabalho (11,8%) e módulos em atraso (11,8%).

Quadro 54 - Participação e razões de não conclusão do curso (%)



	%
O curso não correspondeu às expetativas iniciais	25,5
Surgimento de problemas pessoais de saúde	19,1
Comecei a trabalhar	14,9
Módulos em atraso	10,6
Mudança de residência	8,5
Transferência para outro percurso formativo.	6,4
Criei o meu próprio emprego/negócio	2,1
Outra razão	8,5
NS/NR	4,3

Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ

Base: Total de respondentes, n=306, Quem concluiu, n=259, Quem não concluiu, n=47

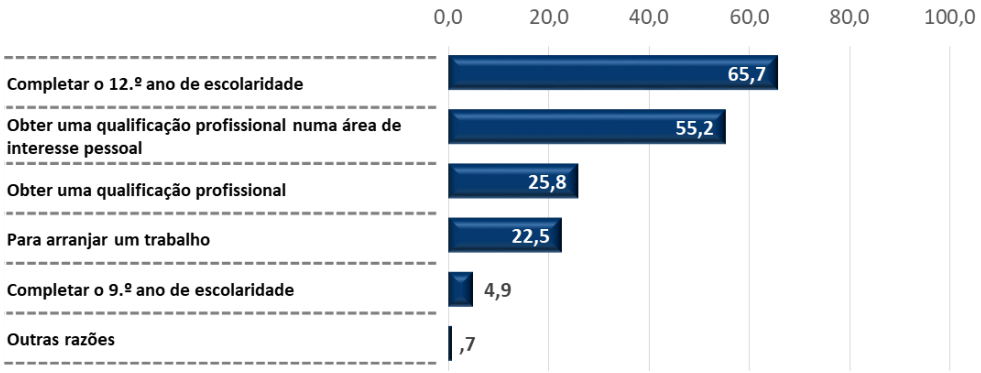
Nos últimos anos a Região Autónoma dos Açores têm registado progressos positivos nas taxas de retenção e desistência no 3.º CEB e no ensino Secundário bem como na taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos), ainda que os valores permaneçam acima da média nacional[17]. Acresce que em 2019 a população residente na RAA com 15 e mais anos que possuía o ensino secundário era apenas de 18,9%.

Neste contexto, e no quadro da estratégia regional de combate ao insucesso e abandono escolar precoce e aumento das qualificações da população foram promovidas medidas como os Cursos Profissionais e os PROFIJ. Os PROFIJ mais direcionados para a promoção do sucesso educativo dos jovens e para a prevenção do abandono escolar precoce e os cursos profissionais mais relacionados com o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão.

As respostas dos inquiridos validam a importância destas modalidades de ensino para a prevenção do abandono escolar precoce, sendo que a grande maioria dos jovens respondentes refere que optou por frequentar o curso para completar o 9.º ano ou o 12.º ano de escolaridade (70,6%). Outra das motivações subjacentes à frequência destes percursos formativos para cerca de 55% dos jovens respondentes é a obtenção de uma qualificação profissional numa área de interesse pessoal, o que valida a orientação dos cursos profissionais para o ensino de uma profissão.

[17] Em 2018/2019 a taxa de retenção de desistência no 3.º CEB foi de 8,3% na RAA e de 3,8% em Portugal e taxa de retenção e desistência no ensino secundário foi de 18,1% na RAA e de 13,1% em Portugal (Fonte: DGEEC). A taxa de abandono precoce de educação formação (18-2 anos) fixou-se, em 2019, nos 27% na RAA e nos 11% em Portugal (Fonte: Eurostat)

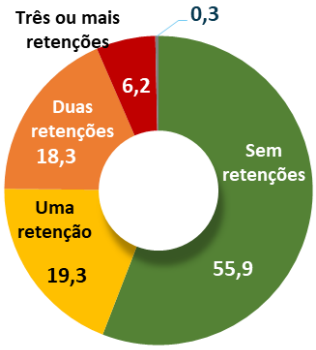
Gráfico 20 - Razões para a frequência do curso (%)



Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ
Base: Total de respondentes, n=306

Estas modalidades de ensino são, muitas vezes, a via mais escolhida pelos jovens com percursos escolares marcados pelo insucesso, pese embora o facto de os cursos profissionais, em particular, serem cada vez mais a primeira escolha para muitos jovens com percursos sem retenções. Pelas respostas obtidas ao presente inquérito verifica-se que a maioria dos jovens respondentes (55,9%) tiveram um percurso escolar anterior à frequência do curso sem retenções. Ainda assim, 19,3% dos inquiridos admitem terem tido pelo menos uma retenção ao longo do percurso escolar e 18% 2 retenções.

Gráfico 21 - Retenções no percurso escolar anterior à frequência do curso (%)



Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ
Base: Total de respondentes, n=306

No entanto, 1/3 dos jovens inquiridos admite que não teria conseguido obter o 9.º ou o 12.º ano de escolaridade se não tivesse frequentado este percurso formativo. São sobretudo os mais velhos e os que atualmente completaram o 9.º ano que mais referem este facto.

Quadro 55 - Teria obtido o 9.º ano ou a escolaridade obrigatória (12.º ano) sem ter frequentado este percurso? (%)

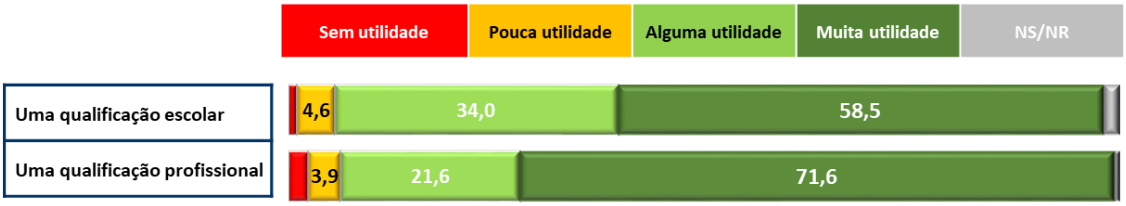
		Género		Idade				Habilitações			
	Total	Masculino	Feminino	16-19 anos	20-21 anos	22-24 anos	25 ou mais anos	3.º CEB	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Licenciatura
Sim	70,3	67,2	72,4	72,8	71,0	67,9	69,4	64,0	70,0	80,0	100,0
Não	29,7	32,8	27,6	27,2	29,0	32,1	30,6	36,0	30,0	20,0	-
Total (n)	306	125	181	81	69	84	72	50	233	15	8

Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ

Base: Total de respondentes, n=306

Mas não deixa de ser unânime para os jovens que responderam ao inquérito a clara mais-valia destes percursos para a obtenção quer de uma qualificação escolar, quer de uma qualificação profissional. Como é possível observar no gráfico seguinte, 58,5% atribui uma grande utilidade a estas modalidades de ensino para a obtenção de uma qualificação escolar, proporção que sobe para os 71,6% quando se fala da obtenção de uma qualificação profissional.

Gráfico 22 - Como avalia a utilidade deste percurso formativo para a obtenção de (%)



Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ

Base: Total de respondentes, n=306

De facto, a utilidade destes percursos formativos de dupla certificação para a aquisição de uma qualificação profissional que facilite o ingresso no mercado de trabalho é de certa forma validada quando se analisa as trajetórias dos ex-formandos inquiridos 6 meses após a participação no curso, independentemente de terem concluído ou não, e atualmente:

- 6 meses após terem terminado a sua participação no curso 25,3% dos inquiridos respondentes estava a trabalhar e 38,6% estava a frequentar um estágio profissional. Atualmente a proporção de jovens respondentes que se encontra a trabalhar sobe para 52,9%;
- O prosseguimento de estudos ocorreu em 25,7% dos casos, sendo que atualmente encontram-se a estudar cerca de 18% dos inquiridos respondentes;
- A situação de desemprego afetou 8% dos jovens respondentes 6 meses após a frequência do curso (sobretudo os jovens com o 9.º ano e jovens que não chegaram a concluir o curso). Atualmente a proporção de inquiridos que referem estar desempregados é de 19%.

Quadro 56 - Situação 6 meses após a participação e atualmente (%)

	Estudar	Trabalhar	Estágio	Desempregado	Outro	NS/NR	n
6 meses após ter terminado a sua participação no curso, independentemente de ter concluído ou não	25,7	25,3	38,6	8,0	2,4	-	249
Situação Atual	18,0	52,9	7,2	19,0	2,0	1,0	306

Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ

Base: Total de respondentes, n=306, Nº que participou há mais de 6 meses n=249

Cerca de 44% dos jovens inquiridos que estava a estudar 6 meses após a participação no curso profissional ou PROFIJ, frequentava o ensino secundário de dupla certificação, 25% estava no ensino secundário regular, 9,4% prosseguiu estudos para o ensino superior e 9,4% ingressou num TESP.

Quadro 57 - Situação 6 meses após a participação (%)

Tipo de educação/ formação que estava a frequentar

	%
Ensino secundário regular	25,0
Ensino secundário de dupla certificação (curso prof., curso de aprendizagem, curso de educação de adultos)	43,8
Curso de Especialização Tecnológica (CET)	3,1
Curso técnico superior profissional (TESP)	9,4
Licenciatura	9,4
Outro tipo.	4,7
NS/NR	4,7

Tipo de relação contratual proposta

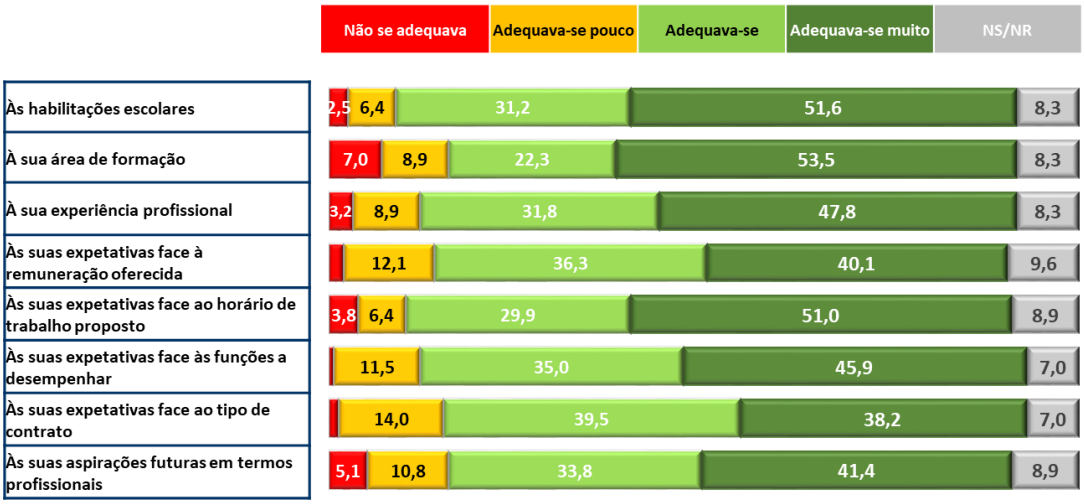
	%
Contrato de trabalho sem termo (efetivo)	27,9
Contrato de trabalho com termo (a prazo)	55,7
Prestação de serviços ("recibos verdes")	8,2
Trabalho sem contrato escrito	8,2

Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ
Base: Quem participou há mais de 6 meses e estava a estudar n=64 ou estava a trabalhar n=61

Dos jovens que estavam a trabalhar 6 meses após a frequência do curso, 55,7% tinha um contrato com termo e 27,9% um contrato de trabalho sem termo.

Foi pedido aos jovens inquiridos que estavam a trabalhar ou a frequentar um estágio profissional 6 meses após a participação que avaliassem o emprego ou o estágio relativamente a uma série de itens. Verifica-se que, de uma forma geral, todos os itens são avaliados de forma positiva pelos respondentes, com destaque para a elevada adequação do emprego ou estágio às habilitações escolares, à área de formação e às expetativas face ao horário de trabalho proposto.

Gráfico 23 - Em que medida o emprego ou o estágio profissional se adequava a si no que respeita (%)…



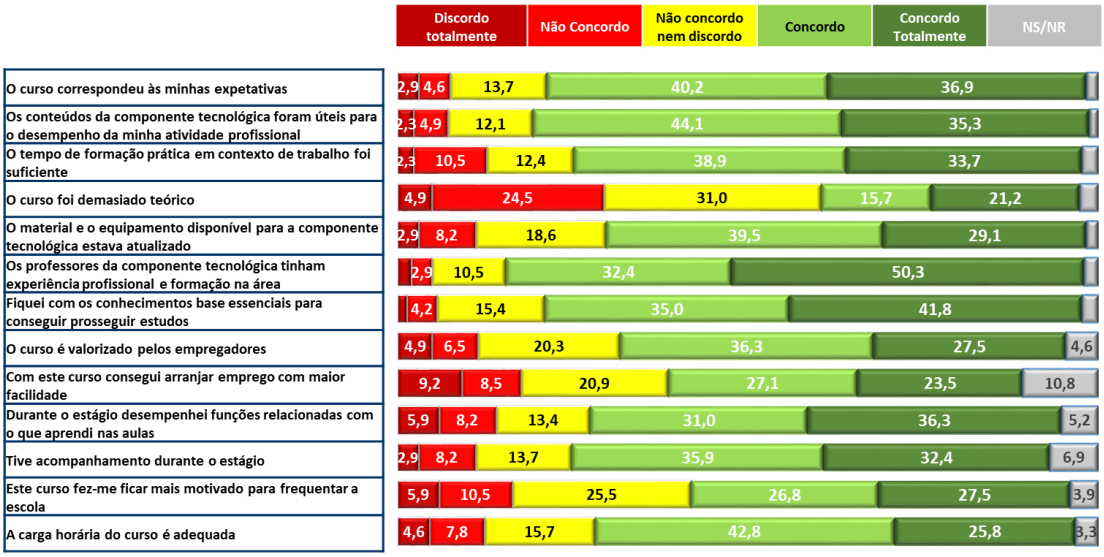
Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ
Base: Quem participou há mais de 6 meses e estava a trabalhar ou a estagiar n=157

No que se refere à avaliação do curso e como é possível observar no gráfio seguinte 50,3% dos jovens respondentes concordam totalmente com o item "os professores da componente tecnológica tinham experiência profissional e formação na área". Os seguintes itens também são avaliados de forma bastante

positiva pelos inquiridos, sendo que mais de 70% afirma concordar ou concordar totalmente: "os conteúdos da componente tecnológica foram úteis para o desempenho da minha atividade profissional"; "O curso correspondeu às minhas expetativas"; "fiquei com os conhecimentos base essenciais para conseguir prosseguir estudos"; "o tempo de formação prática em contexto de trabalho foi suficiente".

Os itens: "com este curso consegui arranjar emprego com maior facilidade" e "este curso fez-me ficar mais motivado para frequentar a escola", apesar de obterem a concordância de cerca de 50,7% e 54,2%, respetivamente, dos inquiridos, existem cerca de 16% que não concordam que estas modalidades promovam a empregabilidade e a motivação para a frequência da escola. O item que reúne menor consenso entre os jovens inquiridos é o facto de o curso ser demasiado teórico em que 29,4% discorda deste facto e 36,9% concorda.

Gráfico 24 - Grau de concordância com as seguintes afirmações (%)



Fonte: Inquérito a participantes de CP e PROFIJ

Base: Total de respondentes, n=306

De uma forma geral, os jovens inquiridos encontram-se satisfeitos com a sua participação num percurso de dupla certificação e reconhecem a sua mais-valia para aquisição de competências úteis quer para a inserção no mercado de trabalho, quer para a continuação dos estudos, assim como a importância destes percursos para a obtenção da escolaridade obrigatória.

ANEXO 9 – ESTUDO DE CASO SOBRE INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR E POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Introdução

O presente estudo de caso (EC) insere-se na estratégia de resposta à QA nº 6, com foco temático nas problemáticas da qualificação e do combate ao abandono escolar e ainda no domínio do combate à pobreza e exclusão social, concentrando a sua atenção nos **EP 9- Inclusão social e Combate à Pobreza e 10-Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida** que mobilizam o financiamento do FSE no PO e marginalmente também contam com o apoio do FEDER**.**

Conforme foi definido no Relatório Metodológico (RM), o EC centrado na questão de avaliação nº 6 procura incidir de modo integrado na análise do contributo do PO para os seguintes objetivos temáticos: i) promover a inclusão social e combater a pobreza (Eixo nº 9); ii) investir na educação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida (Eixo nº 10).

Este âmbito dá nota da amplitude do campo de análise abrangido pelo estudo de caso, sendo que o principal retorno esperado se relacione menos com a interceção da metodologia a adotar com as várias tipologias de intervenção e se foque mais na capacidade de aprofundar a análise e de **assegurar uma leitura mais integrada das dinâmicas observadas**.

Assim, o EC integra-se no roteiro de resposta à questão nº 6, procurando garantir um "zoom" analítico nas problemáticas em causa e, dele partindo, um aprofundamento da leitura do quadro de implementação do PO nos eixos 9 e 10, dos resultados alcançados e das relações de causa e efeito que ajudem a compreender essa dinâmica.

Neste contexto, o estudo de caso combina a mobilização de algumas das metodologias já incluídas no plano metodológico referido à questão de avaliação nº 6, completando-o com um conjunto adicional de instrumentos que, combinadamente, permitirão aprofundar a abordagem nos domínios da programação aqui considerados.

Eis os objetivos definidos

- Verificar em que medida as estratégias de promoção do sucesso escolar e de fomento da aprendizagem ao longo da vida estão a desempenhar um papel relevante na promoção da inclusão social e consequente correção dos mecanismos de produção de desigualdades;
- Analisar em que medida os instrumentos de política no domínio da inclusão social contribuem para consolidar o sistema de proteção ao risco de exclusão e do seu potencial de articulação com medidas ativas de capacitação e inserção de pessoas vulneráveis;
- Avaliar qual o contributo que o PO Açores tem apresentado do ponto de vista da consolidação do Sistema de Educação e Formação Profissional e da rede de apoio social, sobretudo do ponto de vista da utilização de múltiplos instrumentos de política (e também multifundo, FEDER e FSE, pelo menos);
- Identificar ensinamentos com influência no próximo período de programação, suscetíveis de incorporar o conjunto de recomendações a propor como um dos resultados da avaliação intercalar.

Abordagem metodologia

O estudo de caso combina a mobilização de algumas das metodologias já incluídas na resposta à QA nº 6, completando-o com um conjunto adicional de instrumentos que, combinadamente, permitem aprofundar a abordagem nos domínios da programação considerados.

Assim, a abordagem metodológica assentou, essencialmente, na combinação de quatro elementos de informação:

- **Análise de dados de resultado e impacto das tipologias de intervenção apoiadas no âmbito dos Eixos 9 e 10 do PO Açores**, contemplando a identificação do progresso alcançado no desempenho da rede e instrumentos de apoio social e dos sistemas de educação e formação profissional e uma leitura comparativa com o observado noutras regiões e no país;
- **Análise de indicadores estatísticos** relativos aos temas em análise e que permitam responder às questões formuladas;
- Recolha de **opinião e testemunho junto de interlocutores relevantes** no quadro de implementação dos apoios administrados pelo PO Açores nos domínios sociais em causa, valorizando a reflexão sobre o perfil de execução e resultados alcançados e as condições de eficácia na resposta aos objetivos temáticos definidos;
- Recolha de **opinião, testemunhos e perceções junto dos beneficiários finais das ações** acerca da **relevância e adequação** das mesmas na resposta aos problemas sociais que as convocam, assim como a identificação de linhas de inovação que apontem à consolidação da estratégia e do quadro de atuação apoiado pelo PO Açores.

Estratégias de recolha de informação mobilizadas

- Dados estatísticos, de fontes primárias e do inquérito a beneficiários para aprofundamento da reflexão e apoio à dinamização das estratégias de consulta incluídas no estudo de caso;
- Estudos de investigação e documentação sobre as dinâmicas regionais nos domínios da intervenção social e de educação e formação;
- Entrevistas aprofundadas com decisores políticos e especialistas nas problemáticas da Inclusão Social, nomeadamente, no que se refere ao papel da Educação e Formação na promoção da empregabilidade dos Jovens e na integração na vida ativa;
- *Focus-group* com representantes da comunidade educativa (Diretores de escolas, coordenadores, formadores e alunos).

A metodologia implementada sofreu algumas adaptações face ao inicialmente proposto, decorrentes por um lado da situação de pandemia vivida que impediu a realização de sessões de trabalho presenciais e, por outro, da dificuldade de mobilização de alguns dos atores inicialmente pensados.

Neste sentido, foi reforçada a **recolha de informação em fontes documentais e estatísticas,** visando garantir o princípio da triangulação e integração de informação e da diversidade de informação compatível com a natureza plural e integrada dos instrumentos e atores implicados no quadro de atuação promovido pelo PO Açores nos domínios em causa.

Apresenta-se de seguida o quadro-síntese com as técnicas e instrumentos de recolha de informação utilizados:

Técnica utilizada	Interlocutor	Função	Entidade	Data de realização	Forma de organização
Entrevista aprofundada	Professor Fernando Diogo	Investigador especialista no tema Co-autor da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão social; Coordenador da Unidade de I&D CICS.NOVA.UAc ; Co-coordenador da Secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da APS e membro do grupo de trabalho sobre pobreza infantil da EAPN.	Universidade dos Açores	03/05/2021	*online*
Entrevista aprofundada	Acir Meirelles	Coordenador do Programa Valorizar	Direção Regional da Educação e Formação	09/09/2020	*online*
Focus-group com Escolas/Centros de formação – Diretores, coordenadores, alunos/formandos	Jorge Marques	Diretor da Escola	INESE	30/10/2020	*online*
	Rita Marques	Professora			
	Paulo	Aluno			
	Rodrigo	Aluno			
	Bárbara	Aluno			
	Fátima	Coordenadora do curso de auxiliar de saúde	Sindescom/ EPROSEC		
	Emanuel R	Coordenador/professor da área da gestão			
	João Santos	Aluno			
	Sandra Quitério	Coordenadora pedagógica	Fundação Praia da Vitória		
	Leandro P	Aluno			
	João Aguiar	Formador da área de Cozinha/Pastelaria			
	André Viveiros	Diretor	Escola Profissional das Capelas	02/11/2020	*online*
	Fernando Marta	Coordenador de curso	Escola Secundária das Laranjeiras		
	Aida Martins	Coordenadora de curso	Fundação Praia Vitória		
	Sandra Quitério	Coordenadora	Escola Novas Tecnologias		

Técnica utilizada	Interlocutor	Função	Entidade	Data de realização	Forma de organização
			dos Açores - ENTA		
	Lígia Andrade	Formadora	Santa Casa Misericórdia Ponta Delgada		
	João Lima	Diretor	ADLIP – Escola Profissional do Pico		
	Sara Carneiro	Coordenadora pedagógica	Associação Formação Turística Hoteleira		

Fontes documentais:

- ANESPO (2019). Memorando "O contributo das Escolas Profissionais dos Açores para o aumento do nível das qualificações e o emprego no próximo período de programação"
- Diogo, Fernando (2011). "A pobreza nos Açores no contexto nacional, resultados do Inquérito de Despesa às Famílias, 2010-2012"
- Castro, Alexandra (et al) (2015). Pobreza e exclusão social em Portugal, Contextos, transformações e estudos. Humus
- Palos, Ana Cristina (2016). Tradição, Modernidade e Crise na transição para o mundo do trabalho: persistência e transformações entre os jovens açorianos.CICS U.Nova e U.Açores
- Diogo, Fernando (2019). "Algumas peculiaridades da pobreza nos Açores". Sociologia Online, n.º 19, junho 2019, pp.81-101
- Diogo, Fernando (2021). A pobreza em Portugal – Trajetos e quotidianos". Lisboa, Fundação Manuel dos Santos
- Observatório da Juventude Açores (2015). Juventude açoriana e mundo do trabalho.

Fontes estatísticas:

- Estatísticas da Educação 2019/2020
- Observatório da Juventude Açores
- Observatório do Emprego e Formação Profissional
- Serviço Regional de Estatísticas dos Açores
- INE, Resultados provisório do Inquérito Condições de Vida e Rendimento (ICOR)– 2020

Q1. Verificar em que medida as **estratégias de promoção do sucesso escolar e de fomento da aprendizagem ao longo da vida** estão a desempenhar um papel relevante na **promoção da inclusão social** e consequente correção dos **mecanismos de produção de desigualdades**.

A. Os indicadores de execução física

Dos programas e medidas desenvolvidas com objetivos de fomento da aprendizagem ao longo da vida, em termos de indicadores de execução física no Eixo 9, é na ***TO "Programas Ocupacionais destinados a grupos vulneráveis ao mercado de trabalho e em situação de particular desfavorecimento para a sua***

integração no mercado de trabalho" onde se concentra o maior esforço financeiro do Eixo 9, com metas de realização assinaláveis, e também aquela que poderá ter induzido impactos mais significativos na promoção da inclusão social e na correção dos mecanismos de desigualdade.

Como seria expectável, a maioria dos beneficiários destes programas ocupacionais são desempregados de longa duração (90%), com mais de 25 e menos de 54 (72,2%), maioritariamente com escolaridade de nível básico ou inferior (CITE 1- 1º. E 2º. Ciclos do ensino básico; CITE 2- 3º. Ciclo do ensino básico), pertencentes a grupos desfavorecidos (55%) e oriundos de zonas rurais (94%).

Quadro 58 – Indicadores de execução física por tipologia de operação Eixo Prioritário 9 (Q1)

Eixo Prioritário 9. Inclusão social e combate à pobreza			
Tipologia de operação (TO)	**Realização (n.º)**	**Resultado (%)**	**Meta**
Programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade	Participantes em programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade	**8 752**	9 000
Participantes em programas ocupacionais, empregados 6 meses após a conclusão da participação		**41**	**20**

Contudo, é no Eixo 10, que se encontram as TO especificamente orientadas para o Ensino e Aprendizagem ao longo da vida, com maior expressão em termos de financiamento e de resultados alcançados, com vários programas e medidas a ultrapassar largamente as metas traçadas. Destaque para os resultados alcançados nos Cursos Profissionais que apoiaram mais de 6.000 jovens e nos programas destinados a adultos, nomeadamente, as formações modulares e os cursos de Aquisição Básica de Competências (Cursos ABC), que permitam a mais de 8.000 adultos aumentar o seu nível de competências e/ou qualificação escolar ou profissional, com prováveis contributos para a melhoria das condições de empregabilidade e de acesso ao mundo do trabalho. De assinalar também os programas destinados a apoiar jovens doutorados a ingressar no mercado de trabalho através de bolsa, com elevadas taxas de realização e de resultado.

Quadro 59 - Indicadores de execução física por tipologia de operação Eixo Prioritário 10 (Q1)

Eixo Prioritário 10. Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida				
Tipologia de operação (TO)	**Medida**	**Realização (n.º)**	**Resultado (%)**	**Meta**
Cursos do Programa de Formação e Inserção de Jovens (PROFIJ)	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCD3	**456**		500
	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCD2	**345**		700
Programas de formação avançada	Bolseiros de doutoramento apoiados	**79**		65
Percursos formativos modulares de dupla certificação, de nível básico ou secundário, certificação escolar ou profissional, inseridos no Catálogo Nacional de Qualificações	Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional	**8 467**		**4 000**

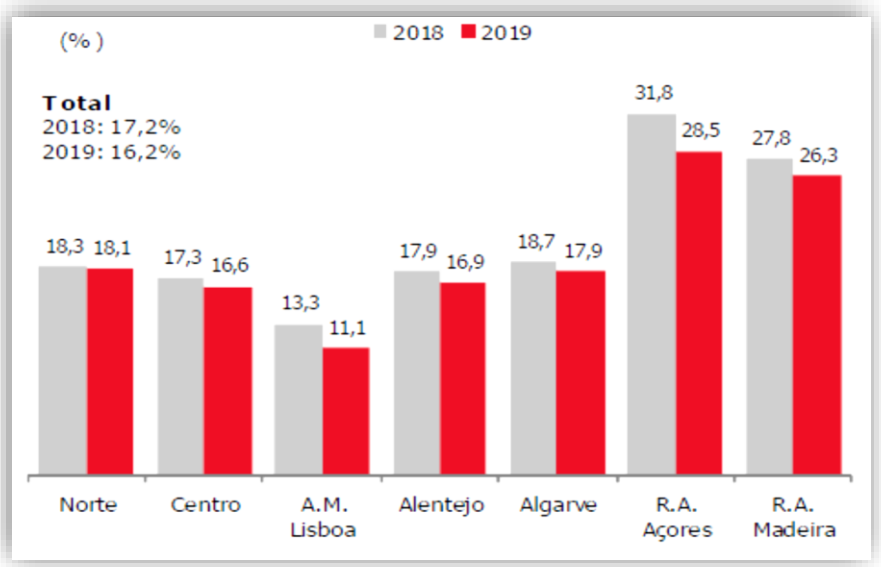
Eixo Prioritário 10. Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida				
Tipologia de operação (TO)	**Medida**	**Realização (n.º)**	**Resultado (%)**	**Meta**
Desenvolvimento de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências				
Cursos de Aquisição Básica de Competências (ABC)				
Cursos Profissionais	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	**6 151**		6 100
Cursos de especialização tecnológica (CET)	Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)	**169**		500

B. Dados estatísticos

Apresentam-se seguidamente alguns dados estatísticos relativamente a indicadores sociais, do emprego e da educação considerados relevantes para evidenciar resultados alcançados com as medidas e programas nos domínios da educação e formação com papel relevante na promoção da inclusão social e consequente correção dos mecanismos de produção de desigualdades.

Os dados estatísticos mais recentes publicados pelo INE e recolhidos no inquérito ao Rendimento e Condições de Vida (INE, 2020, dados provisórios), apontam para uma **melhoria geral do risco de pobreza** em Portugal, em todas as NUT II. O caso da região dos Açores, embora com uma evolução positiva assinalável, mantêm uma taxa de risco de pobreza de 28,5%, mais de 10 p.p. acima do valor nacional, 17,2%, continuando a ser o território nacional pior colocado em termos da população em risco de pobreza e de exclusão social[18].

Gráfico 25 - Evolução da % de população em risco de pobreza, por NUT III



[18] Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. Fonte: INE

Fonte: Inquérito ao Rendimento e Condições de Vida, INE, 2021 (dados provisórios)

Nesta população em situação de risco de pobreza inserem-se os beneficiários do RSI que, ao longo do período em referência, têm mantido percentagens quase constantes, apenas com uma pequena descida em 2019 (0,8p.p.). Esta diminuição na RAA é, contudo, inferior à diminuição de pessoas em risco de pobreza (3,3 p.p.), o que poderá significar que estes indivíduos apesar de terem recuperado algum do seu rendimento e deixarem de estar categorizadas como "em risco de pobreza[19]" continuam a receber RSI, ou seja, mantêm-se em condições de vida particularmente desfavorecidas.

Quadro 60 - Evolução dos beneficiários de RMG/RSI, em Portugal e RA, entre 2014 e 2019 (%)

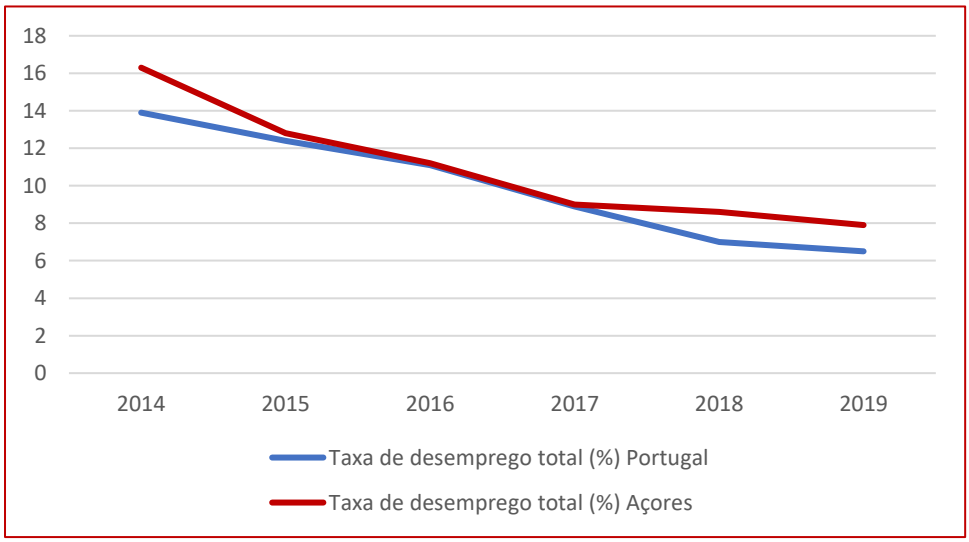
Indicador		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)	Portugal	3,6	3,3	3,2	3,2	3,2	3
	R. Açores	11,9	11,6	11,6	11,6	11,1	10,2

Fonte: INE, estimativas anuais de população residente

No que respeita à **taxa de desemprego global** (Gráfico 26), a descida registada é de 8,4% entre 2014, acima dos 7,4% registado em Portugal.

De referir que, o inquérito realizado aos beneficiários dos Programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade revelou que a sua maioria, após 6 meses do programa, se mantinham empregados. Não sendo possível estabelecer uma relação direta entre estes dados e os resultados positivos das medidas e programas de promoção do sucesso escolar e do fomento da aprendizagem ao longo da vida, admite-se, que estes programas ocupacionais e os programas de capacitação destinados a adultos possam ter contribuído para a melhoria dos indicadores do desemprego indicados.

Gráfico 26- Evolução da taxa de desemprego total, PT e RA



Fonte: INE, inquérito ao emprego

[19] A taxa de risco de pobreza é calculada com após a transferência dos apoios sociais. Os apoios sociais consideram os vários tipos de pensões, apoio social escolar (ASE), completo solidário para idosos (CCS), subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego e rendimento social de Inserção (RSI).

Quadro 61 - Taxa de atividade + 15 anos (%) Portugal e RAA, 2014-2019

Indicador		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de atividade + 15 anos (%)	Portugal	58,8	58,6	58,5	59	59,1	59,3
	R. Açores	59,2	59,3	59	59,5	59,8	60,4

Fonte: INE, inquérito ao emprego

A visão dos especialistas

A visão dos especialistas auscultados acerca dos contributos das medidas de promoção do sucesso escolar e das de fomento à Aprendizagem ao longo da vida na **promoção da inclusão social** e consequente correção dos **mecanismos de produção de desigualdades** remete-nos para uma realidade bastante complexa no que se refere à situação de pobreza, exclusão social e desigualdades existentes na região do Açores, com um conjunto de fatores e especificidades própria, que dificultam a avaliação dos resultados e impactos diretos destas medidas.

De facto, e conforme é referido na literatura e pelos especialistas consultados, os estudos sobre a pobreza e as desigualdades sociais nos Açores são ainda em número insuficiente, os dados estatísticos dispersos e/ou nem sempre atuais ou relevantes, o que dificulta o desenho e desenvolvimento de medidas ajustadas, por ausência de um diagnóstico atualizado e fidedigno da realidade da região.

As medidas tomadas no combate ao insucesso e abandono escolar e promoção do sucesso educativo, como sejam, o **reforço da aposta em modalidades de carácter profissionalizante**, na perspetiva destes especialistas, teve inequivocamente resultados positivos no aumento do nível de escolaridade e qualificação profissional dos jovens e adultos.

De igual modo, as medidas de apoio à empregabilidade e acesso ao mercado de trabalho, como os estágios e os programas ocupacionais (Eixo 9), permitiram, de acordo com os especialistas consultados, a obtenção de resultados positivos para os seus beneficiários, na medida em que contribuíram, pelo menos durante o tempo de duração do apoio, para a melhoria do rendimento e das condições de vida dos indivíduos e das suas famílias.

Contudo, é referido como efeito menos positivo no programa de estágios, o facto das empresas e entidades contratantes recorrerem por vezes de forma abusiva a este mecanismo de apoio como alternativa ao recrutamento de efetivos para o seu quadro de pessoal, tornando difícil a transição dos jovens para o mundo do trabalho, pelo prolongamento no tempo, daí ter sido batizada como 'transições em ioiô' (Diogo, 2020). Também no caso dos programas ocupacionais, a situação descrita é semelhante. As empresas recorrem a estes mecanismos como alternativa à contratação de efetivos, gerando-se o efeito de 'emprego em carrossel', ou seja, períodos alternados de programas ocupacionais com momentos de desemprego.

Destaque positivo, como aposta ganha, para os programas formativos destinados a adultos, com especial ênfase nos cursos de Aquisição Básica de Competências (Cursos ABC), que abrangeram um número alargado de indivíduos com baixos níveis de escolaridade e oriundos de localidades remotas das ilhas dos Açores (a dupla insularidade, no dizer de Fernando Diogo) e, por consequência, com menor capacidade de acesso a estabelecimentos de ensino e formação, permitindo assim dotá-los de competências pessoais e profissionais facilitadoras da integração no mercado de trabalho.

Q2. Analisar em que medida os **instrumentos de política no domínio da inclusão social** contribuem para **consolidar o sistema de proteção ao risco de exclusão e do seu potencial de articulação com medidas ativas de capacitação e inserção de pessoas vulneráveis**

Neste ponto procuraremos identificar a evolução alcançada no desempenho da rede e dos instrumentos de apoio social e os seus contributos para o sistema de proteção ao risco de exclusão e do seu potencial de articulação com medidas ativas de capacitação e inserção de pessoas vulneráveis.

A. Os indicadores de execução física

Iniciamos com a explicitação dos indicadores de execução física das TO do Eixo 9

Quadro 62 – Indicadores de execução física por tipologia de operação Eixo Prioritário 9 (Q2)

Eixo Prioritário 9. Inclusão social e combate à pobreza			
Tipologia de operação (TO)	**Realização (n.º)**	**Resultado (%)**	**Meta**
Reorganização e alargamento da Rede Regional de Cuidados Continuados, apoiando as instituições que prestam estes cuidados e, por esta via, promover o acesso a estes serviços em todas as ilhas;	Instituições da rede regional de cuidados continuados apoiadas	**6**	**8**
Ações de capacitação de colaboradores da economia social	Participações em ações de capacitação das organizações da economia social	**55**	**190**
Equipamentos sociais e de saúde apoiados	**27**		**42**
População abrangida pelos serviços de saúde melhorados	**125 246**		**170 000**
População beneficiada pelas intervenções em infraestruturas de saúde/sociais no total da população da RAA		**91**	**100**

Da tipologia de medidas integradas nas TO do Eixo 9, destacam-se as relacionadas com a reorganização e alargamento da Rede Regional de Cuidados Continuados, que permitiu melhorar a cobertura de todas as ilhas com este tipo de cuidados, de particular relevância para as populações idosas, pessoas portadoras de deficiência ou com doenças prolongadas. O reforço deste tipo de cuidados, em especial em locais mais remotos, pode contribuir para a melhoria das condições de empregabilidade de jovens e adultos que exercem estas funções de cuidadores informais, impedindo-os de aceder ao mercado de trabalho ou ao exercício pleno de uma atividade profissional. Os impactos desta medida carecem contudo de um maior distanciamento no tempo para serem aferidos e evidenciados.

Por outro lado, algumas das medidas abrangidas nesta TO, pela baixa taxas de execução verificadas, não permitem a identificação de resultados positivos ou de impacto na melhoria do sistema de proteção ao risco de exclusão nem no seu potencial de articulação com medidas ativas de capacitação e inserção de pessoas vulneráveis. Referimo-nos em concreto às ações de capacitação de colaboradores da economia social, que tinham como objetivo "*capacitação das organizações da Economia Social e Solidária , nomeadamente ao nível do aumento das competências e qualificações dos seus recursos humanos nas suas múltiplas vertentes de intervenção social, no sentido de aumentar a eficiência e eficácia ao nível das respostas prestadas, contribuindo para a sua modernização e incremento da qualidade dos serviços prestados*", e ficaram aquém das expectativas.

No que respeita ao investimento nas infraestruturas da saúde e sociais, as intervenções previstas, destinadas a melhorar os acessos aos serviços sociais, culturais e de recreio, e promover a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária, fica aquém das expectativas com uma taxa de execução na ordem dos 64%. Estes serviços são efetivamente a pedra basilar do sistema de proteção ao risco de exclusão e a garantia da articulação entre estratégias de intervenção integradas, nomeadamente, entre as medidas ativas de capacitação e inserção de pessoas vulneráveis e as respostas sociais fundamentais como suporte para a sua implementação e consolidação.

Ações de capacitação de colaboradores da economia social necessitam reforço para garantir uma resposta integrada e integradora das medidas orientadas para o fomento e aumento da escolarização e qualificação profissional da população, conjugada com medidas efetivas de combate à pobreza e às desigualdades e promoção da inclusão social.

B. A visão dos especialistas

De acordo com literatura sobre o tema e a perspetiva dos especialistas consultados, para uma avaliação efetiva dos resultados e impactos das medidas aplicadas importa ter em consideração a multiplicidade de fatores explicativos do fenómeno da pobreza e das desigualdades sociais.

Neste sentido, a intervenção através de medidas centradas em alguns desses fatores, como é o caso dos programas de promoção do sucesso escolar ou as de fomento da aprendizagem ao longo da vida, apesar dos resultados positivos nos indicadores da educação (taxas de escolarização, taxas de retenção, taxas de abandono), podem não se traduzir de forma evidente em impactos significativos nos indicadores sociais, nomeadamente, na redução da pobreza e exclusão social ou redução das desigualdades.

Em termos genéricos, os fatores internos estão relacionados com os recursos pessoais, os quais influenciam a participação no mercado de trabalho, nomeadamente, a escolaridade, a qualificação e experiência profissional e a ocupação, mas também podem estar relacionados com necessidades impostas pela estrutura familiar, como sejam a obrigação de prestação de cuidados a crianças, pessoas idosas ou dependentes no agregado familiar. Também acontecimentos traumáticos da vida, como o divórcio, morte de familiares de referência, acidentes, doenças graves ou prolongadas, alcoolismo, toxicodependências estão também na lista dos fatores intrínsecos ao indivíduo indutores do risco de pobreza. Estes fatores internos, porque relacionados com o indivíduo e modificáveis pela sua ação, distinguem-se dos fatores externos, porque alheios à vontade do indivíduo, relacionado com o contexto, e não modificáveis apenas pela sua ação direta. No caso dos fatores externos, podemos considerar desde a origem social do indivíduo, a escolaridade e ocupação dos pais aos condicionalismos do local de residência.

No dizer de Diogo (2019), a pobreza nos Açores é também resultado de um conjunto de fatores relacionados com o contexto, ou seja, por um lado, a poli-insularidade – insularidade entre ilhas que se traduz não só na distância entre o continente e as ilhas mas entre as ilhas entre si que insularidade implica a necessidade de multiplicar infraestruturas e serviços do Estado em todas as ilhas de forma a abranger toda a população (Diogo, 2019) e, por outro, o facto do fenómeno estar mais centrado em São Miguel, a ilha mais populosa, com maior número de beneficiários de RSI.

Neste sentido, o investimento nas infraestruturas da saúde e sociais destinadas a melhorar o acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, e a promoção da transição dos serviços de apoio social para uma base local/comunitária, descentralizada e adequada aos problemas reais e às particularidades do contexto

permitem intervir de forma mais integrada e integradora nos fenómenos da pobreza, exclusão social e desigualdades.

Q3. Avaliar qual o contributo que o PO Açores tem apresentado do ponto de vista da **consolidação do Sistema de Educação e Formação Profissional** e da **rede de apoio social**, sobretudo do ponto de vista da utilização de múltiplos instrumentos de política (e também multifundo, FEDER e FSE, pelo menos)

Neste ponto procuraremos identificar a evolução alcançada no desempenho do sistema de educação e formação da RAA e da rede de apoio social durante o período em análise.

A. Indicadores de execução física

Quadro 63 – Indicadores de execução física por tipologia de operação Eixo Prioritário 10 (Q3)

Eixo 10 - Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	Realização (n.º)	Resultado (%)	Meta 2023
Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCD3	**456**		500
Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCD2	**345**		700
Bolseiros de doutoramento apoiados	**79**		65
Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional	**8467**		4000
Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	**6151**		6100
Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)	**169**		500
Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	**3641**		7300
Adultos certificados em cursos de certificação escolar e/ou profissional		**74**	65
Diplomados nos cursos de dupla certificação, de nível ISCED 3		**68**	60
Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% alunos)		**87**	94

B. Os dados estatísticos

Os indicadores escolares, relativos aos resultados e desempenho do sistema educativo, apontam para melhorias assinaláveis e continuadas ao longo do período de programação. Apesar das melhorias significativas, a RAA mantem ainda alguma distância dos resultados para PT.

Regista-se a diminuição progressiva da população sem nível de escolaridade (Quadro 64), sendo mais considerável entre 2018 e 2019, estando certamente estes resultados relacionados com os cursos ABC – Aquisição básica de competências, desenvolvidos no âmbito da TO do Eixo 10.

Quadro 64 - Evolução da População residente com 15 e mais anos: Sem nível de escolaridade (%)

Indicador		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Proporção da População residente com 15 e mais anos: Sem nível de escolaridade (%)	Portugal	8,9	8,3	7,9	7,3	6,7	6,3
	RA Açores	9,1	8,6	8,3	8,0	7,9	7

Fonte: INE, inquérito ao emprego

O registo do aumento progressivo do nível de escolarização da população é visível pelo aumento da proporção de indivíduos com mais de 15 anos com o ensino secundário que passa de 14,2 em 2014 para 18,9 em 2019.

Quadro 65 - Evolução da População residente com 15 e mais anos, com o ensino básico (%)

Indicador		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Proporção da População residente com 15 e mais anos: Com o ensino Básico (%)	Portugal	55,5	54,6	54,0	53,5	52,7	51,4
	RA Açores	66,1	63,7	62,8	61,8	61,6	63,2

Fonte: INE, inquérito ao emprego

Quadro 66 - Evolução da População residente com 15 e mais anos com o ensino secundário (%)

Indicador		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Proporção da População residente com 15 e mais anos: Com o ensino secundário (%)	Portugal	19,2	19,9	20,4	21,1	21,8	22,7
	RA Açores	14,2	15,9	17,0	17,5	18,2	18,9

Fonte: INE, inquérito ao emprego

Relativamente à evolução de alunos jovens matriculados em cursos profissionalizantes na RAA, regista-se um aumento expressivo (Quadro 67), posicionando-se mesmo acima da proporção de jovens em Portugal, o que pode estar relacionado com o nível de maturidade alcançada pelo sistema de ensino profissional nos Açores e pelo reconhecimento dos jovens da valia destas modalidades para a integração no mercado de trabalho ou como via alternativa para conclusão do ensino secundário.

Quadro 67 - Evolução de alunos jovens matriculados em cursos profissionalizantes (%)

Indicador		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Proporção de Alunos jovens matriculados no ensino secundário em cursos profissionais ou aprendizagem	Portugal	42,1	41,0	38,8	38,8	39,5	39,1
	RA Açores	39,5	42,6	42,4	43,4	45,9	43,1

Fonte: DGEEC

Relativamente às taxas de retenção e desistência (Quadros 68 e 69) e abandono precoce (Quadro 70), embora se registem evoluções positivas, ainda se mantêm em valores elevados, face à realidade global do país. O programa ProSucesso, uma iniciativa da Secretaria Regional da Educação, tem-se constituído como uma medida de combate ao insucesso e abandono com resultados já alcançados e em crescendo; este programa tem funcionado em estreita articulação com as medidas previstas na TO do Eixo 10, nomeadamente, os relacionados com os Cursos Profissionais e Cursos de Especialização Tecnológica (CET).

Quadro 68 - Evolução da taxa de retenção e desistência no Ensino Básico, em Portugal e na região dos Açores, entre 2014 e 2019

Indicador		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de retenção e desistência no Ensino básico (%)	Portugal	10	7,9	6,6	5,5	5,1	3,8
	R. Açores	-	-	-	8,5	8,7	8,3

Fonte: DGEEC, 2021

Quadro 69 - Evolução da taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário, em Portugal e na região dos Açores, entre 2014 e 2019

Indicador		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário (%)	Portugal	18,5	16,6	15,7	15,1	13,9	13,1
	RA Açores	-	-	-	19,8	20,3	18,1

Fonte: DGEEC, 2021

Quadro 70 - Evolução da taxa de abandono escolar precoce - 18-24 anos, em Portugal e nos Açores, entre 2014 e 2019

Indicador		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de abandono precoce de educação e formação 18-24 anos (%)	Portugal	16,7	12,9	13,3	11,9	11,2	11
	RA Açores	32,8	28,8	26,9	27,8	28,3	27

Fonte: EUROSTAT, 2021

C. A visão dos especialistas e da comunidade educativa – diretores, coordenadores, professores e alunos

A visão dos especialistas e da comunidade educativa, nomeadamente, diretores, coordenadores de cursos, professores e alunos de cursos profissionais auscultados, permite concluir que as medidas e programas desenvolvidos no âmbito do PO contribuíram para a consolidação do sistema educativo e formativo. Eis os elementos destacados:

- Oferta formativa mais adequada às necessidades do território, através da prática cada vez mais generalizada por parte das escolas/entidades formadoras da realização de diagnóstico de necessidades de qualificações, construção de currículos com envolvimento de empregadores ou recrutamento de formadores que são simultaneamente profissionais com experiência e conhecimento do mercado de trabalho, das suas necessidades e tendência de evolução;
- Aumento progressivo de jovens a frequentar os cursos de caracter profissionalizante, de idades mais jovens, sem retenções ou percurso de insucesso, indiciando uma escolha intencional destas modalidades;
- Diminuição progressiva das taxas de retenção e abandono escolar por parte dos jovens, em especial no ensino básico, o que pode estar relacionado com a aposta feita nas medidas de promoção do sucesso escolar tomadas nos ciclos de estudo mais baixos;
- Experiências formativas percecionadas pelos alunos e professores como mais relevantes para o desenvolvimento de competências de empregabilidade e de cidadania dos jovens - caso das escolas que desenvolvem projeto de intercâmbio com escolas de países estrangeiros- programa Erasmus, que adotaram metodologias pedagógicas de aprendizagem baseada em projetos
- Investimento na formação contínua dos recursos humanos das Escolas, professores e formadores, Investimento em escolas que investem nos seus recursos disponibilizando formação contínua sobre novas abordagens curriculares e/ou estratégias pedagógicas)

Quanto à articulação e concertação entre políticas educativas, destaque para o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar – ProSucesso, mencionado pelos inquiridos, sendo percetíveis as mudanças que este operou ao nível da organização dos estabelecimentos de ensino e contribuído de forma direta para o combate ao insucesso e abandono escolar

Q4. Identificar ensinamentos com influência no próximo período de programação, suscetíveis de incorporar o conjunto de recomendações a propor como um dos resultados da avaliação intercalar.

Recomendação 1. Desigualdade entre ilhas no acesso a oferta formativa, seja para jovens ou adultos.	Recomendação 2. Necessidade de maior diversidade de oferta formativa para jovens
• Maior flexibilidade na forma de organização da formação, através da possibilidade de realização em modalidades mistas – *blended learning*, cinjungando uma parte presencial em sala com uma componente a distância com suporte de uma plataforma tecnológica de aprendizagem, a serem integradas na formação inicial de jovens e na formação de adultos • Reforço da rede de alojamentos para jovens oriundos de ilha/locais com maior dificuldade de acesso • Reforço do apoio social para deslocações e estadias inter-ilhas	• Possibilidade da mesma turma ter duas opções formativas - vidê solução das "1/2 turmas" em vigor no continente; • Possibilidade de construção de percursos formativos mais adequados às necessidades e interesses dos jovens pela integração de UFCD de bolsa nos currículos • Rede das parcerias entre Escolas permitindo aos jovens frequentar UFCD técnicas fora do seu estabelecimento de ensino, presencialmente ou a distância • Tendencialmente, criação de centros de competências, ou seja, Escolas especializadas em determinadas áreas formativas, por possuir um histórico em termos de resultados, e recursos humanos, materiais e práticas de reconhecida eficácia e eficiência.

Recomendação 3. Articulação entre instrumentos de política educativa no combate ao Insucesso Escolar e Medidas de Combate à pobreza e exclusão social	Recomendação 4. Necessidade de valorização da Escola e, em concreto das modalidades profissionalizantes
•Reforço da articulação entre os instrumentos de política educativa no combate ao insucesso escolar, nomeadamente, ProSucesso e as medidas de combate à pobreza e exclusão social, em especial no que se refere a jovens, seja pelo reforços dos apoios sociais durante o processo formativo, seja articulação entre equipas multidisciplinares das escolas e as entidades da rede social e solidária	•Apoio à realização de iniciativas de valorização do papel da Escola, em especial das vias profissionalizantes, como forma de combate à pobreza ou prosseguimentos de estudos para níveis superiores •Criação de mecanismos eficazes de monitorização e acompanhamento dos jovens na integração da vida ativa para combater e prevenir o crescimento dos jovens NEET e avaliar o efetivo contributo da formação para a empregabilidade (entendida esta como a capacidade para obter e manter um emprego

Conclusão final

Da análise aprofundada sobre os contributos das medidas e iniciativas desenvolvidas no âmbito dos eixos 8 e 9 para o combate ao insucesso e abandono escolar e exclusão social até 31/12/2019, resultam como principais avaliações:

- É indiscutível que o sistema de apoios tem tido um impacto positivo na consolidação do sistema educativo e formativo da RAA, contribuindo para melhorar os níveis de qualificação da população e, por inerência, para aumentar as suas competências de empregabilidade e a possibilidade de, por essa via, melhorar o seu rendimento e as suas condições de vida.
- Sendo a pobreza e a exclusão social um fenómeno plurifatorial, maioritariamente de carácter estrutural, agravado na RAA por um conjunto de peculiaridades, em que se destaca a poli-insularidade – insularidade entre ilhas, a elevada concentração de população numa ilha, São Miguel, e a dispersão nas restantes, implica a existência de um sistema multifacetado, com respostas integradas e integradoras, que conjuguem programas educativo e formativos e apoios sociais adequados às necessidades das populações. É nesta integração que reside o principal fator de melhoria destas medidas e do contributo da própria programação.
- Como aspetos menos positivos, e a ter em conta no que resta da execução do PO Açores e, sobretudo, para o próximo período de programação, destacamos a necessidade de reforço das ações de capacitação visando o reforço do sistema de apoio social e das infraestruturas de apoio de base local/comunitária, para uma intervenção mais próxima do terreno, do conhecimento aprofundado das problemáticas para respostas multidisciplinares desenhadas "à medida"

ANEXO 10 – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS E PAINEIS DE DISCUSSÃO REALIZADOS

ENTREVISTAS NO ÂMBITO DOS EIXOS 1 E 3

Direção Regional de Ciência e Tecnologia

23/07/2020

Bruno Pacheco (Diretor Regional)

Outras presenças: António Figueiredo (QP), Mário Rui Silva (consultor QP), João Gregório (DRCT), Deborah Estima (Equipa de Gestão da RIS# Açores), Ana Menezes (DRPFE).

Tópicos da reunião/entrevista

- Ponto de situação sobre o SRI / Subsistema de C&T
- Estratégia Regional de Especialização Inteligente
- Impacto do PO Açores, elementos sobre a procura ao Eixo Prioritário 1 e grau de adequação dos instrumentos de política por ele apoiados.

Principais notas/conclusões:

- A DRCT é simultaneamente organismo intermédio e beneficiário do PO, assumindo ainda a DR o estatuto de Gestor de Projeto do Fundo Regional para a Ciência e a Tecnologia.
- O subsistema de C&T é frágil, a Região tem uma pequena dimensão, sendo difícil atingir massas críticas. O ponto mais crítico tem a ver com a capacidade para atrair e fixar recursos humanos qualificados. Aa áreas do Mar e da Biodiversidade são aquelas em que se verifica uma melhor situação em termos de recussos humanos para a C&T.
- O Sistema Regional de Inovação apresenta ainda outras fragilidades: as fracas condições de formação avançada (a UAc não tem oferta de formações na área da Engenharia) e a fragilidade dos interfaces investigação-empresas. O problema não está no sistema científico e no seu output, mas antes na transferência de resultados científicos para a sociedade e para a economia e na criação de valor a partir do conhecimento produzido.
- Para além disso, o sistema regional não integra a figura de Centros Tecnológicos. O INOVA é o que mais se aproxima desse estatuto, com a presença associada da Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA).
- A fragilidade da inexistência de interfaces pode ser suprida com a maturação do NONAGON e do TERINOV, a que se pode juntar uma infraestrutura de base tecnológica para o Mar no Faial, completando a ação da Escola do Mar. Ambas as infraestruturas surgiram inicialmente sem a presença da Universidade dos Açores, assumindo-se assim mais como Business Centers do que como PCT, com uma grande flexibilidade de adaptação ao contexto e envolvente. Agora está a intensificar-se a associação com a UAc e a instalação de unidades de investigação nos PCT. Mas o que é importante é a sua especialização tendencial: Turismo e Digital no NONAGON, Agro e biodiversidade no TERINOV e Mar na futura infraestrutura do Faial. No primeiro, o Digital Innovation Hub pode ser um elemento de forte aceleração do papel da infraestrutura.
- A RIS3 Açores foi um impulso relevante para a execução de projetos de C&T, cofinanciados pelo PO Açores. A RIS 3 introduziu uma grande alteração nos modelos de gestão de fundos para a C&T. Foi ela o elemento determinante para a aplicação do Eixo 1. Mudou conceptualmente o modo como os agentes do sistema nele se posicionaram, com um significativo incremento da necessidade de trabalho em rede;
- Face às dificuldades financeiras da UAc, o Governo Regional, através do Fundo Regional para a Ciência e a Tecnologia, teve um papel importante na viabilização de grande parte dos projetos, assegurando a contrapartida regional (que, em condições normais, deveria ser assegurada seja pela Universidade dos Açores, seja pela Fundação Gaspar Frutuoso). O FRCT tem ainda apoiado a formação avançada (bolsas de investigação) e a participação em projetos nacionais e europeus (INTERREG, Espaço Atlântico, H2020.
- A prevalência de uma lógica de bottom-up e de projetos de C&T de pequena dimensão foi uma opção, face ao contexto da UAc. Assumiu-se o objetivo de chegar ao maior número possível de agentes no sistema científico; o aspeto positivo desta opção segundo a DR foi a pacificação do sistema científico em período

de adaptação aos critérios da RIS 3 que tinham mudado as regras do jogo. Na segunda call, o valor máximo do projeto foi ligeiramente aumentado e também introduzida a necessidade de presença de doutorados, com resposta já positiva na referida segunda call.

- A dificuldade de geração de programas mobilizadores como no Continente deveu-se essencialmente a não ter sido possível consensualizar a forma de lançamento; no futuro, considera-se desejável vir a induzir projetos de C&T de maior dimensão, mais estruturantes bem como projetos do tipo Mobilizadores.

Painel sobre Ciência e Tecnologia

21/07/2020

Gabriela Queirós (Vice-Reitora da UAc para a Ciência e Tecnologia), Sandra Faria (Pró-Reitora da UAc para a Inovação e o Empreendedorismo), Célia Amaral (Gestão de Projetos UAc), Nélia Ferreira (Fundação Gaspar Frutuoso), Mário Pinho (Presidente do IMAR), Melanie Lavita (IMAR), Carlos Santos (Observatório do Turismo dos Açores).

Outras presenças: António Figueiredo (QP), Mário Rui Silva (consultor QP), João Gregório (DRCT), Ana Menezes (DRPFE).

Tópicos da reunião/entrevista:

- Razões explicativas da reduzida expressão de projetos de C&T.
- Como avaliam as dificuldades conhecidas de translação do conhecimento/investigação para as empresas regionais?
- Que sinais existem de que a programação está a permitir contornar essas dificuldades?

IMar

- Grandes dificuldades de trabalho sentidas no terreno com as empresas;
- Rejeição de dois projetos H 2020 que poderiam ter criado uma outra dinâmica;
- A atividade da pesca tem revelado uma grande dificuldade/incapacidade de acesso aos PO; foi necessário desenvolver avisos e candidaturas à medida para tornar possível o envolvimento de empresas regionais, como por exemplo no caso do projeto de engorda de crustáceos para ex+portação;
- Destaque ao projeto de aquisição de navios de investigação semirrígidos para impulsionar investimento em contexto de oceano;
- Grandes dificuldades no desenvolvimento de pós docs nas empresas, alguma relutância no envolvimento e mesmo rejeição;
- O facto das associações de pesca não serem elegíveis introduz uma nova dificuldade;
- Dificuldades ao nível da estrutura técnica para viabilizar uma indução mais ativa de projetos de I&D e atividades colaborativas.
- Ao nível da RIS3 Açores, a Oceanografia e as Pescas ainda não estão consolidadas como prioridade estratégica.

Universidade dos Açores e Fundação Gaspar Frutuoso

- Nos dois Avisos abertos para projetos de IC&DT houve uma elevada procura e uma elevada seletividade. São projetos de pequena dimensão (o que resulta das condições fixadas nos avisos) e centram-se essencialmente nos custos com Investigadores.
- Dificuldade em equipar e reequipar as unidades de investigação. A UAc tem grande dificuldade em encontrar financiamento para equipamentos.
- Faltam projetos estruturantes de IC&DT, de maior dimensão, em que a aquisição de equipamentos também fosse elegível.
- FGF tem muita experiência na gestão de projetos, Gere projetos de vários PO, incluindo os do H2020. No ano corrente terá um orçamento na casa dos 7M€, o que no contexto dos Açores já é bastante significativo.

- Estrutura criada há relativamente pouco tempo (2 anos) dedicada ao enfoque na transferência de conhecimento com a Fundação Gaspar Frutuoso a funcionar como entidade de interface e de transferência de tecnologia;
- Efeito excessivamente restritivo da formulação inicial da RIS Açores, acentuando constrangimentos à I&D empresarial nos Açores e prolongando a continuidade das dificuldades de matching entre investigação e procura de conhecimento pelas empresas regionais;
- A ausência de formação de empresários, gerando receios e rejeição de oportunidades colaborativas e a reduzida transferência de boas práticas entre entidades em matéria de capacidade de gestão de projetos constituem fatores penalizadores;
- Oportunidade para o lançamento de um grande aviso-convite para estruturar a oferta de infraestruturas de base tecnológica e criar âncoras públicas para estimular uma maior adesão do setor privado;
- A massa de pequenos projetos de investigação em torno dos 150.000 euros representou a resposta dos investigadores que não conseguem ter acesso ao H 2020.
- As prioridades da RIS3 Açores são demasiado restritivas. Deve-se alargar o peque de prioridades.

Observatório do Turismo

- Foco de atividade na monitorização e acompanhamento da atividade turística e na I&D aplicada para as empresas
- Interesse na transformação física e social do território no sentido de formatar oferta turística, com grande ênfase na colaboração e no estabelecimento de parcerias com as autarquias;
- Exemplo: CREATUR Açores no âmbito do turismo criativo, em que o Observatório realizou uma parceria piloto com 5 empresas da Região, tendo em vista a resposta adaptativa à pandemia.
- Em termos de apoios possíveis do PO, foi referida a necessidade de maior apoio à internacionalização das equipas de investigação, repensando as suas redes de colaboração e parcerias internacionais, extensivo à Universidade dos Açores e promovendo novas formas de atração do turismo estudantil.
- Foi apontado o exemplo da Universidade Nova de Lisboa: não se atrai estudantes apenas com a qualidade de investigação e do ensino; um novo estilo de vida e de ligação à sociedade é necessário promover. Designadamente na aposta em residências universitárias de grande qualidade
- Quanto à questão pequenos projetos versus projetos estruturantes, o Observatório do Turismo pensa que são complementares, sendo necessário apenas promover melhores condições se integração disciplinar e de abrangência temática;
- O Observatório do Turismo está a apostar na transposição para o turismo de tecnologias de ambiente amigável, envolvendo tecnologia virtual e aumentada, interessado sobretudo em promover o turismo virtual potenciador de ativos ambientais e a criatividade existente na Região, qualificando e diversificando a oferta turística da Região;
- O arranque da incubadora da Universidade dos Açores é crucial para reduzir o gap que a universidade e o sistema de investigação nela localizado apresenta já em relação à dinâmica pioneira dos Parques de Ciência e Tecnologia.

NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel

22/07/2020

Arnaldo Machado (Presidente do Nonagon)

Outras presenças: António Figueiredo (QP), Mário Rui Silva (consultor QP), Ricardo Machado e Emanuel Raposo (Nonagon), João Gregório (DRCT) e Ana Menezes (DRPFE).

Tópicos da reunião/entrevista:

- Ponto de situação sobre o estádio de maturação do Nonagon
- Que papel pode o NONAGON e os outros PCT desempenharem na consolidação do Sistema Regional de Inovação dos Açores, na translação de conhecimento para as empresas e na promoção do empreendedorismo de base tecnológica?

Principais notas/conclusões:

- O NONAGON foi constituído em 2015 como uma associação privada sem fins lucrativos, cujo capital foi assumido em 70% pelo Governo Regional e em 30% pela CM de Lagoa, estando prevista a abertura de capital à Universidade dos Açores e a outras entidades, tendo sido a primeira incubadora de base tecnológica criada na RAA.
- A Universidade dos Açores está representada no Conselho de Administração da entidade.
- A sua atividade é fortemente articulada com o BIC Açores, certificado pelas entidades europeias (faz parte da rede EBN) e representando o único BIC existente na RAA. Fornece assim apoio e conhecimento a todos as incubadoras regionais, cobrindo toda a cadeia da incubação.
- A atividade de incubação envolve já um número considerável de empresas, dominantemente na área das TIC, com duas empresas americanas e uma com sede no Canadá.
- O espaço de incubação e posterior acolhimento representa hoje 200 postos de trabalho e 26 empresas, com 100% de taxa de ocupação do espaço disponível.
- Estão em curso processos de reconversão de espaços internos para aumentar espaço de acolhimento e em outubro de 2020 foi iniciada a construção de uma nova infraestrutura (alargamento da existente).
- Existem laços de cooperação com a Universidade dos Açores, com iniciativas conjuntas de promoção do empreendedorismo, no âmbito de uma Agenda de Inovação para a RAA.
- Em termos de parcerias, destaque para a cooperação com a associação nacional dos TECH PARKS de que são membros da administração, com a COTEC, com a ALTICE e com as redes europeias de PCT e de BIC.
- Em termos de iniciativas concretas no âmbito de uma estratégia de internacionalização, destaque para a iniciativa do STARTUP WEEKEND, evento estruturado de 54 horas durante um fim de semana, reunindo jovens empreendedores, mentores e facilitadores, em que uma entidade americana visita o NONAGON e permite o convívio dos jovens empreendedores com a experiência dessa entidade, permitindo aos melhores projetos a possibilidade de visita aos EUA.
- A colaboração com a Darmstadt University dos EUA deve também ser salientada através de uma feira tecnológica em que as empresas açorianas podem apresentar os seus recursos e projetos.
- O NASA Space App Challenge constitui também um outro campo de possibilidades abrindo caminho a projetos de investigação em torno de 6 temáticas selecionadas pela NASA e nas quais o potencial científico e tecnológico açoriano pode encontrar um campo de desenvolvimento na área do Espaço.
- É também comum a visita à entidade de entidades de Business Angels, abrindo caminho a painéis de discussão dos projetos incubados com o olhar deste tipo de entidades. Através da SDEA, também existem interações com a Portugal Ventures (fundo Azores Ventures, para capitalização até 200.000 € por empresa).
- No âmbito das possibilidades que o alargamento da infraestrutura atual vai permitir, destaca-se a implantação do FAB LAB e a criação de novos centros de produção de conhecimento por parte da Universidade dos Açores, reforçando a componente de ciência no Parque.
- O grande projeto de robustecimento da atividade do NONAGON situa-se na criação do Azores Innovation Digital Hub, com forte articulação com o Observatório do Turismo. A criação de uma Escola de Novas Tecnologias em parceria com o Observatório do Turismo irá desenvolver áreas de computação avançada e de cibersegurança em cooperação com entidades como o INESTEC, o Altice Labs, a Universidade do Minho, a COTEC e a Rede Nacional de Computação Avançada. Se a candidatura europeia tiver êxito, a criação do Digital Hub tenderá a gerar um significativo enriquecimento do ecossistema de inovação regional.
- A promoção do Empreendedorismo de Base Tecnológica e Criativa está fortemente dependente da generalização possível de instrumentos financeiros de capitalização. A utilização do capital de risco na Região sofre a concorrência de outros instrumentos, os incentivos financeiros, muito generosos, com taxas de comparticipação muito altas.
- No âmbito dos instrumentos financeiros, os instrumentos de garantia mútua apresentam uma maior utilização.
- A formação avançada de recursos humanos constitui um enorme desafio para a RAA, sobretudo atendendo à tendência de uma certa relutância empresarial em encarar a formação avançada como um investimento e não como uma despesa. O NONAGON estará ligado a iniciativas que ajudem a contrariar esta tendência.

- Sobre a RIS3 Açores, concordam com as 3 prioridades atuais mas poder-se-ia acrescentar prioridades nos domínios do Digital e do Espaço.

TERINOV – Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira

20/07/2020

Duarte Pimentel (Diretor Executivo do PCTTER)

Outras presenças: António Figueiredo (QP), Mário Rui Silva (consultor QP), João Gregório (DRCT) e Ana Menezes (DRPFE).

Tópicos da reunião/entrevista:

- Ponto de situação sobre o estádio de maturação do TERINOV
- Que papel pode o TERINOV e os outros PCT desempenharem na consolidação do Sistema Regional de Inovação dos Açores, na translação de conhecimento para as empresas e na promoção do empreendedorismo de base tecnológica?

Principais notas/conclusões:

- De constituição mais recente do que o NONAGON, o TERINOV (Ilha Terceira) tem a sua infraestrutura em fase final de concretização. Pretende ser um polo agregador e de articulação de diferentes áreas científicas da UAc e de setores económicos, nomeadamente ciências agrárias, agropecuária e agroindústrias, biotecnologia, energias renováveis, TICE e indústrias criativas.
- O investimento infraestrutural foi cofinanciado pelo PO Açores. A atividade operacional iniciou-se em julho de 2019.
- No seu espaço de incubação física e presencial tem 37 projetos instalados (11 em pré-incubação ou coworking, 15 em incubação, 7 em fase de desenvolvimento empresarial e 4 unidades de cariz científico. No conjunto, representam 118 postos de trabalho qualificados.
- As empresas instaladas são predominantemente da área das indústrias criativas mas também da agroindústria, esta última devendo ser a vocação principal. Destaca-se o Laboratório de Vídeo e Imagem, com FAB LAB e impressão 3D, que diferencia a estrutura de acolhimento, com aplicação no packaging para o agroalimentar.
- As unidades de cariz científico são o Centro de Biotecnologia dos Açores, o Air Centre, a ACDA e o Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente.
- No que respeita à dificuldade de construção de projetos de I&D estruturantes na Região, a infraestrutura assinala que que o TERINOV está ativo em dois projetos que reveste essa característica de estruturante, um no domínio dos Laticínios e outro na área da genotipagem;
- A infraestrutura está atenta às dificuldades de geração de inovação no setor agrícola, estando em preparação a criação de uma estrutura de aceleração de projetos para a área do agroalimentar. Também é copromotor de vários projetos nesta área.
- A infraestrutura regista ainda as dificuldades de desenvolvimento de projetos em copromoção e destaca que os valores de referência dos apoios são baixos para atrair players internacionais e sublinha a extrema dificuldade, mais propriamente impossibilidade, da Universidade dos Açores investir em projetos.
- O TERINOV não tem participado nem liderado projetos SIAC no âmbito do empreendedorismo qualificado e criativo.
- Apesar disso, tem-se movimentado na área dos instrumentos financeiros de capitalização, designadamente com processo de colaboração com o Portugal Ventures (Azores Ventures).
- O testemunho do TERINOV confirma o papel indutor fundamental dos recursos humanos avançados e aponta a formação de Gestores de Ciência e Tecnologia como uma prioridade crucial para a Região, de maneira a completar o desempenho dos PCT já instalados e dos seus esforços de captação de financiamentos.

- A rápida operacionalização do TERINOV confirma que o SRI dos Açores está numa fase de rápida transformação, com expansão do empreendedorismo tecnológico e uma maior densificação das relações entre diferentes atores e setores institucionais.

ILHAS VALOR SA

28/07/2020

Lubélia Chaves (Diretora Executiva)

Outras presenças: Mário Rui Silva (consultor QP), Ana Reis (DRAIC) e Ana Menezes (DRPFE).

Tópicos da reunião/entrevista

- Atividades da Ilhas Valor SA

Principais notas/conclusões:

- A Ilhas Valor SA é uma sociedade que prossegue fins de interesse público, estando sediada em Vila do Porto, Santa Maria, e sendo participada em 80% pelo Governo Regional. Foi criada em 2006.
- As principais atividades da Ilhas Valor centram-se em Santa Maria, tendo um projeto aprovado pelo PO Açores visando a reabilitação das instalações para uma incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial da Ilha de Santa Maria.
- Em termos setoriais, o foco da Ilhas Valor SA é bastante eclético, abarcando atividade artesanais, indústrias criativas, produtos têxteis e o setor espacial, entre outros.
- Pretendem vir a trabalhar com a rede de Incubadoras coordenada pela SDEA, organizando programas de incubação e de aceleração.

INOVA

23/07/2020

Duarte Ponte (Presidente)

Outras presenças: António Figueiredo (QP), Mário Rui Silva (consultor QP), Sancha Santos (Diretora Executiva do INOVA), João Carlos Nunes (Diretor Científico do INOVA), João Gregório (DRCT) e Ana Menezes (DRPFE).

Tópicos da reunião/entrevista:

- Vocação e papel do INOVA no Sistema Regional de Inovação.
- Modelo de serviços às empresas.
- Importância do PO Açores para a ação do INOVA.
- Papel do INOVA na promoção da transferência de conhecimento para as empresas.

Principais notas/conclusões:

- O INOVA ocupa uma posição singular no SRI dos Açores, na medida em que é praticamente a única entidade que tem como vocação a prestação de serviços tecnológicos às pequenas e microempresas do tecido empresarial regional, essencialmente nos setores dos laticínios, do pescado e da carne, com grande relevo para os laticínios (leite, queijo e manteiga).
- É uma associação privada de utilidade pública, fundada em 1988, tendo como associados o Governo Regional, a UAc, a CCIA, o IAPMEI, a Associação dos Jovens Empresários dos Açores e várias empresas.
- Tem como principais atividades de apoio o desenvolvimento do produto, informação tecnológica, consultoria em sistemas de gestão, análises físico-químicas e microbiológicas, metrologia, rotulagem e formação.
- Na formação, o INOVA é associado maioritério da escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA).
- O INOVA abrange presentemente 36 trabalhadores, com custos de manutenção elevados da sua fábrica piloto, uma instalação adaptada aos laticínios, com cubas e prensas para o queijo, câmaras de cura e infraestruturas para as carnes e pescado, fumeiro e salsichas, equipamentos de filtração e microfiltração, com colaboração com a ENTA na tecnologia alimentar (aulas práticas são assumidas nesta Escola de Novas Tecnologias); a inexistência de equipamento de embalem é uma limitação, mas os equipamentos existentes

enfrentam sempre riscos de obsolescência que a verificar-se penalizaria irremediavelmente a capacidade de prestação de serviços.

- O INOVA tem financiamento através das receitas de serviços prestados, entre 500.000 a um milhão de euros, sendo o apoio às grandes empresas praticamente autosuficiente, pois o valor do serviço é reconhecido e pago; nos restantes apoios ao outro tecido empresarial, só com projetos financiados pelos Fundos Estruturais conseguem sobreviver, pois o apoio do Governo Regional em 15% não é suficiente.
- A área alimentar constitui a área de maior reconhecimento do INOVA, assumindo a instituição uma relação de sigilo e confiança com as empresas, que é reconhecida e evidenciada pela procura permanente. A forte capacidade laboratorial do INOVA não tem similar nos Açores. A BELL e a Lactogal dominam o setor mas toda uma série de pequenas e microempresas atuam no setor e necessitam de serviços, essencialmente trabalhos na área da microbiologia e no desenvolvimento de novos produtos.
- Um dos projetos de referência da ação desenvolvida pelo INOVA envolveu o apoio a cerca de 470 empresas no domínio das auditorias à qualidade alimentar, podendo dizer-se que sem a ação do INOVA esta oferta de serviços ficaria totalmente a descoberto na economia regional.
- O INOVA desenvolve auditorias de qualidade na ótica da qualidade-inovação, as quais revelam sobretudo um problema de recursos humanos e que as auditorias de qualidade permitem introduzir na relação com as empresas uma atitude pedagógica.
- A área termal (projeto i-termal) é uma nova área de intervenção, com dinamização de atividades que podem gerar novos produtos de inovação, ajuda na requalificação de infraestruturas termais, recuperação de furos e novas formas de criação de valor. Estão em curso projetos na área da dermo-cosmética, em áreas como as lamas termais e os aproveitamentos da folha de ananás, em produção piloto e da qual se esperam proximamente resultados.
- Com os problemas de financiamento existentes, o INOVA não tem capacidade para explorar outros domínios de oportunidade, tais como a transição energética (geotermia e suas diferentes aplicações) e o termal e suas relações com o turismo.

Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

14/10/2020

Ricardo Medeiros (Diretor Regional)

Outras presenças: António Figueiredo (QP), Mário Rui Silva (consultor QP), Ana Reis (DRAIC) e Rui Luís (DRPFE).

Tópicos da reunião/entrevista

- Balanço sobre os sistemas de incentivos de apoio à competitividade e à inovação.

Principais notas/conclusões:

- A DRAIC atua nas áreas de gestão do sistemas de incentivos, da promoção do empreendedorismo e do apoio à atividade empresarial dos setores do comércio e da indústria. É o organismo intermédio para o sistema de incentivos do EP 3 do PO Açores e é a entidade que gere o Programa Competir +.
- Questionada sobre a existência de um Regulamento único para todas as tipologias de operações cofinanciadas pelo FEDER, sendo as condições específicas definidas nos Avisos, consideram um bom modelo, uma vez que os Avisos podem refletir as orientações estratégicas do Governo Regional.
- No essencial, o Competir + é financiado pelo EP3 do PO Açores. No entanto, no Competir + há uma medida que é integralmente financiada pelo orçamento do Governo Regional (e não pelos FEEI), que é o "Acesso aos Mercados", a qual compensa as empresas pelo diferencial de custos com transportes, resultantes da situação ultraperiférica. São despesas que não seriam elegíveis nos FEEI e, no atual momento, existem 300 candidaturas de 50 empresas com um apoio elegível na casa dos 25 M€.
- Na prioridade 3.2 (Internacionalização), a baixa procura por projetos individuais resultará do facto de as exportações estrem concentradas num número muito pequeno de empresas.
- Consideram expectável que a aceleração e expansão de start ups geradas nos PCT virá a induzir uma maior e melhor procura por incentivos à inovação e à internacionalização.

- Já quanto ao SI Investimento Empresarial (Açores), consideram que este instrumento visa, no essencial, apoiar o investimento e a criação de emprego (investimentos de modernização e de ampliação).

SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores

06/10/2020

Vítor Fraga (Presidente do Conselho de Administração)

Outras presenças: António Figueiredo (QP), Mário Rui Silva (consultor QP), Ana Reis (DRAIC) e Ana Menezes (DRPFE).

Tópicos da reunião/entrevista

- Papel da SDEA no SRI Açores
- Balanço sobre as dimensões empreendedorismo, internacionalização e inovação na economia açoriana.
- Prioridades setoriais / temáticas da especialização inteligente.

Principais notas/conclusões:

- A SDEA tem como vocação o fomento do empreendedorismo e do desenvolvimento empresarial. Também procura captar investimento externo e gere a marca Açores.
- Ao nível da promoção do empreendedorismo e no quadro das suas competências, coordena a rede de incubadoras da RAA, envolvendo as iniciativas dos PCT e dos Municípios.
- Ao nível da internacionalização, a intervenção direta da SDEA, na gestão da marca Açores, tem tido uma boa expressão, sobretudo no agroalimentar (conservas, produtos lácteos, carnes de suínos e bovinos, pescado). A marca tem tido boa adesão quer por parte de pequenos produtores quer por parte de grandes produtores.
- Já as missões empresariais tem tido pouca adesão, havendo uma preferência por missões inversas.
- Para haver mais projetos individuais de internacionalização, o ttecido empresarial tem que apostar em produtos de valor unitário superior. Há o projeto de uma plataforma logística no Continente.
- Ainda ao nível da internacionalização, existem alguns resultados interessantes em termos de atração de IDE. Mas o essencial do investimento externo à Região vem do Continente (por exemplo, Altice e Glint). Relevância das TICE como setor de investimento externo. As TICE deveriam ser uma das prioridades da nova RIS3 Açores.
- O setor Aeroespacial também deve ser uma aposta. Está a cpatar investimento externo e será possível estruturar um cluster.
- Ao nível do investimento, a SDEA considera que os critérios do SI Investimento Empresarial (Açores) estão ajustados, abarcando apoio a projetos inovadores mas também compensando os sobrecustos da ultraperiferia.

Câmara de Comércio e Indústria dos Açores

28/07/2020

Mário Fortuna

Outras presenças: António Figueiredo (QP), Mário Rui Silva (consultor QP), Ana Menezes (DRPFE), Ana Reis (DRAIC)

Tópicos da entrevista

- Apreciação global sobre a capacidade de resposta das empresas regionais aos sistemas de incentivos e aos instrumentos de política de inovação e internacionalização.
- O aspeto particular das ações coletivas.
- Que papel mais proativo poderia o associativismo empresarial regional assumir na programação.

Principais notas/conclusões:

A perspetiva da CCIA é muito crítica quanto a um papel mais proativo e influente do associativismo empresarial. O grau de liberdade das associações comerciais e empresariais é muito reduzido. As ações coletivas são iniciativas

fortemente controladas pelas entidades gestoras, a partir do momento em que os 15% da contrapartida regional são assumidos pelo Governo Regional. É o caso por exemplo da Marca Azores, com gestão governamental a cargo da SDEA.

Foram fornecidos exemplos de restrição do número de candidaturas associadas aos clusters regionais, tal como se observou no turismo em que as associações empresariais exigiam mais investimento, o que não foi possível concretizar. O mesmo poderia ser dito quanto às parcerias com os municípios para incubações que também foram restringidas, sobretudo a partir do momento em que a Rede Regional de Incubadoras do Governo Regional ocupou espaço e afastou a possibilidade da insistência nas questões da formação profissional, tal como a CCIA preconizava. No caso das ações coletivas relativas ao turismo (APA Turismo), ela promove um conjunto muito reduzido de produtos colocáveis a nível mundial, enfraquecendo por essa via o seu papel de mudança da procura turística da Região.

Sobre o primeiro ponto, a Região vive presentemente um problema grave de atualização e modernização de qualificações, com reflexos em alguns setores, mas com incidência muito particular da construção civil. Segundo a CCIA, a ação do PO aponta sobretudo para a incidência dos Programas Ocupacionais, que embora tenham um alcance social, produzem poucos resultados em termos de aquisição de competências.

Quanto ao sistema de incentivos, a CCIA entende que ele exerceu um efeito bastante positivo no arranque do sistema para a competitividade das empresas regionais. O problema é que as questões mais delicadas estão sobretudo no funcionamento corrente, no qual as empresas regionais continuam a deparar com elevados custos de contexto. Destacaram a inexistência de um sistema contínuo de abastecimento energético, com sistemas independentes e transportes que oneram excessivamente o custo de colocação de mercadorias e de abastecimento da Região. A exceção mais relevante a esta regra é a das telecomunicações. A RAA está ao nível de qualquer parte do mundo constituindo uma exceção muito significativa, embora ainda não totalmente refletido na inovação em matéria de modelos de negócio, como se a dotação da Região em termos de telecomunicações não tivesse experimentado uma melhoria muito considerável.

Quanto a uma perspetiva global do Sistema de Incentivos, a CCIA considera-o pouco seletivo e demasiado abrangente, com reduzida atenção à competitividade do dia a dia, que depende fortemente de dois aspetos: custos de contexto e défice de formação na gestão e no mundo do trabalho. A requalificação dos recursos humanos não encontra as mesmas oportunidades de financiamento do que a qualificação inicial. Esse é o desafio futuro relativo às competências digitais, quase uma competência básica, assumindo futuramente uma fortíssima transversalidade.

No que respeita ao empreendedorismo qualificado e criativo, o testemunho da CCIA aponta para alguns bons resultados e por exemplo os projetos de maior dimensão da BELL e da Lactogal, como players relevantes, devem ser mencionados. O mesmo se diga na transformação de pescado relativamente à COFACO.

É ainda visível a falta de players relevantes no turismo. A presença do grupo Pestana é recente e por isso ainda muito residual. O investimento da Ryanair em Ponta Delgada deve ser salientado, dada a extrema relevância (antes da pandemia) do transporte aéreo para o turismo.

Outras atividades como o tabaco aguardam por investimento direto capaz de introduzir mudanças de gestão e escala de mercado.

Finalmente, o testemunho da CCIA centrou-se nos défices de formação superior, gerando uma enorme desvantagem competitiva para a Região, com algumas evidências gritantes:

- Necessidade de acompanhar o salto demonstrado pela agricultura com maior incorporação de tecnologia, com escassez de jovens licenciados a acompanhar o esforço dos mais velhos;
- A produção de licenciados no digital é fraquíssima e, por isso, grave e estrutural;
- A economia e a gestão são exceções nesta situação;
- A inexistência de formação em engenharia na Universidade dos Açores é altamente penalizadora para a RAA; a formação é feita no Continente mas a probabilidade de não regressar é elevada.

Para finalizar, o testemunho incidiu sobretudo nos círculos viciosos que atravessa a economia da RAA, na generalidade muito dependente da fraca dimensão do mercado interno. O atraso nas qualificações tem de ser colmatado. E na promoção externa, o modelo de intervenção da SDEA retira papel e intervenção à CCIA, devendo por isso ser reformulado de modo a integrar uma maior participação empresarial no desempenho das ações e da própria estratégia de promoção internacional. Pela positiva, destaca-se o setor agroalimentar, com a presença de

empresas de maior dimensão (nomeadamente nos laticínios) e presença de players nacionais e internacionais. No setor do turismo, há a destacar a presença do grupo Pestana e o facto da Ryanair ter criado uma base nos Açores (Ponta Delgada) em 2015.

Tópicos da entrevista:

1. Revê-se nas opções (prioridades, tipologias, objetivos) do Programa Operacional? Respondem àquilo que considera serem a necessidade dos agentes?
2. Como avalia os resultados alcançados (ou potencialmente alcançáveis)? Explorar as razões para algumas linhas/tipologias previstas no PO e que não têm procura
3. A evolução do contexto regional e global sugere algum tipo de recomendação para o próximo período de programação (prioridades, tipologias de projetos...)?

Questões de avaliação:

Q1: Relevância:

No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação?

O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.

Q2: Eficácia

Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020.

As respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.

Q3: Eficiência:

Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas?

A equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com benchmarkers, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perificidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).

Q4: Valor acrescentado europeu

A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo.

A avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.

Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores – Carlos Neves (Presidente).

Eixo 5

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	É muito relevante o apoio do PO em matéria de prevenção e gestão de riscos e o tipo de apoio é coerente com o planeamento regional e com as prioridades. O processo de mudança climática, que induz incerteza, torna estas temáticas ainda mais relevantes. A reprogramação de 2018 trouxe um reforço significativo da dotação para o sistema de proteção civil. (Fora do período em avaliação: a situação de pandemia Covid trouxe novos desafios, de implicações incertas).
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	Há alguns atrasos na execução (agravados pela situação de pandemia). A aposta do governo regional foi a construção de novos quartéis de bombeiros (através do SRPCB). Serão cumpridos os objetivos, apenas faltando 2 QB, que estão muito desatualizados (Calheta/S. Jorge e Nordeste). Aquisição de equipamento e veículos de emergência – também serão atingidos os objetivos definidos, com investimento do SRPCB complementado com alguns projetos municipais.
Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perificidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	Os níveis de eficiência são penalizados pelos chamados "custos da insularidade", que se refletem aos seguintes níveis: - Construção mais demorada, devido à necessidade de importação de materiais, quem sofre atrasos-interrupções; - Pouca concorrência nos procedimentos contratuais. - Falta de pessoal nas empresas de construção. - Custos de transporte elevados.

Q4: Valor acrescentado europeu A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	
Observações	O investimento apoiado pelo POAz2020 é complementado por outros instrumentos – aquisição de equipamento e material de emergência pré-hospitalar, comunicações…
Recomendações	Reforçar o apoio aos serviços municipais de **proteção civil** – a 1.ª linha de resposta (cf. Lei de Bases da Proteção Civil). Os municípios mais pequenos têm dificuldades. Prioritário: apoiar a renovação do parque de viaturas pesadas de combate a incêndios rurais. O parque atual está muito envelhecido. Apostar na renovação da rede de comunicações e informática de gestão. Perspetiva-se desatualização num prazo de 3-4 anos (torres, geradores, repetidores, depósitos…). Adquirir drones capacitados para atuar nas condições específicas da RAA (ventos fortes). Mapear (através do SRPCB) e construir vias de acesso terrestre a algumas povoações, que ficam isoladas em situações de emergência. Promover o planeamento regional para situações de incidentes com matérias perigosas (ex: material hospitalar, substâncias químicas e radiológicas…).

Direção Regional de Obras Públicas e Comunicações –Frederico Sousa (Diretor Regional).

Eixo 7

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	A lógica de criação de "circuitos logísticos" – rede de vias rodoviárias terrestres que integram circuitos ligando portos, aeroportos e pontos de interesse turístico e económico – é de grande importância e deve ter continuidade no futuro. A dotação financeira do PO para esta tipologia é insuficiente para atender à criação destes circuitos de uma forma mais ambiciosa. Há ainda muita necessidade na região, há projetos e há capacidade de investimento, sem perder esta lógica de circuito logístico, podendo projetar-se a necessidade de um montante de investimento equivalente para o próximo período de programação (ex. variante da Horta, variante Madalena do Pico…).
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	O montante financeiro disponível foi executado e esgotado, cumprindo os objetivos.
Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perifericidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	Esta intervenção permite, com investimentos muito seletivos, otimizar outros projetos regionais na área dos transportes, mas também da mobilidade urbana sustentável (liberta espaço de circulação para modos suaves).

Q4: Valor acrescentado europeu A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	
Observações	
Recomendações	(Estudar-planear melhor integração dos eixos 4 e 7). Repensar o modelo de "mobilidade suave" na região. A política está orientada para a mobilidade urbana, mas faz sentido uma "rede" à escala regional, ligando principais aglomerados. (Estudar-planear melhor integração dos eixos 5 e 7). A importância de algumas vias em contexto de riscos naturais (erosão costeira, deslizamento de terras), agravados pelas alterações climáticas (chuvas mais intensas, concentradas) - algumas áreas são muito vulneráveis e dependentes de acessos únicos, pelo que pode ser adequado financiar a manutenção destas vias ou a criação de alternativas. (Embora haja reconhecimento desta questão, não há planeamento – designadamente no Plano Regional de Adaptação às Alterações Climáticas). Abrir mais o âmbito das intervenções em matéria de risco natural.

Direção Regional de Energia – Andreia Melo Carreiro (Diretora Regional).

Eixo 4

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	Entre 2013 e a atualidade houve uma grande alteração nos desafios regionais, mas isso não faz o PO Açores perder relevância, já que ele atua nos dois eixos da política de descarbonização /diminuição de GEE: - (oferta) produção de energias renováveis; - (procura) eficiência energética e mobilidade elétrica. No entanto, a dotação financeira não permite abranger algumas tipologias de projetos relevantes no campo da oferta (a aposta nas baterias foi feita em desfavor da aposta na geotermia de profundidade).
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	O eixo 4 está bem alinhado com os eixos de política, podendo destacar-se, em termos de cumprimento dos objetivos: (i) a já referida insuficiência financeira para uma aposta mais abrangente na produção renovável; embora os montantes programados permitam cumprir os objetivos, estes poderiam ser mais ambiciosos. (ii) no quadro da eficiência energética, há fragilidades operacionais e de forma que diminuem a sua atratividade (ex: não é facilitador da promoção de "pequenos projetos" e o modelo de "instrumento financeiro" coloca dificuldades aos promotores empresariais – o Competir + permite projetos + integrados - e públicos – o programa Proenergia oferece subsídios não reembolsáveis mais vantajosos. (iii) quanto ao Plano de Mobilidade Elétrica nos Açores, este está em plena execução, com as seguintes nuances: - financiamento de postos de carregamento públicos: objetivos atingidos, Az líder nacional (cerca de 50 postos públicos); - ações de sensibilização: objetivos atingidos; - incentivos para transição nas frotas de transportes coletivos: objetivos não atingidos, as empresas (operadores privados de transporte coletivo de passageiros) julgam os incentivos existentes insuficientes (85% do diferencial entre um VE e um VCI); a DREn não tutela o setor, tendo solicitado que nos futuros concursos de concessão de TP, que foram prorrogadas até 2021, seja colocada uma cláusula exigindo plano de eletrificação das rotas.

Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perifericidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	Na RAA há um problema específico: 9 sistemas energéticos isolados/independentes. Significa que em cada ilha é necessário um sistema de gestão e uma capacidade de resposta rápida e autónoma. Adotou-se o modelo das baterias – abandonado o modelo das hídricas reversíveis. A questão dos sobrecustos tem um impacto brutal, com diferença inacreditável para as restantes regiões do país. É muito difícil garantir a adesão dos privados – custos de transporte, mercado restrito e regulado pela ERSE.
Q4: Valor acrescentado europeu A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	
Observações	A EDA é uma peça-chave na inovação para a transição energética (na produção e distribuição). Soluções disruptivas, com risco. Passagem do modelo baseado nas hídricas reversíveis para as baterias. Redes inteligentes, otimização de sistemas, descentralização da produção. Parcerias regionais em projetos H2020 e Interreg. A DREn tem assumido o desenvolvimento de alguns projetos associados aos modos suaves e mobilidade elétrica: (*Bike-sharing* da Graciosa) e entregará ao município de St.ª Cruz da Graciosa a gestão deste sistema (manutenção e operação); Financiamento da infraestrutura de carregamento de veículos elétricos na RAA. Promove a instalação dos postos de carregamento elétrico e cede aos municípios através de contratos de cedência de bens, que por sua vez contratam a operação com os operadores de pontos de carregamento (OPC); Desenvolvimento de um programa de sensibilização para a Mobilidade Elétrica, identificando as necessidades e as medidas que estão a ser executadas.
Recomendações	Para o futuro, em linha com o PNEC2030, deve apostar-se na geotermia de profundidade, dotando o PO de meios financeiros para apoiar esta aposta. Alargar a instalação de baterias a todas as ilhas, por forma a aumentar a integração de fontes renováveis na produção de energia elétrica. Intensificar o investimento no modelo descentralizado – especialmente na mobilidade elétrica, os utilizadores também são fornecedores de energia para a rede (V2G). Adotar as práticas de projetos-piloto e trazê-las para o mainstream do PO: Graciosa, Ilha Modelo, pp com privados, 60% da energia já é renovável; “vehicle to grid Azores”, uma PPP Gov Reg A +Gov Port +Galp +Nissan +ERSE+…).

	Na mobilidade, direcionar os esforços do PO para o transporte público, deixando incentivos a particulares, táxi, rent a car, para programas do governo regional.

Direção Regional de Ambiente – Hernâni Jorge (Diretor Regional).

Eixo 4

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	(E4) O setor energético e o dos transportes representam 52% das emissões de carbono na região, pelo que a intervenção do eixo 4 é de grande relevância. Podia, no entanto, ter uma formulação mais abrangente e robusta na resposta ao desafio da eletrificação (eletrificação do transporte individual, dos portos e da economia em geral). (E5) O eixo 5 responde ao investimento em áreas críticas para o futuro (imediato) da região, reforçadas pelo reconhecimento do processo de mudança climática. Há enquadramento de planeamento (PRAC, plano regional e municipais de proteção civil) para intervenção em matéria de linhas de água, cheias, linha costeira. (E5, E6) As limitações do envelope financeiro condicionam objetivos mais ambiciosos, que têm sido parcialmente colmatados com recurso a outros instrumentos de financiamento (3 projetos LIFE + 2 candidaturas, EEA Grants, Interreg). Os projetos LIFE aprovados praticamente duplicam os montantes de investimento apoiados pelo eixo 5 do POA 2020. Há prioridades em que os objetivos estruturais estão cumpridos, mas em geral será necessário dar continuidade, no futuro, ao financiamento nestes domínios.
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	Prioridades em que os objetivos estão, de uma forma geral, cumpridos, com os projetos aprovados: passivos de gestão de resíduos, regularização de linhas de água, planeamento. Também no património natural -geo e biodiversidade. O que se mantém para o futuro são situações extremas, aperfeiçoamento de alguns sistemas, monitorização, gestão. Alguns dados que confirmam esta situação: 600 mil visitantes nos 22 centros de interpretação da geo/biodiversidade, sem impactos significativos. 6 ilhas acima de 80% de taxa de valorização de resíduos; 17% dos resíduos com valorização energética. Monitorização de linhas de água permite monitorizar anualmente 10% dos 7000 km de ribeiras. Pelo contrário, há aspetos em que ainda falta investir significativamente: combate a espécies invasoras, proteção costeira.

Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perifericidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	
Q4: Valor acrescentado europeu A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	
Observações	
Recomendações	(E4) Reforçar aposta na produção de energias renováveis e nos sistemas de armazenagem e regularização do fornecimento. (E6) Incluir nas prioridades a questão do armazenamento de água, domínio em que a região nunca investiu significativamente. As redes de captação-distribuição são muito locais, pouco interligadas. O clima está a alterar-se, provavelmente haverá problemas a esse nível. Há estudos sobre a matéria.

Direção Regional de Transportes – Pedro Rodrigues da Silva (Diretor Regional) + Fernanda Ferreira (CD Transportes Marítimos)

Eixo 4 + Eixo 7

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	Os transportes são essenciais para um arquipélago ultraperiférico. O apoio como o do eixo 7 é sempre necessário (investimento, manutenção). Insuficiência do atual PO ao nível do financiamento de aeródromos. Importância da aposta na melhoria da resiliência e expansão das infraestruturas portuárias (Porto de Ponta Delgada e Porto das Velas) O Plano de Transportes 2020-2030 está em preparação, reformulando a estratégia. O sistema de incentivos à aquisição e viaturas elétricas é fundamental para a conversão da frota regional, tanto mais que o aumento do turismo tem levado a um crescimento da frota de aluguer, sobretudo de veículos a gasóleo.
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	Mobilidade urbana sustentável/elétrica: os operadores ainda não estão mobilizados, o apoio financeiro não parece ser suficiente para os atrair. Abaixo dos objetivos. Relativamente à renovação de frota nos TP deveria existir um incentivo complementar ao financiamento do PO e à renovação e frotas. O investimento nos aeródromos é fundamental para a eficiência e eficácia do sistema de transportes regional (carga e passageiros) foram melhoradas as condições de operacionalidade dos aeródromos do Pico, Flores, São Jorge, Flores e Corvo, através de intervenções ao nível da acessibilidade e segurança.

Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perifericidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	
Q4: Valor acrescentado europeu A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	
Observações	A COVID penalizou muito as empresas do setor (inter-ilhas: apenas cerca de 1/3 dos voos, com taxas de ocupação de 35%).
Recomendações	Necessidade de manter o investimento nos aeródromos regionais e garantir o apoio de fundos comunitários, nomeadamente para o desenvolvimento de sistemas de meteorologia, iluminação, e equipamentos de segurança e socorro.

Direção Regional dos Assuntos do Mar– Filipe Porteiro (Diretor Regional).

Eixo 5 + eixo 6 (+ eixo 10 – Escola do Mar dos Açores)

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	E5 (PI 5.2) Erosão costeira: a intervenção tem um racional bem elaborado, coerente com os POOC, com articulação entre governo regional e municípios (a SR assume alguns projetos de competência municipal, sempre que a complexidade técnica-financeira o justifica). Dada a relevância da questão, a dotação financeira foi reforçada na reprogramação (duplicando, para cerca de 14 M€). Mas é ainda claramente insuficiente, sendo que a mudança climática vem acentuar a necessidade de intervenção. E6 Ordenamento Áreas Prot. e Class: As duas grandes referências de enquadramento são a Diretiva-quadro da Estratégia Marinha e a Diretiva Rede Natura (Habitat e Aves, já transposta para uma lei regional).
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	E5 (PI 5.2) Erosão costeira: Há, em carteira, obras urgentes, não existindo capacidade financeira para as realizar com a rapidez necessária. Há uma candidatura Life, de montante significativo, em aprovação (+ de 15 M€, eco-engenharia na proteção costeira). E6: o PO Az2020 tem uma intervenção limitada nestas matérias (no espaço marítimo). A intervenção mais relevante desenvolve-se com apoio do Governo Regional, Interreg Mac e Interreg Europa, Fundação Oceano Azul, Fundação Wade, LIFE Blue Azores e FEAMP. E6: a dimensão da área marítima (11 mil km2) coloca grande exigência na monitorização (espécies invasoras, poluentes, lixo e ruído marítimo, alterações nas zonas costeiras e fundos…).

Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perifericidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	E5 (PI 5.2) Erosão costeira: As intervenções têm um custo muito elevado.
Q4: Valor acrescentado europeu A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	E5 (PI 5.2) Erosão costeira: trata-se de um domínio de investimento em que apenas o apoio europeu permitirá responder ao desafio, de grande dimensão financeira e exigência técnica.
Observações	Intervenção DRAM: Eixo 5 – erosão e proteção costeira; eixo 6 – ambiente/espaço marítimo; (+ eixo 10 – Escola do Mar dos Açores).
Recomendações	E5: Reforçar meios financeiros para projetos de proteção costeira em zonas de risco. E5 (e outros): Refletir na programação uma articulação mais intensa com a problemática das alterações climáticas – Green Deal, descarbonização, energias renováveis. E6: Incluir no PO o financiamento-base para implementação da DQEM, numa lógica multifundo (mas com um fundo principal, que pode ser o FEDER ou o FEAMP).

Tópicos da entrevista:

1. Revê-se nas opções (prioridades, tipologias, objetivos) do Programa Operacional? Respondem àquilo que considera serem as necessidades dos agentes?
2. Como avalia os resultados alcançados (ou potencialmente alcançáveis)? Explorar as razões para algumas linhas/tipologias previstas no PO e que não têm procura
3. A evolução do contexto regional e global sugere algum tipo de recomendação para o próximo período de programação (prioridades, tipologias de projetos...)?

Questões de avaliação:

Q1: Relevância:

No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação?

O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.

Q2: Eficácia

Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020.

As respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.

Q3: Eficiência:

Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas?

A equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com benchmarkers, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perificidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).

Q4: Valor acrescentado europeu

A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo.

A avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.

Painel com: Portos dos Açores - João Vargas, Paulo Soares, Marília Salvador e SATA (Sofia Amaral)

Eixo 7 (+ Eixo 5).

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	Aeródromos/aeroportos: o PO responde a uma necessidade real e vai ao encontro dos objetivos da SATA, permitindo melhorar as condições de operacionalidade e segurança e o cumprimento das normas neste domínio. Mas há dificuldades operacionais, pois os avisos referem que os projetos se destinam ao "transporte ecológico", o que dificulta o enquadramento de aeródromos. O plano de investimentos projeta-se para além do atual período de programação. Portos: ao contrário da expectativa, o PO não financia investimento em portos, concentrando a verba na Atlantic Line (ferry passageiros). Os portos são financiados pelo PO Compete/ F. Coesão, mais exigentes /menos flexíveis – exige maturidade dos projetos, apenas 1 candidatura global para cada porto, inscrição obrigatória no mapeamento do PIT… Nesta matéria, o PO, que poderia complementar o Compete para algumas intervenções mais pontuais, não responde às necessidades regionais. Portos: o PO também não apoia projetos dos operadores portuários (nos portos das ilhas maiores).
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	Aeródromos: os projetos financiados contribuem para os objetivos, embora o plano de investimentos em infraestruturas, equipamentos e sistemas de apoio vá continuar após 2023. Uma dificuldade operacional: a impossibilidade-dificuldade em candidatar equipamentos de forma "isolada", mas apenas integrados em empreitadas de obras, havendo casos em que as necessidades são apenas de alguns equipamentos (iluminação de pistas, viaturas de socorro…). Portos: a empresa Portos dos Açores não está prevista no PO como beneficiária, pelo que não conseguiu apresentar candidaturas nos domínios da segurança e da eficiência energética, com os quais contribuiria para outros objetivos do PO. Portos: a administração portuária também não é beneficiária nas intervenções de proteção da orla costeira (eixo 5 – alterações climáticas), pois é gestora de uma área costeira significativa. Também neste domínio poderia contribuir para outros objetivos do PO.

Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perifericidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	Aeródromos: a combinatória das regras da contratação pública com a exigência de maturidade dos projetos e com a obrigatoriedade (?) de candidatar projetos completos (ou até vários aeródromos numa mesma candidatura) colocam grandes constrangimentos temporais. As obras são muito caras (materiais importados, com custos de transporte elevados; tempos de execução mais prolongados; recurso a empreiteiros do exterior). Dificuldades no uso da plataforma eletrónica de contratação, especialmente no caso de empresas estrangeiras.
Q4: Valor acrescentado europeu A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	
Observações	
Recomendações	Manter o financiamento na rede de aeródromos, revendo/ facilitando as condições de apoio a componentes de equipamento (como sistemas de meteorologia, iluminação, e equipamentos de segurança e socorro). Alargar a intervenção do PO à modernização-segurança-descarbonização-eficiência energética dos portos e incluir a administração portuária e as empresas operadoras como beneficiários em vários eixos do PO.

Eletricidade dos Açores - Duarte Ponte (Presidente do CA)

Eixo 4

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	A aposta em sistemas de controlo da rede elétrica e armazenagem de energia é essencial nos Açores, pelo que o apoio do PO é muito relevante para responder aos desafios da descarbonização através de um aumento da penetração de energias renováveis na rede elétrica. Nos Açores ainda não é viável, em termos de económicos, interligar os sistemas elétricos das várias ilhas, como acontece no norte de Europa e também em alguns casos no Mediterrâneo. Tal permitiria realizar uma gestão de oferta-procura centralizada, exportando energia renovável, quando esta estivesse em excesso, ou importando-a quando houvesse déficit. Os Açores são nove sistema isolados que não interagem entre si devido à distância das diversas ilhas dos Açores e à sua diminuta dimensão populacional. A solução de controlo da rede e armazenagem de energia através de baterias é muito importante pois que permite a cada ilha retirar do sistema elétrico a produção à base de combustíveis fósseis e aumentar a penetração de energias renováveis. É por isso que deve ser continuada.
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	A utilização de baterias para o controlo da energia na rede, substituindo os grupos térmicos, é uma tecnologia recente que foi implementada pela primeira vez na ilha Graciosa, em 2019, visando garantir a todos os consumidores que o sistema elétrico tem a capacidade de manter a estabilidade e cumprir os parâmetros de qualidade serviço que é obrigado. O projeto teve resultados muito positivos e possibilitou, com o apoio do PO iniciar um processo de aquisição de sistemas de baterias para controlo da rede elétrica e para a armazenagem de energia para as ilhas da Terceira e São Miguel. Entretanto já foi lançado a consulta pública para um sistema de controlo da rede elétrica e de armazenagem de energia para ilha de Santa Maria. O valor financeiro programado será integralmente aplicado, cumprindo os objetivos.

Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perifericidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	Sim. Todos os processos de aquisição de sistemas de controlo da rede elétrica e armazenagem de energia através de baterias são realizados através de concursos públicos internacionais, tendo havido uma enorme concorrência em termos de candidaturas.
Q4: Valor acrescentado europeu A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	A transição energética em ilhas isoladas, como são os Açores, exige ainda alguma subsidiação através de Fundos Estruturais para poder avançar com viabilidade económica. A geotermia e os sistemas de controlo e armazenagem de energia são duas peças fundamentais para esta mudança de paradigma.
Observações	
Recomendações	Apoiar a produção de energia geotérmica (estável, 24h/dia…). Continuar a apostar nos sistemas de armazenagem (baterias) nas restantes ilhas. Apoiar a produção "descentralizada" – cf. projeto Vehicle to Grid.

Câmara de Comércio e Indústria dos Açores – Mário Fortuna (Presidente da Direção)

Eixo 7

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	O investimento no setor de transportes é fulcral. O apoio do PO, juntamente com outras fontes de financiamento (orçamento regional e nacional) é muito relevante. Mas a opção pela aquisição de um ferry para assegurar um transporte sazonal não é racional nem sustentável (social e economicamente). Transporte aéreo: a aposta em terminais de carga é um bom investimento. O transporte marítimo é apoiado de forma substancial nos passageiros.
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	
Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perifericidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	
Q4: Valor acrescentado europeu	

A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	
Observações	É necessário rever a estratégia do transporte aéreo e marítimo.
Recomendações	O transporte marítimo exige maiores apoios por parte dos fundos comunitários. A carga deverá ser encarada das uma forma similar aos passageiros, igualizando as ilhas nos custos.

Tópicos da entrevista:

1. Reveem-se nas opções (prioridades, tipologias, objetivos) do Programa Operacional? Respondem àquilo que consideram ser a necessidade dos Municípios? Há alguma área de investimento que não está coberta, e deveria estar?
2. Como avaliam os resultados alcançados (ou potencialmente alcançáveis)? Os montantes financeiros disponibilizados estão equilibrados, face às necessidades e à capacidade de investimento das Autarquias?
3. De que forma os Municípios articulam-reforçam a sua capacidade de investimento com recurso a outros financiamentos em programas dos FEEI? Nas mesmas áreas em que intervém o PO ou noutras áreas?
4. A evolução do contexto regional e global sugere algum tipo de recomendação para o próximo período de programação (prioridades, tipologias de projetos...)?

Questões de avaliação:

Q1: Relevância:

No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação?

O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.

Q2: Eficácia

Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020.

As respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.

Q3: Eficiência:

Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas?

A equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com benchmarkers, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perificidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).

Q4: Valor acrescentado europeu

A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo.

A avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.

Associação de Municípios dos Açores – Nuno Martins (Administrador-delegado)

Eixo 7

Q1: Relevância: No quadro de um diagnóstico sobre a situação regional, a envolvente externa e também no contexto da recente reprogramação efetuada do PO AÇORES 2020, considerando em termos gerais a estratégia associada aos eixos e às respetivas prioridades selecionadas, as grandes dotações por temas e entre fundos estruturais, o Programa Operacional Açores 2020 mantém níveis de pertinência e de relevância no atual período de programação? Nota: O programa foi preparado num contexto socioeconómico diverso do atual, cuja evolução até aos nossos dias impactou ao nível da afetação dos recursos em algumas prioridades. A esta questão de avaliação, não se pretende uma resposta ao nível da análise do detalhe financeiro ou material da execução, que serão solicitados em outras questões, mas uma avaliação global e uma opinião sobre as grandes linhas da programação, as dotações globais dos fundos estruturais por grandes temas, sobre a estrutura saída da reprogramação e a correspondente reafetação de meios financeiros entre prioridades e entre os fundos estruturais, no quadro da realidade regional atual e perspetivas futuras.	As opções -prioridades -áreas de investimento estão alinhadas com as escolhas europeias e não com a agenda dos municípios (ou com as especificidades regionais). Excesso de aposta na "competitividade" por contraponto a áreas como os transportes e vias de comunicação, economia local, proteção civil e saúde pública. Estradas, por exemplo: face à extensão da rede viária, aos riscos e à importância económica (turismo), devem ser consideradas prioritárias.
Q2: Eficácia: Quais as principais conclusões sobre o nível de execução material e financeira do PO AÇORES, tendo em consideração as seguintes subquestões: (i) o nível de realização do PO AÇORES 2020 no quadro da execução global da programação do Portugal 2020, (ii) A partir de uma análise detalhada em termos financeiros e materiais da execução eixo a eixo do programa, referenciar os principais desvios, (iii) da análise do sistema de indicadores do programa, identificar situações de fraca pertinência dos indicadores selecionados e referenciar situações de desvio significativo face aos propostos no próprio programa e, quando aplicável, face às principais metas da Estratégia 2020. Nota: as respostas a esta questão de avaliação deverão ser sustentadas e evidenciadas por um trabalho de base de recolha, tratamento e análise da informação disponível ao nível de prioridade de investimento, tendo em consideração não só os dados de natureza financeira, mas também os materiais, incluindo uma análise critica e propostas ao nível do conjunto de indicadores do programa, em ordem a retirarem-se algumas ilações sobre a execução do PO ao nível das realizações e resultados e, quando possível, também de impacto.	A fragilidade financeira dos municípios, associada à falta de alinhamento das prioridades e à burocracia associada aos regulamentos dos fundos e à contratação pública explicam baixa procura em algumas tipologias. Os municípios não estavam preparados para a aposta na mobilidade sustentável; na utilização de instrumentos financeiros para a eficiência energética. Grande influência das crises inicial (económico-financeira, com os municípios empobrecidos) e sanitária.

Q3: Eficiência: Os custos-padrão utilizados na programação e a respetiva atualização traduzem um nível satisfatório na utilização dos recursos, perante as metas fixadas? Nota: a equipa de avaliação deverá analisar, eixo a eixo, o processo de cálculo utilizado, utilizar casos práticos/operações em execução para, quando possível e aplicável, comparar com *benchmarkers*, para atestar do nível de eficiência e retirar conclusões sobre eventuais desvios. Deverá apontar as possíveis causas de situações de diferença mais pronunciadas, se as mesmas se devem aos processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos e/ou a fatores externos e da envolvente socioeconómica (custos da perifericidade, nível tecnológico, mercados ineficientes, outros).	
Q4: Valor acrescentado europeu A execução do PO AÇORES 2020 aporta valor acrescentado europeu? Quais as áreas de elegibilidade de projetos com maior contributo. Nota: a avaliação deve focar-se nas áreas de elegibilidade do programa com maior potencial de aportar valor acrescentado europeu, destacando o papel dos fundos estruturais no financiamento de investimentos que consubstanciem o princípio do valor acrescentado efetivo. Os apoios ao desenvolvimento sustentável, em particular associados às temáticas das alterações climáticas, da proteção de pessoas e bens, do ambiente e da conservação da biodiversidade, encontram convergência especial nas políticas europeias.	Uma conquista do atual período de programação: os municípios estão em transição para uma nova geração de políticas (menos focados na construção e mais na sustentabilidade e coesão, atendendo primariamente às necessidades das pessoas) e novos modelos de gestão (modernização administrativa, simplificação, …). Os fundos europeus e o PO Az provocaram este efeito. (Efeito mais visível nos municípios mais robustos, urbanos, de maior dimensão).
Observações	
Recomendações	Diferenciar os Municípios açorianos – adaptar prioridades e tipo de apoio em função da maior ou menor capacidade de resposta, assumindo que há “várias velocidades”.

ENTREVISTA EIXO 2
CONTRIBUTOS QA5

Entidade: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO E QUALIDADE DO SERVIÇO AO CIDADÃO

Data: 14 julho 2020

Presenças: Décio Santos, vogal da direção, Paulo Garcia, gabinete administrativo e financeiro, António Figueiredo (QP) e Artur Costa (QP)

Principais notas/conclusões:

Custo do projeto: cerca de 2 M€

Descrição: "O projeto RIAC é caracterizado por princípios em que proximidade, modernidade e simplicidade adjetivam a relação com o cidadão de um conceito que transformou a face visível da administração pública açoriana. Esta operação prevê investimentos - infra-estruturas, equipamentos, sensibilização e desenvolvimento do software, que visam a qualificação do serviço prestado, reforço da sua abrangência e, sobretudo, o reforço da sua disponibilização pela via digital.

- Projeto com mais 10 anos de existência tem sido avaliado por uma aceitação crescente e sempre muito positiva em relação à comunidade onde se insere.
- A proximidade com as populações, para além de uma marca identitária, constitui-se, sobretudo, enquanto elemento de integração e de promoção da inclusão tecnológica que se pretende.
- As novas tecnologias de informação e comunicação permitem a materialização destes objetivos, de forma, mais ágil e robusta, neste projecto institucional, com uma forte componente de inclusão social e de combate à infoexclusão.
- Esta intervenção apresenta como grande objectivo promover a qualificação, consolidação e expansão tanto física como digital do serviço público prestado pela RIAC criando condições físicas e tecnológicas que permitam dar continuidade ao trabalho já desenvolvido. Agilizar os desafios quotidianos da cidadania, ultrapassando os obstáculos colocados pela geografia, em face da dispersão geográfica do território em que operam
- Tem como principal objetivo a diminuição dos custos de contexto e dá seguimento a um investimento em curso, que já vem sendo apoiado ao longo de sucessivos Programas.
- A presente candidatura abre caminho para outros investimentos: RIAC - 56 lojas/balcões, nos 19 municípios, com grande cobertura do público-alvo
- Disponibiliza serviços públicos e também serviços fora da administração (associações, empresas) em que a aposta é a “distância” e não o atendimento presencial.
- A pandemia Covid-19 acelerou a perceção da "utilidade" do online, do telefónico...
- Têm boas e más experiências na articulação com autarquias locais mas globalmente, o RIAC aumentou os canais de relação entre os cidadãos e os serviços municipais.
- O projeto inclui uma componente de combate à iliteracia tecnológica; cada ação de apoio a um cidadão procura torná-lo autónomo na futura utilização do serviço.
- Considera que o principal valor acrescentado do financiamento comunitário se situa ao nível da capacidade alargada de investimento.
- No futuro, prevê-se continuar o investimento, uma vez que a tecnologia evolui rapidamente.
- O RGDP trouxe desafios e a necessidade de investimento na formação dos colaboradores, adotar novos mecanismos tecnológicos que criem barreiras de acesso à informação...
- O RIAC será um grande cliente da "Azores Cloud".

- A Agência deveria ser ouvida na apreciação de projetos nestes domínios desenvolvidos por outras entidades e financiados pelo PO (municípios e outras entidades). Não a gerir, não a selecionar, mas a "dar uma palavra".
- Realça-se a partilha de boas práticas no âmbito de outros projetos europeus (Interreg - SIMPLIMAC http://www.simplimac.org/foros/).

ENTREVISTAS E PAINÉIS DE DISCUSSÃO EIXOS 8, 9 E 10

CONTRIBUTOS PARA AS DIVERSAS DIMENSÕES DA QA6

Entidade: Direção Regional de Educação dos Açores

Data: 23/07/2020

Presenças: Ana Menezes, António Figueiredo (QP), Filipa Barreira (QP), Mariana Rodrigues (QP), Fernando Nunes, Rodrigo Reis, José Nelo

Operações Aprovadas:

- ✓ Requalificação das instalações da EBI de Capelas (Custo total elegível - 8.840.112,78€)
- ✓ Sistema de Gestão Escolar (SGE) (Custo total elegível - 363.440,00€)
- ✓ Construção da EBS da Calheta (Custo total elegível - 18.364.351,99€)
- ✓ Construção da EB 1,2/JI Gaspar Frutuoso – Ribeira Grande (Custo total elegível - 19.028.670,56€)
- ✓ Construção da EB 2,3/S das Lajes do Pico (Custo total elegível - 17.167.702,00€)
- ✓ Construção de novas instalações para a EBI Canto da Maia (Custo total elegível - 17.769.774,33€)

Tópicos da entrevista

- Grau de conhecimento genérico sobre as medidas FSE do PO Açores e sobre o modo como tais medidas se articulam com as restantes frentes de intervenção do PO: EP8. Emprego e Mobilidade Laboral, EP9 Inclusão social e combate à pobreza e EP 10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida

PI	Tipologia
10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária ...	Cursos do Programa de Formação e Inserção de Jovens (PROFIJ)
10.2 - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas	Programas de formação avançada
10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e	Percursos formativos modulares de dupla certificação; RVCC, Cursos de Aquisição Básica de Competências
10.4 - Melhoria da relevância dos sistemas de ensino e da formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos	Cursos Profissionais CET
10.5 - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino	Infraestruturas e equipamentos rede escolar (incluindo TESP)

Sobre o abandono e insucesso escolar

- Como explica a sinalização realizada pela Comissão Europeia ao problema do insucesso e abandono escolar na RAA? Quais são as principais causas e obstáculos ao sucesso escolar no território?
- O atual contexto (final de 2019) já se revela mais favorável face ao contexto inicial? Quais as principais melhorias que podem ser apontadas?
- Existe inadequação das ofertas formativas face à natureza dos públicos que se pretende apoiar?

- A participação e colaboração das Escolas é deficiente? Que valor social atribuem as famílias à escola? E a comunidade educativa? Cooperação do sistema de atores regionais em matéria de educação e formação?
- Existem problemas de proximidade aos públicos-alvo não preenchidos por instituições que assumam essa intermediação de proximidade? O fenómeno que se pretende mitigar está deficientemente diagnosticado e mal compreendidas as suas causas? Existem outras razões?
- O fenómeno dos NEET está devidamente quantificado na RAA e compreendidas as suas causas? Quais os principais motivos que levam os jovens a não participar em ações de formação?
- O ensino profissional (cursos profissionais) e os Cursos de Especialização Tecnológica foram dotados de capacitação técnica e pedagógica para assumirem o desafio de contribuir para a redução do insucesso e abandono escolar? Existem algum perfil dos jovens que procuram o ensino profissional na RAA? Foi realizado algum estudo de necessidades de mão-de-obra do mercado regional de forma a existir uma articulação com a oferta formativa existente?
- A melhoria de qualificação de adultos através dos percursos formativos de dupla certificação de que modo tem contribuído para a melhoria de qualificação da população açoriana? A massa de adultos envolvida é representativa? Têm dificuldade em recrutamento de adultos para processos formativos? Se sim, quais pensam ser os principais motivos e se poderia dinamizar a procura desta tipologia de formação?
- Os apoios à formação avançada têm sido geridos em articulação com os apoios em matéria de inovação, qualificação e internacionalização concedidos no âmbito do EP 3 e do EP1? Têm conhecimento se existe uma procura por parte das empresas destes recursos humanos altamente qualificados?
- Até ao momento, que progressos foram alcançados ao nível do combate ao abandono escolar, promoção do sucesso educativo e melhoria das qualificações da população?
- Que apostas ainda são necessárias para aumentar o sucesso educativo, capacitar o exercício da cidadania, valorizar a aprendizagem ao longo da vida?

Melhoria das infraestruturas escolares

- Quais as principais necessidades atuais de melhoria das infraestruturas escolares (necessidades de obras e possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios)? Desde o início da implementação do PO Açores já foram colmatadas as principais necessidades de intervenção?
- Que melhorias podem ser antecipadas até ao final do período de programação na qualidade da rede escolar e do ensino profissional da RAA?
- Alguma medida apresenta perspetivas críticas de concretização de resultados estabelecidos? Que razões explicam essas dificuldades?

Sobre o abandono e insucesso escolar:

- Região continua com resultados abaixo da média nacional e europeia no que se refere à taxa de abandono precoce do sistema de educação/formação mas a evolução tem sido muito positiva – 43,8% em 2011 e 26,7% em 2019;
- Esta taxa refere-se aos jovens entre os 18 e os 24 anos, ou seja, jovens que já estão fora da escolaridade obrigatória, o que dificulta o controlo e a resolução do problema, ainda que existam algumas parcerias com a DE Emprego e DR Solidariedade Social;
- A estratégia de combate ao abandono escolar preconizada via PO Açores tem tido resultados mas estes são ainda insuficientes;
- Esta taxa do abandono escoar precoce, assim como a % de jovens NEET é aferida através dos resultados do Inquérito ao emprego que é demasiado amplo e questão avalia esta questão per si. Há muita formação abrange a faixa-etária 18-24 anos que não é comtemplada para o cálculo destes indicadores: formação para jovens pescadores ou agricultores, a formação em música que é dada pelas várias filarmónicas existentes no território, nomeadamente bandas militares (marinha e exército);
- O esforço tem sido feito e a verdade é que a taxa de abandono escolar precoce em 10 anos caiu para metade;

- Também tem sido feito um trabalho de sensibilização junto dos alunos das escolas públicas do ensino secundário para não abandonarem os estudos antes da conclusão do ciclo;
- Desde 2015 que existe o Prosucesso - Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar que têm 2 grandes objetivos: melhoria do sucesso escolar e redução do abandono escolar precoce. Este plano contempla uma série de atividades quer da responsabilidade da Direção Regional de Educação, quer da responsabilidade das próprias escolas.
- Os 3 grandes eixos de atuação do plano são: melhoria das aprendizagens, promoção do desenvolvimento profissional dos docentes, mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais;
- Evolução das taxas de sucesso:

	2011	**2019**
1.º CEB	93%	97,4%
2.º CEB	86,4%	98%
3.º CEB	79,3%	94%
Ensino Secundário		91%

- Procura-se com este Plano dar uma resposta a cada aluno desde cedo para promover a conclusão da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade;
- O ensino profissional tem sido fundamental para garantir a conclusão da escolaridade obrigatória- há muitos alunos que não têm perfil para fazer o percurso no ensino regular e o ensino profissional é uma boa resposta para estes casos;
- Há uma preocupação dos Serviços de psicologia e orientação das escolas em detetar a melhor opção para cada aluno e fazer o respetivo encaminhamento;
- As escolas profissionais dominam e oferecem 37 cursos profissionais. Muitos alunos encontram o 1º emprego no decorrer ou no término do curso;
- Existe uma boa articulação entre escolas públicas e escolas profissionais que permite, por exemplo, assegurar a continuidade dos percursos – alunos a frequentar um PROFIJ de nível II numa escola pública e depois continuar numa escola profissional num curso de nível IV. A Escola Profissional das Capelas foi várias vezes mencionada como uma escola de relevo.
- Apesar da escassez de alunos, não tem existido decréscimo de alunos no ensino profissional.
- Existem ilhas sem escolas profissionais e ilhas que só têm uma e nesses casos a oferta de ensino profissional nas escolas públicas serve para completar e reforçar a oferta;
- Em 2015, foi iniciado um processo de formação das lideranças das escolas no sentido de estas se consciencializarem de que é necessário criar medidas para a mitigação do insucesso escolar. Hoje em dia todos os Projetos Educativos das Escolas contemplam essa preocupação. As escolas aproveitam a flexibilidade que têm para refletirem em cada matriz curricular respostas diferenciadas/adaptadas por turma.
- Há por parte da DREA um enfoque na melhoria dos resultados a matemática através da intervenção no ensino básico. Foram colocados em cada Unidade Orgânica especialistas no ensino da matemática que acompanham os alunos com mais dificuldades,

- Existe uma intervenção muito forte ao nível da matemática, onde foram detetadas muitas dificuldades de aprendizagem 1º, 2º e 3º ciclos (criação dos especialistas de matemática – estratégias para trabalhar com os alunos com maiores dificuldades);
- Ao nível do Português a intervenção começa logo no ensino pré-escolar (4 escolas da Ilha de São Miguel). Têm uma parceria com a Universidade do Minho para intervenção direta em sala de aula (também ao nível do 1º e 2º ciclos) e formação de professores (3º ciclo);
- O Inglês é iniciado logo no 1.º ano do 1.º CEB;
- No ano letivo passado iniciaram o projeto "Atelier de Código" no 1.º CEB – inicio à programação e computação em parceria com a DR Ciência e Tecnologia;
- Têm intenção de no próximo ano letivo envolver os alunos do secundário (3 escolas);
- Destaca-se como boa prática de combate ao abandono escolar o projeto Parceria de Intervenção Comunitária "Sucesso Educativo – Escola, Comunidade, Família" - cada escola trabalha em parceria com uma série de entidades da comunidade: filarmónicas, clubes recreativos e desportivos, câmaras municipais, juntas de freguesia, escuteiros, paróquia… - Projeto financiado pelo Governo Regional e Autarquias;
- Parcerias também muitos fortes entre os técnicos da segurança social e os diretores de turma e as lideranças da escola.
- Ao nível de projetos financiados pelo PO Açores destaca-se o Sistema de Gestão Escolar (SGE) - centralização de toda a informação sobre gestão escolar das unidades orgânicas do sistema educativo da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente no recurso a uma plataforma de gestão escolar, sobre tecnologia WEB, permitindo uma intervenção de pessoal docente, não docente, alunos e encarregados de educação.
- Este sistema permitiu a integração de uma plataforma de videoconferência que foi de elevada importância na resposta rápida a professores a alunos após a paragem forçada das aulas,
- Este sistema está a ser alargado também às escolas profissionais e às escolas particulares.

Melhoria das infraestruturas escolares:

- O contributo do PO Açores foi muito importante para a modernização do parque escolar da RAA.
- O parque escolar foi construído num período relativamente curto e a qualidade e o modelo de construção foi muito desajustado ao clima do Açores;
- Faltam apenas 3 escolas para concluir a requalificação do parque escolar

Impacto COVID-19:

- Foi necessário reforçar os equipamentos informáticos para uso de alunos e professores e isso não estava previsto no PO Açores, foi investimento da DREA.
- Mas para se conseguir dar uma resposta efetiva de ensino à distância é necessário assegurar uma série de fatores, que implicam um grande investimento:
    - Competências digitais de alunos e professores;
    - Apetrechar as escolas não só de computadores, como também de softwares
    - Manuais digitais

- Já existe algum investimento por parte de DREA nesta área através do projeto "Atelier de código" em parceria com a Direção Regional de Ciência e Tecnologia, mas pode ser uma coisa a pensar para o próximo período de programação.
- Neste momento nenhum dos projetos candidatados e aprovados não apresenta reservas na execução, tudo decorre conforme o planeado.
- Existe na RAA uma estratégia de combate à pobreza que também contempla o combate ao insucesso escolar – são 3 secretarias regionais que trabalham em articulação. Existem 5 polos de desenvolvimento de coesão social
- Todas as candidaturas ao PO Açores têm sido aprovadas e tem decorrido com normalidade.

Entidade: Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional dos Açores

Data: 28/07/2020

Presenças: Ana Menezes, António Figueiredo (QP), Filipa Barreira (QP), Mariana Rodrigues (QP), Paula Andrade, Cristina Amaral

Eixo 10

- A missão da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional (DREQP) é executar toda a política pública de emprego e formação profissional;
- A formação profissional tem uma tutela dupla (DREQP e DR Emprego) a DREQP assume o papel de financiador das escolas profissionais privadas.
- Os PROFIJ estão na rede pública e abrangem alunos dentro da escolaridade obrigatória uma vez que são de nível básico;
- A medida com maior peso em termos de execução e dotação são os cursos profissionais que têm como objetivo prevenir o abandono e insucesso escolar e ser uma segunda oportunidade para aqueles que já abandonaram a escola e que procuram estes cursos quando ficam desempregados;
- Formação de Adultos – Tipologia Reativar, especifica para desempregados e cursos ABC (público pouco qualificado – 2ª oportunidade para estudar)
- Doutoramentos e pós-doutoramentos também são financiados
- Neste eixo 10 em termos de resultados foram alcançados todos os objetivos.
- A maioria das escolas profissionais queixam-se da diminuição do número de cursos. Na verdade, desde 2013, que o número de cursos diminuiu comparativamente com quadros anteriores, sendo que começou a existir um maior enfoque na questão da promoção da empregabilidade e no combate à exclusão social. Também a questão demográfica tem sido determinante na diminuição do número de alunos (cerca de menos 1500 alunos por ano letivo).
- As escolas privadas também se queixam da concorrência das escolas públicas que também oferecem cursos profissionais. As escolas profissionais ainda têm alguma conotação negativa, pelo que muitos alunos preferem continuar os seus estudos na escola pública, mesmo que num curso profissional.
- Depois existe a questão da dispersão geográfica – existem 17 escolas profissionais e nem todas as ilhas têm (11 em São Miguel, 2 Terceira, 1 Faial, 1 Pico e 1 São Jorge). Uma forma de fomentar a mobilidade dos jovens (a tendência é quererem ir estudar para São Miguel) era apostar na especialização das escolas profissionais. Por exemplo em São Miguel existe a escola hoteleira, na escola profissional das Capelas há uma certa especialização dos cursos nas áreas da serralharia, mecânica e também hotelaria. Mas por norma as escolas apostam na diversidade da oferta.
- Quando as bolsas deixaram de ser atribuídas as escolas profissionais também perderam alunos, porque a bolsa era um atrativo forte
- Na escolha da oferta formativa procura-se que não haja duplicação de cursos na mesma ilha.

Eixo 9

- 2/3 medidas ativas

- Programas ocupacionais – tem um propósito muito claro e um público muito específico, um público mais desfavorecido e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho por várias razões: minorias étnicas, problemas com estupefacientes, problemas cognitivos ou físicos, problemas financeiros, problemas com a justiça…, em fragilidade social.
- Em situações de crise como a de 2013-2015, os públicos que entram neste universo são mais aqueles que de uma forma rápida perderam capacidade financeira e pretendem manter-se no mercado de trabalho para terem uma fonte de rendimento (porque o mercado não os estava a assimilar de outra forma)
- As entidades acolhedoras são a administração pública ou instituições sem fins lucrativos, que têm sempre a noção de responsabilidade social. A ocupação é feita sempre dentro de projetos sociais e não em empresas privadas.
- 40% dos participantes em programas ocupacionais ficaram empregados.
- Uma das orientações que existe é que 40% do total de pessoas referenciadas para uma oferta de emprego sejam destes programas (uma forma de fazerem o "desmame")
- A empregabilidade é aferida através do cruzamento de dados da Segurança Social e de um inquérito. A base de dados da agência de emprego também permite perceber o percurso destes beneficiários
- O público-alvo dos programas ocupacionais carateriza-se pelas baixas qualificações e por falta de competências e só com este tipo de medidas conseguem "dar o salto" e integrarem-se no mercado de trabalho e ganhar alguma autonomia. Mais do que a empregabilidade esta medida traz mudanças de postura, atitudes e comportamentos.
- Os resultados destas medidas poderiam ser melhores mas foram cumpridos.

Eixo 8

- Formação de ativos empregados – a adesão é muito baixa. Uma caraterística da RAA é a resistência à formação profissional, quer sejam desempregados quer estejam a trabalhar. Não é percecionado o custo-benefício da formação quer pelas empresas, como pelos formandos.
- Mesmo agora com as medidas extraordinárias implementadas por causa da COVID-19 não houve adesão das pessoas que estavam em lay-off à formação. Para as pessoas que fossem colocadas em l*ayoff* era financiado 50% de 2/3 do salário se fossem para formação e nem assim houve adesão.
- Podem ser candidatas à formação de ativos empregados as empresas ou as entidades formadoras, normalmente são as entidades formadoras pela questão das candidaturas e dos requisitos como o número mínimo de formandos. Não existem candidaturas de empresas.
- Na reprogramação foi feita uma redução da meta – passou de 23.000 abrangidos para 400.
- Esta PI 8.5 também teve um atraso e só se iniciou em 2017
- Reconhecem que são aspetos mais estruturais, que é necessário conhecer melhor, que travam a procura e não aspetos específicos do FSE

- Aspetos como a conciliação da vida familiar e sobretudo a resistência e o estigma de voltar a estudar
- A questão de ser em horário pós-laboral como fator inibidor da adesão foi descartada quando também não existiu adesão durante o lay-off.
- As pessoas não vêm a formação como meio para terem melhores condições laborais, seja a nível salarial, seja a nível de progressão na carreira.
- Estágios – público mais qualificado – recém-licenciados ou oriundos dos cursos profissionais de nível IV. São uma porta de entrada para o mercado de trabalho e uma mais-valia na promoção da empregabilidade. 52/53% dos jovens ficam no mercado de trabalho.
- São medidas com mais de 20 anos na região, mas que têm vindo a ser adaptadas, por exemplo o portal de emprego jovem que permite uma série de funcionalidades como por exemplo entrevistas online.
- Apoios à contratação – permite a criação líquida de postos de trabalho e também a sua manutenção, mas o maior foco é a criação. 75% mantém-se nas empresas. Capacidade de respostas às pessoas.
- Criação do Próprio emprego – mais focado para os desempregados a receber subsídio de desemprego
- Berço de emprego – Foi alterada nos últimos 3 anos. Inicialmente era para proteger o emprego feminino, promover a igualdade de género e a conciliação da vida familiar. Eram beneficiários apenas mulheres que estavam em licença de maternidade (empresas tinham direito a substituir a trabalhadora que estava de licença sem custos). Hoje em dia abrange homens e mulheres porque ambos têm direito a subsídio de parentalidade. Taxa de execução bastante positiva.
- A meio do período de programação, o eixo 9 (?) já estava quase esgotado. Deu-se uma transferência de recursos para a PI 9.1. e a reprogramação passou de 36 para 16 PI – reorganização/concentração de PI porque se percebeu que algumas medidas seriam difíceis de implementar.

Eixo 11 – Capacidade institucional

- Centro de Formação Administração Pública
- RGPD

Entidade: Direção Regional de Saúde dos Açores

Data: 23/07/2020

Presenças: Ana Menezes, António Figueiredo (QP), Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP), Paulo Nunes, João Bonito e Tiago Lopes

Operações Aprovadas – Secretaria Regional de Saúde

- ✓ Sistema de telemetria e aconselhamento (Custo total Elegível – 339.200€)
- ✓ Construção do Novo Centro de Saúde de Ponta Delgada (Custo total Elegível – 18.376.920€)
- ✓ Beneficiação dos edifícios da Unidade de Saúde da Ilha Terceira (Custo total Elegível – 426.630,20€)
- ✓ Equipamento de Raio X para Exames Gerais - Centro de Saúde de Vila do Porto (Custo total Elegível – 171.100€)
- ✓ Ampliação do Quartel Bombeiros das Lajes do Pico (Custo total Elegível – 614.288,49€)
- ✓ Ampliação e Requalificação do Quartel da AHBV de Santa Cruz das Flores (Custo total Elegível – 647.931,10€)
- ✓ Remodelação e Ampliação das Instalações da AHBV´s de Santa Maria (Custo total Elegível – 686.707,66€)
- ✓ RIS - Sistema Informação de Radiologia (Custo total Elegível – 1.144.926,69€)
- ✓ Aquisição 30 Ambulâncias de Socorro
- ✓ Equipamento Gastrenterologia para Hospital de Ponta Delgada
- ✓ Construção do Novo Corpo C do Hospital da Horta - 2ª Fase e Construção do Centro de Saúde
- ✓ Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas

Tópicos de entrevista

Grau de conhecimento genérico sobre as medidas FSE do PO Açores e sobre o modo como tais medidas se articulam com as restantes frentes de intervenção do PO

- EP8. Emprego e Mobilidade Laboral
- **EP9 Inclusão social e combate à pobreza**
- EP 10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida

PI	Tipologia
9.7 - Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde

- Quais as principais necessidades de infraestruturas e equipamentos de saúde no início do período de programação? Desde o início da implementação do PO Açores já foram colmatadas as principais necessidades de intervenção?
- De que modo os projetos apoiados de **Infraestruturas e Equipamentos de Saúde** têm contribuído para minimizar os efeitos penalizadores da descontinuidade territorial nas condições de saúde da população açoriana?
- O atual contexto (final de 2019) já se revela mais favorável face ao contexto inicial? - Quais as principais melhorias que podem ser apontadas?
- Quais os principais problemas ao nível das infraestruturas e equipamentos de saúde que não encontram resposta (financiamento) no PO Regional? O que deveria estar considerado?
- Quais as principais articulações existentes com as organizações e infraestruturas sociais regionais, nomeadamente ao nível da rede de cuidados continuados? Como potenciam uma melhoria da utilização das infraestruturas de saúde?
- Alguma medida apresenta perspetivas críticas de concretização de resultados estabelecidos? Que razões explicam essas dificuldades?

- Que melhorias podem ser antecipadas até ao final do período de programação na qualidade das infraestruturas e equipamentos de saúde da RAA?

- Em termos de necessidades de infraestruturas este POR 2014-2020 veio colmatar, não a totalidade, mas veio ser um apoio complementar. Há de facto necessidades mapeadas que só foram possíveis de colmatar com este POR;
- Alguns dos investimentos feitos no âmbito do POR permitiram colmatar a distância geográfica entre ilhas que existe na RAA;
- Destaca-se o projeto RIS - Sistema Informação de Radiologia - sistema de informação de imagiologia que permita a visualização dos relatórios e exames de radiologia dos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores por parte dos profissionais de saúde dos Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha em qualquer ponto da RAA.
- A rede de cuidados primários é adaptada às necessidades de cada ilha. Cada ilha tem necessidades muito específicas: equipamentos que se tornam obsoletos, necessidade de mais valências locais.
- As 6 ilhas sem hospital têm valências que na maior parte dos casos não estão previstas nas ilhas com hospital. Os centros de saúde das ilhas sem hospital têm valências como serviço de urgência, internamento, capacidade a nível laboratorial e também imagiologia.
- A pandemia COVID-19 apenas causou constrangimentos ao nível da execução de obra. Colocou em risco o cumprimento de prazos por dificuldades de abastecimento. Fizeram-se apenas pequenas alterações nas obras na ilha das Flores para criação de área de isolamento. Os prazos de execução serão alargados mas nada de relevante afetará a execução dos projetos.
- Fora do âmbito PO a pandemia trouxe necessidade de investimento e acréscimos de custos: monitores de sinais vitais, ventilados, EPI's…
- Existem sempre alguns investimentos que são absolutamente necessários quer a nível de infraestruturas quer de equipamentos que não foram possíveis assegurar por via do PO Açores 2020:
    - Necessidade de algum investimento no Hospital de Ponta Delgada
    - Área mais antiga do hospital da Horta que necessita de uma intervenção mais robusta
    - Equipamentos na área da telemedicina
- A deslocação de doentes e profissionais de saúde entre ilhas implica algumas especificidades, pelo que os investimentos na área da telemedicina são importantes e ainda têm de ser trabalhados.
- Para além do RIS que tem potencial para uma imagem ser analisada por um técnico no Japão, por exemplo, existe o Sistema de telemetria e aconselhamento que tem como finalidade equipar os serviços de urgência básica com a telemetria em tempo real (16 monitores/desfibrilhadores), de forma a proporcionar um maior apoio à decisão clinica, com base nos parâmetros vitais e eletrocardiograma do utente. Com a disponibilização de dados em tempo real aos centros de decisão o médico de família consegue fazer uma primeira triagem.

Articulação com o Açores Cloud

- A saúde vai beneficiar dos data center em termos de segurança, redundância da informação e disponibilização rápida de dados. Vai ser possível alojar uma série de soluções que estão dispersas por algumas unidades de saúde, ter ligações rápidas e seguras, para evitar constrangimentos no acesso à informação.
- Área que merece melhor atenção neste momento é os transportes inter-ilhas e a questão da formação (nomeadamente de técnicos intermédios). Escassez de especialistas, necessidade de melhorar valências.
- Na área da formação é descurada a articulação entre a saúde e projetos passíveis de candidatar no PO – questão pouco explorada com outros parceiros.

Rede Cuidados Continuados

- Tutela partilhada – solidariedade social e saúde
- Camas de internamento através dos centros de saúde que têm esta valência nas suas infraestruturas. Protocolos com IPSS's e Santa Casa que disponibilizam vagas de internamento
- Trabalho mais em contexto domiciliário que é disponibilizado pelos RH dos Centros de Saúde
- Existe articulação entre a saúde a e solidariedade social e funciona.

Entidade: Direção Regional de Solidariedade Social dos Açores

Data: 27/07/2020

Presenças: Ana Menezes, António Figueiredo (QP), Filipa Barreira (QP), Mariana Rodrigues (QP) e Fabíola Gil

Operações Aprovadas

- ✓ Serviços e redes de intervenção social e de saúde - Rede cuidados continuados (Custo total Elegível – 999.982,74€)
- ✓ Vários projetos FEDER – remodelação, adaptação, ampliação de centros de dia. Lares, creches, JI's, Centro de Atividades Tempos Livres, etc.
- Nos Programas Ocupacionais a única intervenção é a nível do parecer
- A maioria dos projetos são FEDER – equipamentos sociais de apoio à família, a idosos e à infância. A DRSS organiza o processo e controla o fluxo das verbas porque os grandes beneficiários são as IPSS e Instituições.
- No âmbito do FSE existe apenas um projeto que já está terminado e correu dentro do previsto
- Importante o alargamento da rede de cuidados continuados às ilhas sem hospital. Nas restantes ilhas estruturas residenciais para idosos e apoio domiciliário.
- No âmbito do FEDER só não houve candidatura a 2 obras que vão ser executadas por outras vias
- O mapeamento é um bom indicador das necessidades da região. Mas a resposta tem sido completada com investimento interno.
- As autarquias podem candidatar-se a um dos eixos do PO Rural, e têm feito algumas candidaturas para creches e outros equipamentos.
- Se não tivesses existido financiamento POR teriam existido grandes dificuldades, uma vez que os investimentos são muito elevados e só teria sido possível através da divida pública.
- O mapeamento respeita apenas a candidaturas ao POR. Há diversas despesas que não são elegíveis ao POR.
- Em termos de áreas de financiamento futuro ainda não existe nada formalmente decidido.
- Na área dos programas ocupacionais existem algumas preocupações e receios relativamente à integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Os atuais programas não são vocacionados para este tipo de público, não querendo dizer que os excluem, mas deveria de existir um programa mais especifico dirigido unicamente a este público-alvo.

Custos unitários de referência para a construção – existe este elemento de suporte para análise das candidaturas?

- Existem intervalos de custos médios por m^2, por tipologia e também é feita análise por área geográfica. Existe o suficiente para balizar valores e fazer uma análise comparativa.

- Normalmente as candidaturas surgem numa fase mais madura do projeto e com um passado de acompanhamento por parte da DRSS e nesse sentido quando chega à fase de candidatura já está tudo dentro dos valores previstos.
- O mapeamento tinha uma estimativa de custos que foi sendo ajustada ao longo do tempo.

Entidade: Rede Valorizar

Data: 09/09/2020

Presenças: Ana Menezes, Leonor Rocha (QP), Filipa Barreira (QP), Acir Meirelles

- A rede valorizar surge no final 2009 para desenvolver o mesmo que os Centros Novas Oportunidades no Continente. Seguem os referenciais nacionais, o CNQ, mas com adaptações à realidade regional. É um serviço prestado pelo Governo dos Açores;
- Em 2011/2012 com a crise económica o desemprego aumenta, essencialmente entre as pessoas com baixas qualificações e são criados os cursos ABC. Foi uma inovação pedagógica que começou como um projeto piloto envolvendo 10 professores do 1.º CEB desempregados que criaram 10 turmas;
- 300h de formação em que se associava a formação ao resgate das competências que as pessoas já adquiriram ao longo da vida. A formação culmina com um processo de CRVCC (construção do portefólio e atribuição de formação escolar). No início apenas dava certificação escolar equivalente ao 4.º ano, agora também dá 6.º e 9.º ano.
- Existem 3 postos de atendimento – S. Miguel, Terceira e Faial – mas todas as ilhas estão cobertas, existem equipas que se deslocam. Os formadores são recrutados localmente e a formação é dada em escolas ou juntas de freguesia. Há uma boa relação e interajuda com a comunidade
- Existem jovens que abandonaram a escola, após os 18 anos, que apenas têm o 6.º ou o 9.º ano, que quando procuram a rede valorizar são encaminhados para os cursos profissionais ou ensino noturno;
- A rede valorizar abrange um público muito específico. Têm turmas só de pescadores em horário noturno (para terem a cédula marítima precisam de ter a escolaridade obrigatória).
- A frequência dos cursos ABC têm diminuído em função da diminuição do desemprego. Chegaram a ser certificadas 2000 pessoas num ano, sendo que atualmente são cerca de metade.
- Os mais qualificados quando participam nos cursos ABC têm como motivação conseguir encontrar um emprego melhor ou manterem-se no mercado de trabalho
- A pandemia veio permitir que o secundário passasse a ser feito à distância. Existem 100h de inglês obrigatório que são dadas à distância
- Em termos de execução do RVCC executou-se tudo o que estava previsto
- Existe dificuldade em dar resposta a ativos empregados porque o objetivo principal é dar resposta aos desempregados
- Em 1000 participantes por ano, 70% são de cursos ABC e 30% de processos RVCC
- Nos cursos ABC como o número de desempregados diminuiu é mais difícil selecionar os formando o que acaba por ter impacto nas taxas de conclusão
- Nos horários pós-laboral as taxas de conclusão são superiores, uma vez que existe uma maior motivação das pessoas para concluir os cursos
- As taxas de aproveitamento rondam os 50% e são mais elevada nas mulheres
- Acompanhamento de ex-formandos – entre 2014 e 2018 75% daqueles que frequentaram cursos ABC não estavam inscritos como desempregados

- A entrada no mercado de trabalho é mais difícil para quem não tem o 9.º ano.
- Atuaram massivamente junto do público com escolaridade entre o 4.º ano e o 9.º ano e certificaram muita gente, mas ainda assim não deixaram de lado a exigência e a qualidade. Todo o material pedagógico foi criado de raiz para o público adulto pelos formadores. É um bom exemplo do uso da autonomia - referenciais nacionais mas respostas locais.
- Utilização das redes sociais – existe um link que permite fazer imediatamente uma pré-inscrição. Existem também acordos com diversas instituições e entidades da região. As redes locais funcionam bem e são muito importantes na divulgação dos cursos.

Constrangimentos e desafios:

- Espaços de formação, nomeadamente em locais onde o trabalho é mais continuado
- Jovens a partir dos 18 anos sem a escolaridade obrigatória para quem a rede valorizar não é resposta
- Em Ponta Delgada existe uma sala de informática que pode ser utilizada para a formação à distância. Noutros locais procuram na comunidade (bibliotecas por exemplo).
- Têm outras ofertas que não são alvo de financiamento – formação em competências informáticas, cursos para aumento da empregabilidade centrado em competências-chave – informática, inglês, técnicas de procura de emprego.

Entidade: Diretor Regional de Educação

Data: 12/09/2020

Presenças: Ana Menezes, Leonor Rocha (QP), Filipa Barreira (QP), Rodrigo Reis

- Há um antes e um depois do ProSucesso (2014/2015) cujo objetivo principal é resolver o abandono escolar precoce;
- Existe 27% de abandono escolar precoce, sendo que este valor representa os alunos que abandonaram a escola antes de serem abrangidos pelo programa ProSucesso.
- Aposta no aumento dos alunos a frequentar o pré-escolar (é também um dos objetivos da Estratégia de Combate à Pobreza). Este ano 100% de crianças com 5 anos a frequentar o pré-escolar e com 4 e 3 anos têm vindo a aumentar o número de crianças. A frequência do ensino pré-escolar é importante para preparar as crianças para o 1.º CEB. As competências de leitura ainda estão muito aquém do esperado.
- Programa implementado em 4 unidades orgânicas – Capelas, Povoação, Rabo de Peixe e Água de Pau – escolhidas por terem elevadas taxas de retenção no 2.º ano. Parceria com a Universidade do Minho
- Existe uma preocupação com a formação de professores para os munir das ferramentas necessárias para conseguirem dar resposta.
- "Caminhos para aprender Português" – no 1.º e 2.º anos de escolaridade
- PROFDA – melhorar os resultados a matemática – existem manuais próprios elaborados pela região.
- Programação e Computação e Inglês do 1.º ao 6.º ano em todas as escolas
- A retenção no 2.º ano de escolaridade diminuiu mais de 50%, o que é fundamental para combater o abandono escolar precoce.
- Mas ainda é necessário corrigir a retenção no 2.º ano – encaminhamento e análise precoce para dar resposta a todos e nenhum ficar para trás. Neste sentido, todos os professores do 1.º CEB tem 4h disponíveis para recuperação e melhoria das aprendizagens – apoio pedagógico após as atividades letivas
- O ensino à distância veio permitir um ensino mais personalizado – alunos interagem com o professor, o professor responde ao aluno e vão construindo conhecimento a partir daí.
- Importante preparar o próximo ano letivo que é quando os alunos que iniciaram o ProSucesso entram no 7.º ano de escolaridade. Vai ser alargado a 7 unidades orgânicas - equipas desde a educação pré-escolar ao secundário.
- O ensino profissional faz mais sentido como percurso contínuo desde o 3.º CEB. Até agora o ensino profissional só apanhava os maus alunos, e para combater este estigma é importante que o ensino profissional seja uma linha contínua paralela ao ensino regular. No entanto isto só é possível se o PROFIJ nível II for escolhido como caminho e não com alternativa para fugir ao insucesso e cumprir a escolaridade obrigatória. É importante trabalhar esta questão.
- Têm chegado aos cursos profissionais de nível IV menos alunos na situação de retenção. Estes cursos têm cada vez mais reconhecimento e são vistos também como

um caminho e não apenas como uma alternativa. Há muitos alunos que seguem para o ensino superior e com bastante sucesso.

- A taxa de sucesso no ensino secundário é de 91,8%. O problema é manter estas taxas de retenção residuais uma vez que ainda é difícil para os professores conseguirem fazer um trabalho mais personalizado. E uma das razões é a questão dos exames e a pressão para dar toda a matéria. Os exames definem de tal maneira os bons alunos que são geradores de desigualdades e dificultam o trabalho de projeto e a criação de alunos críticos e autónomos.
- Um outro projeto bastante importante é as "parcerias de intervenção comunitária" – são feitos contratos com determinados objetivos entre os encarregados de educação, alunos, diretores de turma, técnico de ação social e clube ou associações.

Contributo do PO Açores

- Em termos financeiros tem sido uma mais-valia. Tem mais impacto na questão do abandono e insucesso escolar a partir do 3.º CEB com as vias profissionalizantes. Do pré-escolar ao 2.º CEB o contributo é sobretudo do ProSucesso.
- A escola profissional das Capelas tem PROFIJ de nível II e é importante que seja mais agressiva na divulgação, sobretudo junto das escolas da costa norte de São Miguel. Os alunos têm vindo a diminuir e o ensino profissional só vai conseguir reter alunos se for feito trabalho ao nível do ensino básico.

Material tecnológico

- Aquisição de 2000 computadores já tinha acontecido no âmbito do projeto código e computação no 1.º CEB
- No entanto ainda é preciso fazer muito mais uma vez que as escolas não estão preparadas para o ensino à distância. É fundamental criar condições dentro das escolas para o ensino misto – aquisição de computadores e reforçar a rede escola e escola-casa.
- Já existe uma plataforma única para trabalhar com todas as escolas e encarregados de educação e permite trabalhar o ensino à distância (integraram agora o Teams)
- É também importante reforçar a plataforma REDA (recursos educativos digitais abertos). Uma grande ação do PO podia ser o financiamento da construção de materiais e recursos didáticos próprios. Importante também é não perder o impulso do ensino à distância: aquisição de computadores, reforço das redes, formação de alunos, professores e encarregados de educação e construção de materiais disponíveis para todos os alunos.

Entidade: Direção Regional da Segurança Social

Data: 14/09/2020

Presenças: Ana Menezes, Leonor Rocha (QP), Filipa Barreira(QP) e Marco Martins

- Existe uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 com contributos de vários elementos da sociedade e consolidada com um diagnostico bastante alargado.
- Existe uma articulação com várias áreas, uma vez que a pobreza é problema de vários domínios – educação, social, saúde, trabalho, economia…
- O número de beneficiários do RSI tem vindo a decrescer (aliás se tirássemos a Ribeira Grande o decréscimo ainda era mais significativo). O que está relacionado com uma maior autonomização das famílias via inserção no mercado de trabalho (aqui com contribuição do PO) e via programas de educação parental. Também tem contribuído o papel da mulher do mercado de trabalho com o aumento da taxa de atividade feminina o que contribui para a melhoria dos rendimentos do agregado familiar
- Também o aumento das resposta ao nível dos equipamentos sociais de apoio às crianças e às famílias – permite aos pais terem maior liberdade para irem trabalhar
- O número de alunos a frequentar o ensino superior é inferior à média nacional o que impacta negativamente na questão do emprego. A questão da educação é crítica.
- Existem 5 áreas prioritárias – 4 em São Miguel e 1 na Ilha Terceira
- A articulação com as outras áreas é fundamental, principalmente com a Educação e a saúde. A taxa de absentismo de consultas na 1.ª infância tem vindo a decrescer
- Uma outra área de preocupação é a violência doméstica. Existe um projeto piloto nos Açores de promoção de vida independente que não é financiado pelo PO, mas poderia ser. Os programas de violência doméstica não foram enquadrados no PO e no FSE. O 3.º plano de combate à violência doméstica é essencialmente da solidariedade social sem participação dos outros domínios
- Área da deficiência existem poucos programas
- Sem-abrigo – a doença mental tem peso nessas situações.
- Projetos para fomentar o ensino de inglês - financiados pela solidariedade social uma vez que o emprego no turismo revela esta carência
- O combate à pobreza não se pode cingir apenas aos beneficiários do RSI, pelo que é importante criar uma agenda de apoios para a classe média que pode servir o incentivo à natalidade.

Impacto da pandemia

- O RSI atingiu o nível mais baixo dos últimos anos – os programas de emprego tiveram um impacto muito importante - mas os próximos meses é que vão ser mais desafiantes.
- Vai obrigar a rever a estratégia.

- Existem nos Açores 250 IPSS's e a qualificação dos colaboradores é muito importante nomeadamente ao nível dos cuidados a idosos e deficiência. Mas não se tem conseguido canalizar verbas do PO e a formação tem sido financiada com outras verbas.

Mas ainda há muito a fazer ao nível da formação continua dos colaboradores. Os dirigentes também não têm formação técnica devidamente alicerçada.

- É importante que ao nível do regime jurídico do cuidador de pessoas dependentes e idosos os programas também possam ser sustentados em instrumentos financeiros.
- Aumento do envelhecimento da população - faz sobressair a importância da rede de apoio domiciliário.

FOCUS-GROUP COM ENTIDADES ENVOLVIDAS NA FORMAÇÃO MODULAR

Data: 29/10/2020

Entidades presentes: Inetese Açores – Jorge Marques e Sofia Rego, Norma Açores – Paulo Amaral, Euroconsult – Sandra Café, Associação Açoriana Formação Turística e Hoteleira – Graça Teixeira e Anabela Calisto e Cresaçor – Inésia Pontes

SÍNTESE:

- Ações de curta duração FMC do catálogo dirigida à população ativa empregada e desempregada.
- Procuram direcionar a oferta para as necessidades das empresas – é feito inquérito online para diagnosticar essas necessidades.
- Tinham a candidatura homologada e aprovada, fizeram um esforço de divulgação (através dos inquéritos de diagnóstico de necessidades, publicidade, stand num evento organizado pela CM de Lagoa), mas não conseguiram iniciar as 3 ações de formação previstas de 50h cada (Inglês técnico, técnicas de atendimento, inglês informação) por não atingirem o mínimo de formandos exigido. Eram em horário laboral.
- Consideram que a pouca adesão está relacionada com a mentalidade enraizada de que a formação profissional não é valorizada pelas pessoas. Não é percecionado nenhum benefício da formação – nem progressão na carreira, nem valorização profissional ou salarial;

Norma Açores

- Apenas conseguiram realizar uma ação de formação (atendimento/ comunicação para o turismo) de 25h para ativos d diferentes empresas
- Como têm de realizar 100% da candidatura em 12 meses não quiseram correr o risco de realizar mais ações;
- Fazem habitualmente diagnósticos de necessidades de formação.
- Abertura tardia das candidaturas;
- Burocracia e regras muito pouco atrativas para empresas e entidades

Euroconsult

- Até ao início da pandemia o projeto estava a correr muito bem. 21 ações de 25h e 27 ações de 50h, já realizaram 21 ações. Estão a decorrer 4. – turismo, construção, agricultura e comércio;
- As áreas da construção e agricultura são as que têm menor adesão. Turismo e comércio com maior adesão – línguas, atendimento, primeiros socorros, áreas comportamentais;
- Um constrangimento é o facto de não poderem participar formandos da mesma empresa;
- Muitos funcionários públicos queriam participar e foi negado o acesso;
- A formação à distância entretanto deixou de ser possível nos Açores;
- Realização – 43,7%
- Satisfação elevada.

- Indicadores deveriam ser revistos e atualizados em função da pandemia – o contexto é diferente e os indicadores de resultado estão completamente desfasados
- Pior de todos os quadros comunitários – questão burocrática muito pesada, constrangimentos na comunicação que é tardia. Tempo de análise de reembolsos elevado o que implica um esforço acrescido de investimento por parte das entidades
- Custos reais pagos de acordo com as horas de formação o que não reflete de todo os custos reais

Associação Açoriana Formação Turística e Hoteleira

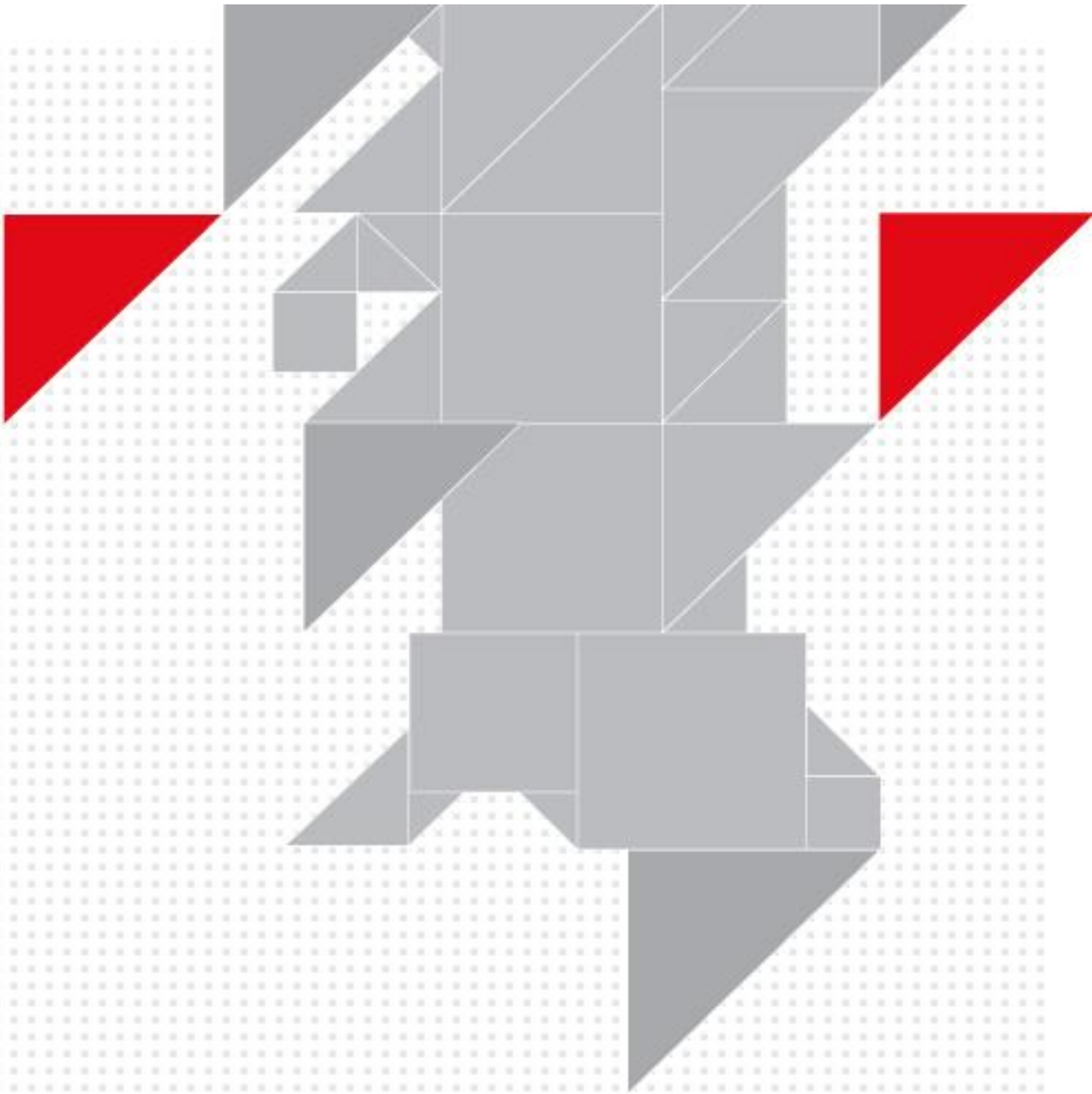
- Há um antes COVID e um depois COVID. Na área do Turismo antes era muito difícil conseguir que os empregadores dispensassem os trabalhadores. Agora há muitos trabalhadores disponíveis, mas há dificuldade em ter formadores;
- UFCD de 25h na área do turismo, atendimento, cozinha criativa;
- Constrangimentos – formandos das mesmas empresas e dispersão geográfica do arquipélago dos Açores (não há número mínimo de alunos em ilhas mais pequenas e o apoio não é suficiente para as deslocações);
- As ações são em horário laboral e estão a ser feitas presencialmente;
- Maioria dos formandos são ativos, mas também há desempregados
- Estas ações têm de ser encaradas pelos empregadores como uma mais-valia
- O feedback de empregadores e formandos é muito positivo
- Também fazem inquirição a formandos passado 6 meses. Não se consegue atingir a meta de 50% de formandos desempregados que ficam empregados ao fim de 6 meses. Atinge-se 25%.

Cresaçor

- Realizaram 9 ações de formação de 25h, exceto 1 de 50h,
- Constrangimentos ao nível da adesão dos formandos
- Tiveram mais procura por parte dos desempregados (40 em vez de 15 como previsto) com o objetivo de conseguirem um reingresso no mercado de trabalho;
- Turismo sustentável, turismo inclusivo, ambiente e segurança no trabalho, ética
- Outro constrangimento – resposta a pedidos de informação é muito demorada (pediram esclarecimentos em setembro e a resposta chegou em março);
- Na plataforma Açores as áreas de formação do SIIFSE são diferentes do PT2020 (que correspondem ao CNQ), o que cria problemas em sede de pedidos de reembolso. Foi necessário "enganar" o sistema e por áreas que a entidade nem sequer é acreditada.
- Fazem inquéritos aos formandos no início, no fim e passados 6 meses. Os resultados são muito positivos – 35% alteraram de desempregados para empregados e 97,4% mantêm o emprego
- Não têm feedback dos empregadores
- Acredita que o impacto seja positivo, mas 25h de formação são insuficientes para promover a empregabilidade

Inetese Açores

- Apenas 1 ação e o feedback é positivo. Todos mantiveram o emprego 6 meses após a participação.
- Estas ações são uma mais-valia para (re)ingressar no mercado de trabalho e manter o posto de trabalho



Matosinhos
Rua Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (´351) 229 399 159
porto@quaternaire.pt

Lisboa
Rua Duque de Palmela, nº25 – 2º
1250-095 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201
lisboa@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt